



REVISTA
DA SENTIDOS
DA CULTURA

SENTIDOS DA CULTURA

BELÉM-PARÁ ANO 10 N. 19. AGO-DEZ 2023

Universidade do Estado do Pará

Reitor

Clay Anderson Nunes Chagas

Vice-Reitor

Ilma Pastana Ferreira

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
(PROPESP)**

Jofre Jacob da Silva Freitas

Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)

Ednalvo Apostolo Campos

Pró-Reitora de Extensão (PROEX)

Vera Regina da Cunha Menezes Palácios

Pró-Reitor de Gestão e Planejamento (PROGESP)

Carlos José Capela Bispo

**Diretor do Centro de Ciências Sociais e Educação
(CCSE)**

Anderson Madson Oliveira Maia

**Líderes do Núcleo de Pesquisa Culturas e Memórias
Amazônicas (CUMA)**

Josebel Akel Fares

Nazaré Cristina Carvalho

Coordenador da Editora da UEPA (EDUEPA)

Nilson Bezerra Neto

Editores da Revista

Josebel Akel Fares (Gerente)

Dia Ermínia da Paixão Favacho

Mailson de Moraes Soares

Editor de Texto

Maria Roseli Sousa Santos

Conselho Editorial

Josebel Akel Fares

Marco Antônio da Costa Camelo

Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva

Nazaré Cristina Carvalho

Renilda do Rosário Moreira Rodrigues Bastos

Maria Roseli Sousa Santos

Projeto Gráfico: *Jamile Freitas Machado*

Foto de Capa: *Nazaré Cristina Carvalho.*

Equipe de revisão (Português, Inglês, Francês e Espanhol)

Jessiléia Guimarães Eiró (coordenadora da equipe)

André Monteiro Diniz

Delcia Pereira Pombo

Lívia Braga Negrão

Wellingson Valente dos Reis

Secretaria

Dia Ermínia da Paixão Favacho

Comitê Científico

Prof. Dr. Allison Marcos Leão da Silva, UEA, BR

Profª. Drª. Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, UNB, BR

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza, UFCG, BR

Profª. Drª. Christiane Stallaert, Universidade de Antuérpia,

Universidade de Leuven, BE

Prof. Dr. Ernani Chaves, UFPA, BR

Prof. Dr. Frederico Garcia Fernandes, UEL, BR

Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes, UFPA, BR

Profª. Drª. Maria Helena Menna Barreto Abrahão, PUCRS, BR

Prof. Dr. Mario César Silva Leite, UFMT, BR

Profª. Drª. Nádia Regina Barbosa da Silva, Universidade Católica

de Petrópolis/ Profª. Da Universidade Estácio de Sá/RJ, BR

Prof. Dr. Roberto Vecchi, Universidade de Bolonha, IT

Política Editorial.

Sentidos da Cultura é um periódico semestral do Núcleo de Pesquisa Culturas e Memórias Amazônicas (CUMA), que publica artigos, relatos de experiência, entrevistas, resenhas, no campo referente às linhas de pesquisa do Núcleo, ligadas às áreas de letras, linguística, artes, ciências humanas e sociais, incluindo educação/ensino, com contribuições de autores brasileiros e estrangeiros. A nomeação da revista Sentidos da Cultura é uma escolha originária de projetos do Núcleo, que objetivam promover espaços de disseminação de estudos, pesquisa e reflexão sobre a cultura, trocas de experiência e estímulo à produção intelectual. Cultura, eixo temático, é entendida como amálgama de elementos materiais ou imaginários construídos ou modificados por homens e mulheres que dão forma às sociedades. No CUMA, tentamos visibilizar essa pluralidade cultural na organização das linhas de pesquisa, composta de Audiovisual, Diversidade Linguística, Estudos em PLE/PLA (Português como Língua Estrangeira/ Língua Adicional); Memória e História, Ludicidade, Poéticas, Contadores de Histórias e ainda aberto para novas possibilidades. Na capa, a cada edição, trará um brinquedo de miriti, que representa a cultura ribeirinha materializada em forma de brinquedo, que tem como matéria prima o braço da palmeira do miritizeiro, cujo nome científico é *Mauritia flexuosa*. São canoas, barcos, pássaros, borboletas, cobras, elementos da fauna e da flora amazônica, cenas do cotidiano ribeirinho, que ganham forma nas mãos dos artesãos.

Revista Sentidos da Cultura

Universidade do Estado do Pará/ Centro de Ciências Sociais e Educação

Trav. Djalma Dutra, s/n, Bloco IV Telégrafo- Belém-PA.

CEP: 66.113-010

Fone: (91) 4009-9561.

Email: sentidosdaculturarevista@gmail.com

<https://periodicos.uepa.br/index.php/sentidos>

Editora da Universidade do Estado do Pará

Tv. Dom Pedro I, 519- Umarizal- CEP: 66.050-100- Belém-PA-Brasil

Fone/Fax: (91) 3222-5624- E-mail: eduepa@gmail.com

www.uepa.br/eduepa

DOI - 10.31792/rsc.v10i19

SUMÁRIO

5. INCORPÓREO É O DESEJO: comunidade LGBTQIAPN+ e sua insurgência no mundo

*Mailson de Moares Soares
Dia Ermínia da Paixão Favacho*

Artigos

9. A produção do conhecimento e o (não) lugar das pessoas trans: invisibilização e resistências

*Ana Daniele Mendes Carrera
Jesyran Wilysses Oliveira Guimarães
Maria Clara Dantas Modesto
Victor Duarte Reis Sousa*

23. Um materialismo reparador, ou lendo a vida material em *The Gifts of the Body*

Ruan Nunes Silva

42. Notas sobre o homoerotismo na Literatura Brasileira

Paulo Maués Corrêa

53. Dialogias do desejo no conto “Aqueles Dois”, de Caio Fernando Abreu

Francisco Alves Gomes

64. Apontamentos para uma história LGBTQIAP+ no Pará

*Inácio Saldanha
Alana Albuquerque de Castro
Júlio Ferro Silva da Cunha Nascimento*

82. O desejo segundo Luís Otávio Barata: uma análise do espetáculo teatral “Genet – o palhaço de Deus

*Kauan Amora Nunes
Sávio Barros*

102. Literatura amazônica *queer* olho de boto em discussão na educação

*Luiz Ramiro Cruz Cardoso
Gilcilene Dias da Costa*

120. O descarte de pessoas “descartáveis”: a educação enquanto política pública de
proteção da comunidade LGBTQIAP+

*Márcio de Oliveira
Débora Napoleão de Sena
Fernanda Machado Melo
Rosana Trindade de Matos
Reginaldo Peixoto*

137. Gênero e Sexualidade: Tabu, Controle dos Corpos e Sociedade

*Adrian Jhonson
Jonathan Eduardo Fontes Barbosa
Vitória Marinho Almeida
Kettelen Gabriely Marques da Silva
Julio Sérgio Camargo*

151. Rainha Elizabeth I, ou um certo defeito de gênero: política, religião,
mulheridade e envelhecimento

Alexander Martins Vianna

174. Corpos insólitos: Processos de criação e Teorias do fantástico
entre memórias e ficção

*Dayse Cristina Amaral Santos
Sílvia Sueli Santos da Silva
Wellingson Valente dos Reis*

191. Memórias, Artesanias e outras Narrativas: uma metodologia
de trabalho no campo do Patrimônio Cultural

*Daniela Schons da Silva
Raquel Alvarenga Sena Venera
Vinícius Armiliato*

INCORPÓREO É O DESEJO: comunidade LGBTQIAPN+ e sua insurgência no mundo

Em um mundo de emergências, complexo, diverso, interconectado, e, nos últimos anos, em constantes embates sócio-políticos-culturais-econômicos que polarizam posicionamentos perante modos de ser, a comunidade LGBTQIAPN+ tem sido cada vez mais alvo de ações violentas, ao mesmo tempo que busca afirmar-se e protagonizar sua história, em um movimento também, deveras rico e conflituoso, contudo, uníssono e legítimo em prol de seu reconhecimento e existência (s).

Assim, tomando a poesia como prumo e provocação a emergir outras provocações presentes no mundo:

Pois pode ser.

Para pensar o Outro, eu deliro ou versejo.

Pensá-LO é gozo. Então não sabes? INCORPÓREO É O DESEJO.

(*Do desejo*, Hilda Hilst, 1992)

A proposta deste número da Revista Sentidos da Cultura é refletir sobre as mais diversas experiências relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+, não negando a existência fora do corpo, “incorpórea”, mas à força da metáfora expandir as concepções de existência para fora de uma “única possibilidade de corpo”, “único posicionamento político”, “única expressão de afeto”, abrangendo assim, os desejos, projeções e criações que se espraiam à educação, literatura, filosofia, religião, arte em que pessoas, para além das imposições cisheteronormativas, patriarcais, racistas, sexistas e demais formas de opressão, expandem o mundo em seus modos de existir.

Nesse ensejo, dez artigos que compõem este volume da Revista Sentidos da Cultura singram as profundezas de diferentes contextos humanos relacionados à temática LGBTQIAPN+, e, dois artigos a compor também esta publicação, na sessão temas livres, abordam outros fenômenos de estudo.

Ana Daniele Mendes Carrera, Jesyan Wilysses Oliveira Guimarães, Maria Clara Dantas Modesto e Victor Duarte Reis Sousa a partir de um estudo bibliográfico discutem a (re)existência de pessoas trans no campo da educação, em especial, na Pós-Graduação *Stricto*

Sensu, espaço privilegiado de poder e de construção do conhecimento científico. Constatam o alarmante cenário de subalternização de pessoas trans no campo da pós-graduação no Brasil. Porém, à medida que começam a ocupá-lo, se fazem ouvir, e, assim, produzem epistemologias que apresentam outras (re)interpretações e interrogações sobre a realidade social e sobre o próprio modo hegemônico de produção científica.

Ruan Nunes Silva explora de maneira densa e involuta, as interseções entre questões materialistas e de estudos *queer* para investigar a obra *The Gifts of the Body*, de Rebecca Brown. Considerando o materialismo como prática e a leitura reparadora como estratégia, busca compreender a questão da Aids em *The Gifts of the Body* pelas lentes do que se denomina materialismo reparador. E, a partir de elementos que compõe a ordenação interna da obra literária, sinaliza uma leitura na qual a morte, tema presente em estudos sobre a Aids, não é o centro das experiências afetivas.

Paulo Maués Corrêa feito um *flâneur* passeia na Literatura a tomar notas de obras pioneiras na abordagem da temática homoafetiva no Brasil, são mapeados textos de escritores como Aluísio Azevedo, Adolfo Caminha, Inglês de Sousa, dentre outros, a mostrar o quanto suas obras refletem uma mentalidade de época predominantemente preconceituosa, fato expresso na forma como os sujeitos que se relacionam com pessoas do mesmo gênero são desqualificados, apontados como criminosos, doentes ou imorais.

Francisco Alves Gomes em seu texto aborda traços do desejo homoafetivo no conto “Aqueles dois”, do escritor contemporâneo Caio Fernando Abreu. A construção discursiva entre as personagens Raul e Saul acontece paulatinamente em meio a um cenário de opressão institucional que intenta normatizar a existência de ambos. No entanto, através de códigos específicos da geografia dos afetos subalternizados, o desejo se transmuta em palavra, olhar, espacialidade e diferença.

Inácio Saldanha, Alana Albuquerque de Castro e Júlio Ferro Silva da Cunha Nascimento traçam um panorama das pesquisas históricas que envolvem homossexualidades, movimento LGBTQIANP+ e questões relativas à identidade de gênero e sexualidade no Estado do Pará, destacando questões importantes que estão emergindo das discussões promovidas nesse âmbito. Ressaltam que, mesmo caminhando a passos curtos, há um número crescente de pesquisadores no campo da História trabalhando para ampliar e aprofundar o debate a partir de um diálogo com abordagens teóricas já consolidadas nas Ciências Sociais.

Kauan Amora Nunes e Sávio Barros discutem a construção de uma história do Teatro *Queer*, em Belém/Pa, a partir das encenações realizadas por Luís Otávio Barata, na década de 1980. Abordam em seu artigo o espetáculo *Genet – o palhaço de Deus*, de 1987, defendem a ideia de que, para além de suas polêmicas em torno das cenas explícitas de nudez

e sexo, o espetáculo possui um atual e importante discurso sobre o desejo entre homens, a experiência da abjeção e lutas identitárias. Trazendo importantes contribuições tanto para o teatro paraense, quanto para a insurgência da comunidade LGBTQIAPN+, em Belém.

Luiz Ramiro Cruz Cardoso e Gilcilene Dias da Costa versam sobre espaço educacional e violência contra pessoas LGBTQIAPN+. A partir desta problemática contextualizam a discussão com a obra *Olho de Boto* (2015), do escritor paraense Salomão Laredo, que relata a união entre dois homens no interior do Pará na comunidade de Inacha, no município de Cametá, que também sofreram violência devido sua orientação sexual. Utilizam a Literatura para discutir o tema da violência contra pessoas LGBTQIAPN+ em espaço educacional e para dinamizar as reflexões; inclusive, problematizando o termo *queer* e propondo em contraponto a categoria “curupirinha”.

Márcio de Oliveira, Débora Napoleão de Sena, Fernanda Machado Melo, Rosana Trindade de Matos e Reginaldo Peixoto discutem a educação enquanto política pública de combate e prevenção às violências contra pessoas LGBTQIAPN+. Realizam um importante levantamento de pesquisas que discutem a temática, apresentando questões significativas a esse respeito. Afirmam, ser fundamental que violências contra as pessoas LGBTQIAPN+ esteja presente na pauta educacional brasileira, nos currículos escolares, nos debates e nas práticas do dia a dia escolar, como forma de criar consciência coletiva de que as pessoas são diferentes e que essas diferenças precisam ser reconhecidas e respeitadas.

Adrian Jhonson, Jonathan Eduardo Fontes Barbosa, Vitória Marinho Almeida, Kettelen Gabriely Marques da Silva e Julio Sérgio Camargo fazem revisão sistemática de literatura dos campos de conhecimento: Psicologia, Psicanálise, Sociologia, História e Biologia, com enfoque na temática gênero e sexualidade, abordada desde sua contextualização histórica até debates da atualidade. Desse modo, situam como termos utilizados hoje foram constituídos, como estruturas sociais contemporâneas foram estabelecidas e também como pode se manifestar a sexualidade nos espaços de discussões sócio-políticos, levando em consideração a própria subjetividade de cada indivíduo.

Alexander Martins Vianna, fechando o ciclo de discussão temática desta publicação, em um engenhoso texto que entrelaça elementos históricos e dramáticos, demonstra em seu artigo o quanto a codificação social do feminino cria pressões específicas sobre o corpo da Rainha Elizabeth I, figura histórica e emblemática, e, como isso é estrategicamente mobilizado por Shakespeare conjuntamente a outros assuntos relacionados à monarca em peças da década de 1590 até o final de seu reinado.

Na sessão temas livres **Dayse Cristina Amaral Santos, Silvia Sueli Santos da Silva e Wellingson Valente dos Reis** apresentam o resultado de uma proposta colaborativa entre

os componentes curriculares “Teorias do fantástico: ficção, cultura e mídia” e “Artes cênicas e Processos de criação na Educação Básica”, em curso de especialização em Linguagens e Artes na Formação docente (IFPA/2022). Agenciando memórias pessoais, elementos fantásticos e experimentação teatral criaram produtos artísticos fruto de trabalho coletivo: dois vídeos e uma montagem cênica, intitulada *Nós morremos aqui*, dramaturgia colaborativa apresentada como culminância das duas disciplinas.

Adriana Rolin e Luiza Ponciano exploram as categorias memória e identidade em diálogo com a Arteterapia. As autoras questionam a concepção de identidade fixa, destacando sua complexidade e transformação constante. E enfatizam a importância de investigar memórias e identidades por meio de expressão artística e narrativas de vida, destacando que as histórias de vida são merecedoras de reflexões no campo do Patrimônio Cultural, não como saberes fixos, mas como narrativas dignas de preservação e reconfigurações.

Editores

Mailson de Moraes Soares

Dia Ermínia Paixão Favacho

Referência

HILST, Hilda. *Do Desejo*. Campinas: Editora Pontes, 1992.

A produção do conhecimento e o (não) lugar das pessoas trans: invisibilização e resistências

The production of knowledge and the (non) place of transgender people: invisibility and resistance

Ana Daniele Mendes Carrera
Jesyan Wilysses Oliveira Guimarães
Maria Clara Dantas Modesto
Victor Duarte Reis Sousa
Universidade do Estado do Pará - UEPA
Belém-Pa

Resumo

A partir de um estudo bibliográfico de cunho qualitativo, este artigo objetivou discutir a (re)existência trans no campo da educação, em especial, na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, espaço privilegiado de poder e de construção do conhecimento científico. Assim, constata-se um alarmante (histórico e atual) cenário de subalternização de pessoas trans nos espaços educacionais de formação e produção do saber científico, por outro lado, observa-se também rupturas nesse sistema, cisnormativo, ao passo que algumas, ainda poucas, pessoas trans começam a ocupá-lo, fazendo eclodir suas vozes, perspectivas e histórias de vida. Suas existências sociais, políticas e educacionais têm produzido resistências e epistemologias que apresentam outras (re) interpretações e interrogações sobre a realidade social e sobre o próprio modo hegemônico de produção científica, cuja racionalidade, em geral, ainda hoje, ignora e desqualifica os saberes e existências de travestis, transexuais e transgêneros/as.

Palavras-chave: Epistemologias Trans; Pesquisa em Educação; Produção do Conhecimento Científico.

Abstract

From a theoretical and bibliographical qualitative study, this article aimed to discuss the insurgency of transgender individuals in the field of education, particularly in *Stricto Sensu* Postgraduate programs, a privileged space of power and scientific knowledge construction. Thus, there is an alarming (historical and current) scenario of subordination of transgender individuals in educational spaces of formation and production of scientific knowledge; however, there are also ruptures in this, cisnormative, system as some few transgender individuals begin to occupy it, bringing forth their voices, perspectives, and life stories. Their social, political, and educational existences have produced resistances and epistemologies that present other (re)interpretations and interrogations about social reality and the hegemonic mode of scientific production itself, whose rationality, in general, even today, ignores and disqualifies the knowledge and existences of transvestites, transsexuals, and transgender individuals.

Keywords: Trans Epistemologies; Research in Education; Production of Scientific Knowledge.

Introdução

O continente latino-americano encontra-se deslocado dos centros hegemônicos de produção do conhecimento e, o Brasil e, mais especificamente, a região amazônica, cujos povos, saberes, conhecimentos, vivências e culturas, de realidades e demandas, ao mesmo tempo peculiares e diversas, ainda parecem estar distantes de uma representatividade epistemológica significativa na pesquisa científica. Em consonância com Ribeiro; Silva; Almeida (2019), admite-se que ainda estamos diante de uma desigualdade social na produção e circulação do conhecimento científico, que historicamente tem privilegiado determinados/as sujeitos/as e conhecimentos hegemônicos (homens cis brancos e heterossexuais/euro-estadunidenses) enquanto outros/as permanecem ignorados/as ou secundarizados/as.

Nesse sentido, indo ao encontro de outras ações investigativas que estamos realizando¹, e nas quais priorizamos a escuta de pessoas transgêneras acerca de suas experiências escolares e dos (não) lugares que elas têm ocupado no campo da educação, tornam-se relevantes estudos que se dediquem à problematização dos modos como as instituições de ensino, enquanto espaços generificados, que comumente desqualificam as existências, trajetórias de vida e conhecimentos dos/as estudantes que não atendem à ordem de gênero estabelecida (LOURO, 2014). Incômodas e estranhas, as existências trans têm sido identidades de gênero ininteligíveis para o espaço escolar e universitário (SANTOS; ORNAT, 2017) porque suas experiências e construções identitárias rompem radicalmente com as expectativas de gênero socialmente valorizadas.

Caminhando nessa direção é que se faz relevante pensarmos a insurgência da comunidade LGBTQIAP+ no mundo, particularmente, pensar como as existências trans e seus diferentes modos de ser, viver e ler o mundo têm, apesar de tudo, tensionado e desestabilizado a estrutura cisheteronormativas vigente no sistema educacional – escolar e universitário –, uma vez que ao ocupar esses espaços e requerer a legitimidade do reconhecimento de suas singularidades identitárias, confrontam os modelos de educação que não atendem suas expectativas, necessidades e realidades enquanto sujeitos culturais, políticos e (trans) generificados/as.

Esses debates, bem como a investigação das trajetórias de vida e educacional das “minorias” de gênero e sexualidade, compõem a agenda do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Sexualidade e Sociabilidade (JEDS), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e ao Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da Universidade do

¹ Pesquisa em andamento vinculado ao PIBIC/UEPA.

Estado do Pará (UEPA), que reúne pesquisadores/as, professores/as e estudantes de diferentes áreas e níveis de formação – graduandos de pedagogia, história, letras, educação física, entre outros; mestrands e doutorands de educação. É na dinâmica de debates desenvolvidos nesse grupo que emerge este trabalho.

O objetivo deste texto é discutir a (re) existência de pessoas trans no campo da educação, em especial, na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, na medida em que ocupar espaço privilegiado de poder e de construção do saber científico pode subsidiar a produção de epistemologias outras que ajudem a construir uma sociedade e uma educação mais democrática às existências trans, mas não somente para elas, assim como apresentar novos contornos para a pesquisa educacional.

Para tanto, realizamos um estudo bibliográfico, ou seja, elaborado a partir de trabalhos acadêmico-científicos publicados por outros/as autores/as pertinentes à discussão, de natureza qualitativa, pois consideramos a complexidade das relações sociais para problematizar o fenômeno social investigado (FLICK, 2008), nesse caso, o (não) lugar das pessoas trans na produção do conhecimento.

Gênero, transgeneridade e cisnormatividade

Neste artigo, preocupamo-nos menos em desenvolver conceitos e mais em discutir dados que nos dizem sobre a realidade vivida por pessoas trans no Brasil que, reiteram a pertinência do debate, bem como explicitam o (não) lugar que os corpos trans são alocados na sociedade, um (não) lugar de subalternização e desumanização que impossibilita sua chegada nos níveis escolares mais altos a ponto de envolver-se com a pesquisa em educação uma vez que, com algumas exceções, a grande maioria sequer conclui a educação básica.

Situamos, no entanto, de modo objetivo, alguns conceitos centrais que orientam o debate em questão. Primeiramente, tomamos o conceito de gênero, em diálogo com Louro (2014), como uma construção histórica, social e linguística que diferencia homens e mulheres, a partir de que são estabelecidas relações de poder. Entende-se, ainda, que “as questões de gênero estão vinculadas àqueles comportamentos, atitudes e modos de ser que definimos como sendo masculinos ou femininos” (SEFFNER, 2006, p. 79), definições estas que variam de acordo com cada cultura e tempo histórico. Ao assumirmos o gênero enquanto dado cultural, rejeitamos a ideia de que homens e mulheres são “naturalmente” diferentes, bem como recusamos a perspectiva da binariedade sexual, fundada na biologia, que pressupõe a estabilidade de gênero com base no sexo biológico e divide todas as pessoas em apenas dois gêneros homem/macho ou mulher/fêmea.

Compreendemos pessoas trans ou transgêneras como aquelas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico definido em seu nascimento (XAVIER, 2019), enquanto as pessoas cis ou cisgêneras são aquelas que se identificam com o gênero atribuído em seu nascimento (DUMARESQ, 2016), logo, são pessoas não transgêneras. Por fim, recorreremos ao conceito de cisnormatividade, a partir de Vergueiro (2019), que o define como uma forma de organização social que posiciona a cisgeneridade como identidade de gênero “normal” e “natural” e, portanto, a identidade valorizada socialmente e aquela que deve ser desejada e expressada. Com efeito, a cisnormatividade atua através de processos (cis) normativos que produzem diferentes formas de controle, repressão e violência para garantir a “ordem natural do gênero”, sendo as experiências trans impensáveis para esse sistema, uma vez que não seguem um padrão socialmente construído e aceito. Porém, como enfatizado por Vergueiro (2019), os efeitos da cisnormatividade também agem fortemente na normatização e controle da vida das pessoas cisgêneras.

Pessoas Trans na Sociedade e Educação Brasileira

No dia 30 de dezembro de 2023, deparamo-nos com uma matéria jornalística no portal de notícias brasileiro “g1” anunciada pela seguinte legenda: “Pela 1ª vez na história, faculdade de medicina da USP forma médicas travestis em Ribeirão Preto”². Stella Guilhermina Branco Fontanetti e Louise Rodrigues e Silva são as protagonistas da matéria, que destaca que ambas passaram pelo processo de transição de gênero enquanto cursavam a graduação em medicina.

Segundo a matéria, Stella e Louise formaram-se em um curso elitista, tradicionalmente ocupado por sujeitos/grupos econômico e socialmente privilegiados, dos quais as pessoas trans definitivamente não fazem parte. Aliás, o ensino superior, de um modo geral, foi por muitas décadas um espaço “utópico” para pessoas transgêneras, especialmente, para as oriundas das classes sociais economicamente menos favorecidas. Não é preciso um esforço exaustivo para chegar a essa afirmação. Resgatemos nossas memórias e nos indaguemos: quantas vezes já fomos atendidos/as por um/a médico/a trans? Quantos/as professores/as trans tivemos ao longo de nossa trajetória educacional, seja na educação básica ou superior? Conhecemos algum/a advogado/a, enfermeiro/a, assistente social, farmacêutico/a ou administrador/a trans?

O que as respostas para essas perguntas nos dizem e o que silenciam? A façanha alcançada por Stella e Louise é a de ocuparem um espaço social, tradicional e elitista historicamente impensável para pessoas como elas, cuja identidade de gênero não se adequa

² Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2023/12/30/pela-1a-vez-na-historia-faculdade-de-medicina-da-usp-forma-medicas-travestis-em-ribeirao-preto.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ao padrão (cis)normativo. Estamos falando das travestis, homens e mulheres transexuais, pessoas transgêneras, não binárias e demais identidades de gênero que escapam da cisgeneridade.

Acostumamo-nos a ver ou a ouvir falar de travestis e mulheres transexuais se prostituindo nas esquinas das ruas, ocupando lugares e profissões que, não havendo demérito algum nisso, são desqualificadas por parte da sociedade. Mas, uma travesti médica? Como isso é possível? Afinal, contrariando as expectativas sociais, que marcadores de suas trajetórias de vida possibilitaram que chegassem aonde chegaram? Não damos conta, e nem é nossa intenção, de responder a essa indagação neste texto.

No entanto, um elemento destacado na matéria jornalística é que Louise e Stella passaram pelo trânsito de gênero durante a graduação. Isso exige considerar que ambas passaram grande parte de sua vida “experienciando, vivendo e sendo vistas enquanto pessoas cisgêneras” o que “muito as livra de diversos processos de exclusão, violência, isolamento” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p.7-8) que poderiam facilmente levá-las a um destino diferente. Sem a pretensão de reduzirmos o feito de Louise e Stella, o que estamos querendo dizer é que estamos distantes de viver uma realidade social e educacional igualitária, segura e justa em termos de diversidade de gênero e sexual no Brasil.

Concordamos com Xavier (2019) que enquanto for ínfima a escolarização da maioria das pessoas trans brasileiras, estaremos certos de que o debate sobre as questões de gênero e sexualidade no campo da educação não estará esgotado, sendo urgente e necessário a problematização da escolarização de pessoas trans, tendo em vista levantar interrogações e respostas sobre as dificuldades e desafios que estes grupos sociais enfrentam em suas trajetórias de vida e educacionais.

Dados da pesquisa realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apontam que entre os anos de 2017 e 2022, 912 (novecentas e doze) pessoas trans e não binárias brasileiras foram assassinadas no país. Com essa marca, o Brasil ocupa, pelo 14º ano consecutivo, o *status* de país que mais mata pessoas trans no mundo, sendo, também, o país que mais consome pornografia trans. No *ranking* nacional, o estado do Pará ocupa a 8ª posição entre os estados brasileiros que mais assassinaram pessoas trans entre os anos de 2017 e 2022, somando um total de 37 vidas trans exterminadas (BENEVIDES, 2023).

Ainda sobre esses dados, somente no ano de 2022, pelo menos 151 pessoas trans tiveram suas vidas ceifadas no Brasil, sendo 131 assassinadas e as outras 20 pessoas suicidas³

^{3 3} Termo utilizado por Benevides (2023), partindo da compreensão que são as diversas formas de violência e exclusão social, motivadas pelo ódio a identidade de gênero de pessoas trans, que conduzem elas ao autoextermínio.

(BENEVIDES, 2023). Contudo, apesar de os números serem elevados o Brasil continua sofrendo com a falta de dados e/ou subnotificações governamentais atinentes aos assassinatos de pessoas trans, o que dificulta possibilidades de ações e políticas públicas de combate às violências transfóbicas.

Além disso, no contexto político e social, observa-se o aumento de ações conservadoras “antitrans” e “antidiversidade” e de propostas que visam institucionalizar a transfobia, inclusive, no âmbito escolar. Exemplo disso, são os discursos antigênero movidos por grupos neoconservadores, representados nos últimos anos pela falácia da “ideologia de gênero” e do Movimento Escola Sem Partido (MESP) (YANNOULAS; AFONSO; PINNELI, 2021).

Discursos como esses visam naturalizar os comportamentos, os desejos, as preferências, os gêneros e as sexualidades tidos como “normais” para uma criança-aluno/a, a partir de uma noção cis-heterocentrada que dita quais crianças e infâncias são (im) possíveis para o espaço escolar (COUTO JUNIOR; POCAHY; OSWALDY, 2018). Os corpos trans fazem parte, nesse contexto e para esses grupos ultraconservadores, das crianças/alunos/as impossíveis para o cotidiano escolar, que não deve ser desejado, visto, expressado, mas evitado e rejeitado.

Se considerarmos a posição de Pochay e Dornelles (2010), podemos dizer que nas instituições escolares, através de discursos, políticas e práticas educacionais, operam jogos de poder e regulação das subjetividades que tornam muito evidente quais são os sujeitos, corpos, gêneros e sexualidades que importam, socialmente prestigiados e legitimados. Na outra extremidade, em contrapartida, encontram-se os/as “desimportantes”, as abjeções, isto é, “as vidas tornadas ininteligíveis, desprezíveis, bizarras e/ou estranhas” (POCHAY; DORNELLES, 2010, p. 129) que devem ser invisibilizadas e, por vezes, até punidas. Não é difícil identificar que para os discursos, políticas e grupos neoconservadores, as vidas trans são abjetas.

O dossiê da ANTRA, também deixa evidente que dentre a diversa população trans brasileira, são as travestis e mulheres transexuais pobres, negras e periféricas que mais sofrem com as desigualdades e violências de gênero. No que diz respeito à raça/etnia, ao menos 76% das travestis e mulheres trans assassinadas no Brasil, em 2022, eram negras - pretas ou pardas (BENEVIDES, 2023), dado que demonstra a intersecção entre gênero e outros marcadores sociais da diferença como classe e raça/etnia na produção de relações (assimétricas) de poder (COLLINS; BILGE, 2021), explícita nos processos que culminam na aniquilação das existências trans.

Outros fatores comuns relacionados ao perfil das pessoas trans vítimas de violências transfóbicas no país podem ser observados nos dossiês da ANTRA, dentre os quais destacamos:

- A maior parte das vítimas é jovem, entre 13 e 29 anos;
- A maioria é negra, empobrecida e reivindica ou expressa publicamente o gênero feminino;
- Entre as vítimas, a prostituição é a fonte de renda mais frequente;
- Estéticas e aparências não-normativas são fatores de alto risco;
- Travestis e mulheres trans têm até 38 vezes mais chances de serem assassinadas do que homens trans, pessoas transmasculinas e pessoas não binárias;
- Os casos acontecem em sua maioria com uso excessivo de violência e requintes de crueldade;
- A importância e a gravidade desses crimes tendem a ser minimizadas e justificadas pela identidade de gênero, atribuindo-lhes responsabilidade por suas próprias mortes;
- Cenário de políticas institucionais antitrans favorecem o assassinato e a impunidade (BENEVIDES, 2023, p. 47-48).

Não restam dúvidas que existe um extermínio de pessoas trans no Brasil, que nega as suas existências, os direitos sociais e a própria liberdade, indo na contramão dos princípios básicos da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Nesse sentido, destacamos que existem inúmeras formas de precarização e violência simbólica das existências trans que conseguem sobreviver ao extremo ódio de uma sociedade cisnormativa, como é a sociedade brasileira.

Com relação à educação, segundo dados do Projeto Além do Arco-íris, do Instituto Afro Reggae, citados por Benevides e Nogueira (2021), estima-se que 72% da população trans não tenha concluído o ensino médio e apenas 56% esteja cursando o ensino fundamental. Além disso, somente 2% das pessoas trans estão nas universidades federais brasileiras (ANDIFES, 2019), dados que refletem a exclusão educacional dessas pessoas desde a educação básica até o ensino superior.

Estatísticas como essa reclamam pela atenção do debate sobre gênero e sexualidade no campo da educação (XAVIER, 2019), na medida em que a evasão/expulsão escolar de pessoas trans resulta, entre outras coisas, na dificuldade de conseguirem empregos formais e as desloca para lugares e posições subalternos e de extrema vulnerabilidade social. Além disso, a exclusão de uma vida educacional para as pessoas trans tem invisibilizado e inviabilizado as suas inserções nas pesquisas em educação, uma vez que a maioria delas sequer consegue finalizar a educação básica, como pontuado anteriormente.

Parece-nos evidente que o espaço escolar e, principalmente, os espaços educacionais de ensino superior não têm sido espaços possíveis para pessoas que não correspondem ao padrão e não apresentam linearidade entre sexo-gênero-sexualidade, sobretudo, para as pessoas trans (SANTOS; ORNAT, 2017). Talvez isso ajude a explicar a pouca, em comparação a outros temas consolidados no campo da educação, produção do conhecimento na Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação brasileira, em especial, na região norte, que dialoguem com pessoas trans e, principalmente, que as tenham como autoridades científicas de seus próprios saberes e narrativas.

Em levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, buscando pelos termos “transgeneridade”, “transexualidade”, “transgênero”, “trans e educação”, “trans na escola” e “transexualidade e educação”, foram localizados 32 trabalhos nos Programas de Pós-Graduação em Educação brasileiros, produzidos entre 2012 e 2022, sobre a temática. No contexto nacional, a região norte é a região com menor produção nessa temática no último decênio, sendo localizada apenas uma dissertação produzida no estado do Pará, intitulada “Transgeneridades e Heteronormatividade na Escola: tensões, desafios e possibilidades presentes nas relações pedagógicas”, defendida em 2019 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará por Mayanne Souza, sob orientação da Professora Dra. Lucélia Bassalo, participante e coordenadora respectivamente do JEDS.

Para além de ampliar pesquisas sobre diversidade de gênero na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, é preciso fomentar iniciativas e ações afirmativas que propiciem o ingresso e a permanência de pessoas trans desde a educação básica até a pós-graduação. Requerer o existir de travestis, transexuais e transgêneros/as nos espaços de produção da ciência significa reconhecer que esse coletivo pode e deve assumir a centralidade de suas narrativas e falar por si mesmo, e não mais ter suas histórias contadas apenas pela perspectiva do outro.

Entretanto, “o preconceito que surge como principal obstáculo de travestis e transexuais até a graduação ganha uma outra forma nos programas de mestrado e doutorado” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 3). Conforme as autoras, há, na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, um conjunto de dispositivos que visam desestabilizar as vozes travestis e de pessoas trans, essas frequentemente acusadas de vitimismo, coitadismo, denunciismo.

É preciso romper de uma vez por todas com o trans epistemicídio denunciado por Bruna Benevides e Débora Lee, uma vez que:

O Trans epistemicídio faz parte do contexto social de violências, genocídio e morte simbólica de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans. E reflete a desvalorização, apagamento e extermínio dos saberes referenciais das pessoas trans, das suas narrativas e contribuições para a ciência. Pesquisadoras/es trans comumente são preteridos e seus trabalhos contestados pelos

espaços acadêmicos. Além disso, há a dificuldade de poderem falar abertamente sobre aquilo que os representa, sentem e desejam, sem a interdição do poder da ciência (BENEVIDES; LEE, 2018, p.253).

Compreendemos, a partir das autoras, que romper com o trans epistemicídio exige então fazermos oposição radical a toda forma de exclusão social e educacional de pessoas trans e, para isso, é necessário criar oportunidades que garantam seu acesso e a permanência nos espaços escolares e nas universidades, reconhecê-las e valorizá-las como sujeitos/as de autoridade científica, isto é, que eles/elas podem e devem falar por si mesmos/as, e que suas existências, saberes, narrativas, histórias de vida, perspectivas têm valor e potência para a produção do conhecimento científico, neste caso, especialmente, para a pesquisa em educação.

York (2020, p. 147) não exagera ao afirmar que “os/es/as trans/travestis são os corpos mais deslegitimados da/na escola”, e apesar de toda a negação, violência, negligência e exclusão que os/es/as acomete, “serão também os responsáveis pela atualização deste lugar”. Assim, se, de um lado, temos um alarmante – histórico e atual – cenário nacional e regional de subalternização das pessoas trans dos espaços educacionais de formação e produção do conhecimento, de outro, começamos a observar rupturas nesse sistema – cisnormativo –, ao passo que algumas pessoas trans começam a conquistar espaços importantes na pesquisa e na educação, e também, no meio político, fazendo eclodir suas vozes, demandas, histórias, subjetividades e anseios a partir de que tem sido possível enxergar por perspectivas outras as relações – assimétricas – de gênero e de poder nos diferentes espaços sociais, institucionais e educacionais, bem como a rever criticamente o próprio modo hegemônico de produção de conhecimento.

Luma Nogueira de Andrade⁴, Bruna Benevides, Sara Wagner York, Thiffany Odara, Megg Rayara Gomes de Oliveira⁵ estão entre as raríssimas “exceções” que conseguiram escapar do “destino” de subalternização socialmente reservado à maioria das pessoas trans em nossa sociedade. Elas têm ocupado um importante espaço na pesquisa brasileira – no campo da educação e também dialogando com outros campos do conhecimento – levando as questões de gênero e sexualidade e suas relações com outros marcadores sociais da diferença para os debates no campo da educação. Nomes, como o de Erika Hilton, deputada federal desde 2023, também são “exceções” importantes de representatividade trans na ocupação de espaços outros, onde produzem resistência e política fazendo eclodir vozes histórica e socialmente silenciadas e invisibilizadas.

⁴ Luma Nogueira de Andrade é a primeira travesti a conseguir o título de Doutora no Brasil.

⁵ Megg Rayara Gomes de Oliveira é a primeira travesti negra a conseguir o título de Doutora no Brasil.

A política de cotas nas universidades para pessoas trans é uma medida fundamental para o enfrentamento dessa desigualdade no sistema educacional e para que possamos ir em direção à equidade de direitos. Em concordância com York (2020), compreendemos que a implementação de ações afirmativas que garantam o acesso ao direito à educação, especialmente em Programas de Pós-Graduação, faz-se uma medida necessária não apenas para as pessoas trans, mas para todas as “minorias”, sujeitos e grupos sociais que sofrem com a crise democrática e institucional que atravessamos no Brasil.

É verdade que, a partir de 2016, algumas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras adotaram políticas de ações afirmativas para democratizar o acesso de pessoas trans na graduação e na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, ainda que não tenha se estendido a todos os cursos, programas ou linhas de pesquisa (YORK, 2020). Porém, desde então, é possível identificar a adesão de outras universidades públicas às políticas de cotas para pessoas transgêneras. Entretanto, é preciso avançar e tornar as políticas afirmativas para a comunidade trans em política de Estado, uma vez que as cotas trans são adotadas pelas IES de forma independente e autônoma, tal como reitera o projeto de lei apresentado pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), em julho de 2023, ao Congresso Nacional, que reivindica a reserva de 5% das vagas das Universidades Federais para pessoas trans e travestis.

Todavia, novos horizontes parecem se abrir – ou melhor, ser conquistados – com relação à participação de pessoas trans na pesquisa em educação na Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Estado do Pará. Ao menos, é o que queremos acreditar quando, a partir da reserva de vaga a pessoas trans, temos a aprovação e classificação de uma delas no Curso de Mestrado do PPGED/UEPA, linha de pesquisa “Formação de Professores e Práticas Pedagógicas”, segundo o Edital nº 15/2023 (UEPA). Mas, voltamos a lembrar, essa não é a regra, é a exceção. Ainda há muito o que avançar, a ser debatido, reivindicado e conquistado.

Considerações finais

Enquanto as pessoas trans forem “exceções” e continuarem sendo negadas em seu direito básico de acesso e permanência na escola e da formação enquanto pesquisadores/as produtores/as do saber científico, o conhecimento não será democrático. Dessa forma, interrogamos, então: qual o lugar da população trans na pesquisa em educação no Brasil e, em especial, na região amazônica? Que conhecimentos estão sendo produzidos por esse coletivo social, dentro ou fora dos espaços formais de educação, e o que temos a aprender com as epistemologias trans? Como a escuta das vozes trans pode nos ajudar a (re)ver as relações entre gênero, sexualidade e educação, tendo em vista a construção de instituições educacionais

(escolas e universidades) com equidade e justiça social e democratização do conhecimento, considerando a diversidade de gênero e sexual?

Questionamentos como esses são necessários se quisermos romper com a estrutura social – cis-hetero –, normativa (re) produzida nas instituições de ensino, que legitima apenas os saberes, vivências e histórias de vida de pessoas cisgêneras e heterossexuais, porque se identificam com as identidades de gênero e sexual hegemônicas. Estrutura que, até muito recentemente, no meio acadêmico e científico, fez com que os fenômenos sociais, inclusive aqueles relacionados aos gêneros e sexualidades dissidentes, fossem investigados exclusivamente sob a perspectiva de pesquisadores cis e heterossexuais.

Entretanto, as existências sociais e políticas de pessoas trans têm, a partir de suas potentes reivindicações, subjetividades e narrativas, ou seja, a partir do lugar por elas ocupado no mundo, produzindo resistências e epistemologias que apresentam outras (re) interpretações e interrogações sobre a realidade social e sobre o próprio modo hegemônico de produção científica, cuja racionalidade, por muitas décadas, ignorou e desqualificou os saberes e existências de travestis, homens e mulheres transexuais, pessoas não binárias e de todas as demais identidades de gênero não normativas. Concordamos com a posição das autoras abaixo citadas:

Travestis e transexuais produzindo ciência sobre suas existências é uma forma de assumir de uma vez por todas que um saber é sempre posicionado e que nós temos um lugar de onde podemos falar com autoridade e sermos reconhecidas por isto (BENEVIDES; LEE, 2018, p. 254).

Referências

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. FONAPRACE: Uberlândia, 2019.

BENEVIDES, Bruna (Org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENEVIDES, Bruna; LEE, Débora. Por uma epistemologia das resistências: apresentando saberes travestis, transexuais e demais pessoas trans. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê: assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed editora, 2009.

JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto; POCAHY, Fernando; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Crianças e infâncias (im) possíveis na escola: dissidências em debate. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 55-74, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PICOLI, Bruno Antonio; RADAELLI, Samuel Mânica; TEDESCO, Anderson Luiz. Anti-intelectualismo, neoconservadorismo e reacionarismo no Brasil contemporâneo: o movimento escola sem partido e a perseguição aos professores. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 58, p. 48-66, 2020.

POCAHY, Fernando. Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 12, n. 2, p. 125-135, 2010.

RIBEIRO, Geize Kelle Nunes; SILVA, Wender Faleiro da; ALMEIDA, Juliano da Silva Martins de. Educação e desigualdade social na atualidade: uma discussão a partir do conceito de pensamento abissal. **Revista Profissão Docente**, v. 19, n. 41, p. 1-13, 2019.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio Jose. Vivências de travestis e pessoas trans em espaços educacionais de nível superior no sul do Brasil e a constituição de suas múltiplas espacialidades. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, 2017.

SANTOS, Antônio Raimundo. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

SEFFNER, Fernando. Cruzamentos entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). *In*: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Meri Rosane Santos da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Corpo, gênero e sexualidade**: problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande: Ed. FURG, 2006. p. 76-84.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. *In*: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia; MOUTINHO, Laura (Orgs.). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, p. 249-270, 2016. p. 249-270.

XAVIER, Gláucia do Carmo. Transexualidade no Ensino Médio: desafios e possibilidades. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, n. 1, p. 79-95, 2019.

YANNOULAS, Silvia. Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: falacias de la “ideología de género” y del movimiento “escuela sin partido”. **Debate Público**, v. 11, n. 21, p. 65-81, 2021.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n.3, p. 1-12, 2020.

SOBRE OS AUTORES

Ana Daniele Mendes Carrera

Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), na linha de Saberes Culturais e Educação na Amazônia. Possui Mestrado em Educação na linha de Formação de Professores e Práticas Educativas (PPGED/UEPA). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia com pesquisa na área de Gênero, Feminismos, Educação, Práticas Educativas e Formação de Professores. Membro editorial da Revista Cocar. Membro dos Grupos de Pesquisa sobre Juventude, Educação, Gênero, Sexualidade e Sociabilidade (JEDS/UEPA) e sobre Gênero, Feminismos e Sexualidades (GEFES/UEPA). Bolsista CAPES.

E-mail: a.danielemendes@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1150-3079>

Jesyan Wilysses Oliveira Guimarães

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA), vinculado à linha de pesquisa “Formação de Professores e Práticas Pedagógicas”. Graduado em Educação Física pela UEPA. É membro do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero, Sexualidade e Sociabilidade (JEDS/UEPA). Bolsista CAPES.

E-mail: jesywil02@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8058-8278>

Victor Duarte Reis Sousa

Graduando transexual de Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado do Pará (UEPA). Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Juventude, Educação, Gênero, Sexualidade e Sociabilidade (JEDS/UEPA). Atualmente é bolsista PIBIC/CNPQ.

E-mail: victor.drsousa@aluno.uepa.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3540-5685>

Maria Clara Dantas Modesto

Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Membro do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero, Sexualidade e Sociabilidade (JEDS/UEPA). Atua como voluntária em Projeto de Iniciação Científica.

E-mail: maria.cdmodesto@aluno.uepa.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9486-9036>

Recebido: 10/08/2023

Aprovado: 18/10/2023

Um materialismo reparador, ou lendo a vida material em *The Gifts of the Body*

A reparative materialism, or reading the material life in *The Gifts of the Body*

Ruan Nunes Silva

Universidade Estadual do Piauí
Parnaíba, Piauí, Brasil

Resumo

O presente trabalho explora as interseções entre questões materialistas e de estudos *queer* para investigar a obra *The Gifts of the Body*, de Rebecca Brown. Considerando o materialismo como prática e a leitura reparadora como estratégia, o artigo busca, a partir de nomes como Terry Eagleton (2023), Maria Elisa Cevalco (2003) e Eve Sedgwick (2003), compreender a questão da Aids em *The Gifts of the Body* pelas lentes do que se denomina materialismo reparador. Conclui-se que elementos como o borramento de gêneros, o uso da linguagem e a ordenação interna da obra sinalizam uma leitura na qual a morte, tema presente em estudos sobre a Aids, não é o centro das experiências afetivas.

Palavras-chave: *The Gifts of the Body*; Rebecca Brown; Materialismo reparador.

Abstract

This work explores the intersections between questions of materialism and queer studies to investigate *The Gifts of the Body* by Rebecca Brown. Taking into consideration materialism as practice and reparative reading as a strategy, this article aims, while approaching theorists such as Terry Eagleton (2023), Maria Elisa Cevalco (2003) and Eve Sedgwick (2003), to understand the issue of Aids in *The Gifts of the Body* through the lens of what is termed reparative materialism. It is concluded that elements such as the blurring of genres, the use of language and the internal narrative order signal a reading in which death, an ubiquitous theme in Aids narratives, is not at the centre of the affective experiences of the book.

Keywords: *The Gifts of the Body*; Rebecca Brown; Reparative materialism.

Rotas iniciais

Em *Cotidiano*, Susan Willis (1997, p. 189) destaca que é no mais mundano do cotidiano que “as forças sociais em conflito, que moldam a história, chegam até nós”. Interessada naquilo que é trivial e descartado no dia a dia, Willis (1997) reforça que é no cotidiano que é possível localizar a convergência de nossos tempos com a história. Nesse sentido, o cotidiano, o comum, a rotina e o banal assumem tons necessários para repensar a cultura, impulsionando a possibilidade da crítica cultural como uma chave de mudança. Para a crítica aqui proposta, o cotidiano será a experiência de pessoas que viveram com Aids na obra *The Gifts of the Body*, da estadunidense Rebecca Brown (1995).

Ao tornar essas experiências do cotidiano o interesse de sua narrativa, Brown materializa a necessidade de superar “as dicotomias usuais do pensamento hegemônico que insiste em separar o individual do social, a criação artística dos processos sociais, a literatura da sociedade, o texto do contexto” (CEVASCO, 2008, 155). A experiência da Aids em *The Gifts of the Body* é aqui lida à luz de questões dos Estudos Culturais, em especial repensando a crítica cultural materialista em diálogo com questões reparadoras, oriundas dos estudos *queer*.

Como um mapa deste trabalho, discuto inicialmente a questão do materialismo como um problema da crítica cultural e aponto suas pontes com a leitura reparadora proposta por Eve Sedgwick (2003). Após isso, investigo quatro elementos de *The Gifts of the Body* como sintomáticos da impossibilidade de separar a literatura da sociedade, reforçando a proposta do que chamo de materialismo reparador. Por fim, recupero a noção do materialismo reparador e suas possibilidades investigativas.

Caminhos: do materialismo à reparação

Ao explicar as origens do materialismo cultural, o crítico britânico Alan Sinfield (2005 [1994]) destaca que não se deve perder de vista as questões sócio-históricas dos Estudos Culturais no pós-guerra. A divisão da Europa em construções comunistas ou capitalistas requer atenção, especialmente porque, na visão de Sinfield, a questão do capitalismo do bem-estar social (*welfare capitalism*) se traduziu nos Estados Unidos como uma noção – *obviamente* errônea – de socialismo.

Em outras palavras, o capitalismo do bem-estar social foi interpretado, à luz das tensões da Guerra Fria, como uma forma de sociedade revolucionária quando, na verdade, é apenas uma expressão de tentativas de melhoramento e adaptação do próprio sistema de opressão. Sendo um sistema que se disfarça para poder continuar vigente, é ele próprio o

sistema que se constrói como benéfico para continuar expandindo seus tentáculos. É possível perguntarmos: o que isso tem a ver com a questão da cultura?

Sinfield (2005) relembra que a cultura, a partir dos anos 1950, se torna parte de interrogações: será que cultura é realmente o legado das “melhores obras” que o passado nos legou? Será que há mesmo uma cultura que deve ser preservada porque ela nos tornaria pessoas melhores? Seria o papel da cultura ser um alívio contra a barbárie do mundo? Será que resta à cultura ser apenas uma reprodução de valores capitalistas já estabelecidos? Tais perguntas no pós-guerra são partes integrais dos projetos dos Estudos Culturais, aqui compreendidos em suas tensões, torções e paradigmas (HALL, 2014).

Fugindo das compreensões materialistas reducionistas da cultura – cultura como um reflexo da base econômica – e de interpretações idealistas – a cultura como pedra de toque –, os Estudos Culturais buscam compreendê-la como parte de mudança social. Sobre isso, concordo com Maria Elisa Cevasco (2003, p. 111) quando ela diz:

No campo materialista, a questão é ver a cultura, mais do que um mero efeito da superestrutura, é um elemento fundamental na organização da sociedade e, portanto, um campo importante na luta para modificar essa organização. Em outras palavras, a questão é pensar uma teoria materialista da cultura que leve em conta seu papel social e contribua para a construção de uma alternativa de sociedade mais justa e igualitária.

Apoiando-se nos escritos de Raymond Williams, crítico e teórico galês e, um dos fundadores dos Estudos Culturais na vertente britânica, Cevasco (2003) aponta que a cultura na crítica materialista não pode ser interpretada apenas como um recurso de herança do passado, mas sim como elemento-chave para a mudança social. Como não há, na compreensão de Williams (2011 [1980]), uma distância entre cultura e sociedade, a cultura não seria mero reflexo da base econômica do sistema capitalista. Em outras palavras, o que dá materialidade para a cultura é a própria experiência vivida e sentida, expressando que a cultura é tanto reprodução quanto produção de significados e valores (CEVASCO, 2003; WILLIAMS, 2011). A experiência é, assim, um conceito fundamental para a perspectiva culturalista aqui descrita (Hall, 2014).

Dessa forma, o materialismo cultural como base crítico-teórica de reflexão é um exercício de compreensão da realidade social a partir da cultura. Como lembra André Glaser (2011), ao unir duas dimensões aparentemente distantes – cultura e materialismo –, Raymond Williams cria uma ponte para impulsionar os estudos que repensam o lugar da cultura na sociedade. Cabe lembrar, como sublinha Terry Eagleton (2023, p. 13), que o materialismo

“pode ser encontrado de diferentes formas e tamanhos, das versões mais rígidas e cabeças-duras às mais maleáveis”. Aqui, na esteira de Eagleton (2023), afasto-me de compreensões mecânicas, reducionistas e deterministas do materialismo, afinal, é nas interseções das dimensões éticas e políticas que situo esta discussão. Isso significa dizer que uma leitura materialista compreende que, seguindo Karl Marx (2019 [1852]), fazemos histórias a partir das condições materiais nas quais nos encontramos, mas sem reduzir esse sistema a uma versão determinista na qual a estrutura/ordem possui primazia sobre a agência/ação. Sobre isso, Eagleton reforça:

Dizer que somos *um produto de tantas forças* não é alegar, como fazem os eliminativistas, que a ação humana é um mito interesseiro. É antes insistir que a autodeterminação que podemos alcançar existe dentro do contexto de uma dependência profunda. [...] O sinal mais visível de nossa ação-com-dependência é o corpo, que é a fonte de nossa atividade, embora também seja mortal, frágil e terrivelmente suscetível à dor (EAGLETON, 2023, p. 30, grifo nosso).

Ser um “produto de tantas forças” significa tanto os processos de tornar-se sujeito quanto aqueles de assujeitamento. A relação de estrutura e agência – ou como Eagleton diz, ação-com-dependência – é importante para a crítica materialista porque é a partir das condições materiais que será possível oferecer uma leitura da cultura. Dito de outra forma, a cultura em leituras materialistas não é reduzida às condições de sua elaboração, mas sim interrogada em seus movimentos de reprodução e produção, de sustentação e questionamento, de articular e fissurar o sistema. A cultura é parte de um sistema sócio-histórico, porém, não é mero reflexo desse mesmo sistema. O motivo pelo qual ela não é apenas um reflexo é porque ela carrega recursos para mudanças:

É porque somos pedaços de um certo tipo de carne que somos capazes de ser agentes históricos; mas ser um corpo também significa estar exposto e desprovido, sujeito a inúmeras influências incontroláveis, incapaz de um autodomínio completo. (EAGLETON, 2023, P. 30).

A crítica cultural materialista leva a sério, portanto, o papel da cultura como mecanismo de análise da sociedade. Ao reconhecer outros materialismos, reforço a aliança proposta na contemporaneidade entre o projeto de mudança social e os caminhos que a cultura tem assumido. A cultura como materialidade está, como sublinha Mel Y. Chen (2021), ligada às questões daquilo que nos tornaria humanos (*humanness*), ou seja, falar sobre cultura e questões materialistas é repensar as bases humanistas da modernidade sobre as quais tais materialidades revogam os significados acumulados de que apenas determinados corpos poderiam ser humanos. É por este viés que alinho a questão cultural materialista com as

leituras reparadoras de Eve Sedgwick (2003) como um exercício de reavaliação crítica da potência da crítica materialista em diálogo com questões *queer*.

Como teórica dos estudos *queer*, Sedgwick sempre desconfiou de leituras que reduziam as potencialidades dos textos a partir de vieses heteronormativos. Seus escritos buscaram sempre desafiar as bases heteronormativas do pensamento ocidental, mesmo quando os próprios termos “heteronormativo” e “*queer*” não circulavam academicamente.

Uma de suas propostas mais instigantes e influentes é a de que somos ensinados a ler de forma paranoica, ou seja, antecipando as surpresas e agindo como detetives em textos à luz de exercícios da hermenêutica da suspeita. Como uma tentativa de desarticular as leituras paranoicas, Sedgwick (2003) sugere as leituras reparadoras, nas quais abre-se mão de determinações preestabelecidas em prol de negociações com aquilo que pode surpreender – positiva ou negativamente.

Em “Paranoid reading, reparative reading”, Sedgwick (2003) recupera discussões teóricas acerca dos usos da hermenêutica da suspeita e sobre como leituras pós-1980 – as suas próprias inclusive! – Estavam recheadas de buscas antecipatórias de segredos escondidos no texto. Para ela, as leituras paranoicas sustentam modelos críticos esperados e validados pelo mundo acadêmico, afinal, seria uma forma de explicitar conteúdos previamente não pensados ou vistos em textos literários.

As leituras paranoicas seriam, portanto, dependentes e reforçadoras da própria estrutura monopolizante de teorias (Sedgwick, 2003). Já as leituras reparadoras buscam uma negociação distinta: os usos e abusos do repertório crítico-teórico não deveriam partir do pressuposto que as surpresas – positivas ou negativas – dos caminhos de estudo e leitura são ruins. Pelo contrário, ler de uma posição reparadora é compreender que mesmo as coisas mais violentas e negativas convivem com outras boas e positivas e que uma coisa não anula a outra.

Para oferecer um exemplo reducionista: é comum que obras do passado abordem as existências LGBTQIAPN+ a partir da morte como chave crítica, afinal, era esse o futuro “esperado” para essas existências. Numa leitura paranoica, parte-se desse conhecimento de antemão para localizar no texto as formas retóricas pelas quais a construção preanuncia a morte que chegará. Assim, quando a morte chegar, não haverá surpresas e já se saberá de antemão o resultado. Já na leitura reparadora, a estratégia é pensar que o ato de saber de antemão sobre a morte não implica um desagenciamento ou mesmo uma passividade por parte de existências dissidentes. Pelo viés reparador, a surpresa, mesmo que negativa e violenta, pode ser uma forma de conhecer o mundo e ser afetado por ele. Em uma citação muito popular, Sedgwick afirma:

[...] to read from a reparative position is to surrender the knowing, anxious paranoid determination that no horror, however apparently unthinkable, shall ever come to the reader as new; to a reparatively positioned reader, it can seem realistic and necessary to experience surprise. Hope, often a fracturing, even a traumatic thing to experience, is among the energies by which the reparatively positioned reader tries to organize the fragments and part-objects she encounters or creates (Sedgwick, 2003, p. 146)⁶.

Em termos mais simples, ler de uma posição reparadora não significa abrir necessariamente mão das estratégias paranoicas. Sedgwick nos lembra que por vezes são as pessoas mais paranoicamente treinadas que precisam e oferecem as leituras mais reparadoras. O desafio é, portanto, compreender que ter ciência de que a sociedade é um espaço de traumas, violências e dores não significa ser menos capaz ou ter menos agência. Será este o caminho proposto de articular dois projetos que são por vezes antitéticos: o materialismo e as leituras reparadoras.

Digo que são antitéticos porque as leituras materialistas podem – por vezes e quase sempre – reduzir a experiência e a cultura a meras articulações de “papagaio treinado”. Ou seja, terminam por reafirmar aquilo que já se sabia de antemão: que o capitalismo é, sem dúvidas, o vilão e que o sistema (a estrutura) deve ser derrotado. Não duvido disso aqui, porém levo a sério a sugestão de John Holloway (2013, p. 14) de fissurar o capitalismo: “[r]ompê-lo de tantas formas quanto pudermos e tentar expandir e multiplicar as fissuras e promover a sua confluência”.

Fissurar o sistema significa também reconhecer que as derrotas não são um sinal de fim de caminhos, mas sim possibilidades de reconhecer trajetórias distintas. Nesse sentido, em lugar de sugerir a Aids como uma experiência negativa, apontarei que *The Gifts of the Body* rearticula a experiência sem esquecer das dores e das violências – isso pelo viés de um materialismo reparador.

Um materialismo reparador deve ter consciência de suas articulações com/contra o sistema no qual está inserido, afinal, insurreições são experiências que, por sua vez, são partes do projeto culturalista dos Estudos Culturais em oposição às compreensões estruturalistas (Hall, 2014). A fim de repensar as materialidades, alinho-me aos questionamentos que os afetos – sentimentos, emoções – podem suscitar, especialmente, porque considero-os como uma peça fundamental que a crítica cultural materialista tem deixado de lado.

⁶ “[...] ler a partir de uma posição reparadora é desfazer-se da determinação paranoica e ansiosa, segura de que nenhum horror, por mais impensável que pareça, chegará ao leitor como novidade; já para uma leitora posicionada de modo reparador, pode parecer realista e necessário experimentar a surpresa. Porque assim como pode haver surpresas terríveis, pode haver surpresas boas. A esperança, experiência tantas vezes vivida como ruptura, até mesmo como traumática, figura entre as energias por meio das quais leitoras posicionadas de maneira reparadora tentam organizar os fragmentos e objetos parciais que elas encontram ou criam” (Sedgwick, 2020, p. 415).

O registro dos afetos como significativos de reprodução e produção de valores em nossa sociedade é um exercício crítico que permite indicar que os afetos não são abstratos ou metafísicos: são expressões materiais que dizem o que devemos ou não sentir, por exemplo.

A atenção dada aos estudos de afetos desde os anos 1990 reforça uma virada importante nos Estudos Culturais. Ann Cvetkovich (2020) aponta que os usos de emoções e sentimentos nos Estudos Culturais possuem uma história sólida por considerarem os efeitos sociais e políticos vivenciados no cotidiano.

Como exemplo dessa tradição, Cvetkovich (2020) recupera o conceito de “estrutura de sentimentos” de Raymond Williams que busca captar as formas pelas quais as condições sociais são manifestas no dia a dia e que elas formam a experiência para mudanças nas formações sociais. Nesse sentido, em diálogo com o cotidiano de Susan Willis (1997) do início do texto, pode-se falar sobre os afetos cotidianos como expressões generalizantes de experiências que, embora individuais, representam construções e instituições sociais como família, relacionamentos, igreja e escola.

Os afetos, sublinha Linda Cartwright (2015), estão intimamente ligados aos destinos preestabelecidos de corpos que desafiam ou transgridem normas sociais. Cartwright (2015, p. 32) reforça que sujeitos cujas expressões de gênero ou sexualidade desafiam as regras estão sujeitos às “regras feias” que durante boa parte do século XX geraram sentimentos de vergonha.

Por este motivo, parece-me importante sublinhar que um materialismo reparador deve se atentar às manipulações desses sentimentos no tecido social para evitar cobranças de “finais felizes” cujos sentidos são meramente idealistas e ilustrativos. A mudança só pode ser real quando a materialidade é encarada como parte do processo, logo os sentimentos ruins e negativos devem ser compreendidos, repensados e mobilizados para além do enfraquecimento esperado por um sistema de exploração.

Recuperando o que foi até agora discutido: ao estabelecer os afetos como elementos centrais em um materialismo reparador, o desejo é combinar a crítica social realizada pelos Estudos Culturais sem perder de vista o projeto de mudança social, mesmo que isso signifique lidar com aquilo que pode ser violento, doloroso e vil. Por trabalhar aqui com literatura, a materialidade também se dá por meio da compreensão que as palavras podem ressignificar a experiência vivida. Nesse sentido:

Como se trata de uma teoria que se baseia na materialidade da linguagem e na correlata materialidade da produção cultural, o trabalho de análise [materialista] passa pela descrição dessas relações variáveis em obras específicas. O trabalho de interpretação é ler nessas variáveis as formas determinantes da organização social que ordena, sempre de maneira específica e em momentos igualmente específicos, os significados e as experiências (CEVASCO, 2008, p. 155).

Como sublinha Cevasco, fazer crítica cultural não é simples: é necessário observar as relações e compreender nelas a textura que as experiências assumem. As articulações retóricas e poéticas da literatura permitem uma compreensão de como a estrutura opera e as possibilidades de questionamento dela.

Os presentes do corpo: narração, divisão, linguagem e texto

Publicado originalmente em 1994 e premiado em 1995 com o Lambda de Ficção Lésbica, *The Gifts of the Body*, da estadunidense Rebecca Brown (1995), é uma obra que desafia definições – descrita ora como uma coletânea de contos, ora como um romance. Brown escreve sobre as experiências de uma pessoa, cuja identidade nunca é revelada, que trabalha para a *Urban Community Services* (Serviços Comunitários Urbanos), uma organização com foco no trabalho de cuidado de pessoas que vivem com Aids. Evitando cair em simplificações sentimentais, *The Gifts of the Body* navega pelos desafios de uma pessoa que cuida de pacientes ao mesmo tempo que busca se manter distante das questões com as quais convive.

Sendo uma obra que nunca recebeu atenção crítica no Brasil, utilizo-a para refletir sobre o materialismo reparador a partir de quatro elementos: o uso de uma figura narradora anônima, a organização dos contos/capítulos, a presença de uma linguagem direta e simples e, por fim, a questão do próprio gênero literário.

O uso da anonimidade para a narrativa em *The Gifts of the Body* reforça uma importante questão da crise da Aids dos anos 1980: a ausência de nome seria tanto uma estratégia para apagar a identidade da pessoa que cuida, quanto para reforçar um silêncio cultural acerca dessas pessoas. Muito se fala sobre a epidemia da Aids, porém, pouco se escreveu e pensou sobre as pessoas que cuidaram delas. Isso é sublinhado por Sarah Schulman (2013) ao destacar que a crise da Aids se tornou também, sob o capitalismo reinante nos Estados Unidos, uma gentrificação do espaço e da mente.

Descrevendo a gentrificação como um processo de substituição de determinados valores por aqueles do mundo suburbano estadunidense, repleto de estratificação social e racial, Schulman (2013) descreve que a pandemia da Aids também foi gentrificada com fins políticos. O apagamento da história de pessoas que morreram foi reforçado pelo deslocamento forçado desses sujeitos de seus lares.

Para Schulman (2013), não se pode ler a morte em massa de jovens em Nova York sem levar em conta a recusa de setores governamentais em ajudar grupos que sofriam. Isso significa dizer que as mortes foram parte de um projeto de remodelação dos valores e significados de Nova York, então um território em expansão e gentrificação.

Essa relação entre a epidemia da Aids e questão econômica não pode ser deixada de lado, uma vez que ela é parte integral de *The Gifts of the Body*. Muitos dos pacientes deixam suas casas para residirem em unidades de cuidados paliativos porque estão sozinhos e abandonados. À mercê da sociedade, esses pacientes deixam para trás suas histórias e vidas, sendo por vezes obrigados a viver em espaços pequenos e sem conforto:

The apartment had the same layout as a lot of them in the building: small kitchen, tiny bathroom, and a main room with a track on the ceiling and floor where you pulled a partition out to make a wall to separate the bedroom. There were boxes on the floor and kitchen counters and in the bathroom. But not many. The guy didn't have much stuff. The main room had a table and two chairs and nothing else (BROWN, 1995, p. 91)⁷.

O que trechos como este indicam é a transformação social, econômica e cultural do espaço nova-iorquino durante a epidemia: espaços pequenos, caixas amontoadas, coisas fora do lugar. Essa sensação de aprisionamento e coisas amontoadas, enfatizada pelo longo primeiro período da citação, é enfatizada pela confusão entre o que seria um espaço de quarto e o que seria uma sala, sendo possível apenas distinguir com um tipo de divisão precária. Essa articulação enfatiza o que *The Gifts of the Body* descreve em seus contos/capítulos: a tentativa dessas histórias pequenas não desaparecerem por meio da narração, as histórias pequenas que resistem aos amontoados da história com H maiúsculo.

Não saber a identidade de quem narra é uma forma de materializar na obra o silêncio sobre o trabalho de cuidado na crise da Aids. Existem trabalhos que atribuem uma identidade feminina (BLAIR, 2005; FINK, 2010; PARKKO, 2019) para a figura narradora, porém sugiro que essa questão é mais produtiva se permanecer aberta. Mesmo elementos paratextuais como a capa e o texto da contracapa problematizam essa identidade, uma vez que a capa de *The Gifts of the Body* mostra uma figura masculina carregando um corpo envelhecido ao mesmo tempo que o texto da contracapa declara a identidade como feminina pelo uso de “she” (ela) para descrever a narrativa. Em outros termos, não há uma direção explícita sobre quem é a figura que narra e leio esta ausência como um atestado da impossibilidade de nomeação já citada.

É necessário ainda sugerir que o uso de uma figura autodiegética para narrar é uma estratégia que não reforça um individualismo característico de tempos contemporâneos. Embora as experiências de pacientes sejam mediadas pela voz dessa figura narradora, pouco

⁷ O apartamento tinha o meio layout que muitos dos outros no prédio: cozinha pequena, banheiro minúsculo e um ambiente com um trilho no teto e o chão no qual você puxava uma divisória para criar uma parede para separar o quarto. Havia caixas no chão e na bancada da cozinha e no quarto. Mas não muitas. O cara não tinha muita coisa. O ambiente principal tinha uma mesa e duas cadeiras e nada mais (nossa tradução).

se sabe sobre ela em si. Entretanto, as vidas de pacientes como Connie, Ed, Rick e Marty ocupam parágrafos e parágrafos, forçando o que era algo individual a assumir um tom coletivo. Enfatiza-se, portanto, uma coletividade do mundo da experiência que se torna expressão artística, revelando, como apontara Raymond Williams (2011), que não há distância entre cultura e sociedade.

Dessa forma, como destaca a professora da UFF Adriana Facina (2004, p. 25), compreende-se que a literatura “expressa visões de mundo que são coletivas de determinados grupos sociais. Essas visões de mundo são informadas pela experiência histórica concreta desses grupos sociais que as formulam, mas são também elas mesmas construtoras dessa experiência”.

Além da figura narradora, outro destaque necessário é a ordem dos contos/capítulos e de seus “presentes”. O título da obra como *The Gifts of the Body* destaca o corpo como o espaço central para a compreensão da Aids e, por isso, a ordem dos contos/capítulos, cada um intitulado *The gift of* (“O presente de ...”) com uma parte do corpo, é significativa. Iniciando com o *sweat* (suor), passando por partes como *tears* (lágrimas), *skin* (pele), *hunger* (fome), *mobility* (mobilidade) até chegar em *mourning* (luto), o livro reforça uma jornada que inicialmente lida como a fragmentação das experiências de pessoas que viviam com HIV/Aids à época.

Enfatiza-se, por exemplo, o desejo dessas pessoas por contato físico – como em Carlos deseja sentir o vento na pele em “The Gift of Skin” –, o anseio por verbalizar coisas não-ditas – Rick está fraco e não consegue mais falar em “The Gift of Speech” – e até mesmo a esperança de dias melhores – a figura narradora descobre que sua chefe/amiga também vive com Aids em “The Gift of Hope”. Esse jogo com o corpo e suas partes concretiza na literatura a experiência traumatizante e fragmentária da Aids: as pessoas não eram vistas como sujeitos, como humanos, mas sim como doenças ambulantes. *The Gifts of the Body* desfaz essa compreensão ao trazer um princípio humanizador da parte para o todo, dos pequenos elementos para um corpo completo, uma tentativa de reconstrução do corpo como metonímia do processo.

A construção dos contos/capítulos de *The Gifts of the Body* não pode ser vista como aleatória, porém, tampouco como determinista ou fatalista, afinal, “analisar uma determinada manifestação cultural significa tomar a relação entre o objeto e seu contexto como uma interação e não como uma determinação de mão única” (Facina, 2004, p. 25). Embora a jornada da obra encerre com o luto em *The Gifts of Mourning*, a morte já aparecia desde o início, sendo um tema inevitável na obra por tentar retratar as experiências de dor, abandono e sofrimento conectadas com a Aids.

Contudo, os lutos descritos se tornam trampolins para reflexões e não para desistências. Isso é notório no caso, por exemplo, do conto *The Gift of Mobility*, no qual a figura narradora reencontra Ed, um ex-cliente que foi transferido para uma unidade de cuidados paliativos. Nesse reencontro, Ed descreve suas inseguranças e tristezas por estar cercado de mortes, afinal, o desejo de um espaço no qual não seria julgado se torna uma ameaça constante e um lembrete de morte. Ao final, a figura narradora visita o espaço e não encontra mais Ed.

Descobre-se que ele optou por sair da unidade e se ver livre daquele espaço de morte. O que, inicialmente, seria um absurdo se torna uma surpresa: “‘Who the fuck cares where he went!’ the first guy said, lighting the other guy’s cigarette. ‘Ed walked outta here on his *own two feet*’” (BROWN, 1995, p. 80, grifo no original)⁸; “‘Our Ed got outta this rigging holding tank *alive*’” (BROWN, 1995, p. 81, grifo no original).⁹

A ênfase que outros dois pacientes dão à saída de Ed figura como uma escolha pelo movimento: sair com os próprios pés e sair desse “tanque” vivo são expressões de escolhas em lugar de um determinismo. Há, sem dúvidas, um problema com o fato de saber que Ed morrerá, porém, aquilo que deveria ser um motivo de despotencialização se torna uma razão para fazer algo.

Mesmo herdando a estrutura, há espaço para ação. A vergonha que Ed sentia não se torna culpa, uma vez que ele se recusou a aceitar o caminho esperado. Em lugar de aceitar outro afeto que seria moralmente “mais respeitável” como a culpa ou ao arrependimento (GROS, 2023), Ed decide sair com seus próprios pés e se lembrar que ele possui ainda escolhas em uma sociedade que o reduz e o apaga.

A vergonha de Ed não é única ou isolada. *The Gifts of the Body* é um livro de vergonhas distintas e como lembra Frédéric Gros (2023, p. 18), a vergonha “depende de uma mecânica social e não da psicologia dos indivíduos”. Assim, pensar a vergonha como um afeto significa desviar da noção de que ela é o mesmo que culpa ou arrependimento, emoções que são saturadas de significados morais. É pelos afetos negativos, pelas emoções e sentimentos feios (Ngai, 2005), neste trabalho, que penso ser possível um materialismo reparador.

Para sugerir que a sociedade saudável se esquivasse da Aids, foi necessário o estabelecimento de pessoas execráveis/indesejáveis e pessoas respeitáveis/descartáveis. Rafael Leopoldo (2020) sinaliza que na crise da Aids havia os quatro Hs: homossexuais, hemofílicos, haitianos e usuários de heroína. A consciência de tentar se separar desses grupos

⁸ “‘Quem se importa pra onde ele foi!’, disse o primeiro cara, acendendo o cigarro do outro. ‘Ed saiu daqui *com seus próprios pés*’” (Nossa tradução).

⁹ “‘Nosso Ed deu no pé desse tanque *vivo*’” (Nossa tradução).

criou um trauma coletivo que até hoje possui resíduos em nossa sociedade. *The Gifts of the Body* não permite que isso seja esquecido, forçando que aquilo que se desejava ser varrido para baixo do tapete possa ser visto e falado.

Esse exercício é enfatizado especialmente com as idas e vindas de personagens. A figura narradora conhece Connie, uma senhora idosa que vive com Aids após contato via transfusão durante tratamento contra câncer, em *The Gift of Wholeness*, mas também a reencontra em *The Gift of Hunger*, no qual enfatiza-se o enfraquecimento pela incapacidade de Connie de se alimentar, e em *The Gift of Mourning*, no qual Connie falece. Esbarra-se com Ed duas vezes, quando sua história surge em *The Gift of Tears* e depois em sua saída da unidade em *The Gift of Mobility*. Há Marty, que surge cuidando de um amigo em *The Gift of Skin* e mais tarde já debilitado em *The Gift of Death*. Esses e outros nomes são partes de uma teia de significados da obra, recusando o apagamento e o silenciamento. É esse o caminho que o uso de uma figura narradora autodiegética transforma em coletividade e não em uma experiência única, indivisível e fechada.

O próprio retorno de personagens em *The Gifts of the Body* recupera a vergonha como um afeto produtivo ao não permitir que ela seja a única forma de existência. Assim, nenhuma das personagens – Connie, Ed, Marty etc – se torna apenas uma pessoa que vive com Aids e envergonhada por isso; suas histórias e vidas são retratadas e detalhadas, recortes de suas existências se materializam nos diálogos com a figura narradora.

Aqui o anonimato da narrativa serve também para abrir espaço para outras vozes, reconfigurando culturalmente o viés da epidemia. No primeiro conto/capítulo, *The Gift of Sweat*, a figura narradora descreve que ia às terças e quintas para a casa de Rick. Um dia, após Rick preparar uma surpresa no café da manhã para ambos, ele passa mal e é socorrido pela figura narradora. Após ser levado para o hospital, o apartamento está vazio e os trabalhos domésticos são iniciados:

I cleaned the bathroom. I shook cleanser in the shower and sink and cleaned them. I sprayed Windex on the mirror. When I was wiping it off I saw myself. My face was splotched. My t-shirt had a dark spot. I put my hands to it and sniffed them. They smelled like me, but also him. It was Rick's sweat. I put my hands up to my face and I could smell him in my hands. I put my face in my hands and closed my eyes. I stood there like that a while then I went to the kitchen (BROW, 1995, p. 9)¹⁰.

O que a figura narradora destaca ao limpar o banheiro e se ver no espelho é a mencionada transformação do individual no coletivo. A linguagem simples e direta da figura

¹⁰ Eu limpei o banheiro. Eu passei produto de limpeza no chuveiro e na pia e limpei os dois. Eu passei Windex no espelho. Quando eu tirei, eu me vi. Meu rosto estava manchado. Minha blusa tinha uma mancha escura. Eu coloquei minhas mãos nela e cheirei. Elas tinham o meu cheiro, mas também o dele. Era o suor do Rick. Eu coloquei minhas mãos no rosto e eu podia sentir seu cheiro em minhas mãos. Eu coloquei minhas mãos no rosto e fechei meus olhos. Fiquei ali, parada daquele jeito por um tempo e depois fui para a cozinha. (Minha tradução)

narradora, composta majoritariamente de construções sem muitos advérbios e poucas conjunções, ilustra a incapacidade de colocar em palavras a experiência do outro, mas esse mesmo outro permanece nela: “*They smelled like me, but also him*”.

Não havia apenas o cheiro dela, mas também o cheiro de Rick, como se fosse difícil separar as duas experiências que se chocaram. Essa inabilidade em articular esse sentimento também pode ser lida na repetição de palavras: no trecho acima “*cleaned*”, “*face*”, “*smelled*” e “*hands*” aparecem duas ou três vezes, como se suas repetições fossem tudo o que se poderia expressar em momentos de crise.

Leio por esse caminho que a materialidade da palavra em repetição cria espaços para articular aquilo que não se consegue dizer e que apenas uma compreensão reparadora permitiria: há morte, sim, mas também há vida ainda. A linguagem enfatiza não uma tentativa de distanciamento da figura narradora do mundo em que vive, o que seria um sentimento de alienação, mas é uma busca por conexão de outras formas.

O recurso de uma linguagem simples, sem ornamentos e seguindo muitas vezes a lógica sujeito-verbo-objeto, poderia criar uma leitura distanciadora, exigindo um aspecto paranoico (SEDGWICK, 2003) de compreensão. Recusando essa perspectiva, o potencial reparador é que a linguagem não permite fugas daquilo que é o necessário. Ou seja, ao descrever as situações com pacientes, a linguagem não esconde o que se vive: “So many of these guys, all their friends were dying too. Like a bunch of ninety-five-year-olds watching their generation end” (Brown, 1995, p. 104)¹¹.

O recurso do *símile* (*like*) enfatiza a sensação de não ser capaz de descrever o que acontece a não ser por meio da comparação com algo. Esses homens estão morrendo e seus amigos também, sua geração desaparece, como sublinha Schulman (2013) ao pensar quem pode narrar a epidemia da Aids. Para descrever essa sensação de alienação, apagamento e entorpecimento, a linguagem menos adornada possui um propósito de explicitar aquilo que não se fala. *The Gift of Sight* inicia assim:

This guy was the scariest to look at. This guy really looked like the plague. Margaret had said the only special thing I'd need to do was put his salve on him. The salve was thick, opaque, yellowish jelly. It came in a big, wide-mouthed plastic jar. It didn't smell like anything. The first time I went there and opened the jar I saw the tracks of someone else's fingers where they'd gone in to get the salve. I don't know why it frightened me so much, but it did. I was afraid to touch him. I was afraid to look at him (BROWN, 1995, p. 117).

¹¹ “Tantos desses caras, todos os seus amigos estavam morrendo também. Como um bando de gente com 95 anos vendo sua geração sumir” (Minha tradução)

A experiência da figura narradora ao ver de perto um paciente que possui muitas feridas e lesões na pele. Apenas no final da história, quando a mãe do paciente chega no apartamento, é que se descobre o nome dele, Keith. Esse movimento de certa forma enfatiza a coletividade citada anteriormente: a recusa de nomear opera aqui metonimicamente em prol de outras pessoas com a mesma experiência.

O que me chama atenção no trecho citado acima é como a linguagem está afetivamente saturada: move-se do nojo de ver um corpo doente para uma escolha de permanecer ali contra os sentimentos de desconforto. A descrição da pomada como algo gelatinosos, amarelado e opaco serve como uma forma de frear o olhar que estava centrado no corpo. Entretanto, esse mesmo corpo esmaecido não deixa de ser gelatinoso, amarelado e opaco. Ao contrastar o conteúdo com o frasco, a figura narradora nos lembra das tensões entre o que está fora e dentro, quem ajuda e quem é ajudado, quem pode fazer algo e quem escolhe não fazer algo.

Schulman (2013) reforça que a experiência da Aids foi fundamental para reconhecer que, mesmo com nojo ou desconforto, deve-se agir e não abandonar as pessoas: “[...] it is a fundamental of individual integrity to intervene to stop another person from being victimized, even if to do so is uncomfortable or frightening. [...] Fear can be acknowledged, but fear cannot be the decisive factor” (SCHULMAN, 2013, p. 71)¹².

A escolha pela recusa do medo como uma emoção que guia é empreendida pela figura narrador ao observar os dedos que deixaram marcar na pomada no pote. Ao notar as marcas e mesmo com medo tocá-las, leio uma manifestação de como a linguagem tenta captar, de forma simples e direta, como dois corpos tocam o mesmo espaço. Onde esteve antes outra pessoa para cuidar de Keith há agora uma outra.

Mesmo com receios e medos, não se abandonou Keith. Essa cristalização de uma ponte entre sujeitos está na banalidade de retirar uma pomada de um pote para aplicar em feridas, destacando a importância da cultura como algo vivido, sentido e experienciado para além de grandes feitos. Esse registro de pequenas coisas por meio de linguagem direta e não adornada em *The Gifts of the Body* captura a experiência da Aids sem recorrer a clichês ou repetições sentimentalistas.

Além da narrativa autodiegética anônima, a ordem dos contos/capítulos e a linguagem direta, gostaria de destacar um último elemento para a leitura que faço de *The Gifts of the Body*: a questão da forma. Embora o registro oficial do livro conste como ficção, há perguntas que permanecem em aberto: seria *The Gifts of the Body* um romance ou uma coletânea de

¹² “É um fundamento da integridade individual intervir para evitar que uma pessoa seja vitimizada, mesmo que fazer isso seja desconfortável ou assustador. [...] O medo pode ser reconhecido, mas ele não pode ser o fator decisivo” (Minha tradução).

contos? Além disso, o que essa questão da forma teria a dizer sobre a Aids nos anos 1980 e início dos anos 1990, o conteúdo em si?

Compreendendo que a forma é produto histórico (FACINA, 2004) e conteúdo sócio-histórico decantado (ADORNO, 2003), gostaria de sugerir que ao burlar as fronteiras entre os gêneros romance e conto, *The Gifts of the Body* reconfigura a própria experiência sentida e vivida da Aids. Em outros termos, ao recusar facilmente ser alocado em uma categoria, o livro suscita questionamentos acerca de como a indefinibilidade do gênero é fundamental para descrever a epidemia da Aids.

Angélica Soares (2006) define o conto como uma narrativa não só de menor extensão que a novela e o romance, mas também por características estruturais:

Ao invés de representar o desenvolvimento ou o corte na vida das personagens, visando abarcar a totalidade, o conto aparece como uma amostragem, como um flagrante ou um instantâneo, pelo que vemos registrado literariamente um episódio singular e representativo (SOARES, 2006, p. 54).

Isso é um contraste em relação à compreensão do romance como uma narrativa maior, na qual profundidade é conferida a diversos elementos como enredo, personagens e espaço. Evitando ser reducionista em termos de teoria do romance, minha interpretação é de que a experiência da Aids em *The Gifts of the Body* estava no limiar da possibilidade de ser narrada.

Isso significa que o limite entre o que seria uma coletânea de contos e o que seria um romance é menos um desenho dos limites entre conto e romance e mais uma tentativa de explicar a epidemia. Se pensamos, como sugere Soares (2006), o conto como uma “amostragem” ou um “flagrante” que não conta da totalidade, caberia descrever *The Gifts of the Body* como um conjunto de contos. Entretanto, ciente da mediação sócio-histórica do materialismo como exercício de crítica, pessoas com Aids não tinham experiências longas de vida.

Dessa forma, para cristalizar essa sensação de brevidade de vida, o conto seria uma ferramenta de descrição, porém, o que poder-se-ia dizer das idas e vindas de personagens? Não seria isso uma forma de recuperar uma linha de narrativa na qual essas vidas não são tão breves? Não seriam esses retornos tentativas de articular algo para além dos “flagrantes” de contos?

Resumidamente: não desejo definir o gênero de *The Gifts of the Body*, mas sim reconhecer a importância de burlar os limites esperados para os gêneros. Nesse sentido enxergo na “crise” dos gêneros em *The Gifts of the Body* a própria crise da Aids e suas incertezas de expectativas de vida. Em vez de reduzir Connie, Ed, Marty, Rick e outros a uma

única experiência, Rebecca Brown problematiza suas vidas ao colocá-los em situações diversas e permitir que aquilo que é externo se torne de alguma forma interno (CANDIDO): a impossibilidade de dizer se a vida será curta (conto) ou longa (romance) sobrevive na obra e tensiona os limites.

Para finalizar este último apontamento, desejo reforçar a mensagem de que a dialética entre forma e conteúdo direciona a crítica ao elemento reparador. Como uma prática de leitura que não recusa os recursos paranoicos, é vital enxergar nessa discussão a inquestionável verdade no fundo: as pessoas morrem. Connie morre, Ed morre, Rick morre e os outros também. O desejo reparador, contudo, é olhar para essas mortes não como um sintoma de nossa cultura na qual o passado se repetirá obstinadamente.

Uma busca pela materialidade – das palavras nesse caso – é uma tentativa de compreender nelas o conforto da perda e que a morte dessas personagens, ao cristalizar o sentimento de uma geração, não seja esquecido ou manipulado de forma sentimental. O desejo é, portanto, reconstruir essas experiências a partir do que oferecem: as contingências de vidas e da vida.

Rumos: um retorno ao material da vida

Busquei neste artigo alinhar dois caminhos que, embora sinuosos, são produtivos: os Estudos Culturais e a questão reparadora. Nesse sentido, ao pensar *The Gifts of the Body*, propus reconhecer em quatro elementos (narrativa, ordem, linguagem, gênero literário) as possibilidades de criticar a cultura por um viés reparador.

Ao recuperar esses elementos da experiência da epidemia da Aids, compreendo que *The Gifts of the Body*, já nos anos 1990, indicava caminhos possíveis para a articulação de um materialismo reparador: uma prática de investigação que não abra mão das materialidades da vida, mas que presta atenção aos registros das pequenas coisas consideradas irrelevantes, como as emoções e os sentimentos.

Ao chamar os afetos de “pequenas coisas”, proponho ser irônico, uma vez que compreendo que a solidez da tradicional linha humanista da modernidade de corpo-mente está ruindo: não mais o corpo tem sido visto como inferior à mente. Pelo contrário, ao desfazer essa hierarquia, é possível compreender que as emoções não só possuem uma história, mas que elas carregam também formas de interrogação social. Ao encarar a vergonha ou o nojo como indícios de uma sociedade de injustiças, especialmente pelo abandono de pessoas que viviam com Aids, *The Gifts of the Body* empreende a transformação da dialética do que é externo se tornando interno, daquilo que no início foi destacado por Maria Elisa Cevalco (2008) como a necessidade de superação de binômios.

Por meio do materialismo cultural, sugiro o materialismo reparador como essa possibilidade de analisar a cultura como uma ponte para a compreensão daquilo que poderia ser profundamente ofensivo e doloroso. Olivia Laing, em *A Cidade Solitária*, traz um comentário que ajuda a orientar a questão:

As pessoas fazem objetos para se despir, para examinar suas cicatrizes e fazem objetos para resistir à opressão, para criar um espaço onde podem se mover livremente. A arte não tem que ter uma função reparadora, não mais do que tem o dever de ser bonita ou moral. Mesmo assim, há uma arte que faz um gesto em direção ao reparo; que [...] atravessa o frágil espaço entre separação e conexão (LAING, 2017, p. 263).

Embora não seja uma crítica materialista, há algo em Laing, escritora não-binária, que destaca como a arte possui uma possibilidade de reparação, ou seja, de cruzar aquele espaço no cotidiano que é ao mesmo tempo separação e conexão. Aquilo que é profundamente doloroso e desconfortável pode lembrar da conexão que há entre pessoas e grupos.

Nesse sentido, o materialismo reparador deve estar atento às produções da vida material para compreender de que forma essas “cicatrizes” podem unir em lugar de separar: entre 1981 e 1996, mais de 66 mil pessoas morreram apenas em Nova York (LAING, 2017), logo, essas experiências de vida e morte, de silêncio e trauma, de corpos e desaparecimentos, são vitais para um entendimento de como vidas são ou não são vistas como vidas pela sociedade. São essas vidas que surgem como material/matéria em *The Gifts of the Body* pela materialidade da palavra.

Referências

ADORNO, Theodor. **Notas de Literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

BROWN, Rebecca. **The Gifts of the Body**. New York: Harpers Collins, 1995.

CARTWRIGHT, Linda. Affect. In: Adams, Rachel; REISS, Benjamin; SERLIN, David (Ed.). **Keywords for Disability Studies**. New York: New York University Press, 2015. p. 30-33.

BLAIR, Jennifer. The Glove of Shame and the Touch of Rebecca Brown's Gifts of the Body. **GLW: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, Durham, n. 4, v. 11, p. 521-545, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006;

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CEVASCO, Maria Elisa. Tradições críticas. In: CEVASCO, Maria Elisa; SOARES, Marcos (Org.). **Crítica Cultural Materialista**. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 137-163.

CHEN, Mel Y. Matter. In: THE Keywords Feminist Editorial Collective (Ed.). **Keywords for Gender and Sexuality Studies**. New York: New York University Press, 2021. p. 150-153.

CVETKOVICH, Ann. Affect. In: BURGETT, Bruce; HENDLER, Glenn (Ed.). **Keywords for American Cultural Studies**. New York: New York University Press, 2020. p. 5-8.

EAGLETON, Terry. **Materialismo**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

FACINA, Adriana. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

FINK, Marty Melissa. Forget Burial: Illness, Narrative, and the Reclamation of Disease. 2010. Tese (Doutorado em Inglês) - Graduate Center, Universidade da Cidade de Nova York, Nova York. Disponível em https://academicworks.cuny.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3206&context=gc_etds. Acesso em 02 Jan. 2024.

GLASER, André. **Materialismo Cultural**. São Paulo: Biblioteca 24h, 2011.

GROS, Frédéric. **A Vergonha é um Sentimento Revolucionário**. Tradução de Walmir Gois. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

HALL, Stuart. Estudos Culturais: dois paradigmas. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o Capitalismo**. Tradução de Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

LAING, Olivia. **A Cidade Solitária**. Traduzido por Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do Pensamento Queer**. Salvador: Devires, 2020.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2019.

PARKKO, Lasse. Gift, Giving and Generosity, and the Unwrapping of AIDS Metaphors in Rebecca Brown's *The Gifts of the Body*. 2019 Dissertação (Mestrado em Filologia Inglesa) - Faculdade de Artes, Universidade de Helsinki, Helsinki. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/231908429.pdf>. Acesso em: 05 Jan. 2024.

SCHULMAN, Sarah. **The Gentrification of the Mind**: Witness to a lost imagination. Berkeley: University of California Press, 2013.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Touching Feeling**: Affect, pedagogy, performativity. Durham: Duke University Press, 2003.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Leitura paranoica e leitura reparadora, ou, você é tão paranoico que provavelmente pensa que este ensaio é sobre você. **Remate de Males**, Campinas, v. 40, n. 1, p. 389–421, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8658630>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SINFIELD, Alan. **Cultural Politics - Queer Readings**. Abingdon: Routledge, 2005.

SOARES, Angélica. **Gêneros Literários**. São Paulo: Ática, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIS, Susan. **Cotidiano**: Para começo de conversa. Tradução de Elena Riederer e Guiomar Boscov. Rio de Janeiro: Edições Graal; São Paulo: Paz e Terra, 1997.

SOBRE O AUTOR

Ruan Nunes Silva

Doutor em Estudos Literários (UFF); Mestre em Letras – Literaturas e Língua Inglesa (UERJ). Professor efetivo do curso de Letras Inglês da Universidade Estadual do Piauí, atuando principalmente no Ensino de Literaturas de Língua Inglesa e Teoria da Literatura. Também é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (UESPI). Cursa atualmente mestrado em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí. É líder do grupo de pesquisa “EntreSaberes” e também membro dos grupos História, Cultura e Gênero e ALDEIA - Artes, Linguagens, Decolonialidades e Epistemologias Indígenas, Afrodiaspóricas e de África.

E-mail:

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5109-5199>

Recebido: 14/08/2023

Aprovado: 22/10/2023

Notas sobre o homoerotismo na Literatura Brasileira

Notes sur l'homoérotisme dans la Littérature Brésilienne

Paulo Maués Corrêa

Secretaria de Educação do Pará-SEDUC/Pa
Belém-Pa

Resumo

O presente estudo consiste nas minhas anotações acerca de obras pioneiras, na Literatura Brasileira, quanto à abordagem da temática homoafetiva, textos de autores como Aluísio Azevedo, Adolfo Caminha, Inglês de Sousa, dentre outros. O propósito é mapear essas obras fundamentais e mostrar o quanto elas refletem uma mentalidade de época predominantemente preconceituosa, fato expresso na forma como os sujeitos que se relacionam com pessoas do mesmo gênero são desqualificados, apontados como criminosos, doentes ou imorais. Para tanto, lanço mão de preceitos da Literatura Comparada, defendida por Henry Remak (1994). Quanto à metodologia adotada, devido à natureza da proposta, conforme exemplo de Sérgio Paulo Rouanet, “será benjaminiano: não percurso metódico, mas *flânerie*” (1981, p.10), pois, como um *flâneur*, que vaga pelas passagens e se fixa em detalhes aparentemente sem importância, adentro os textos selecionados, em busca das passagens que ilustram a abordagem do tema aqui escolhido para análise.

Palavras-chave: Literatura; Homoerotismo; Homoafetividade; LGBTQIAP+.

Resumé

Cette étude consiste en mes notes sur des œuvres pionnières de la littérature brésilienne, à propos de l'homoérotisme, d'auteurs tels qu'Aluísio Azevedo, Adolfo Caminha, Nelson Rodrigues, entre autres. L'objectif est de lister ces œuvres fondamentales et de montrer à quel point elles reflètent une mentalité prédominante de l'époque, un fait exprimé dans la manière dont les sujets qui se rapportent à des personnes du même sexe sont disqualifiés, identifiés comme criminels, malades ou immoraux. Pour cela, j'utilise les préceptes de la Littérature Comparée, défendus par Henry Remak (1994). Quant à la méthodologie adoptée, de par la nature de la proposition, selon l'exemple de Sérgio Paulo Rouanet, “elle sera benjaminienne: non pas un parcours méthodique, mais une *flânerie*” (1981, p.10), car, tel un *flâneur*, qui erre dans les passages et s'installe dans des détails apparemment sans importance, je parcours les textes sélectionnés, à la recherche de passages qui illustrent l'approche du thème choisi ici pour l'analyse.

Mots-clés: Littérature; Homoérotisme; Homoafectivité; LGBTQIAP+.

Desde 1997, venho estudando o erotismo na Literatura, a princípio, na obra de Inglês de Sousa. Mas meu olhar sobre o tema foi cada vez mais se expandindo, de modo que o presente texto corresponde a algumas notas a respeito, privilegiando, porém, a feição homoerótica, tema que se justifica, pois a sociedade contemporânea tem sido palco de várias mudanças quanto ao devido reconhecimento dos direitos de pessoas da comunidade LGBTQIAP+, embora essa mesma comunidade ainda seja vítima de muitas formas de violência, que se encontram registradas, por exemplo, não só na história, mas também na ficção de outros tempos, justamente do que trato aqui, com o objetivo de construir um mapeamento, mesmo que modesto, de algumas das principais obras que tratam dessa polêmica temática.

Um primeiro dado a demarcar é que o homoerotismo não difere, essencialmente, do que se poderia considerar o erotismo heterossexual. A única singularidade é que, no homoerotismo, os sujeitos em cena são pessoas do mesmo sexo (CORRÊA, 2006).

Assim, na História da Literatura Brasileira, os sujeitos homoafetivos – há tantos nomes para se reportar a eles, mas creio que esse soa mais humanizado – surgem num quadro significativo de personagens, e é um pouco desse conteúdo que eu passo a considerar, com atenção especial, inicialmente, ao Naturalismo, estética que produziu obras significativas que permitem uma ampla discussão a propósito de uma série de assuntos considerados, por muitos, indesejáveis, daí a seguinte consideração de Marcelo Bulhões sobre romances adeptos dessa estética:

Poderíamos, grosseira e provisoriamente chamá-los romances de médicos, fisiologistas e anatomistas, muitos de tratados de medicina, genética (na época chamada de filosofia genésica), estudos de biologia e... narrativa ficcional (2003, p.110).

Desse modo, respeitando um critério cronológico, começo pelo livro *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, romance no qual há elementos homoeróticos tanto masculinos quanto femininos. O primeiro é insinuado no jovem Henrique, “que era bonitinho, cheio de acanhamentos, com uma delicadeza de menina” (AZEVEDO, 1983, p.30), visão estereotipada, mas contrariada no decorrer da história, pois o rapaz se envolveu em aventuras com mulheres, dentre elas a própria Dona Estela, esposa de seu anfitrião, o comerciante Miranda.

Há sugestões homoeróticas também em outro hóspede de Miranda, o velho Botelho, que descobriu o *affaire* de Henrique e Estela e tratou de se mostrar solícito e sigiloso, prometendo ao jovem não contar nada do que havia visto:

— Falar o quê, seu tolo?... Pois então quem pensa você que eu sou?... Só abrirei o bico se você me der motivo para isso, mas estou convencido de que não dará... Quer saber? eu até simpatizo muito com você, Henrique! Acho que você é um excelente menino, *uma flor!* E digo-lhe mais: hei de proteger os seus negócios com Dona Estela... (AZEVEDO, 1983, p.37).

O grifo na citação é meu, para destacar o tom de afabilidade de Botelho em relação a Henrique. Tal expressão de afeto ecoa em um conto de Haroldo Maranhão, *A Violinista*, do livro *Jogos Infantis*. Nessa história, o narrador Lico conta sua experiência com a hóspede Lastênia, que ficara na casa da família dele após vir para o funeral de seu pai. A moça ficou alojada no quarto do Lico. Altas horas, ele dormiu e a sentiu se aproximar, agarrá-lo, tapar-lhe a boca e sussurrar-lhe ao pé do ouvido: “Psiu! Quietinho, queridinho, minha flor” (MARANHÃO, 1986, p.62). Tais palavras surtiram um efeito devastador no personagem, que considerou: “aquele minha flor me arrepiou a pele e desceu um frio danado pela espinha, e então ela me apertou como se eu fosse fugir e eu queria tudo menos fugir” (MARANHÃO, 1986, p.62).

Portanto, assim como no conto de Maranhão, é por meio do “minha flor” que o velho, no romance, torna mais evidente seu assédio, porém disfarçado de galanteio, impressão reforçada pelo comentário posterior: “Falando assim, tinha-lhe tomado as mãos e aflagava-as” (AZEVEDO, 1983, p.37). Porém a abordagem do velho, ao contrário da intentada pela violinista Lastênia dos *Jogos Infantis*, é malfadada, pois o rapaz se retirou.

Contrapontos como esses, entre obras de autores diversos, ilustram bem o campo a que esta pesquisa se filia, o da Literatura Comparada, entendida, conforme Henry Remak, como “a comparação de uma literatura com outra ou outras e a comparação da literatura com outras esferas da expressão humana” (1994, p.175).

Mas, em *O Cortiço*, é na figura de Albino, “um sujeito afeminado”, que se escancara a imagem estereotipada do “homossexual”:

Era lavadeiro e vivia sempre entre as mulheres, como já estava tão familiarizado que elas o trataram como a uma pessoa do mesmo sexo; em presença dele falavam de coisas que não exporiam em presença de outro homem; faziam-no até confidente dos seus amores e das suas infidelidades, com uma franqueza que não revoltava, nem comovia (1983, p.45).

Albino, à semelhança do Luizinho do “*Cachorro Doido*”, de Maranhão, encaixa-se num estereótipo: frágil, sensível e afeminado – o tom preconceituoso é apaziguado pela aceitação de Albino entre as mulheres com as quais partilha a profissão e o cotidiano. Em termos de lesbianidade – prefiro o uso do sufixo “dade” no lugar de “ismo”, que, a meu ver, traz um vínculo com o patológico, dando a entender que se trata de nome de doença –, o

correspondente seria a não menos sugestiva Leandra, a “Machona” [apelido emblemático]. Ela se aproxima, nesse aspecto, de uma personagem de outro romance naturalista, de 1885, *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha, a Carolina, a “mulher-homem” que roubou o grumete Aleixo do protagonista Amaro, o qual inspira o nome do romance. A cena em que tal expressão aparece demarca nitidamente a inversão, a feminilidade em Aleixo e a masculinidade em Carolina:

[Carolina] Bateu a porta e começou a se despir a toda pressa, diante do Aleixo, enquanto ele se deixava estar imóvel, muito admirado para essa mulher-homem que o queria deflorar ali mesmo, torpemente, como um animal (CAMINHA, 2002, p.68).

Embora a personagem não seja demarcada como lésbica propriamente – pois a adjetivação “homem” lhe vem de sua condição de ativa diante do Aleixo, que continua passivo, a exemplo do que acontecia na sua relação com Amaro –, em Carolina, conforme Denílson Lopes,

cristaliza-se uma protoimagem da lésbica como mulher forte, ativa, seja pela liberdade de seu comportamento sexual, como na prostituta que seduz Pombinha em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (1890), seja por ser associada ao mundo tradicionalmente masculino do trabalho e do poder, na tradição das donzelas guerreiras, de Luzia-Homem, de Domingos Olímpio (1903) a Diadorim do *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa (1956) (2002, p.37).

A fala de Lopes antecipa aquele que, em se tratando de homoerotismo, é o episódio mais significativo d’*O Cortiço*, a relação entre Pombinha e Léonie, uma “cocote”, variação tupiniquim do francês *coquette*, cuja prática é definida por Georg Simmel da seguinte forma:

O que caracteriza o coquetismo em sua manifestação banal é o olhar terno, a cabeça meio esquivada. Há nisso uma maneira de se esquivar, ligada, porém, a uma maneira furtiva de se dar, de dirigir momentaneamente sua atenção para o outro, a quem, no mesmo instante, pela direção oposta da cabeça e do corpo, ela se recusa simbolicamente. Esse olhar, fisiologicamente, não pode durar mais de alguns segundos, de sorte que, voltando-se para, ele já prefigura, como inevitável, o movimento de se esquivar. Ele tem a atração do segredo, do furtado, que não pode ter duração, onde, por conseguinte, o sim e o não estão intimamente ligados (1993, p.95-96).

Essa condição de *coquette* permitia à Léonie [nome afrancesado que casa perfeitamente com sua condição] se distinguir das mulheres como Libânia, que “se atirou aos cães e faz hoje má vida na Rua de São Jorge” (AZEVEDO, 1983, p.75-76), pois o “dizer-sim e o dizer-não” (SIMMEL, 1993, p.95) que marcam o olhar da *coquette* acabam por valorizá-la, pois ela atiza o desejo dos homens e em seguida os despacha. Tal procedimento, fatalmente, eleva-lhe o preço. Só por meio de tais estratégias Léonie poderia obter renda para financiar suas extravagâncias: “Léonie, com as suas roupas exageradas e barulhentas de cocote à

francesa, levantava rumor quando lá ia e punha expressão de assombro em todas as caras” (AZEVEDO, 1983, p.123).

Não é à toa que Peter Fry tece o seguinte comentário a respeito da personagem: “Enfim, a Léonie reproduz a figura clássica da prostituta bem-sucedida. Mais do que isso, é a prostituta querida, que, por sua vez, quer bem ao pessoal do cortiço” (1982, p.38).

A relação entre Léonie e Pombinha foi sempre envolta em atenções e afetos, que não objetivavam camuflar as intenções da mulher para com a moça, como se observa na passagem em que Léonie visitou o cortiço, e a jovem foi ao seu encontro: “Gostavam-se muito uma da outra. A cocote recebeu-a com exclamações de agrado e beijou-a nos dentes e nos olhos repetidas vezes” (1983, p.127-128). Beijar nos dentes denuncia um elevado grau de afabilidade!

Mas a cena central no relacionamento entre elas ocorreu na casa de Léonie, numa ação que decorre por pelo menos três páginas, escritas com muito bom gosto e, sobretudo, sem uma condenação por parte do narrador, a não ser no comentário que abre a cena, o qual pode ser entendido como uma transposição dos pensamentos da própria Pombinha: “O passeio à casa de Léonie fizera-lhe muito mal. Trouxe de lá impressões de íntimos vexames, que nunca mais se apagariam por toda a sua vida” (AZEVEDO, 1983, p.157).

O momento de amor entre as duas é a concretização de uma ação somente insinuada num outro romance brasileiro em que também há uma meretriz de grande estilo, *Lucíola*, de José de Alencar, originalmente publicado em 1862. Paulo, o narrador, tece as seguintes considerações iniciais a propósito da casa de Sá, onde ocorreu uma festa:

Entremos, já que as portas se abrem de par em par, cerrando-se logo depois de nossa passagem. A sala não é grande, mas espaçosa; cobre as paredes um papel aveludado de sombrio escarlate, sobre o qual destacam entre espelhos duas ordens de quadros representando os mistérios de Lesbos (1995, p.34-35).

A ação exposta plasticamente em *Lucíola* adquire movimento e se configura enquanto ação propriamente dita n’*O Cortiço*.

Após o ocorrido na residência de Léonie, finalmente, Pombinha se fez mulher completa: “E feliz, e cheia de susto ao mesmo tempo, a rir e a chorar, sentiu o grito da puberdade sair-lhe afinal das entranhas, em uma onda vermelha e quente” (AZEVEDO, 1983, p.165). Estava concretizado o rito de passagem para Pombinha, finalmente ela podia se casar, e Léonie foi a sacerdotisa que presidiu a celebração.

Após dois anos de casamento, Pombinha criou aversão ao marido, a ponto de acabar “caindo nos braços de um boêmio de talento, libertino e poeta, jogador e capoeira”

(AZEVEDO, 1983, p.272). A seguir, sua traição foi descoberta pelo esposo, “não mais com o poeta libertino, mas com um artista dramático” (AZEVEDO, 1983, p.273).

Ante a incontestável traição de Pombinha, o homem a devolveu à mãe. Após esses fatos, a moça se entregou aos braços de Léonie: “Agora as duas cocotes, amigas inseparáveis, terríveis naquela inquebrantável solidariedade, que fazia delas uma só cobra de duas cabeças, dominavam o alto e o baixo Rio de Janeiro” (AZEVEDO, 1983, p.274). Os nomes dessas personagens ilustram o antropomorfismo tão recorrente em autores naturalistas e projetam os perfis assumidos nesse relacionamento: Léonie, a leoa, é ativa, pelo menos na passagem aqui evocada, ao passo que Pombinha – nome que dispensa comentários – é a passiva: a leoa come a pombinha!

O narrador demarca o movimento cíclico envolvendo os personagens, ilustração do determinismo naturalista: assim como Léonie fizera com Pombinha, esta fazia com a filha de Jerônimo, que vivia somente na companhia da mãe, a qual se entregara à bebida depois que o esposo fugiu com Rita Baiana:

Pombinha abria muito a bolsa, principalmente com a mulher de Jerônimo, a cuja filha, sua protegida predileta, votava agora, por sua vez, uma simpatia toda especial, idêntica a que noutra tempo inspirara ela própria à Léonie. A cadeia continuava e continuaria interminavelmente; o cortiço estava preparando uma nova prostituta naquela pobre menina desamparada, que se fazia mulher ao lado de uma mãe ébria (AZEVEDO, 1983, p.274-275).

A cena de lesbianidade d’*O Cortiço* dialoga com um texto anterior, *Teresa Filósofa*, em que a protagonista do romance libertino se entrega aos braços de Bois-Laurier:

A Bois-Laurier, que estava com um humor encantador e que talvez estivesse bem contente em não me deixar sozinha, entregue à reflexão de minhas aventuras matinais, arrastou-me para o seu leito. Foi necessário dormir com ela. Dança-se conforme a música: dissemos e fizemos toda espécie de loucuras (2000, p.144).

Essa é a contraposição entre dois textos polêmicos que destacam relações homoafetivas de modo sugestivo. A repercussão desses textos foi grande. Entretanto, a temática homoerótica se dilui ante um panorama de aspectos paralelos, ao contrário do que acontece no *Bom-Crioulo*, que coloca o relacionamento amoroso entre dois homens no plano central da intriga, o que lhe confere um papel de pioneiro no tocante à abordagem aberta do homoerotismo masculino na Literatura Brasileira, não sendo, na afirmativa de Lopes, “um dado circunstancial ou estereotipado, como vamos ver em tantas outras obras da literatura brasileira pelo século XX adentro” (2002, p.36).

Quanto a essa projeção para o século XX, pensemos, a título de ilustração, em certas peças e alguns contos de Nelson Rodrigues. Na dramaturgia, tem-se *Toda nudez será castigada*, obra na qual, de acordo com Robério de Oliveira Silva, “Serginho se apresenta

como enigma homoerótico. Infantilizado e efeminado, o rapaz efetuará uma transição para uma possível masculinidade, algo indefinido, através do estupro epifânico pelo ladrão boliviano” (2002, p.140), com quem fugiu posteriormente; no mais, remeto ao breve levantamento proposto no ensaio de Silva. Quanto aos contos, destaco *Isto é amor, d’A vida como ela é...* em que há Fernandinho (sempre o insinuante diminutivo!), que tinha “modos e feições que estavam longe de denunciar a masculinidade”, classificados em seguida como “modos de moça” (RODRIGUES, 2006, p.54). Mais detalhes sobre esse personagem e outros tantos de Rodrigues estão no meu ensaio sobre o autor (CORRÊA, 2021).

O *Bom-Crioulo*, que explora o relacionamento amoroso entre o grumete Aleixo e o marinheiro Amaro, assim como outras narrativas que abordam a temática aqui explorada, gerou embaraços aos críticos. Um exemplo, nesse sentido, é Lúcia Miguel Pereira, que aponta os méritos do romancista e lamenta sua morte precoce, elogia a forma como ele apresenta o assassinato de Aleixo pelas mãos de seu amásio Amaro sem utilizar, para tanto, um apelo ao explícito. Para a crítica mineira, tal aspecto, porém, foi o que faltou na abordagem do relacionamento entre os marinhos, tanto que ela sentenciou:

Se tivesse sempre, do mesmo modo [que fez no caso do crime passionai], sabido insinuar certas cenas repulsivas, e sobretudo se se houvesse comportado em todo o livro com a mesma isenção que tem para com Amaro, o *Bom Crioulo* (sic) ainda seria mais incisivo e penetrante (1988, p.174).

É provável que Miguel Pereira tivesse razão no contexto social em que ela se situava. Entretanto, seguindo seu discurso, numa perspectiva menos moralizante, diria que faltou também a ela certa “isenção”, pois denota uma carga negativa ao assunto do livro ao classificar determinadas passagens como “cenas repulsivas”, como se a Literatura – e a arte de modo geral – tivesse algum compromisso com a moral e com os bons costumes. Nesse sentido, em réplica à escolha vocabular da crítica, sem querer, de forma alguma, ser panfletário, menos ainda ofendê-la ou afetar o seu mérito como leitora, lembro um dos *Aforismos* de Oscar Wilde: “Não há livros morais e livros imorais. Há livros bem escritos e livros mal escritos, só isto” (1995, p.89) – e uma vasta tradição de literatura libertina está aí para provar isso.

Nesse romance, não há um tom de apologia, mas sim o registro de tópicos preconceituosos da época. Como exemplo disso, atente-se para as considerações do narrador, após D. Carolina ter roubado o grumete do Bom-Crioulo, quanto ao que os dois marinheiros viveram juntos: “Aquilo com o outro, afinal, era uma grossa patifaria, uma bandalheira, um pecado, um crime!” (2002, p.87) – ofensa à moral, à religião ou à justiça, eis o provável parecer que aquele “amor clandestino” (CAMINHA, 2002, p.88) pode projetar na configuração geral do livro. Tal visão é reforçada pela sentença do comandante do navio: “—

Não se iluda a guarnição deste navio! (...) Desobediência, embriaguez e *pederastia são crimes de primeira ordem*. Não se iludam!...” (2002, p.82, grifo meu).

O primeiro escritor citado neste estudo foi Inglês de Sousa, autor do conto *Acauã*, no qual as personagens Aninha e Vitória têm um sugestivo relacionamento, provavelmente, senão o mais, certamente um dos mais antigos da Literatura Brasileira tematizando um enlace amoroso entre duas personagens do gênero feminino (CORRÊA, 2020). Segundo Vicente Salles, foi publicado “inicialmente na Revista Brasileira, ano 1, n.33, 1880, PP.211-223” (1990, p.17), havendo outra edição anterior, identificada por Marcela Ferreira: “em 1876 no periódico *A Academia de São Paulo*” (2017, p.118). Lamentavelmente, a despeito dessa referência levantada em verdadeiro trabalho de garimpagem, a pesquisadora não conseguiu localizar essa versão. No entanto, apesar desses registros, *Acauã* só se tornou mais conhecido na edição de *Contos Amazônicos* de 1893. Por isso há a supremacia de *O Cortiço*, de 1890, quanto à abordagem do homoerotismo feminino na Literatura Brasileira. Para o aprofundamento da leitura de *Acauã*, recomendo meu livro *Literatura e Erotismo: Acauã e O Baile do Judeu, de Inglês de Sousa* (CORRÊA, 2020).

Outro escritor paraense citado anteriormente é Haroldo Maranhão, autor do conto “*Cachorro doido*”, também do livro *Jogos Infantis*, coletânea de quinze narrativas em que figura a iniciação sexual (FARES, 2002, p.44; e BASTOS, 2002, p.55), sendo justamente “*Cachorro Doido*” o único em que há a deflagração de um relacionamento entre personagens do mesmo sexo, vivenciado no ambiente escolar, por Carlão e pelo recém-chegado Luizinho. Na casa do aluno novo, ocorre a cena de mútua sedução entre eles, onde Carlão, expondo sua predileção por estudar nu, sem a resistência do outro, propalou, referindo-se ao seu pênis ereto: “Olha só, é o calor! Ele vai crescendo, crescendo, que fica inchado e quente. Quer ver? Pega. Pega pra tu ver como é que está uma pedra” (MARANHÃO, 1986, p.18).

Nessa passagem, na perspectiva de João Silvério Trevisan, pode-se considerar certa condicionante climática dos trópicos, que transforma “os meninos e adolescentes em machos superexcitados” (2002, p.112). Ante a insistência e a facilitação de Carlão, “Delicadamente Luizinho segurou” (MARANHÃO, 1986, 18) – o advérbio que abre a sentença indicia, mais que qualquer outro, a condição do personagem. Esse é o ápice da narrativa, ficando por conta do leitor uma ocorrência mais explícita. Para mais detalhes a respeito desse conto de Maranhão, fica a sugestão da leitura de ensaio correspondente publicado em meu livro *Quarteto de Eros: o erotismo em quatro autores da Amazônia – Alfredo Garcia, Daniel da Rocha Leite, Haroldo Maranhão, Maria Lúcia Medeiros* (CORRÊA, 2023).

Esses poucos autores até aqui citados trabalharam o homoerotismo em suas obras. Mas, até onde se sabe, não eram homoafetivos, sendo os variados corpos homoeróticos

ilustração de uma perspectiva das épocas em que as obras foram publicadas, demarcadas, geralmente, pelo olhar preconceituoso e se transformando em *corpus* de pesquisas diversas.

No entanto, os sujeitos homoeróticos sempre foram e continuam sendo criadores de Literatura, como ilustra o livro *Amor em Tempos Sombrios*, de Colm Tóibín, que explora, da tradição homo, “a secreta linha pontilhada que atravessa a literatura ocidental” (2004, p.18), como se houvesse uma verdadeira tradição homoerótica, nesse sentido, ilustrada com autores como Shakespeare e Elizabeth Bishop, para citar somente o nome de um homem e o de uma mulher. No entanto, essa tradição se construiu de forma sub-reptícia, ocorrendo, atualmente, uma escrita mais engajada, em que se colocam em cena homens e mulheres *gays* – autores/as e personagens – de uma forma mais humanizada e condizente com a realidade atual dos direitos conquistados pela luta dessa gente *alegre*, como é o caso de Vitor Martins, autor de romances “adolescentes” com temática homo, como *Um milhão de finais felizes* (2018).

Não sou do grupo de pessoas que fatiam temas aplicando carimbos de exclusividade. Por exemplo, não creio que só mulheres possam tratar do feminino na Literatura ou que só homens estejam autorizados a tratar de personagens masculinos. Da mesma forma, não vejo por que o homoerotismo também seja exclusividade de quem quer que seja, tanto que pesquiso sobre o tema há mais de duas décadas e, felizmente, nunca fui ou me senti discriminado por isso. Porém, creio que já é passada a hora de a História da Literatura de temática homoerótica ser abordada por intelectuais comprometidos ideológica e politicamente com essa temática LGBTQIAP+. Portanto, fica aqui essa provocação.

Referências

ALENCAR, José de. **Lucíola**. 19.ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Bom Livro)

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Moderna, 1983.

BASTOS, Renilda do Rosário M. Rodrigues. As “Mulheres” de Haroldo Maranhão. *Asas da Palavra*. Revista da Graduação em Letras. Belém: Unama, v.6, n.13, p.55-61, 2002.

BULHÕES, Marcelo. **Leituras do Desejo: o erotismo no romance naturalista brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2003. (Ensaio de Cultura; 21)

CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CORRÊA, Paulo Maués. **Literatura e Erotismo: Acauã e O Baile do Judeu, de Inglês de Sousa**. Belém: Paka-Tatu, 2020.

CORRÊA, Paulo Maués. **Nelson Rodrigues e o mal: A vida como ela é...** Belém: Fundação Cultural do Pará, 2021. (Prêmio Literário 2017)

CORRÊA, Paulo Maués. **Quarteto de Eros: o erotismo em quatro autores da Amazônia – Alfredo Garcia, Daniel da Rocha Leite, Haroldo Maranhão, Maria Lúcia Medeiros**. Belém: Sapucaia Pockets, 2023.

FARES, Josebel Akel. Texto e Intertexto do Olhar nos *Jogos Infantis* de Haroldo Maranhão. **Asas da Palavra**. Revista da Graduação em Letras. Belém: Unama, v.6, n.13, p.43-53, 2002.

FERREIRA, Marcela. **Inglês de Sousa: imprensa, literatura e realismo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

FRY, Peter. Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas. In: FRY, Peter. **Caminhos Cruzados: Linguagem, Antropologia e Ciências Sociais**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.33-51

LOPES, Denilson. Bichas e letras: uma estória brasileira. In: SANTOS, Rick et GARCIA, Wilton (Orgs.). **A Escrita de Adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2002. p.33-50

MARANHÃO, Haroldo. **Jogos Infantis**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

MARTINS, Vitor. **Um milhão de finais felizes**. São Paulo: Globo, 2018.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da Literatura Brasileira: Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988. (Coleção conquista do Brasil. 2. série; v.131)

REMAK, Henry H. H. Literatura comparada: definição e função. In: COUTINHO, Eduardo F. e CARVALHAL, Tania Franco (Orgs.). **Literatura comparada: textos fundadores**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.175-190.

RODRIGUES, Nelson. **A vida como ela é...** Rio de Janeiro: Agir, 2006.

ROUANET, Sérgio Paulo. **O Édipo e o Anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981. (Biblioteca Tempo Brasileiro; 63)

SALLES, Vicente. Introdução. In: DOLZANI, Luiz. **História de um pescador; cenas da vida do Amazonas**. 2.ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado de Cultura, 1990. p.7-17 (Lendo o Pará, 8)

SILVA, Robério de Oliveira. Nelson Rodrigues e os torneios do homoerotismo masculino. In: SANTOS, Rick et GARCIA, Wilton (orgs.). **A Escrita de Adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2002. p.135-152

SIMMEL, Georg. **Filosofia do Amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Teresa Filósofa. Trad. Carlota Gomes. Porto Alegre: L&PM, 2000. (Coleção L&PM Pocket, 69)

TÓIBÍN, Colm. **O Amor em Tempos Sombrios**. Trad. Cordelia Magalhães. São Paulo: Arx, 2004.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WILDE, Oscar. **Aforismos**. Trad. Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Newton, 1995.

SOBRE O AUTOR

Paulo Maués Corrêa: Professor da E.E.E.M. Augusto Meira, pertencente à Rede Estadual de Ensino – SEDUC-PA. Licenciado em Letras (UFPA/2001). Especialista em Literatura e suas interfaces (UEPA/2004). Mestre e Doutor em Estudos Literários (UFPA/2006 e 2020). Membro dos Grupos de Pesquisa Makunaíma: literatura, arte, cultura, história e sociedade na Amazônia, Brasil e América Latina (CNPq/UFPA) e Culturas e Memórias Amazônicas – CUMA (CNPq/UEPA). Autor de estudos sobre Literatura e Cultura da Amazônia. Produtor de conteúdo para o *YouTube* (@PauloMauesCorrea).

E-mail: paulomauescorrea@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8692-624>

Recebido: 21/09/2023

Aprovado: 12/11/2023

Dialogias do desejo no conto “Aqueles Dois”, de Caio Fernando Abreu

Dialogies of desire in the short story “Aqueles Dois”, by Caio Fernando Abreu

Francisco Alves Gomes

Universidade Federal de Roraima - UFRR/PPGL
Boa Vista/RR-Brasil

Resumo

O presente ensaio aborda traços do desejo homoafetivo no conto “Aqueles dois”, do escritor contemporâneo Caio Fernando Abreu. A construção discursiva entre as personagens Raul e Saul acontece paulatinamente em meio a um cenário de opressão institucional que intenta normatizar a existência de ambos. No entanto, através de códigos específicos da geografia dos afetos subalternizados, o desejo se transmuta em palavra, olhar, espacialidade e diferença, porque em ambas as personagens está a marca da chancela social, que no plano micro e macro o nomeiam como desviantes. Construo essa reflexão tomando por base os teóricos Jean Baudrillard, Giorgio Agamben, Roland Barthes e outros. Assim, é no território do desejo que as pulsões homoafetivas são estruturadas e desvelam os anseios de plenitude das personagens.

Palavras-chave: Gay; Desejo; Literatura; Conto; Homoerótico.

Abstract

This essay addresses traces of same-sex desire in the short story “Those Two”, by contemporary writer, Caio Fernando Abreu. The discursive construction between the characters Raul and Saul takes place gradually in the midst of a scenario of institutional oppression that attempts to normalize the existence of both. However, through specific codes of the geography of affections, desire is transmuted into words, looks, spatiality and difference, because in both characters there is the social seal brand, which on the micro and macro level names them as deviants. This reflection construction based on theorists Jean Baudrillard, Giorgio Agamben, Roland Barthes and others. Thus, it is in the territory of desire that homoaffective drives are structured and unviel the characters' longing for fulfillment.

Keywords: Gay; desire; Literature; Short story; Homoerotic.

Introdução

O desejo é um território em que as liberdades se constituem efusivamente pela via do dito e do não dito, do preenchido e do vazio, do centro e da margem, da materialidade e da imaginação. Considero o desejo uma forma de estrutura que operacionaliza o belo e o grotesco em alteridade, quando ambos são demarcados pela fronteira imposta na relação dos corpos desejantes.

Intento nesse breve ensaio delinear algumas ponderações sobre o desejo em torno do conto *Aqueles dois*, presente na obra **Morangos Mofados** (2005), do escritor Caio Fernando Abreu. Historicamente, e muito por via de uma dialética cristã, o desejo homoafetivo foi relegado aos espaços da subalternidade e do proibido, sendo, dessa maneira, objeto de sistêmica interdição discursiva, no entanto, as representações acerca do desejo, e especialmente do desejo gay são frutuossas nas artes de modo geral.

Heloisa Buarque de Holanda, ao analisar **Morangos Mofados**, texto de apresentação da obra, afirma: o que primeiro chama a atenção nesse livro é um certo cuidado, uma enorme delicadeza em lidar com a matéria da experiência existencial de que fala. (HOLANDA, 2005, p. 9) Através de personagens fraturados, a obra expressa linhas de reflexão sobre a contracultura, a partir do que foi projetado por uma geração, e o que de fato aconteceu do ponto de vista político-cultural. Abreu posiciona seus personagens nesse espectro que coaduna ressaca existencial com a necessidade de exumar as contradições do tempo presente, desse modo, de acordo com Heloisa Buarque:

Caio escolhe o caminho de pequenas provas de evidência onde, uma vez extraído o sentimento de uma época consegue aflorar drasticamente os limites e os impasses daquela experiência, sem que isso encubra seus conteúdos de busca e desejo de transformação (HOLANDA, 2005, p. 9).

Essas pequenas provas, apontadas pela estudiosa, demonstram haver nessa obra de Caio Fernando Abreu certa obsessão na jornada de reconstrução de identidades estilhaçadas por múltiplas violências. Seja através das irradiações memorialísticas do regime militar no país, ou por meio das coerções sociais que vilipendiam o direito à existência de grupos historicamente marginalizados, como por exemplo, os homossexuais.

A literatura é um retrato de sua época, e funciona como uma pergunta permanente e de caráter híbrido, pois é acessada a partir de inúmeros interesses ideológicos. No conto *Aqueles dois*, o desejo de Raul e Saul é tensionado por estruturas de poder, e o que se observa na fotografia literária comunica muito do que acontece na realidade da vida. Sendo assim,

pensar sobre as formas de desejo homoafetivo constitui um exercício de humanidade, que enlaça objeto estético, luta política e a totalidade complexa da vida.

Sobre as questões homoeróticas na literatura de Caio Fernando Abreu, o pesquisador José Mariano Neto, pontua que:

Acreditamos que os contos de Caio Fernando Abreu representam o impacto de algumas das experiências poéticas da sexualidade e afetivas dos sujeitos gays, ao atribuírem um forte componente político as próprias existências dos protagonistas e sugerirem uma ampliação sobre as possibilidades de ser e de viver de outros personagens que afeta sensivelmente os destinos das relações e desestabiliza as certezas, e as convenções culturais, instaurando novos horizontes como possibilidade e invenção (NETO, 2011, p. 100).

A dimensão política dos corpos desses personagens endossa as representações pautadas pela diversidade, ou seja, o escritor insere uma poética para um contexto em que a existência destinava a esses personagens apenas o marginal, o secreto, o sujo, o carnal. Nessa concepção de Caio Fernando Abreu existe um incremento afetivo que tira os sujeitos gays do lugar do silenciamento, devolvendo-os para o campo dos afetos, e embora este espaço seja território de confronto na lógica cristã, o escritor insiste que seus personagens atuem como coringas propositores de ideias sobre as formas de ser e estar no mundo dos sujeitos homoafetivos.

A exposição que a literatura de Abreu faz dessa noção, segundo Neto, “das experiências poéticas da sexualidade e afetivas de sujeitos gays”, contribui para descentralizar o debate da homossexualidade do viés sociológico, psicológico, biológico etc., ou seja, na poesia, na arte, nas construções estéticas a existência gay se configura política e vocacionada para agir sobre o mundo, tendo por legenda a urgência de ter liberdade para ser e desejar.

Raul e Saul: quem desejou primeiro?

A narrativa *Aqueles dois* foi publicada em 1982 na obra **Morangos Mofados**. A trama é conduzida por um narrador discreto, quase um voyeur. O “quase” tem a ver com o modo de apresentação que ele faz dos personagens Raul e Saul, ambos funcionários de uma repartição pública. As informações fornecidas pelo narrador induzem à imprecisão sobre o que de fato existe entre os personagens centrais.

O enredo se desdobra no início da amizade entre os dois, a tensão no ambiente laboral, a perseguição em torno da suposta homossexualidade, culminando na demissão e, por conseguinte, o salto para a liberdade. É importante ressaltar o caráter visual do texto de Abreu, e como isto endossa o ritmo que o narrador usa para intensificar as sutilezas da relação. Em vista desse cenário que posiciona Raul e Saul, a edificação do desejo ecoa, inicialmente,

rarefeito, mediado por diálogos lacônicos e o espanto pela crescente constatação da necessidade mútua que as personagens possuem um do outro.

Mas o que seria o desejo então?

Roland Barthes, na obra **Fragmentos de um discurso amoroso** (1986) trata o desejo como um liame que diferencia os estados da consciência dos sujeitos e suas aspirações no jogo dos afetos, e como tais entrelaçamentos necessitam do desconhecido para alcançar alguma forma ou razão:

Às vezes ainda, vejo o outro submetido a um desejo. Mas o que destoa nele, não é aos meus olhos um desejo formado, nomeado, colocado, bem dirigido [...] é apenas um desejo nascente, uma pontinha de desejo que detecto no outro sem que ele mesmo esteja consciente (BARTHES, 1986, p. 20).

O ato de desejar é um acontecimento que descentraliza as noções do campo racional porque o discurso construído é naturalmente avesso aos estatutos que normatizam as práticas de ser e estar na sociedade. Para Barthes o desejo forma, nomeia e é colocado; essa compreensão alude a um sistema que interpreta o sujeito além dos polos razão e emoção. No conto de Caio Fernando Abreu, a lógica da forma, nome e disposição do desejo possui nuances vinculadas ao não dito, até porque o narrador operacionaliza as informações se filiando à ambiguidade, como uma estratégia de equilibrar a sentimentalidade dos personagens no espaço público e no privado.

Não chegaram a usar palavras como *especial*, *diferente* ou qualquer outra assim. Apesar de, sem efusões terem se reconhecido no primeiro segundo do primeiro minuto. Acontece, porém, que não tinham preparo algum para dar nomes às emoções, nem mesmo para tentar entendê-las (ABREU, 2005, p. 132).

O desejo se ocupa também da alteridade, e embora as palavras especial e diferente estejam em itálico, leio tal destaque como uma ironia do autor acerca da ideia de desimportância, bem como o reconhecimento da humildade dos personagens. A incapacidade de nomear ou entender são códigos necessários na urdidura do desejo. Raul e Saul são dois homens fragmentados pelo sistema: Raul vinha de um casamento fracassado, três anos e nenhum filho. Saul, de um noivado interminável que terminara um dia. (ABREU, 2005, p.132-133). Cada um estava imerso em ordenamentos sociais rígidos e programados para o cumprimento de performances que dão sustentáculo ao patriarcado, no entanto, ao romperem com o cotidiano previsto, Raul e Saul se descobrem, em alguma medida, protagonistas da própria narrativa.

Marilena Chauí (1990), no texto *Os laços do desejo*, problematiza que:

O desejo, porque *páthos* está preso no laço da contingência, do provável, do possível. Seja por originar-se de uma disposição natural, seja por decorrer de opiniões ou costumes, seja por ser tendência voluntária, o desejo está enlaçado às particularidades da vida de cada indivíduo, de sua geração e educação. Por ser mescla ambígua de atividade (decisão deliberada) e de passividade (ímpeto de carência), coloca-nos sob o poderio das circunstâncias e dos acontecimentos (CHAUÍ, 1990, p. 38).

Há no pensamento da filósofa uma vigorosa ideia do desejo como estrutura que forma ao passo que deforma positivamente a sociedade. Os personagens Raul e Saul estão aprisionados numa espécie de panóptico, sendo o desejo mútuo uma forma de construir sentido para a vida, porque “Num deserto de almas também desertas, uma alma especial reconhece de imediato a outra” (ABREU, 2005, p. 132).

Para instituir Raul e Saul como seres desejantes um do outro, no território do desejo homoerótico, o narrador performa uma discursividade poética que emprega um senso de solidão crucial na identificação dos personagens. Há que se pontuar nessa narrativa o apuro visual de Caio Fernando Abreu na construção do mundo que os cerca, se o ambiente institucional do trabalho é formado por um “deserto de almas” é preciso que haja “circunstâncias e acontecimentos” (CHAUÍ, 1990, p. 38) capazes de alterar o mundo opressor.

Eram dois moços sozinhos. Raul viera do Norte, Saul do Sul. Naquela cidade todos vinham do Norte, do Sul, do Centro, do Leste – e com isso quero dizer que esse detalhe não os tornaria especialmente diferentes. Mas no deserto em volta, todos os outros tinham referenciais – uma mulher, um tio, uma mãe, um amante. Eles não tinham ninguém naquela cidade – de certa forma, também em nenhuma outra – a não ser a si próprios (ABREU, 2005, p. 133).

Em que medida o desejo homoerótico se filia à solidão de Raul e Saul? No fragmento o narrador mostra que no espaço havia transitoriedade, os outros possuíam alguém para se reconhecer no traço identitário, ao contrário dos dois. A solidão alimenta o desejo, e aqui ela não é posta como fator de desalento ou derrota, mas funciona como testamento da possibilidade de irradiação das ações homoafetivas a englobar os personagens durante os seis quadros que constituem a narrativa.

Em cada quadro o narrador endossa sutilezas que ora ampliam o viés do desejo, ao passo que evidenciam também as violências, principalmente, através do elemento espacial, a repartição e seus componentes, ora, por meio do silêncio:

Cruzavam-se silenciosos, mas cordiais, junto à garrafa térmica do cafezinho, comentando o tempo ou a chatice do trabalho, depois voltavam às suas mesas. Muito de vez em quando um pedia fogo ou um cigarro ao outro, e quase sempre trocavam frases (ABREU, 2005, p. 134).

É poética a imagem do transitar em silêncio, e essa movência dotada de parcimônia pode também ser aspecto do desejo. Sem o diálogo o corpo assume a função da linguagem total. A cena potencializa o mistério e a palavra “cordiais” arremata a ideia latina de *cordialis*, que se refere ao coração. Jean Baudrillard (1991) na obra **Da Sedução** expõe:

Para a sedução o desejo é um mito. Se o desejo é vontade de potência e de posse, a sedução assume diante dele uma vontade de potência igual por simulacro e é pela rede de aparências que ela suscita essa hipotética potência do desejo e a exorciza (BAUDRILLARD, 1991, p. 99).

Considero extremamente sedutora a imagem desses dois personagens cruzando o espaço silenciosamente. O traço da cordialidade encenado pelo cruzar dos corpos pode ser lido como um simulacro que alimenta a rede de aparências da qual fala Baudrillard. O desejo não carece da exposição verbal para ser potente, uma vez que o silêncio de Raul e Saul gera dialogias ancoradas na banalidade da vida, ao comentarem sobre o tempo ou a chatice do trabalho.

No mundo da burocracia os personagens interpretam papéis, e mesmo que tensionem a realidade mecanizada formada por “aquela postura desalentada de quem carimba ou datilografa papéis oito horas por dia” (ABREU, 2005, p. 134), ainda assim eles resistem, consubstanciados no entrelaçamento de suas identidades:

Eram bonitos juntos, diziam as moças, um doce de olhar. Sem terem exatamente consciência, quando juntos os dois aprumavam ainda mais o porte e, por assim dizer, quase cintilavam, o bonito de dentro de um estimulando o bonito de fora do outro e vice-versa. Como se houvesse, entre aqueles dois, uma estranha e secreta harmonia (ABREU, 2005, p. 134).

A ideia de desejo no excerto acima é bifurcada em duas camadas. A primeira reside no olhar das personagens femininas sobre Raul e Saul, pois as mulheres chancelam neles uma dimensão de beleza amplificada na presença coadunada nos dois. A segunda tem sentido na conjunção da dicotomia: dentro e fora. Raul e Saul parecem não ter consciência que acessam mutuamente a interioridade e a exterioridade, e que isso resvala para o entorno.

O narrador ao informar a “estranha e secreta harmonia” mais uma vez reforça que existe uma pactuação subjetiva entre os personagens, sendo o desejo a estrutura que organiza paulatinamente o caos exterior que os circunda. São muitas as resultantes dessas duas identidades esfaceladas do projeto social previamente prescrito – um era casado, e o outro estava noivo –, sendo assim, a partir das ruínas de ambos se instaura um movimento de reconstrução de si por meio do desejo homoerótico que enlaça os dois.

Durante aquele fim de semana obscuramente desejaram, pela primeira vez, um em sua quitinete, outro no quarto da pensão, que o sábado e o domingo

caminhassem depressa para dobrar a curva da meia-noite e novamente desaguar na manhã de segunda-feira, quando outra vez se encontrariam para: um café (ABREU, 2005, p. 135).

O distanciamento demarca e infla a pulsão do desejo entre as personagens. Na solidão dos espaços que comprimem, os sujeitos anseiam para que o tempo avance. O tempo da vida é um. O tempo do desejo é outro. Georges Minois, na **História da solidão e dos solitários** (2019) pontua que “o indivíduo se dissolve na multiplicidade de seus desejos, e se dispersa numa infinidade de atividades” (MINOIS, 2019, p. 411).

A palavra “desejaram” testemunha a noção de consciência que os dois vão tecendo ao longo da narrativa, e isto se redimensiona em multiplicidade, tendo em vista que as conversas suscitadas por Raul e Saul versam sobre a desimportância da vida que demanda escolhas, ao passo que também é perene diante da força que os empurra para a banalidade, como expresso no trecho a seguir:

E longamente então, entre cervejas, trocaram ácidos comentários sobre as mulheres mal-amadas e vorazes, os papos de futebol, amigo secreto, lista de presente, book-maker, bicho, endereço de cartomante, cliques no relógio de ponto, vezenquando salgadinhos no fim do expediente, champanhe nacional em copo de plástico (ABREU, 2005, p. 132).

O movimento torrencial de micro ações a aproximar as personagens funciona como um sustento para a forma do desejo. O narrador demonstra que há uma certa teatralização nesse excesso de ações no cotidiano institucional entre os funcionários. O desejo entre os personagens parece carecer de uma mimeses evada numa atitude de profanação dessas repetições de rituais cotidianos, como por exemplo, as saídas coletivas após o horário de trabalho, nos quais:

Atentas, as moças em volta providenciavam esticadas aos bares depois do expediente, gafeiras, discotecas, festinhas na casa de uma, na casa de outra. A princípio esquivos, acabaram cedendo, mas quase sempre se enfiavam pelos cantos e sacadas para trocar suas histórias intermináveis (ABREU, 2005, p. 135-136).

Na quebra de expectativas com o coletivo, Raul e Saul operacionalizam dinâmicas para que o desejo seja expresso, mesmo sob a aura da incompreensão em torno do interesse que os leva a retirarem de determinado campo erótico com a presença das mulheres. Para Marilena Chauí “o desejável é o fim móvel, perfeição, identidade consigo mesmo; o desejo, necessidade de mediação para o que está separado de si e do fim (CHAUÍ, 1990, p. 30).

Ao indicar que entre Raul e Saul haviam trocas de histórias intermináveis, o narrador confere ao desejo o caráter de “fim móvel”, como reflete a filósofa. E esse fim no texto de Caio Fernando Abreu obedece a outro esquema, pois as histórias infundáveis na verdade podem ser o subtexto para a racionalização desse desejo que faz os dois personagens se

movimentarem para lugares onde possa acontecer de fato alteridade, acolhida e reconhecimento.

Há quase seis meses se conheciam. Saul deu-se bem com Carlos Gardel, que ensaiou um canto tímido ao cair da noite. Mas quem cantou foi Raul: “Perfidia”, “La barca”, “Contigo em la distancia”, e a pedido de Saul, outra vez, duas vezes, “Tu me acostumbraste”. Saul gostava principalmente daquele pedacinho assim “sutil llegaste a mí como una tentación llenando de inquietude mi corazón”. Jogaram algumas partidas de buraco e, por volta das nove, Saul se foi. Na segunda-feira não trocaram uma palavra sobre o dia anterior. Mas falaram mais que nunca, e muitas vezes foram ao café. As moças em volta espiavam, às vezes cochichavam sem que eles percebessem (ABREU, 2005, p. 136-137).

O fragmento acima expressa a primeira vez em que o narrador expõe com mais audácia o desejo entre Raul e Saul. Ao longo de toda a narrativa é possível constatar, pelo menos na camada superficial do texto, que o desejo se ergue como sublimação, como se a carne, e, por conseguinte, a materialidade homoerótica escapasse dos dois pelo simples fato de estarem em processo de captação da consciência de que um se complementa no outro. Entretanto, especificamente nesta cena, fica evidente o transbordamento do desejo através da performance do canto. Esta é uma cena de amor entre esses dois personagens.

O trecho destacado por Saul se equipara a uma declaração amorosa: “sutil llegaste a mí como una tentación llenando de inquietude mi corazón”. (ABREU, 2005, p. 136), mas não só de palavras se corporifica o desejo, é necessário o silêncio sobre o que aconteceu. Aos espectadores o narrador indefectível ofereceu a visão de uma noite de cantorias e jogos, mas, ao pontuar o não-diálogo sobre a possível efetividade da atração entre os homens, fica pulsante a ideia que descarta a verbalização como atitude responsiva para o ato feito. Se é que esse ato realmente aconteceu ou se ficou entre notas musicais e projeções manifestas e exorcizadas em “algumas partidas de buraco” (ABREU, 2005, p.136).

Em vários momentos do texto estão postas frases que intensificam o poder da fala como elemento atuante e moldador do desejo, a saber: “trocaram ácidos comentários”, “sempre trocavam frases”, “De muitas coisas falaram”, “trocar suas histórias”, “no meio de um papo qualquer”, “Mas falaram mais que nunca”, “Não paravam de falar”, “falavam o tempo todo”. Estes são indicadores potentes do percurso entremeado de encruzilhadas sociais a qual dispostos Raul e Saul. A fala e o falo como totens desvirtuados de suas funções anteriormente atribuídas. Desvirtuamento no sentido de recusa a obedecer aos padrões estabelecidos para a performance masculina. No trecho abaixo os personagens tratam do momento da ruptura dos papéis que lhes foram impostos:

Raul falou pela primeira vez no casamento desfeito. Passo incerto. Saul contou do noivado antigo. E concordaram, bêbados, que estavam ambos cansados de todas as mulheres do mundo, suas tramas complicadas, suas exigências mesquinhas. Que gostavam de estar assim, agora, sós, donos de suas próprias vidas. Embora, isso não dissessem, não soubessem o que fazer com elas (ABREU, 2005, p. 136).

Já afirmei anteriormente neste ensaio que Raul e Saul são personagens com identidades deterioradas. Stuart Hall denomina o sujeito pós-moderno de “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas contraditórias ou não-resolvidas” (HALL, 2005, p. 12). Nestes personagens a questão do desejo homoafetivo se potencializa no centro dos aspectos coercitivos que os levaram a despenhar papéis heteronormativos alinhados à ideologia do patriarcado.

Na cena de lamento sobre as relações com as mulheres, Saul e Raul confessam sua homossexualidade dentro do aspecto não-resolvido, apontado por Hall como índice do ser/estar que pertence à composição identitária do sujeito, principalmente, nesse tempo histórico entremeado de disputas de narrativas legítimas fincadas nas identidades de gênero e os seus trânsitos e complexidades. A emoção da cena também reflete uma confissão de amor. Raul e Saul são dois homens em paulatina descoberta, porém, o narrador, implode a individualidade e ergue uma solidão uníssona e conjunta ao colocar a palavra “sós” no arremate da cena.

No início do texto o narrador informa que Saul possui a habilidade de desenhar: “Talvez por isso, desenhava. Só rostos, com enormes olhos sem íris nem pupilas” (ABREU, 2005, p. 133). Ao sentir a falta de Raul, que se distancia por conta do falecimento da mãe, o narrador mostra que:

Desorientado, Saul vagava pelos corredores da firma esperando um telefone que não vinha, tentando em vão concentrar-se nos despachos, processos, protocolos. À noite, em seu quarto, ligava a televisão gastando tempo em novelas vadias ou desenhando olhos cada vez mais enormes (ABREU, 2005, p. 138).

O desejo tem no olhar grande aliado nas tramas do afeto. A escolha de desenhar olhos não é simplesmente por um acaso da solidão da personagem. Os olhos desenhados por Saul estão ancorados na memória angustiante que se forma com a ausência passageira de Raul. Alfredo Bosi (1988), no ensaio **Fenomenologia do olhar**, diz:

O olhar conhece sentido (desejando ou temendo) e sente conhecendo. Está implantado na sensibilidade, na sexualidade: a sua raiz mais profunda é o inconsciente, a sua direção é atraída pelo imã da intersubjetividade. O olhar condensa e projeta os estados e os movimentos da alma. Às vezes a expressão do olhar é tão poderosa e concentrada que vale por um ato (BOSI, 1988, p. 78).

É no ato de desenhar olhos que Saul transmuta seu desejo ansiando por Raul. Essa transferência pelo viés artístico atribui ao personagem um caráter estratégico vinculado à

questão da falta, a carência, a fome sentimental, a incompletude. Tudo isso, misturado ao fato da consciência homoafetiva está espalhada na soma dos dois e os efeitos colaterais oriundos do sentimento. A citação de Bosi proporciona fazer uma leitura de Saul como o mais passional, e este dado não o rebaixa à fragilidade, ao invés disso, torna-o exponencial na narrativa.

Considerações finais

O desejo é um tecido com fios plurais na trama de *Aqueles dois*, do escritor Caio Fernando Abreu. Ao longo da análise averigui algumas marcas, rastros e liames sobre a função que combina desejado e desejante na mesma equação emocional. O desejo é uma categoria estruturante potente na busca por leituras do mundo, assentadas no chão complexo da vida. O texto de Abreu possui essa vocação para o grito em torno das violências, mas é também uma colcha de sentimentalidades contemporâneas que não se esgarçam com o tempo. Giorgio Agambem (2014) profere que “o desejo de ser reconhecido pelos outros é inseparável do ser humano” (AGAMBEM, 2014, p. 77). Nesse sentido, Raul e Saul convergem para o desejo, não há escapatória, eles se retroalimentam do desejo que os lança concomitantemente para a liberdade.

Referências

- ABREU, Caio Fernando. **Morangos Morfados**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2005.
- AGAMBEN, Giorgio. **Nudez**. Tradução Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2014.
- BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1986.
- BAUDRILLARD, Jean. **Da Sedução**. Tradução Tania Pellegrini. Campinas: Editora Papirus, 1991.
- BOSI, Alfredo. **Fenomenologia do olhar**. In: NOVAES, Adauto. O Olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. **Os laços do desejo**. In: NOVAES, Adauto. O Desejo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MINOIS, Georges. **História da solidão e dos solitários**. Tradução Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

NETO, José Mariano. **Cultura dos desejos e liberdade dos prazeres: regimes de amizade homoerótica masculina na ficção de Caio Fernando Abreu**. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura), Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2011.

SOBRE O AUTOR

Francisco Alves Gomes

Graduado em Letras (UFRR). Especialista em Direção Teatral (FADM). Mestrado e Doutorado em Literatura (UnB). É professor adjunto 3 da Universidade Federal de Roraima, lotado no curso de Artes Visuais. Faz parte do corpo docente do Mestrado em Letras PPGL/UFRR. É membro convidado do GT de Dramaturgia de Teatro da ANPOLL. Coordena o projeto de pesquisa “Cartografias do teatro em Roraima”. Tem interesse pelo texto dramático, dramaturgia, performance, teatro brasileiro e suas inúmeras interpretações na ambiência social. É fundador do grupo de teatro da UFRR. Atualmente ocupa o cargo de superintendente estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN-RR.

E-mail: francisco.alves@ufr.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5622-5028>

Recebido: 27/08/2023

Aprovado: 29/09/2023

Apontamentos para uma história LGBTQIAP+ no Pará

Notes towards an LGBTQIAP+ history in Pará

Resumo: Pesquisas históricas que envolvem homossexualidades, movimento LGBTQIAP+ e questões relativas à identidade de gênero e sexualidade têm se multiplicado em diversos contextos. No estado brasileiro do Pará, localizado no Norte do país, este fenômeno tem sido menos expressivo do ponto de vista quantitativo, mas há questões importantes que estão emergindo das discussões promovidas nesse âmbito. O presente artigo tem o objetivo de analisar a produção acadêmica na área disciplinar da história que envolve a temática “LGBTQIAP+”. Mesmo caminhando a passos curtos, há um número crescente de pesquisadores trabalhando para ampliar e aprofundar o debate a partir de um diálogo com abordagens teóricas já consolidadas nas ciências sociais, como a teoria queer, e inseridas institucionalmente em um debate historiográfico local sobre população, família e gênero.

Palavras-chave: LGBTQIAP+; Homossexualidades; Pará; História Regional; Sexualidade.

Abstract: Historical research involving homosexuality, the LGBTQIAP+ movement and issues relating to gender identity and sexuality has multiplied in various contexts. In the Brazilian state of Pará (located in the north of the country) this phenomenon has been less significant from a quantitative point of view, but there are important issues that are emerging from the discussions promoted in this area. The aim of this article is to analyze the academic production in the disciplinary area of history involving the “LGBTQIAP+” theme. There is a growing number of researchers working to broaden and deepen this debate. They have been engaged in theoretical approaches already consolidated in the social sciences, such as queer theory. These studies are institutionally inserted in a local historiographical debate on population, family and gender.

Keywords: LGBTQIAP+; Homosexualities; Pará; Regional History; Sexuality.

Introdução

A sigla LGBTQIAP+ designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queers, intersexo, assexuais, pansexuais e outros grupos que escapam à ordem normativa de sexo, gênero e sexualidade. Trata-se de um acrônimo que vem se desmembrando historicamente ao longo das disputas que constituem o movimento social e as políticas orientadas para esse segmento da população (Facchini, 2020) e na qual a própria ideia de “população” é apropriada e tensionada contextualmente (Aguião, 2018). Os estudos científicos sobre o tema vêm se desenvolvendo no Brasil nas últimas décadas na interface entre os debates sobre homossexualidades, direitos sexuais e reprodutivos, violência política, saúde, feminismos, epistemicídio, políticas públicas, dentre outras. Grande parte dessa produção, porém, tem se concentrado nas ciências sociais, e, de forma mais consistente ao longo do tempo, na antropologia (França; Facchini, 2017).

Na área disciplinar da história, o debate sobre LGBTQIAP+ começou a crescer ainda recentemente, embora haja trabalhos pioneiros que contribuíram significativamente para perspectivas disciplinares e interdisciplinares sobre o tema. Exemplos são a dissertação de Claudio Roberto da Silva (1998) sobre a história oral do movimento homossexual brasileiro e o livro de James Naylor Green (2000) sobre a história social da homossexualidade masculina no século XX, com especial foco nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. A concentração de centros de pesquisa e recortes empíricos nessas duas cidades tornou-se um dos principais pontos de disputa com a multiplicação de estudos históricos sobre o tema no país.

Como Joana Maria Pedro e Elias Ferreira Veras (2015) observaram, há uma consternante resistência em aderir a esse debate na história, uma disciplina que por si só tem sido profundamente comprometida com questões sociais e com a busca por perspectivas alternativas de sociedade. A realização do primeiro simpósio temático no congresso da Associação Nacional de História (ANPUH) em 2019, em Recife, foi um importante marco que reverberou na criação da Rede de Historiadores e Historiadoras LGBTQIA+, que reúne professores e estudantes de diversas partes do país. Em seguida, vários debates e livros coletivos vêm sendo organizados e publicados, seja na forma de panoramas da historiografia LGBTQIAP+ (Sousa Neto; Gomes, 2021; Rodrigues; Veras; Schmidt, 2021), interface com o feminismo (Veras; Pedro; Schmidt, 2023) e enfoques territoriais específicos (Schmidt; Weimar, 2023). O recente livro de Paulo Souto Maior e Renan Quinalha (2023), *Novas Fronteiras das Histórias LGBTI+ no Brasil*, tomou como ponto de partida a oposição entre sujeitos e contextos privilegiados ou marginalizados na produção de conhecimento sobre o tema, o que, por si só, é indício de um amadurecimento de uma narrativa histórica, já passível

de críticas. A questão da região, assim, passa a ser cada vez mais central, ainda que aparentemente dependente de categorias como “centro” e “periferia”.

Pensar essas temáticas em diferentes espaços, então, tornou-se um movimento analítico importante para o desenvolvimento de uma história LGBTQIAP+ no Brasil, e as questões levantadas pela diferença espacial têm oferecido problemas analíticos e abordagens renovadoras. Nos estados do Norte do Brasil, caracterizados pela categoria geográfica “Amazônia”, esse debate ainda carece de panoramas mais aprofundados e detidos. O objetivo deste texto, portanto, é analisar a produção sobre LGBTQIAP+ na história realizada no estado do Pará, identificando as suas questões analíticas e as condições de emergência deste debate no contexto local. Faremos isso a partir de uma revisão bibliográfica não exaustiva. A análise de conteúdo da produção que encontramos em repositórios institucionais é realizada em diálogo com estudos históricos e bibliográficos realizados em outros estados e disciplinas, além de nossa própria experiência em eventos e realizando pesquisas nessa área.

Argumentamos que a produção paraense sobre “LGBTQIAP+” têm se desenvolvido a partir de dois campos institucionais de discussão: o debate sobre homossexualidades nas ciências sociais e o debate sobre gênero e família na história. No primeiro, a produção mais longeva sobre o tema na antropologia preparou um terreno ao elaborar um panorama de possibilidades empíricas (bares e boates, Festa da Chiquita, movimento LGBT, travestilidade) e a recepção de referências teóricas atualizadas (passando pelo próprio conceito de gênero e indo até a interseccionalidade e a teoria queer) em Belém. O segundo, mais propriamente na história, a bibliografia sobre família e população tem possibilitado que estudos sobre sexualidade sejam acolhidos institucionalmente, especialmente na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Historiografia, gênero, sexualidade e família no Pará e em Belém

O estado do Pará originou-se de uma unidade administrativa separada do Brasil no império colonial português, o Estado do Grão-Pará e Maranhão (originalmente Estado do Maranhão e Grão Pará, com sede em São Luís). A institucionalização da história como disciplina científica se deu no estado nas últimas décadas, com uma grande concentração na capital, Belém, e em sua Universidade Federal do Pará (UFPA). Como aconteceu às demais ciências humanas, a formação da pós-graduação dependeu de trânsitos de pesquisadores para outros estados brasileiros, o que também aconteceu com o campo de estudos sobre gênero e sexualidade (Saldanha, 2023). Algumas das primeiras tentativas de trabalhar com o tema na instituição foram frustradas, como a do então estudante de história Ronaldo Trindade nos anos 1990. Em entrevista para Inácio Saldanha, ele lembrou que seu interesse em pesquisar

homossexualidade na capital do Pará estava inserido em um contexto de recepção do conceito de gênero na cidade. Tratava-se de um debate interdisciplinar que teve uma importante participação e pesquisadoras feministas das ciências sociais, e que culminou com a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero “Eneida de Moraes” (GPEM) em 1994 (Álvares; D’Incao, 1995). Segundo Trindade, porém, havia uma resistência muito evidente a esses temas na história:

As historiadoras estavam tornando relevante um tema que antes era chamado de perfumaria. Todo mundo que pesquisava gênero na minha época, o povo dizia assim, quando a gente tava participando da ANPUH e tal, “ah, o povo que pesquisa perfumaria, que pesquisa gênero, pesquisa sexualidade...”, tinha um puta preconceito. E lá no Pará era tão pouca gente que pesquisava esse tema que todo mundo se conhecia. Mas eu lembro que apesar de ser muito pouco, eu sempre tive o incentivo de todos os professores (Saldanha, 2023, p. 136).

A dificuldade de encontrar com quem dialogar em seu tema de interesse levou o jovem pesquisador a estudar prostituição, o que repetiria em seu mestrado. Apenas na tese de doutorado, defendida em 2004 na USP, Trindade teve sucesso em pesquisar homossexualidade, já agora na antropologia. Uma trajetória como a sua, envolvendo os trânsitos para outros estados e disciplinas, é exemplar da forma descontínua como as homossexualidades e os temas que hoje chamamos de “LGBTQIAP+”, em alusão às mudanças próprias do movimento social, se desenvolveram como objeto de debate na história. Neste sentido, a realidade paraense não difere daquela de outros contextos no Brasil.

Por outro lado, há temas de estudo que podem ser considerados clássicos na história paraense, como a Belle Époque e a colonização portuguesa, nas quais a sexualidade ainda não tem aparecido de forma muito expressiva. A concentração histórica da universidade na capital e a ainda recente interiorização da graduação em história (e a ainda incipiente interiorização da pós-graduação) indicam também uma concentração dos estudos em questões relacionadas a Belém e a arquivos localizados na cidade. Belém foi fundada em 1616 por militares portugueses, tornando-se um entreposto administrativo da colonização europeia nas proximidades da foz do Rio Amazonas, o que culminou na relutância em aderir à independência do Brasil. Com o ciclo econômico da borracha, conhecido tradicionalmente como *Belle Époque* em cidades como Manaus e Belém pela modernização e pela urbanização promovidas pelas elites, muitos aspectos sociais passam por profundas transformações, como a família e a sexualidade.

No caso da colonização, o Pará se notabilizou por receber uma grande visitação do Tribunal do Santo Ofício na segunda metade do século XVIII, cujo livro de processos foi encontrado e publicado pelo historiador paulista José Roberto do Amaral Lapa (1978). Com o desenvolvimento dos estudos históricos sobre homossexualidade, especialmente aqueles

desenvolvidos pelo antropólogo e ativista Luiz Mott, a *Visitação da Inquisição no Grão-Pará* entrou para uma agenda de debates teóricos nas ciências sociais. A posição de Mott é favorável a um uso trans-histórico da categoria “homossexualidade”, em oposição à perspectiva construcionista que advogou pela análise da sexualidade como um produto social historicamente situável, sobretudo a partir de autores como Mary McIntosh (1969), Michel Foucault (2014) e, no Brasil, Peter Fry (1982). Estudando a Inquisição (Mott, 1994), o mito das Amazonas encontradas pelos expedicionários espanhóis (Mott, 1990) ou a biografia de um religioso mercedário acusado de sodomia em Belém no século XVII (Mott, 2011), o argumento de Mott toma como base a ideia de que a Amazônia seria uma região distante do mundo ocidental, e que a existência da homossexualidade em sua história comprovaria a sua suposta existência universal.

Estudos posteriores sobre a Inquisição no Pará, especialmente por pesquisadores de outros estados, assumiram a tendência de situá-la em meio a outras visitas realizadas no “Brasil colonial”, dando menor consideração ao fato de que o Grão Pará e Maranhão constituía uma unidade administrativa separada do Brasil. Uma tensão resistente ao construcionismo social, por sua vez, ainda aparece hoje (Pinto, 2023), um diferencial desse debate na história em relação ao das ciências sociais. A recente ênfase na teoria queer como uma abordagem teórica privilegiada, por sua vez, também chama atenção (Rocha, 2021). Porém, as pesquisas realizadas localmente sobre a Inquisição e a sodomia no Pará têm tido menor interesse em se aproximar do debate contemporâneo sobre homossexualidades, como nas dissertações de Felipe das Mercedes (2018) e Policleiton Cardoso (2022).

A Belle Époque, por sua vez, já inspirou uma série de pesquisas sobre família, como as de Cristina Donza Cancela sobre a família na economia da borracha (Cancela, 2012) e sobre a sexualidade feminina nas camadas populares (Cancela, 2021), que se insere em uma linhagem de historiadoras feministas comprometidas com a escrita de uma história das mulheres no Brasil. A elas, somam-se os estudos de Ipojucan Dias Campos sobre a história da família no período, especialmente casamento e divórcio (Campos, 2023) e corpo e moda feminina (Campos, 2019), embora sem o mesmo investimento no gênero como uma categoria analítica. É importante mencionar que essas pesquisas, em parte realizadas em programas de pós-graduação paulistas, estimularam um diálogo mais direto com outros estudos do âmbito da história privada, ou que deslocam a oposição entre público e privado, como a pesquisa de Ronaldo Trindade (1999) sobre a prostituição feminina na Belle Époque de Belém, a tese em antropologia de Márcio Couto Henrique (2008) sobre o diário íntimo do político Couto de Magalhães e a análise feita Antonio Otaviano Vieira Junior (2022) sobre a relação entre casamento e poder no Pará oitocentista. Ainda que essa interessante agenda da pesquisa tenha

pouco diálogo direto com os estudos sobre homossexualidades ou diversidade sexual e de gênero, elas compõem a abertura de um interesse de pesquisa institucional sobre temas e debates correlatos, o que frequentemente coloca estes pesquisadores como orientadores e avaliadores de trabalhos recentes.

É importante enfatizar, neste sentido, a participação do grupo RUMA (População, Família e Migração na Amazônia), que passou a acolher pesquisas em torno de população, migração, gênero e sexualidade. Coordenado por Antonio Otaviano Vieira Junior e Cristina Donza Cancela, trata-se um grupo de pesquisa institucionalizado na história que inclui pesquisas de pós-graduação sobre gênero e sexualidade em sua agenda de interesse, o que tem permitido um aprofundamento do conhecimento local sobre o tema, como veremos a seguir. Atualmente, no caso do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), na UFPA, a maioria dos estudantes que trabalham com gênero e sexualidade são orientados por Cancela, e voltaremos a eles nas próximas seções. Se as pesquisas que envolvem população, migração e família são mais numerosas, podemos atribuir essa priorização ao grande banco de dados do grupo no que se refere às documentações ligadas a genealogias familiares.

Homossexualidades, ciências sociais e historiografia no Pará

A capital do Pará tornou-se um campo empírico importante para o debate sobre sexualidade nas ciências sociais a partir da pesquisa do antropólogo Peter Fry (1982) sobre homossexualidade masculina em terreiros de umbanda na década de 1970. Fry era professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e teve uma importante participação na formação de um campo de estudos sobre gênero e sexualidade no Brasil, principalmente de uma perspectiva construcionista e na pós-graduação.

Podemos supor que o crescimento recente e ainda incipiente sobre LGBTQIAP+ na historiografia paraense tem aspectos em comum com o que foi observado nas ciências sociais, em que a emergência do ativismo LGBT universitário (em particular o grupo Orquídeas, na UFPA de Belém) provocou a realização de pesquisas por parte de jovens ativistas (Facchini; Daniliauskas; Pilon, 2013). O antropólogo Milton Ribeiro (2017), ele próprio um ex-ativista do grupo Orquídeas, realizou um levantamento cuidadoso ao longo de vários anos de estudos sobre homossexualidades e questões LGBT em Belém, o que nos permite identificar os mais antigos trabalhos realizados no âmbito disciplinar da história que estão disponíveis em sistemas de bibliotecas institucionais.

O primeiro trabalho encontrado por ele nessa disciplina é o trabalho de conclusão de curso *Outras Histórias Além do Carnaval: Memórias da Festa da Chiquita, Religiosidade e*

Homossexualidade, de Mariana Pinheiro (2014). A título de comparação, o primeiro trabalho identificado no mesmo levantamento para a antropologia foi *Homossexualidade: Representações, Preconceito e Discriminação em Belém*, concluído por Telma Amaral Gonçalves em 1989. Uma pesquisa recente, por sua vez, sugere um outro possível trabalho nas ciências sociais, *Amor e Sexo Além das Fronteiras: Homossexualidade Feminina em Belém*, concluído por Maria de Nazaré Leal Lima dos Santos em 1982, um momento em que a pesquisa na graduação em ciências humanas ainda começava a ser institucionalizada na UFPA (Saldanha, 2023).

É também nas ciências sociais, e especialmente na antropologia, que serão realizadas importantes discussões que envolvem memória, sociabilidade e patrimônio LGBTQIAP+, como nas próprias pesquisas de Milton Ribeiro sobre a Festa da Chiquita, que acontece todos os anos no mês de outubro, no período do Círio de Nazaré:

Iniciada entre os anos de 1975 e 1976, como o nome de “Festa da Maria Chiquita”, ela reunia um grupo de boêmios, intelectuais, acadêmicos, artistas, jornalistas, fotógrafos, curiosos, etc. No entanto, era apenas um bloco carnavalesco. Porém, a partir de 1978, ano em que a festa foi transferida para o sábado da Trasladação, e devido às mudanças na estrutura e organização, a Chiquita transformou-se num dos eventos não-religiosos que fazem parte do calendário de comemorações religiosas do Círio de Nazaré (Ribeiro, 2012:199).

Isso explica o diálogo estabelecido pelos historiadores com os trabalhos antropológicos na medida em que sua produção começa a ganhar corpo. No âmbito do PPHIST/UFPA, a longevidade deste evento o incluiu com destaque na dissertação de Alana Albuquerque de Castro (2022), junto a boates e bares associadas às experiências e representações das sexualidades dissidentes no período da ditadura civil-militar. Castro nos fala de um movimento homossexual no fim da década de 1970, a Associação Gay de Belém (AGB), deslocando a cronologia do movimento no Pará, antes situada a partir do início da década de 1990. Trata-se, novamente, de um problema de pesquisa em que se encontra a história e a antropologia, uma vez que evidências desse primeiro movimento homossexual já apareciam na tese de José Luiz Moraes Franco (2018) e foram contestadas na dissertação de Inácio Saldanha (2023), ambos historiadores que migraram para a antropologia.

Além da Festa da Chiquita, outra programação cultural envolvendo as sexualidades dissidentes, é o Rebuceteio, bloco de carnaval criado por mulheres sáficas (que se relacionam com mulheres) em 2016. A proposta desse coletivo cultural entende o “Rebuceteio” como uma reunião de pessoas denunciando o feminicídio, a homofobia, a transfobia, as violências contra mulheres e grupos LGBTQIAP+ de maneira artística, lúdica, como analisado recentemente pela historiadora Fernanda Jaime Andrade (2023).

As pesquisas realizadas no âmbito da história têm possibilitado um tensionamento na própria apreensão da sigla “LGBTQIAP+”, caracterizada na contemporaneidade pela abrangência de muitas identidades que levantam debates próprios e nem sempre profundamente interligados. Estudos recentes têm se confrontado tanto com o desafio de pensar a sexualidade em contextos nos quais essas identidades não estavam definidas como hoje, quanto o desafio de pensar diferentes identidades que têm variados graus de visibilidade. Os discursos em torno dos limites da sexualidade feminina em um cenário criminal no começo do século XX levaram a historiadora Jessica Maria Pastana Moreira (2022) a analisar um caso específico a partir das noções de feminilidade e masculinidade. Otto Vasconcelos (2022), por sua vez, fez da história oral um meio de pensar como pessoas tran viveram a travestilidade no fim do século XX, dentre outras abordagens que procuram problematizar diferentes facetas da historiografia aliadas à construção de passados desviantes. Percebemos, assim, uma concentração evidente dos estudos em torno da homossexualidade masculina, com um interesse emergente nas travestilidades e transgeneridades, além de uma abordagem mais lateral da homossexualidade feminina. Pessoas bissexuais e intersexo, por sua vez, ainda não aparecem em pesquisas propriamente históricas, do ponto de vista disciplinar.

Outra característica importante que evidencia o início de um amadurecimento é a continuidade entre os trabalhos na trajetória de formação e pesquisadores, na graduação e na pós-graduação. Este é o caso, por exemplo, de Paulo Henrique Souza Santos e Júlio Ferro Nascimento, ambos formados no RUMA. O primeiro, tendo estudado em jornais locais o impacto da chegada da epidemia de HIV/Aids em Belém nos anos 1980 (Santos, 2019), veio a realizar, na Fiocruz, uma dissertação de mestrado sobre o ativismo de combate à epidemia na cidade nos anos 1990 e a implementação do Sistema Único de Saúde, o SUS (Santos, 2022). Em seu caso há um relativo afastamento das homossexualidades como questão de pesquisa à medida em que seus problemas analíticos se envolvem na construção de políticas públicas de saúde.

O caso de Nascimento (2019), por sua vez, é notável pela realização de um estudo na graduação sobre homens trans na imprensa, contemplando a importância da internet para a emergência histórica dessa identidade no Brasil. Isso levou o autor a estabelecer um debate teórico com a ainda emergente historiografia das transmasculinidades no país, inclusive a partir de sua posição como um pesquisador cisgênero.¹³

¹³ Uma pessoa “cisgênera” ou “cis” é aquela que não é trans, isto é, cuja identidade contempla o gênero atribuído a ela em seu nascimento. Trata-se de uma categoria científica de grande importância para o movimento social (Rodvalho, 2017).

Já em sua pesquisa de mestrado, Nascimento (2023), trabalhou com periódicos da década de 1980 que abordam pessoas transfemininas, agora a partir do contexto local, contexto este considerado por ele como um cenário sócio-histórico plural, contraditório e “potencializador”. Para Nascimento, talvez o pesquisador local que leva mais longe o diálogo com a teoria queer, a procura por uma unidade coesa de explicação epistemológica poderia ser entendida enquanto uma forma de epistemicídio se optasse por categorizar identidades desviantes enquanto estáveis, cronológicas e inteligíveis. Assim, o autor explora o papel do tempo na relação entre corpo, identidade e discursos na construção de entendimentos e resistências a respeito da travestilidade e transexualidade feminina em um contexto paraense, a partir da noção de “regime farmacopornográfico” de Paul B. Preciado (2018).

De outra maneira, a dissertação de Raíssa Santos Barbosa (2023) sobre o circuito de exibição de filmes pornográficos em Belém entre as décadas de 1980 e 90 promove um rico diálogo com a antropologia urbana. A partir das contribuições teóricas dos antropólogos Néstor Perlongher e José Guilherme Magnani, Barbosa desenvolve uma análise da relação entre cidade e desejo no qual não encontramos grupos ou identidades definidas, mas tramas, discursos e espaços nos quais a diferença é produzida e disputada.

A concentração institucional desses estudos na UFPA tem sido lentamente deslocada pela criação de cursos de graduação em universidades como a Universidade do Estado do Pará (UEPA), criada em 1993, tendo o primeiro ano letivo de seu curso de história em 2014. Neste caso específico, um corpo docente composto em parte por antropólogos e por historiadores interessados em história oral permitiu que, já entre os primeiros trabalhos de conclusão de curso, fossem apresentados estudos que privilegiaram a observação participante e as fontes orais e contemplassem eventos contemporâneos, como o TCC de Ícaro Serra Chagas (2018) sobre a heteronormatividade em boates gays em Belém e o de Amanda Gonçalves (2019) sobre a Parada do Orgulho LGBTI, também na capital do estado. Ainda pode ser verificada, porém, uma certa dependência da pós-graduação em história da UFPA sediada na capital, o que coloca esses temas e abordagens emergentes em concorrência com outras mais estabelecidas. Isso tem estimulado a continuidade do trânsito de pesquisadores para outras áreas (como a antropologia) ou mesmo instituições de outros estados.

Como pudemos perceber, a historiografia brasileira em torno de sujeitos LGBTQIAP+, incluindo a paraense, apresenta uma forte ligação com textos produzidos por autores queer como Judith Butler (2021) e Paul B. Preciado (2014), que apontam a desnaturalização do gênero e da sexualidade. A teoria queer aparece no horizonte de alguns grupos de pesquisa e revistas especializadas na década de 1990, mas tem notável difusão no Brasil ao longo da década de 2010 no campo dos historiadores, que passam a explorar o

processo de construção de identidades através de fontes escritas e orais. A tese de Kauan Amora Nunes (2019) é significativa neste sentido, descrevendo a cena teatral de Belém nos anos 1980 como “queer”, a partir de sua análise da obra do dramaturgo Luís Otávio Barata.

A bibliografia produzida por jovens historiadores paraenses sobre sujeitos “desviantes”, portanto, já passa a apresentar análises que incorporam a sexualidade como uma categoria analítica, em vez de ser categorizada pela simples adição de sujeitos marginalizados (a história expositiva). Possivelmente como efeito da recepção local da teoria queer e do diálogo com a antropologia, que muitas vezes se sobrepõe ao construcionismo, as publicações problematizam as comunidades estudadas em relação ao seu cenário social, aos limites epistemológicos das categoria que as designam, suas temporalidades, entre outros enfoques nos quais devem vir a se desdobrar as potencialidades de uma “historiografia LGBTQIAP+” no Pará.

Horizontes, desafios:

Na historiografia paraense, criou-se uma certa “tradição intelectual” de circunscrever as temáticas de interesse a partir de uma compreensão da realidade regional, ou de uma dada noção do que seria um tema “amazônico”. Isso se dá por diversas razões, e não é nossa intenção negar que a agenda de pesquisa deva se preocupar em contemplar o seu contexto de produção. Em um território predominantemente rural, as disciplinas ofertadas tanto nos cursos de graduação quanto na pós-graduação tendem a enfatizar questões relativas ao mundo agrário ou rural. É importante considerar, porém, que a ideia de região é produzida socialmente (Bourdieu, 2012), e que a constituição de uma região amazônica deve muito à construção de um imaginário colonial (Gondim, 2019).

Além dos conflitos ocorridos na região rural, os ciclos econômicos ligados à produção de matérias primas tornam-se o foco central de muitas pesquisas. Os trabalhos envolvendo história agrária, indigenismo, escravidão, colonização, *Belle Époque* e migração, são produzidos em maior número, seja devido à influência das disciplinas ofertadas na formação dos estudantes, seja porque a historiografia paraense é relativamente recente e institucionalmente concentrada, se comparada com outras partes do Brasil. O que a recente produção sobre “LGBTQIAP+” no Pará tem passado a questionar, porém, é que outros temas também fazem parte da “História da Amazônia”. Afinal, não deveria ser a sexualidade um campo primordial para entender outras camadas da sociedade? Sua inclusão poderia contribuir para que não apenas uma história heteronormativa vigore? Para tanto, quais seriam os caminhos para que tais mudanças ocorram?

Para além das universidades públicas do estado, não podemos deixar de enfatizar a existência e o crescimento dessas pesquisas também dentro da rede privada de ensino, como a pesquisa inicial de Alana Albuquerque de Castro (2017) sobre a homossexualidade na ditadura civil-militar a partir dos jornais, realizada nas Faculdades Integradas Brasil Amazônia (FIBRA). Mas, infelizmente, o acesso a essas produções é muito menor, devido à falta de um banco de dados próprio onde o grande público possa acessar as monografias virtualmente. A relativamente diminuta circulação de sua produção intelectual faz crer que, se o pesquisador não ingressar em uma pós-graduação nas universidades públicas, é provável que o seu trabalho não venha a ser lido e citado. Isso também ocorre devido ao fato de que os cursos de licenciatura em faculdades privadas incentivam seus alunos a se aperfeiçoarem mais na docência do que na pesquisa.

Há, por outro lado, limites internos a esse debate que já passam a ser enfrentados. A princípio, podemos destacar um avanço significativo em trabalhos que saem da concentração empírica em Belém, em um estado de proporções quase continentais. Ainda na graduação, Marlison Moraes (2024) realizou, no campus da UFPA em Ananindeua, um estudo sobre um casamento ocorrido nos anos 1960 em Cametá, levando os horizontes analíticos para o interior do estado.

Há, na questão da interioridade, um debate importante que novamente nos leva à antropologia. O estabelecimento de referências clássicas sobre homossexualidade no Brasil a partir de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, como no estudo em que James Green (2000) observou uma recorrência dos trânsitos de jovens homossexuais do interior, levou a recentes críticas de pesquisadores como Guilherme Passamani (2018), que constatou, no interior do Pantanal, que as pessoas não precisavam necessariamente migrar para as grandes cidades para viver sua sexualidade. Fabiano Gontijo e Igor Erick chamaram a atenção para a necessidade do crescimento de trabalhos envolvendo sexualidade nas áreas rurais amazônicas:

A sexualidade e, mais particularmente, a diversidade sexual e de gênero e as práticas sexuais que podem se tornar marcadores sociais da diferença interseccionalizados nas pesquisas sobre o mundo rural ou na etnologia indígena ou nos estudos de realidades quilombolas, caboclas e ribeirinhas não teriam se transformado em objetos de estudo por se por diversas razões, não necessariamente por uma suposta incapacidade dos pesquisadores em perceber sua importância para a compreensão das relações sociais marcadas pelas ruralidades, pela etnicidade ou pela regionalidade. Talvez a principal dessas razões seja a própria agenda de pesquisas, tanto nos estudos rurais ou nos estudos étnicos ou sobre realidades interioranas, como nos estudos de gênero e sexualidade, pautada por outros interesses de pesquisa ligados a certas tradições intelectuais. (Gontijo; Erick, 2015:32)

Para estes autores, há um acúmulo de “denúncias” na antropologia sobre a concentração de estudos sobre gênero e sexualidade nas grandes cidades. Victor Lean do Rosário (2024) aprofunda a recepção dessa discussão no Pará ao situar a cidade de Belém

entre os grandes centros aos quais se opõe esse interior, fazendo uma interessante escolha: estudar a presença do homoerotismo em um terreiro de umbanda, não mais em Belém, como fizera Peter Fry nos anos 1970, mas em Igarapé-Açu, no nordeste do Pará. A oposição entre “interior” e “grandes centros” passa a ser rebalanceada quando se sai de uma escala nacional e se entra nas contradições e nuances locais. Como observou Inácio Saldanha (2023), a capital do Pará poderia eventualmente ser enquadrada como um “grande centro” ou não, e essa classificação implicava abordagens analíticas, construção de políticas e relações interpessoais.

Mesmo na graduação, quando não há o mesmo tipo de interesse pela problematização das categorias analíticas, abordagens históricas no interior das ciências sociais têm começado a abrir novos horizontes empíricos que contribuem para a formação de um panorama histórico no estado. O trabalho de conclusão de curso em ciências sociais de Bruno Andrade Teixeira (2019) foi defendido na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e analisou a relação entre corpo, política, gênero e sexualidade nas Paradas do Orgulho LGBT de Marabá. Ao escrever sobre a história do movimento LGBTQIAP+ marabaense, o jovem pesquisador ajudou na inserção do sul do Pará em um debate que pode vir a enriquecer a compreensão sobre esse fenômeno histórico no norte do estado, inclusive na capital.

Na história, a ênfase marxista e thompsiniana, com um recente e localizado interesse pela decolonialidade, coloca questões para aproximar os estudos rurais dos estudos sobre gênero e sexualidade em seu campo disciplinar. A centralidade que têm Michel Foucault e sua história da sexualidade (de menor afinidade com o marxismo, o que provoca resistências por parte de muitos historiadores) neste segundo campo de estudos, é um exemplo de desafio para a aproximação, menos acelerada do que tem sido entre antropólogos. Acreditamos que autores que discutam gênero e sexualidade, também podem vir a ser abordados nas disciplinas ofertadas, por exemplo, sem que os clássicos sejam necessariamente deixados de lado (se este for um motivo de preocupação). Uma vez desenvolvida, essa aproximação temática poderá desestabilizar alguns limites teóricos e empíricos de ambos os campos.

Considerações finais:

Como argumentou Joan Scott (1995), os historiadores apresentam a tendência de realizar textos expositivos em trabalhos sobre gênero, com um menor interesse pela teoria. Para ela, era necessário incluir o gênero como uma categoria de análise, mais do que instrumentalizá-lo como uma nova temática. Essa diferença implica a compreensão de que os estudos que hoje chamamos de gênero e sexualidade são mais do que estudos sobre temas e sujeitos específicos, apartados de outros debates e instâncias da vida social. A jovem produção de pesquisas históricas sobre “LGBTQIAP+” no Pará está trazendo importantes questões para

os desafios que essa mudança apresenta. Por um lado, apresenta a possibilidade de pensar novos temas e problemas no interior da “História da Amazônia” e de seus debates clássicos. Por outro, a introdução de outros temas em seu próprio debate é incipiente, o que pode ter relação com a concentração das pesquisas ainda entre estudantes, com uma pequena presença no nível de doutorado. Assim, aspectos próprios da abordagem interseccional (como a relação entre raça, gênero e classe) merecem maiores aprofundamentos.

Do ponto de vista dos fatores que viabilizaram a formação desse debate localmente, está a confluência entre estudos históricos de população, família e gênero e os estudos antropológicos sobre gênero e homossexualidades. A contribuição da antropologia chama atenção pelas conexões empíricas e teóricas que não necessariamente passam pela teoria queer, a abordagem teórica que vem sendo priorizada por historiadores brasileiros no âmbito da questão LGBTQIAP+ (Sousa Neto; Gomes, 2021). O interesse político dos pesquisadores e das pesquisadoras é digno de nota. O foco coletivo em questões relacionadas à ditadura de 1964 e a movimentos sociais, além de acompanhar uma tendência nacional possivelmente desencadeada pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014), reflete o apelo político e o impacto social direto que esses debates possuem. Esperamos que a presente revisão contribua para estimular a produção de novas pesquisas e o trabalho de novos pesquisadores que avancem na ampliação do campo historiográfico local, não apenas nas universidades federais, mas também nas estaduais, nos institutos federais e no setor privado.

Referências:

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D’INCAO, Maria Angela (orgs.). **A mulher existe?:** uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995.

AMARAL LAPA, José Roberto do. Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão Pará (1763-1769). Petrópolis: Vozes, 1978.

ANDRADE, Fernanda Jaime. O Bloco do Rebuceteio: rede de apoio nos corpos territórios em performance carnavalesca. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 24, p. 35-51, 2023.

BARBOSA, Raíssa Santos. **O diabo na carne de Belém**: o circuito exibidor de filmes pornôis durante a decadência dos cinemas de rua na capital paraense (1985-1997). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: eixos temáticos. Brasília: CNV, 2014.

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- CAMPOS, Ipojuca Dias. “O rebaixamento moral”: moda, corpo e família (Belém-PA, 1915-1920). **Revista História: Debates e Tendências**, v. 19, n. 2, p. 270-287, 2019.
- CAMPOS, Ipojuca Dias. **Diante do extremo: casamento, família e divórcio** (Belém-Pará, 1890-1900). Belém: Eduepa, 2023.
- CANCELA, Cristina Donza. “**Adoráveis e dissimuladas**”: as relações amorosas e sexuais de mulheres pobres na Belém do final do século XIX e início do XX. São Paulo: Livraria da Física, 2021.
- CANCELA, Cristina Donza. **A família na economia da borracha**. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.
- CARDOSO, Policleiton Rodrigues. **Sodomitas do Grão-Pará nos cárceres da inquisição portuguesa: um olhar sobre os processos de Frei Lucas de Sousa e seus amantes na Belém do Século XVII**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2022.
- CASTRO, Alana Albuquerque. **A homossexualidade no período da Ditadura Civil-Militar sob a ótica dos periódicos da década de 1970**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Faculdades Integradas Brasil Amazônia, Belém, 2017.
- CASTRO, Alana Albuquerque. **Sexualidades dissidentes em prosa: as representações das homossexualidades masculinas e das travestis nos periódicos da década de 1970 em Belém/PA**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, p. 164, 2022.
- CHAGAS, Ícaro Serra. “**Gays, sejam viados**”: homossexualidades masculinas e heteronormatividade entre jovens em uma cidade-armário. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2018.
- FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (orgs.). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, p. 161-193, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, volume 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FRANÇA, Isadora Lins; FACCHINI, Regina. Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois. In: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (orgs.). **Sociologia brasileira hoje**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.
- FRANCO, José Luiz Moraes. **Cores e dores do movimento LGBT de Belém do Pará: trajetória, participação e luta**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GONÇALVES, Amanda Carvalho. **Representações da Parada do Orgulho LGBT de Belém do Pará nos jornais O Liberal e O Diário do Pará (2013-2018)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2019.

GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. Diversidade sexual e de gênero, ruralidade, interioridade e etnicidade no Brasil: ausências, silenciamentos e... exortações. **Aceno**, v. 2, n. 4, 2015.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HENRIQUE, Márcio Couto. **Um toque de voyeurismo: o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

McINTOSH, Mary. The homosexual role. **Social Problems**, v. 16, n. 2, p. 182-192, 1968.

MERCES, Felipe Santos das. **Inquisição, bigamia e sodomia no estado do Grão-Pará e Maranhão**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MOREIRA, Jessica Maria Pastana. **“Beatriz era mais fêmea que mulher”**: feminilidade e masculinidade pela imprensa de Belém (1940). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

MOTT, Luiz. As Amazonas: Um Mito e Algumas Hipóteses. **LPH: Revista de História**, 1: 3-35, 1990.

MOTT, Luiz. A Inquisição no Maranhão. **Revista Brasileira de História**, 14 (28): 45- 73, 1994.

MOTT, Luiz. Ventura e Desventuras de Um Mercedário Sodomita em Belém do Pará Pós-Filipino”. **Politéia: História e Sociedade**, 11 (1): 81-103, 2011.

NASCIMENTO, Júlio Ferro Silva da Cunha. Nem só de hormônio vive o homem: representações e resistências de homens transexuais (1984-2018). **Aceno**, v. 6, n. 2, p. 96-112.

NASCIMENTO, Júlio Ferro Silva da Cunha. **O diário das trans**: representações de mulheres trans e travestis no Diário do Pará (1980-1990). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

NASCIMENTO, Júlio Ferro Silva da Cunha. Violência, militância e protagonismo: a trajetória da historiografia brasileira na produção de textos trans. **Canoa do Tempo**, v. 10, p. 52-66, 2018.

NUNES, Kauan Amora. **A Nau Queer**: uma genealogia da sexualidade no teatro de Luís Otávio Barata (1980-1990). Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ASSAMANI, Guilherme R. **Batalha de confete**: envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal - MS. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

PEDRO, Joana Maria; VERAS, Elias Ferreira. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90–109, 2015.

PINHEIRO, Mariana. **Outras histórias além do carnaval**: memórias da Festa da Chiquita, religiosidade e homossexualidade. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PINTO, Matheus Rodrigues. A sodomia no mundo luso-brasileiro do século XVII: entre o delito e a espécie. In: SOUTO MAIOR, Paulo; QUINALHA, Renan. **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. São Paulo: Elefante, 2023.

PRECIADO, [Paul] Beatriz. 2014. Manifesto Contrassexual: Práticas Subversivas de Identidade Sexual. São Paulo: n-1 edições.

PRECIADO, Paul B. **Texto Junkie**: Sexo, Drogas e Biopolítica na Era Farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RIBEIRO, Milton. A Filha da Chiquita Bacana: uma etnografia da Festa da Chiquita em Belém do Pará. **Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS**, Águas de Lindóia, 2012.

RIBEIRO, Milton. Homossexualidades e questões LGBT: pesquisas e produção de conhecimento na Amazônia paraense. In: FREITAS, Marlene Rodrigues Medeiros (org.). **Direitos humanos e educação básica**: vivências e perspectivas. Belém: UFPA, 2017.

ROCHA, Cássio Bruno de Araújo. **Um império transviado em Sodoma**: uma genealogia queer da sodomia e do sodomita no Império Português - séculos XVI-XVIII. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **Clio sai do armário**: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

ROSÁRIO, Victor Lean do. “**Nesse terreiro tem axé e tem viado**”: experiências homoafetivas e sexualidade em um terreiro de umbanda no nordeste paraense. Cotia: Urutau, 2024.

SALDANHA, Inácio. **Categorias em trânsito**: classificações da sexualidade e a emergência da “bissexualidade” em Belém nos anos 1980 e 90. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

SANTOS, Paulo Henrique Souza dos. **A resposta à AIDS na construção do SUS em Belém**: o caso da ONG Paravidda (1992-2003). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, Paulo Henrique Souza dos. **As construções discursivas sobre AIDS no jornal Diário do Pará (1985-1996)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1989.

SCHMIDT, Benito Bisso; WEIMER, Rodrigo (orgs.). **Histórias lesbitransviadas do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Taverna, 2022.

SILVA, Claudio Roberto da. **Reinventando o sonho:** história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de; GOMES; Aguinaldo Rodrigues (orgs.). **História e teoria queer.** Salvador: Devires, 2021.

SOUTO MAIOR, Paulo; QUINALHA, Renan. **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil.** São Paulo: Elefante, 2023.

TEIXEIRA, Bruno Andrade. **O que pode um corpo LGBTQIA+?:** corpo, gênero e sexualidade a partir do movimento LGBTQIA+ em Marabá-PA (2008 a 2019). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2019.

VASCONCELOS, Otto Osvaldo da Silva et al. **Transamazônicas:** memórias, experiências e trajetórias de pessoas trans na segunda metade do século XX. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **(Re)Existências LGBTQI+ e feminismo na ditadura civil-militar e na Redemocratização do Brasil.** Maceió: Edufal, 2023.

VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. De casamento, poder e trajetórias: o enlace de dona Catarina Micaela com o ouvidor José Feijó (Grão-Pará, século XVIII). **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 419-444, 2022.

SOBRE OS AUTORES:

Inácio Saldanha: Licenciado em História pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), mestre e doutorando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É membro da Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência (REBIM). Tem trabalhado com ribeiridade, Amazônia, bissexualidade e outras classificações da sexualidade. E-mail: inaciosants@gmail.com.

Alana Albuquerque de Castro: Paraense, graduada em licenciatura em história, mestra e doutoranda em História Social da Amazônia. Atua principalmente nos campos de Ditadura, gênero e sexualidades, e concentra suas pesquisas na análise da mídia impressa paraense. E-mail: alanaalbc@gmail.com.

Júlio Ferro Nascimento: Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), graduado em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisador com trabalhos voltados a representação de sujeitos transmasculinos, mulheres trans e travestis por uma perspectiva queer e temporal. E-mail: julioferronas@gmail.com.

Recebido: 05/09/2023

Aprovado: 29/10/2023

**O desejo segundo Luís Otávio Barata: uma análise do espetáculo teatral
“Genet – o palhaço de Deus”**

**Le désir selon Luís Otávio Barata: un analyse *queer* du spectacle théâtral
“Genet – o palhaço de Deus”**

Kauan Amora Nunes
Universidade Federal do Pará
Belém/Pa-Brasil

Sávio Barros
Universidade de Brasília
Belém/Pa-Brasil

Resumo: Este artigo é um excerto adaptado da tese de doutorado em História (IFCH-UFPa) cujo objetivo foi a construção de uma história do Teatro *Queer*, em Belém/Pa, a partir das encenações realizadas por Luís Otávio Barata, na década de 1980. Neste texto, apresenta-se o espetáculo *Genet – o palhaço de Deus*, de 1987, produzido pelo grupo de teatro Cena Aberta e, a partir do uso dos elementos da linguagem teatral e de seu discurso cênico sobre o corpo e o desejo homoerótico, pretende-se realizar uma análise à luz dos instrumentos conceituais da Teoria *Queer*. Desta forma, defende-se que, para além de suas polêmicas em torno das cenas explícitas de nudez e sexo, o espetáculo possui um atual e importante discurso sobre o desejo entre homens, a experiência da abjeção e lutas identitárias. Sendo assim, *Genet – o palhaço de Deus* tem importantes contribuições tanto para o teatro paraense quanto para a insurgência da comunidade LGBTQIAP+, em Belém.

Palavras-chave: Teatro contemporâneo; Teatro paraense; Teoria *queer*; Desejo homoerótico; Censura.

Résumé : Cet article est un extrait adapté de la thèse de doctorat en Histoire (IFCH-UFPa) dont l'objectif était de construire une histoire du Théâtre *Queer*, à Belém/Pa, à partir de pièce de théâtre réalise par Luís Otávio Barata, dans les années 1980. Dans ce texte, l'on présente le spectacle *Genet – o palhaço de Deus*, de 1987, produit par la troupe théâtrale Cena Aberta et, à partir de l'utilisation d'éléments du langage théâtral et de son discours scénique sur le corps et le désir homoérotique, on propose une analyse à la lumière des instruments conceptuels de les *queer studies*. De cette manière, on soutient qu'en plus de ses controverses autour des scènes explicites de nudité et de sexe, la série présente un discours actuel et important sur le désir entre hommes, l'expérience de l'abjection et les luttas identitaires. Ainsi, *Genet – o palhaço de Deus* a d'importantes contributions tant au théâtre du Pará qu'à l'insurrection de la communauté LGBTQIAP+, à Belém.

Mots-clés : Théâtre contemporain ; Théâtre au nord du Brésil ; Théorie *queer* ; Désir homoérotique ; La censure.

Introdução

No mezanino do Teatro Experimental Waldemar Henrique, um homem discursa para seus companheiros sobre o lugar abjeto e o desejo do “pederasta” na sociedade enquanto é observado por um grupo de homens que está embaixo, no centro do palco, no salão do teatro. Todos eles estão nus e formam um círculo ao redor do único homem que ainda está vestido. Eles ouvem em silêncio e atentamente como estivessem em uma espécie de estado de transe.

Depois disso, esse homem vestido tira toda a sua roupa ao som de um canto gregoriano e todos juntos pegam frutas de dentro de uma cesta e começam a esfregar em seus corpos nus e suados como se fosse um ritual religioso, uma festa dionisíaca. Juntos e em meio as frutas, eles se tocam, se beijam, se lambem, se cheiram, se amam num ritual solene de purificação e de solidariedade coletiva. Na última parte desta cena, já ao som de uma música agitada, todos eles se dirigem a plateia e oferecem as frutas sujas como uma oferenda religiosa. É a gloriosa aceitação e o compartilhamento do amor carnal. Fim.

Assim termina o espetáculo teatral *Genet – o palhaço de Deus* (1987). Por seu discurso cênico controverso sobre o desejo humano, em especial o desejo entre homens, o espetáculo dirigido por Luís Otávio Barata causou alvoroço na cidade Belém, capital do estado do Pará, durante o seu lançamento e marcou a memória recente da cena teatral contemporânea. Desta forma, acreditamos que a ousada encenação nos oferece uma robusta matéria-prima para a realização de uma análise *queer* de seu discurso¹⁴.

O *queer* deve ser desestabilizador, um detonador. Deve abalar certezas e implodir verdades. O *queer* deve nos fazer lembrar que a sobrevivência deve ser uma experiência bélica. O *queer* é uma agonística, a arte do combate, da aceitação de que viver significa permanecer em luta. Quando o corpo vive em normose seu tecido gangrena pela falta de circulação sanguínea e, principalmente, pela falta de oxigênio. Apodrece. Quando o corpo vive em *queeridade* ele é uma constante lembrança do poder de destruição das certezas malfadadas e das verdades cristalizadas, por isso, ele assusta e amedronta. Por consequência, o corpo em *queeridade* assume a margem como linguagem e como política. Ele não quer sair do gueto, mas anunciar o gueto. Quer fazer o gueto falar. Assim, a escuridão faz parte da sua ética e da sua estética.

Aqui, muito mais do que pensar o *queer* como uma discussão cênica dos gêneros e das sexualidades nessa história, pensaremos o *queer* como essa “qualidade detonadora” que altera tanto forma, quanto conteúdo. Nesse sentido, a trilogia de Luís Otávio Barata, composta por

¹⁴ O referente artigo foi adaptado para melhor se encaixar no tema deste dossiê e pertence a uma tese de doutorado que se debruça sobre a construção da história do Teatro *Queer* em Belém do Pará, na década de 1980.

Genet – O Palhaço de Deus (1987), *Posição pela Carne* (1989) e *Em nome do amor* (1990) é memorável. Muito mais do que jogar com as noções clássicas de gênero e de sexualidade, a trilogia jogou com as convenções sociais do uso dos elementos da linguagem do teatro. Aqui, o *queer* é *queer* desde a simulação de sexo entre um homem e uma cruz até a forma de organização do espaço cênico.

Em *Queer na primeira pessoa: notas para uma enunciação localizada*, Daniel Lourenço (2017) retoma o que seria um dos primeiros usos da palavra *queer* utilizada em uma carta escrita em 1894 por John Sholto Douglas, um nobre escocês que, indignado com o relacionamento entre o poeta inglês Oscar Wilde e o seu filho, iniciou uma luta jurídica contra o dramaturgo e autor de *O retrato de Dorian Gray*. Por sua vez, Michael O'Rourke (2006), citando Eve Sedgwick afirma que: “a palavra ‘*queer*’ em si significa *através* – provém do étimo indo-europeu *twerkw*, que dá também o alemão *quer* (transversal), o latino *torquere*, o inglês *athwart*” (O’ROURKE, 2006, p. 129). Então, vejamos o que há de *queer* no teatro contemporâneo paraense.

Genet – O Palhaço de Deus (1987), Grupo de Cena Aberta

Um ano e meio após sua morte física, na França, o poeta marginal Jean Genet renasceu em Belém do Pará no espetáculo *Genet – O palhaço de Deus*, produzido pelo Grupo Cena Aberta, nas mãos do encenador Luís Otávio Barata. De um lado, um talentoso escritor que, quando recém-nascido, foi entregue para a adoção e foi criado por pais camponeses. Apesar do carinho materno e do lar protetor e seguro, desde cedo Genet já era hábil em roubar pequenos objetos de colegas de classe e da sua família. Na mesma medida, era dedicado ao seu mundo próprio que criara com suas leituras incansáveis. Não demorou muito para que Genet fosse para um reformatório e ao longo de sua vida fosse preso mais de uma dezena de vezes até ser descoberto, na vida adulta, por intelectuais franceses, como Jean Cocteau e Jean Paul Sartre e finalmente ganhasse todo o prestígio e reconhecimento por suas obras que desfilam entre peças teatrais e romances autobiográficos.

“Ladrão”, “marginal”, “viado”, “mártir”, “santo” foram algumas classificações que Genet recebeu de seus admiradores e inimigos que, caso citadas aqui na tentativa de apresentar o autor, soariam repetitivas e nada originais. A questão principal é: quem é o Genet de Luís Otávio Barata?

Genet – O palhaço de Deus fez sua primeira temporada no Teatro Experimental Waldemar Henrique de 23 a 31 de outubro de 1987. Para criar o espetáculo, Barata serviu-se de cinco romances do autor francês: *Pompas Fúnebres*, *Nossa Senhora das Flores*, *Querelle*,

O milagre da rosa e *Diário de um ladrão*. Há alguns anos fui presenteado por Aníbal Pacha¹⁵, assistente de direção do espetáculo, com sua coleção de livros do autor francês, que inclui todas essas obras com exceção de *Querelle*. À época, Pacha afirmou que havia comprado estes livros para conhecer melhor o universo marginal do autor influenciado pelo espetáculo. A coleção ainda continha *Saint Genet – ator e mártir* (2002), escrita por Jean-Paul Sartre, que influenciou Barata. Um excerto da biografia sartreana de cunho psicanalista social consta no verso do programa do espetáculo.

Apesar de ter na vida e obras de Jean Genet um fio condutor, a dramaturgia do espetáculo é uma colagem de cenas independentes que refletem sobre questões humanas, como a relação do sujeito com a religião, com as instituições de poder, convenções sociais e o próprio desejo. A dramaturgia, uma colcha de retalhos, ainda possuía excertos de trechos bíblicos. Em entrevista, a encenadora teatral Wlad Lima¹⁶ fala sobre as escolhas dramatúrgicas de Barata:

O Luís Otávio não era só o diretor, o cenógrafo, o figurinista dos espetáculos. Ele era o dramaturgo dos espetáculos. As dramaturgias dos espetáculos eram construídas pelo Luís Otávio e o Luís Otávio sempre, sem nenhum pudor, arrancava pedaços de um texto aqui, de um pensamento filosófico ali, pegava a bíblia e colocava. O processo dramatúrgico do Luís é um processo de colagem. [sobre a existência de uma dramaturgia linear e cronológica] Nunca, nunca! Nenhum deles e isso servia para todos. A maioria desses espetáculos eram criados por cenas independentes (LIMA, 2017).

No que diz respeito a utilização do espaço cênico, Barata utilizava um palco frontal, mas não tradicional. Fugindo do palco italiano, *Genet – O palhaço de Deus* foi arquitetado para a cena acontecer no centro do palco – o salão do Waldemar Henrique – e a plateia ficar ao seu redor. Isso se repetiu ao longo de toda a trilogia.

*O Luís Otávio tinha um traço característico para os espetáculos. Ele usa o espaço do Waldemar Henrique inteiro, aberto. Mais do que o mezanino, quando eu digo “espaço cênico” é o salão. O Luís Otávio tirava toda a plateia do salão e colocava para as laterais e para o mezanino e usava o salão inteiro. Isso aconteceu no *Theastai Theatron*, no *Aquém do eu*, além do outro e na trilogia toda (LIMA, 2017).*

¹⁵ Artista, bonequeiro e professor da Escola de Teatro e Dança da UFPA. É fundador do grupo In bust – Teatro com bonecos.

¹⁶ Artista-pesquisadora, atriz, diretora e cenógrafa de teatro na cidade de Belém do Pará. Professora-titular aposentada da Escola de Teatro e Dança da UFPA.

No trabalho com o ator, Barata não se sentia à vontade ou interessado em dirigi-los através de um método específico. Apenas indicava o texto e chegava a possuir assistentes que o auxiliavam no trabalho, haja vista que seu elenco, na maioria das vezes, era composto por dezenas de pessoas. No entanto, havia um laboratório onde diversos indutores eram levados para a sala de ensaio e que buscavam alterar o corpo destes atores

O figurino do espetáculo não era realista, era visível o contraste entre o excesso de panos, que se dispunham rasgados e cortados pelo espaço cênico, e a falta deles, que revelava o corpo nu dos atores. Enquanto alguns atores apareciam usando hábitos de freiras ou fardas de soldados, outros se misturavam e apareciam nus.

O teatro de Belém do Pará da década de 1980 possuía um sentimento de efervescência cultural, muito ligado ao processo de fim da ditadura e de redemocratização do país. Os artistas queriam recuperar o tempo perdido e a aproveitar a recente conquista da liberdade. Com isso, havia um crescente movimento de ruptura com a forma tradicional de utilizar os elementos da linguagem teatral em prol de uma cena experimental e mais política. Barata não inventou esse movimento, mas sem dúvidas foi um dos personagens centrais dele.

Ao utilizar os elementos da linguagem cênica desta maneira, Barata os questiona e os subverte. Ao tirar a plateia do palco italiano, mais tradicional, ele a faz testemunhar a cena sob outro ângulo, uma nova perspectiva, tanto do ponto de vista da linguagem, quanto do ponto de vista do conteúdo. Ao experimentar uma dramaturgia que não seja linear ou cronológica, mas fragmentada e colada a partir de vários textos e pensamentos, Barata provoca a sensibilidade da plateia tão acostumada com a tradução em cena das palavras do dramaturgo. Ao fugir da ambientação visual e sonora tradicional que não só busca especificar um tempo e um espaço, mas que busca provocar uma experiência sinestésica no público, Barata dialoga com uma forma de fazer teatro mais contemporânea e menos canônica. Nos seus espetáculos o ator deixa de ser a figura responsável por traduzir sentimentos através de um método tradicional, mas é o corpo que experimenta a própria vida no palco porque já não há mais distinção entre um e outro.

A encenadora Karine Jansen, em seu artigo *O teatro contemporâneo no Pará: conceitos, memórias e histórias* (2009), em diálogo com o pesquisador francês Patrice Pavis, define o teatro experimental como uma postura crítica dos artistas em relação às companhias que prezam pelo lucro financeiro imediato. Essa postura crítica e rebelde propõe novas formas de usar os elementos da linguagem teatral em prol da construção de novos sentidos, de novas formas de se ver e fazer teatro. Essa cena experimental também recusa a primazia do texto dramático seja rejeitando-o completamente ou colocando-o em segundo plano, isto é, recusando a necessidade de contar uma história com acontecimentos encadeados e com início, meio e fim.

Esse momento de sofisticada experimentação da linguagem protagonizado pelo Cena Aberta na década de 1980 se contrapõe a cena tradicional e fortemente ligada a literatura da primeira metade do século XX protagonizado pelo Norte Teatro Escola do Pará¹⁷. Estamos falando de dois momentos diferentes. O primeiro, ao qual Dênis Bezerra, em seu livro *Memórias cênicas: poéticas teatrais da cidade de Belém do Pará* (2013), denomina de “teatro moderno de Belém do Pará” e o segundo, ao qual Jansen chama de “teatro contemporâneo”.

Essa nova forma de experimentar os elementos da linguagem teatral e de construir discursos cênicos faz parte de um movimento histórico mais amplo, cujo primeiro destaque foi o Oficina Uzyna Uzona, companhia criada em 1958. Mais tarde surgiram o Teatro da Vertigem em 1991 e a Companhia Os Satyros, em 1989.

Verificava-se, daí em diante, uma série de novidades em termos processuais que alterariam a promoção, exibição e recepção de uma narrativa cênica – procedimentos de exploração da cena por conta de novos recursos tecnológicos; realinhamento da chamada direção dos atores propondo-se uma nova situação para o ator no interior do espetáculo; uma nova aplicação da expressão oral e corporal; o estremecimento das fórmulas até então consagradas no emprego dos elementos da cena que são subordinados, não mais àquela ideia detectável ou “lida” no resíduo dramático, no texto teatral tradicional; etc. (TORRES NETO, 2009, p. 45).

Para Torres Neto, em *Os diferentes processos de encenação e as diferentes acepções de encenador* (2009), é neste momento que a cena se torna livre do texto dramático ou da própria necessidade de ficção para dar autonomia a encenação na utilização de outros indutores para a sua criação. A matéria-prima a partir de então eram questões existenciais, problemas pessoais ou as próprias memórias e experiências de vida do encenador.

Os principais jornais da capital paraense noticiaram incansavelmente a trajetória de *Genet – O palhaço de Deus* desde a sua polêmica estreia. Podemos perceber, através da análise destes jornais, que o espetáculo ficou em cartaz por mais de um ano. Sua primeira temporada aconteceu no Teatro Waldemar Henrique entre 23 e 31 de outubro de 1987, com apresentações lotadas. Logo mais voltou entre 17 e 22 de novembro do mesmo ano. Na ocasião da escolha do espetáculo que iria representar o Norte no Festival Nacional de Teatro Amador, que ocorreu em Brasília, em 1988, o grupo fez apresentações para um júri especializado nos dias 25 e 26 de março de 1988 e foi o escolhido entre outros três espetáculos. Em Brasília, sua polêmica apresentação aconteceu no dia 12 de julho, na Sala Martins Penna, que dividiu público e crítica. Na volta para a capital paraense, o Cena Aberta fez outra apresentação no Teatro Margarida Schivasappa entre 19 e 21 de agosto de 1988 e mais uma temporada no Waldemar

¹⁷ Foi um grupo pioneiro de teatro brasileiro, responsável pela primeira montagem no país da obra *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto. O grupo foi fundado em 1957 por Maria Sylvia Nunes e Benedito Nunes.

Henrique entre 24 e 27 de novembro do mesmo ano, conforme os jornais noticiavam, agora sob direção de Aníbal Pacha.

É perceptível que a divulgação e recepção do espetáculo repetidas vezes utiliza palavras e expressões como “tabu do homossexualismo”, “marginalidade”, “delinquência” para caracterizá-lo, além de apontar que a obra questiona os “valores e padrões de comportamento estabelecidos pela sociedade”. Outra coisa perceptível é o destaque sobre a forma como o espetáculo discute a sexualidade humana, sempre apontando sua cena explícita e visceral que expõe o corpo nu em cenas que simulam o sexo entre homens e uma linguagem considerada “vulgar”. Podemos perceber também que após os espetáculos era comum que houvesse um debate que envolvia o público, os artistas e professores da Universidade Federal do Pará que, além da relevância da obra de Jean Genet e desta encenação, discutiam também sobre homofobia e os avanços do Movimento LGBT, no Brasil e no mundo.

Críticas ao palhaço

No entanto, talvez, o maior triunfo de *Genet – O palhaço de Deus* tenha sido dividir o público que frequentava as sessões pela curiosidade provocada pelos burburinhos na cidade e confundir a crítica de arte que, quando confrontada com seus próprios valores, não poupava palavras para apontar o que considerava defeitos no espetáculo. Como no caso desta crítica de Zemaria Viana:

Em longas duas horas, o Grupo apenas chega a traçar um perfil sutil do autor. A ênfase fica por conta de sua faceta de homossexual, fartamente ilustrada por dezenas de cenas de sexo (explícito, inclusive), ousadia até certo ponto saudável, muitas das quais fortes e suficientes para chocar o espectador mais burguês, o que parece ter sido a intenção. O espetáculo se perde na pornografia, exagerada e cansativa, culminando por vender uma imagem estereotipada do homossexual, a quem o Teatro continua devendo um tratamento mais justo, dissociando-se da imagem estigmatizadora de transmissor de Aids, drogado, devasso ou caricato. [...] O que se vê é um pornô ao vivo, hardcore, ou, se preferirem, um pequeno delírio do Grupo Cena Aberta (O LIBERAL, 01 de novembro de 1987).

O júri do mini festival elaborado para escolher o representante do Norte no Festival Nacional de Teatro Amador, em Brasília, apontou a qualidade do texto, das ambientações visuais e sonoras, a seriedade da obra e, por fim, a forma como a encenação faz questionar problemas humanos de forma menos preconceituosa (LIBERAL, 05 de abril de 1988). No entanto, Barata aponta nesta mesma reportagem que o grupo não se preocupava com o forte conservadorismo da sociedade ou se a peça seria considerada imoral, mas antes se a obra seria

capaz de “reorganizar a sensibilidade do público” e fazer refletir sobre “as várias formas de discriminação que vigoram no país”.

As polêmicas não se restringiam ao forte teor sexual da encenação. Tendo estreado em outubro de 1987 sem a autorização do representante da SBAT (Sociedade Brasileira de Autores Teatrais), na pessoa de Nazareno Tourinho, o grupo Cena Aberta teve que pagar multas a cada apresentação realizada inapropriadamente. Para além destas polêmicas, a encenação é acompanhada de diversas outras, desde pessoas saindo no meio da apresentação, em Brasília, para vomitar até ser acusado de pornografia, panfletário e fazer divulgação da homossexualidade.

Dito isto, as questões que se impõem são: como o *queer* pode ler esses espetáculos? Essas polêmicas são suficientes? Qual o discurso cênico sobre o desejo em *Genet – O palhaço de Deus*? Qual a sua contribuição para a insurgência e organização da comunidade LGBTQIAP+, em Belém do Pará? Quais seus impactos políticos e culturais para a história do teatro paraense?

Nesse sentido, podemos afirmar que a Teoria *Queer* nos oferece diversos subsídios conceituais para interpretarmos esta obra. Começaremos pela experiência da abjeção. Por muito tempo, aqueles que ousam confundir os códigos estabelecidos da pacata vida binária do corpo (macho/fêmea), do gênero (homem/mulher) ou da sexualidade (homo/heterossexual) têm sido empurrados para as margens por representarem uma ameaça ao bem-estar social já que seus modos de vida desobedecem aos valores morais tradicionais. Uma vez na margem, estes corpos e sujeitos criam um universo próprio, que atende aos seus próprios significados e cuja forma de socialização vai na contramão do que é considerado “normal” e socialmente aceitável.

Jean Genet viveu na pele a experiência da abjeção e a imprimiu em suas folhas de papel enquanto escrevia para se masturbar trancafiado nas celas de prisões. Barata se identificou com esse elogio à abjeção tão característico da prosa genetiana e soube, com muita habilidade, traduzi-la para os palcos teatrais sem trair o “príncipe francês do homoerotismo”.

Na encenação de Barata, esses sujeitos marginais protagonizam a sua própria história dentro do seu próprio espaço e não desejam abandoná-lo ou serem salvos. Sendo assim, *Genet – O palhaço de Deus* é também uma história sobre a consciência e a aceitação da abjeção. Ao colocar seus personagens cientes disso, Barata produz conhecimento a partir daí e é justamente esse um dos pontos de maior *queeridade* desta obra.

O conceito de “abjeto”, ao lado do conceito de gênero, é um dos conceitos fundamentais da Teoria *Queer*. O sociólogo Richard Miskolci (2012) explica que a origem do

conceito de abjeção é da psicanálise e se refere a tudo aquilo que é empurrado para a margem por ser considerado uma ameaça coletiva, um pânico moral.

A abjeção é, portanto, facilmente associada à sexualidade. Mas, afinal, o que seria abjeção? Esse termo tão usado pelos teóricos *queer*, sobretudo por Judith Butler, tem origem na Psicanálise, mas foi repensado por feministas como Julia Kristeva e antropólogas como Mary Douglas. O abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante (MISKOLCI, 2012, p. 40).

Segundo o autor, o abjeto e obsceno são próximos pois expõem a olhos nus aquilo que não deveria existir, que não deveria ser visto. Essa aproximação consiste no fato de que o obsceno significa “fora de cena” e por ser considerado uma ameaça e um perigo para a sociedade, o abjeto é empurrado para fora da cena. O que acontece em *Genet – O palhaço de Deus* é a exposição orgulhosa desses seres abjetos. O público testemunha toda a violência e marginalidade do seu submundo. Ou seja, estes seres malditos não são trazidos à luz para serem vistos como se fossem espécies raras de um museu ou zoológico tampouco para serem aceitos pela norma. É o público que é levado à escuridão para testemunhar seu brilho. Se a sociedade os coloca para fora da cena, o teatro os coloca de volta de novo.

Podemos perceber isso no contato com as reportagens de jornais, fotografias, dramaturgia e o programa do espetáculo. Estas fontes sempre ressaltam a “qualidade detonadora” no que diz respeito à suas críticas às normas sociais e convenções culturais. Destaca-se, por exemplo, a dramaturgia do espetáculo que, mesmo não sendo o ponto de partida para a cena ou estando sujeita à alteração a cada temporada ou apresentação, como exclusão ou alteração de cenas conforme a necessidade do grupo, ela acaba se tornando um importante material de leitura, haja vista que não existe uma filmagem do espetáculo na íntegra, apenas trechos filmados.

O material dramaturgicamente ao qual tivemos acesso é uma cópia do original enviado para a Polícia Federal antes de sua estreia para a liberação pelo órgão da Censura. Segundo Pacha (2017), mesmo com o fim da ditadura, a estrutura da censura não se desmontou, então ainda era necessário levar os textos do espetáculo para a censura aprovar ou não. Pacha (2017) também conta que a censora Mirthes Nabuco de Oliveira Pontes dormiu durante a apresentação, já que o grupo resolveu apresentar para a censora uma versão menos chocante do espetáculo, com os atores de figurino e com a exclusão da polêmica cena final quando o elenco esfrega frutas pelos seus corpos e entrega para a plateia comer, Pacha afirma que *Genet – O palhaço de Deus* foi o último espetáculo a necessitar do carimbo de liberação da censura federal, já que algumas semanas depois esse ritual do período ditatorial foi extinguido.

O que aconteceu na estreia do espetáculo não foi o que a Mirthes viu. Eu filmei. “Aníbal tu vai te colocar numa câmera do outro lado, a Mirthes vai sentar ali e tu filma a Mirthes olhando o espetáculo” [seria a voz de Barata]. Espetáculo só para ela. Ela no escurinho do teatro Waldemar Henrique, eu do outro lado com a câmera ligada, ela assistindo o espetáculo. Não teve a cena do sexo final, estava todo mundo de figurino. Não teve, não foi o espetáculo. Foi uma versão censura Mirthes. Ela dormiu, ela não assistiu o espetáculo. Ela autorizou. Eu tenho o último texto. Fui eu que fui na Polícia Federal. Cada vez que apresentava uma temporada nova tu tinha que ter uma autorização da Polícia Federal e aí foi o último texto carimbado pela Polícia Federal do espetáculo Genet – O palhaço de Deus (PACHA, 2017).

No que diz respeito a esta cópia com o carimbo de autorização da Polícia Federal: na primeira página consta um roteiro de cenas em que seus nomes transitam entre “Procissão simbólica” e “Punheta 1”, “Enrabação”, “Punheta 2”, “Cena final – a celebração do corpo” etc. Na cena intitulada “Batizado de Genet – Padrinhos” podemos ter uma melhor noção de como a questão da abjeção é tratada no texto. Os padrinhos de batismo de Genet são um veado, um cafetão, um marinheiro e uma travesti. Elementos fisiológicos como a merda, sempre tratados sob o ponto de vista médico e moralista, assumem outra dimensão, como componente do sagrado. “Eu te batizo, Genet, para a vida e para o mundo, e te ofereço a minha merda, para que tu aprendas com ela, que onde há fedor de merda há cheiro de ser”, diz o cafetão, em uma referência a peça radiofônica, de 1948, do francês Antonin Aratud, *A busca da fecalidade*.

O viado, para o batismo, oferece a Genet o “orgulho de ser viado e a coragem suicida da exaltação desse orgulho”, bem como a travesti oferece a “coragem de recusar este mundo à procura de novas regras de vida, para que através de um novo universo seja possível ver o outro mundo”. Por fim, é o personagem do marinheiro que oferece sua lucidez para Genet, já que acredita que “através da abjeção, é possível construir o paraíso de uma nova santidade”.

Aqui, a recusa deste mundo, a merda, o orgulho de ser viado e a abjeção se tornam partes fundamentais do ritual religioso do batismo. Outra vez a palavra “abjeto” é utilizada no texto mostrando que seu autor tinha consciência de seu significado e da sua dimensão política. É a cena “Procissão simbólica: atores e Genet”. A partir do momento que Genet utiliza esta palavra como uma forma de se colocar no mundo sua postura em relação a ele se transforma:

À fim de sobreviver à minha desolação, eu elaborava, sem me dar conta, uma rigorosa disciplina que, a partir daquela época, sempre pus em prática: a cada acusação feita contra mim, até mesmo injusta, do fundo do coração responderei sim. Mal tinha pronunciado esta palavra, dentro de mim, eu sentia a necessidade de me tornar o que me tinham acusado de ser. Tinha dezesseis anos. Eu me reconhecia o covarde, o traidor, o ladrão, viado que viam em mim. E dentro de mim, com um pouco de paciência, com a reflexão, eu descobria razões bastante para que me

dessem esses nomes. E me espantava de me descobrir composto de imundícies. Tornei-me abjeto. Pouco a pouco acostumei-me com esse estado. O desprezo que tinham por mim mudou-se em ódio – eu estava realizado (GENET – O PALHAÇO DE DEUS, 1987).

Neste momento, Genet tem consciência de sua abjeção e a assume. Novamente, mais adiante, uma frase atribuída a Genet é citada em uma cena intitulada “Procissão simbólica: atores e Genet”: “Eu sou veado e a consciência de ser veado destrói em mim a vergonha que eu poderia sentir disso e me concede um sentimento que pouco se conhece – o orgulho” (GENET – O PALHAÇO DE DEUS, 1987). Esta frase também é utilizada no programa do espetáculo ao lado de uma foto do escritor francês.

Diversas passagens na dramaturgia demonstram que a construção do orgulho de ser viado ou a possibilidade de se encontrar alguma santificação na vida só é possível a partir da experiência da vergonha, do crime, da dor e do mal. De acordo com a moral hegemônica comungada pela maioria e autorizada pelas instituições de poder, tudo que é ligado ao sexo, a marginalidade ou ao pecado é tido como algo que se deve fugir, negar, calar. No universo de Genet e de Barata, há uma inversão, pois, o sexo, marginalidade e o pecado se tornam experiências fundamentais para a santificação e a absolvição.

O palhaço como crítico: maquinações sobre censura e autocensura

Isso nos leva a outra questão importante para a Teoria *Queer*, sua oposição crítica a luta identitária dos movimentos sociais LGBT. Para o movimento LGBT, a defesa de uma identidade fixa é fundamental, pois auxilia na conquista de direitos básicos de existência funcionando como ferramenta da linguagem política (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Compreender que existem pessoas gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, ou seja, identidades reconhecíveis oriundas do corpo e da sexualidade, é fundamental para que se possa conquistar uma política mais abrangente. No entanto, a Teoria *Queer*, que nasce de um diálogo entre formas de resistência à opressão e o trabalho intelectual, parte do pressuposto de que as identidades sexuais e de gênero são efêmeras e cindidas, portanto, a sigla LGBT não consegue suportar as maneiras plurais de expressão de gênero e de sexualidade e sobretudo do desejo humano. A partir dessa dicotomia entre uma luta identitária e outra que se coloca como pós-identitária, cisões vão sendo causadas.

Segundo Miskolci (2012), os movimentos sociais LGBT, no contexto norte-americano da epidemia da Aids, defendiam uma “política da diversidade”, ou seja, assimilacionista, que tentavam construir uma imagem do homossexual como um sujeito como outro qualquer e

adaptável às normas sociais. Por outro lado, o movimento *queer* que, segundo o sociólogo, surge no seio da radicalidade política do *Queer Nation* e do *ACT UP*, que questionavam a negligência com que as políticas de saúde norte-americanas tratavam a epidemia da Aids, partiam do “princípio da diferença”.

Enquanto o movimento homossexual apontava para adaptar os homossexuais às demandas sociais, para incorporá-los socialmente, os *queer* preferiram enfrentar o desafio de mudar a sociedade de forma que ela lhes seja aceitável. Enquanto o movimento mais antigo defendia a homossexualidade aceitando os valores hegemônicos, os *queer* criticam esses valores, mostrando como eles engendram as experiências da abjeção, da vergonha, do estigma (MISKOLCI, 2012, p. 25).

Para Miskolci, a diferença entre uma “política da diversidade” dos movimentos homossexuais e uma “política da diferença” do movimento *queer* é que enquanto a primeira tem um tom universalista e de tolerância – o que nem sempre significa reconhecer ou aceitar –, a segunda parte do princípio de que as diferenças são fundamentais na construção de subjetividades e propõe um atravessamento entre corpos e esses sujeitos diferentes, já que a diversidade os mantém cada um no seu compartimento próprio.

Esse é um o ponto fundamental de *Genet – O palhaço de Deus*. Esses sujeitos abjetos compreendem suas diferenças, se deixam ser atravessados por ela, compreendem sua existência marginal e as aceitam como parte de uma ética insubordinada. Não querem ser aceitos ou incorporados pelas normas, ao contrário, eles as criticam, bem como as convenções culturais e os mecanismos disciplinadores das instituições. Com isso, respondemos uma questão fundamental sobre a encenação: *Genet – O Palhaço de Deus* opta pela crítica às normas e se aproxima da perspectiva *queer* ao invés de defender uma política identitária.

A crítica do espetáculo de Barata aos mecanismos disciplinadores das instituições de poder nos leva a outro ponto dessa *queeridade*: a profanação da religião cristã. Além dos textos de Genet, o espetáculo utiliza também textos bíblicos e transita entre o profano e o sagrado. O espetáculo se inicia com o texto do Apocalipse em um monólogo extenso de Cristo para Genet. Uma personagem que é freira guarda por baixo do seu hábito um falo enorme. O roteiro de cena anuncia cenas que perpassam os sacramentos como o batismo e o casamento. Sempre subvertendo a ordem da normalidade, o espetáculo acaba profanando tais elementos religiosos. No entanto, cabe aqui uma explicação do uso das palavras “profanação” e “religião”.

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2007) defende que a etimologia da palavra religião é inexata. Distanciando-se daqueles que associam sua origem a palavra *religare*, Agamben diz que *religio* também pode ter origem em *relegere*. Enquanto aqueles que

acreditam que *religio* vem de *religare*, ou seja, a união do homem com Deus, a conexão do mundo humano com o mundo divino, para Agamben, na verdade, *religio* indica a relação de atenção e cuidado nas relações entre o sagrado e o profano, portanto, “*religio* não é o que une homens e deuses, mas aquilo que cuida para que se mantenham distintos” (AGAMBEN 2007, p. 66).

Pode-se definir como religião aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada. Não só não há religião sem separação, como toda separação contém ou conserva em si um núcleo genuinamente religioso. O dispositivo que realiza e regula a separação é o sacrifício [...] ele estabelece, em todo caso, a passagem de algo do profano para o sagrado, da esfera humana para a divina. É essencial o corte que separa as duas esferas, o limiar que a vítima deve atravessar, não importando se num sentido ou noutro. O que foi separado ritualmente pode ser restituído, mediante o rito, à esfera profana (AGAMBEN, 2007, p. 65-66).

É aqui que entramos na questão da profanação. Se a religião pressupõe uma separação que subtrai algo do mundo humano para o mundo divino e seu objetivo é cuidar para que estes mundos se mantenham distintos, a profanação, ao contrário da consagração (*sacrare*), seria restituição deste algo ou deste sujeito ao uso comum dos homens. É o que faz não apenas Luís Otávio Barata, mas uma série de encenadores paraenses, que utilizam em suas obras diversos elementos considerados sagrados a fim de restituí-los a vida pública. Segundo Agamben, este uso não é natural e ele só pode existir através da profanação.

Em Barata, a profanação toma ares políticos porque ao profanar o texto do Apocalipse através de um monólogo de Cristo com Genet, ao profanar a cruz colocando um homem em cena transando com ela em *Posição pela Carne* e ao profanar a própria paixão de Cristo em *Em nome do amor*, o encenador não só está restituindo a vida pública tais elementos como está promovendo uma crítica ao poder disciplinador da instituição religiosa, não à toa estes espetáculos sempre encontraram nas autoridades religiosas locais grandes opositores.

Uma travesti, uma bicha, uma mariconna, um michê enrustido e outro assumido são os nomes dos personagens da famosa cena do banheiro que foi inclusa no espetáculo após o grupo saber que pretendiam destruir o banheiro público do Bar do Parque¹⁸, localizado ao lado do Teatro Experimental Waldemar Henrique. A cena se inicia com uma discussão entre a mariconna e o michê enrustido e logo é inserida a discussão da derrubada do banheiro público. Podemos perceber que mais do que um lugar onde todos realizam suas necessidades

¹⁸ Tradicional bar da cidade marcado por sua história de boemia. Durante muito tempo, foi importante ponto de encontro entre artistas, estudantes e intelectuais da cidade que se misturavam com os sujeitos que viviam e trabalhavam na região. Está localizado na Praça da República, entre o Teatro da Paz e a Avenida Presidente Vargas.

fisiológicas, aquele banheiro é um espaço de socialização entre esses sujeitos abjetos que procuram por sexo e drogas.

Para Teresa de Lauretis (1994), a forma como a teoria feminista das décadas de 1960 e de 1970 discutia o gênero como uma diferença sexual acabou a limitando, por dois motivos. O primeiro deles seria a de tornar a mulher uma oposição universal do homem, onde sua diferença seria apenas vista como um desvio essencialista ou metafísico do homem apagando as diferenças existentes entre as mulheres, como aquelas que usam máscaras, véus ou mesmo as que se fantasiam. O segundo motivo, segundo a autora, é que ele tende a conformar o potencial radical do pensamento feminista ao poder do patriarcado. A proposta de Lauretis para um sujeito com gênero é:

Um sujeito é constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também na de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 1994, p. 208).

É a partir daí que Lauretis introduz a sua perspectiva sobre gênero e que pode dialogar com esta cena específica: o gênero como tecnologia. Aproximando-se de Foucault, Lauretis aponta que, assim como para o autor francês a sexualidade é inscrita nos corpos a partir de uma série de tecnologias sociais, o gênero também o é. No entanto, isso não impede a autora de lançar uma crítica ao autor de *História da Sexualidade* por não ter enxergado “os apelos diferenciados de sujeitos masculinos e femininos, e cuja teoria, ao ignorar os investimentos conflitantes de homens e mulheres nos discursos e nas práticas da sexualidade, de fato exclui, embora não inviabilize, a consideração sobre o gênero (LAURETIS, 1994, p. 208-209).

O gênero assim seria o resultado de uma série de tecnologias, discursos, práticas institucionais e cotidianas que inscreve sua inteligibilidade nos corpos de seus sujeitos em todo momento e em todo lugar, desde as academias, o cinema e até mesmo os banheiros que nós usamos.

O banheiro público, como a escola, é uma tecnologia de gênero que merece ser repensada. Divisões arquitetônicas são algumas das formas que a sociedade encontra de colocar cada um no seu quadrado e, sobretudo, no caso do banheiro, no seu lugar dentro do binário masculino e feminino (MISKOLCI, 2012, p. 38).

Todas as vezes que vamos a um banheiro público, independente se fomos mijar ou cagar, ou mesmo lavar as mãos, o rosto ou pentear o cabelo, somos convidados a construir uma verdade sobre nosso gênero, a tomar uma decisão sobre quem somos. De um simples ato de necessidade estética ou fisiológica, a experiência de ir ao banheiro se torna uma manifestação pública e biográfica que nos coloca em diferentes posições sociais e

representações culturais. O banheiro, assim, se torna uma tecnologia de gênero. Mas, que banheiro é esse de *Genet – O palhaço de Deus*?

Vejam, o rígido sistema binário de gênero é solapado quando se encontram nesse cubículo público uma travesti, ou seja, uma pessoa cuja expressão de gênero é discordante com a que lhe foi imposta no momento do nascimento; uma bicha e uma maricona, cuja expressão de gênero confunde as fronteiras do que é considerado feminino e masculino; por fim, um michê assumido e um enrustido, cuja masculinidade perpassa pela violência como forma de defesa e de ataque. Nessa miscelânea sexual e de gênero, em meio a urina e a merda, já não há mais tão claras as fronteiras desse binarismo. Talvez, seja, por isso, que as autoridades planejaram demolir o banheiro. Outra justificativa para a demolição desse banheiro é que ele costumava ser usado como ponto de encontro sexual entre desconhecidos. Essa discussão é inserida no início da cena e dialoga com o interesse de demolição do banheiro do famoso Bar do Parque por considerar que este era um lugar de “perversos sexuais”, “um antro de ladrões e de aids”.

No entanto, como não poderia deixar de ser, o banheiro se revela como um local de socialização e lugar de afeto que significa muito para elas, como afirma a personagem da Travesti:

Só para você, queridinha? Para mim também, para todas nós. Foi aqui nesse banheiro, com cheiro de merda e urina, que eu encontrei a pica que me fez a mulher mais feliz do mundo. Foi aqui mesmo que eu conheci o tesão do Paulo. Ora, só isso já basta para eu me fantasiar de Joana Darque (sic) e defender esse banheiro (GENET – O PALHAÇO DE DEUS, 1987)

Realizando uma retrospectiva, podemos enfatizar que a escrita feminista a partir das últimas décadas do século XX ofereceu condições de emergência para a Teoria *Queer*. Textos hoje clássicos como *Tráfico de Mulheres*, de Gayle Rubin, *Gênero – uma categoria útil de análise histórica*, de Joan Scott, *Epistemologia do armário*, de Eve Sedgwick, e *A tecnologia de gênero*, de Teresa de Lauretis trabalharam sobre questões hoje fulcrais para os estudos *queer*, como a própria lapidação do conceito de gênero, o divórcio emancipatório da teoria feminista com metanarrativas como a marxista, a aproximação da abordagem pós-moderna que nos permite questionar conceitos como ciência, neutralidade e verdade, a escolha de uma perspectiva mais histórica e cultural em detrimento do essencialismo já existente etc. Estas condições de emergência não ficaram restritas somente ao mundo acadêmico e universitário, mas se espalharam para o mundo da cultura e da arte. Talvez, seja, por isso, que *Genet – O palhaço de Deus* tenha ganhado a força que ganhou na cidade de Belém, na década de 1980.

Conclusões sobre o palhaço: seu corpo, sua mente e seu espírito

Uma leitura que se debruça somente na criação das polêmicas ou na exposição do corpo nu ou na discussão da sexualidade sem compreender esse movimento epistemológico operado nessa encenação se limita a um olhar romântico e vazio. Foi essa lapidação do conceito de gênero empreendido pelas teóricas feministas e, mais tarde, pelos estudiosos *queer* que potencializou esteticamente e politicamente a cena do banheiro. Foi a emancipação das discussões sobre gênero e raça da teoria marxista que possibilitou um teatro que se ancora em outras questões políticas que não só a de classe, como *Genet – O palhaço de Deus*; existe uma equivalência entre o questionamento dos conceitos canônicos de ciência, neutralidade e verdade empreendido por intelectuais e o questionamento das convenções da linguagem cênica, no que diz respeito a sua forma e conteúdo no teatro contemporâneo.

Assim, quando Foucault e as teóricas feministas colocaram a ciência e a verdade no jogo histórico, podemos dizer que encenadores como Zé Celso Martinez no Oficina, Antônio Araújo no Vertigem e Barata no Cena Aberta colocavam neste mesmo jogo histórico os códigos cristalizados da linguagem cênica, que possuíam um peso de verdade – como o textocentrismo e o palco italiano ou mesmo a ideia de representação – em prol de uma cena experimental, política, discutindo a profissionalização do artista e colocando em cena não-atores interpretando suas próprias histórias de vida.

Por fim, a sexualidade, representada cenicamente em *Genet – o palhaço de Deus*, pode ser interpretada sob um ponto de vista foucaultiano. Por quê? Porque aqui ela não é biológica e nem transcendental, mas cultural e política. É histórica. Assumidamente imoral e desobediente.

Agora, colocamos em questão a interpretação psicanalítica de Wlad Lima sobre a sexualidade em Barata:

Eu acho que a sexualidade é recorrente porque é a sexualidade, nesse sentido. Mas é porque ela é a pulsão para todo o resto, a opção política, moral, social, ela detona... O teatro do Luís Otávio é uma poética que é muito sociológica, muito política e ao mesmo tempo é muito psicanalítica porque ela é atravessada por esse tema que é fundamental. Por exemplo, eu dizia assim: “esse teatro só quer discutir isso?” Quando eu penso hoje... porque eu estou estudando psicanálise, fazendo a formação da psicanálise, onde existe toda uma ciência construída dizendo o que a psicanálise estuda: ela estuda o inconsciente e é o inconsciente que faz a luta da pulsão da libido, da vida, da sexualidade, porque sexualidade não é dar o cu ou comer uma buceta, sexualidade é a força vital do ser humano (LIMA, 2017).

Gostaríamos de expor uma perspectiva foucaultiana sobre a discussão cênica da sexualidade em Barata que se contrapõe a uma perspectiva psicanalítica, mas que não a anula. A empreitada de Foucault (1988) sobre a sexualidade nada mais é do que a história da construção e da manutenção da sexualidade como um dispositivo complexo e histórico de poder. Ela é apresentada como resultado de uma *scientia sexualis* desenvolvida no Ocidente moderno e cristão, o que significa que, só muito recentemente, as pessoas passaram a ser classificadas e seus desejos hierarquizados de acordo com suas práticas sexuais e a sexualidade passou a ser o ponto fulcral da construção identitária.

Para isso, segundo Foucault, existe há séculos, especificamente, desde o século XVI, uma incitação ao discurso sobre o sexo, um convite a sua manifestação que se intensificou no século XIX com o objetivo final de produzir uma verdade sobre o sexo para que os indivíduos e as populações pudessem ser governadas. O filósofo francês defende a confissão como uma das estratégias coercitivas de produção de verdade sobre o sexo dos sujeitos e, por conseguinte, de seu controle.

Existente desde o século XVI, a confissão vai se espalhar, a partir do século XIX, sobre as diversas áreas do conhecimento, como a pedagogia, a medicina, a psiquiatria etc. além de se distribuir nas relações entre familiares, nas relações entre amigos, nas relações amorosas. Confessa-se tudo. Nos tornamos uma sociedade confessanda, segundo o filósofo. Com o advento de uma série de procedimentos listados por Foucault a fim de fazer a confissão funcionar em sua dimensão científica na busca incessante, exaustiva e interminável de uma produção da verdade sobre o sexo é que nasce o próprio conceito recente de “sexualidade”.

Observa-se que se cria um aparato complexo de produção discursiva e com peso de verdade sobre o sexo, ou seja, a sexualidade, para compreender o sujeito moderno em sua totalidade. Nesse sentido, Foucault aponta a sexualidade como um dispositivo histórico de poder e aponta os limites das recentes classificações sexuais na tentativa de tirar do sujeito moderno toda a singularidade através dos seus desejos e práticas sexuais.

É aí que entra a psicanálise e conseqüentemente a crítica de Foucault a Freud, pois o filósofo francês compreende a psicanálise como uma das estratégias de controle que incita o discurso sobre o sexo como verdade do sujeito a fim de nomeá-lo, classificá-lo e normatizá-lo, ou seja, domá-lo. Sendo assim, uma perspectiva psicanalítica de *Genet – O Palhaço de Deus* implicaria em uma encenação que encontra na confissão uma forma de falar sobre a verdade do seu sexo ou que busca curar algo e, mais ainda, que busca domar seus instintos. Sendo assim, nos parece que a perspectiva foucaultiana da sexualidade como um dispositivo histórico de poder potencializa a sua força detonadora do espetáculo.

Então, o Luís Otávio estava discutindo isso, sexualidade nesse sentido do ato sexual propriamente dito, mas da força vital que tem a ver com como tu és tratado politicamente nessa sociedade, como tu és tratado historicamente, como tu és tratado socialmente nessa sociedade, então esse é o mote fundamental. Mas, daí, mano, ela dispara bombas para todos os lados. Ele dispara bombas discutindo a sexualidade com a igreja, com a escola, com a tribuna, com a jurisprudência, com a política, tu estás me entendendo? (LIMA, 2017).

Wlad está certa quando diz que a sexualidade não é só “dar o cu” ou “comer buceta” e que ela está em tudo. Freud e Foucault concordam com isso, por motivos diferentes. Para Freud, a sexualidade é uma força instintiva, uma característica inata em todo ser humano, ao passo que Foucault a compreende como esta rede histórica e homogeneizante que captura o sujeito em sua totalidade no qual a própria psicanálise está inclusa (FOUCAULT, 1988).

Barata expõe e desafia cenicamente toda a ficção construída pelas instituições de poder, da igreja a censura militar, sobre a sexualidade, mostrando-a não mais apenas como um instinto humano, mas também como um jogo político de saber e de poder. Daí a importância de estudar esta encenação sob a perspectiva histórica de Foucault e não sob a perspectiva essencialista de Freud.

Com isso, podemos concluir que o espetáculo *Genet – o palhaço de Deus* pode ser considerado um importante acontecimento do teatro paraense por diversos motivos. Ao mesmo tempo em que esteve muito atrelado ao seu tempo, esteve também muito destacado dele, isto é, foi, simultaneamente, um produto das principais questões da sua época concordando com ela, mas foi também uma ruptura, uma dissonância, uma curva sinuosa e ousada dentro de uma linha reta.

No que diz respeito ao teatro, *Genet – o palhaço de Deus* não foi o primeiro, mas foi um dos diversos espetáculos que forçaram um novo uso dos elementos da linguagem teatral na capital paraense ajudando a consolidar o que viria a ser chamado de teatro experimental. Uma aventura que diversos outros artistas e grupos teatrais da cidade experimentariam oportunamente.

Genet – o palhaço de Deus surge na onda da revolução cultural e comportamental pelo qual o mundo e o Brasil passavam na década de 1980 transformando a sexualidade, a repressão e a censura em questões centrais da época. Podemos citar as conquistas do movimento LGBT, como a despatologização da homossexualidade por parte de diversas associações de psiquiatria e de psicologia. No Brasil, vemos um fortalecimento do movimento LGBT com novas organizações e associações em prol da conquista de políticas afirmativas de direitos

durante o período de redemocratização da sociedade. Na cultura, vemos a ampliação dos seus horizontes com o jornal *Lampião da esquina*, a atuação dos Dzi Croquetes, dos Secos e Molhados etc. No Pará, temos, dentre outras manifestações culturais LGBT, a Festa da Chiquita. No entanto, esse também é o período que explode a epidemia da Aids e, com isso, o seu pânico moral (DANIEL; PARKER, 1991). De qualquer maneira, o espetáculo é um reflexo de todos esses movimentos de avanços e retrocessos.

Mesmo estando profundamente vinculado ao seu período histórico, o espetáculo de Luís Otávio Barata provocava um grande estranhamento, pois parecia reconhecer a importância de todas essas lutas identitárias, mas sobretudo apontava seus limites nos lembrando que a dicotomia homossexualidade e heterossexualidade são palavras efêmeras que foram inventadas num determinado período histórico e com um objetivo muito bem definido. As práticas e desejos aos quais elas foram vinculadas são bem mais antigas e misteriosas para a condição humana. Barata mistura sexualidade com violência, religião e as origens arcaicas e rituais do teatro nos lembrando que o desejo humano permanece fugidio, perene, misterioso e irreprimível.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BEZERRA, Denis. **Memórias cênicas: poéticas teatrais da cidade de Belém do Pará (1957-1990)**. 1. ed. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2013.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **Aids: a terceira epidemia**. Rio de Janeiro: Iglu, 1991.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

JANSEN, Karine. O teatro contemporâneo no Pará: conceitos, memórias e histórias. **Revista Ensaio Geral**, v. 1, p. 11, 2009.

LAURETIS, Teresa. De. A tecnologia do gênero. In: **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206–242.

LOURENÇO, Daniel. Queer na primeira pessoa: notas para uma enunciação localizada. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 875–887, 2017.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

O'ROURKE, Michael. Que há de tão queer na Teoria Queer por vir? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, p. 127–140, 2006.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TORRES NETO, Walter Lima. Os diferentes processos de encenação e as diferentes acepções de encenador. **Revista Repertório Teatro e Dança**, v. 12, n. 13, p. 34–47, 2009.

ENTREVISTAS (áudio)

LIMA, Wladilene de Sousa. Entrevista. Realizada por Kauan Amora, em 01/08/2017.

PACHA, Aníbal. Entrevista. Realizada por Kauan Amora, em 29/06/2017.

RECORTES DE JORNAIS

VIANA, Zemaria. Genet, o Palhaço de Deus. *Teatro/Crítica*. Belém, 01 de novembro de 1987.

NOVA carga contra o tabu. *O Liberal*. Belém, 05 de abril de 1988.

SOBRE OS AUTORES:

Kauan Amora Nunes

Ator, encenador, dramaturgo e professor de teatro. Mestre em Artes (PPGARTES-UFPA) e doutor em História Social da Amazônia (PPHIST-UFPA). Professor de Ensino das Artes, da Secretaria municipal de Ananindeua. Publicou o artigo “Meu cu é revolucionário: as representações do sexo anal nas artes e na poesia”, no livro *Corpos em divergência* e publicou o livro *A trilogia do armário: a encenação teatral como prática de liberdade no processo de estilização da vida* (Editora Paco, 2019). Atualmente, desenvolve pesquisa sobre teatro paraense e teoria *Queer*.

E-mail: kauanamora@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2332-6690>

Sávio Barros Sousa

Advogado e Professor de Direito. Mestre em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH-UnB), e doutorando em Sociologia (PPGSOL-UnB). Professor de Direito na Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), em Parauapebas/PA e assessor jurídico do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-Emaús), em Belém/PA. Pesquisador do Núcleo de Diversidade Sexual e de Gênero (NEDIG-UnB). Tem pesquisas nas áreas de gênero, sexualidade, saúde, direitos humanos e teoria *Queer*.

E-mail: saviobarros91@gmail.com

Orcid: <http://lattes.cnpq.br/5705465909972835>

Recebido: 18/08/2023

Aprovado: 09/10/2023

Literatura amazônica *queer* olho de boto em discussão na educação

Queer amazon literature river dolphin's eye in discussion in the education

Luiz Ramiro Cruz Cardoso

Universidade Federal do Pará-UFPA
Cametá/Pa-Brasil

Gilcilene Dias da Costa

Universidade Federal do Pará-UFPA
Cametá/Pa-Brasil

Resumo

Este trabalho versou sobre espaço educacional e violência contra pessoas LGBTQIAPN+, enfoque em dois episódios de violência que envolvem gênero e sexualidade em ambiente escolar ocorridos contra um dos pesquisadores. A partir dos episódios de violência se agenciou uma apresentação e discussão com a obra *Olho de Boto* (2015), do escritor paraense Salomão Laredo, que relata a união entre dois homens no interior do Pará na comunidade de Inacha, no município de Cametá, que também sofreram violência devido sua orientação sexual. Assim, utiliza-se a Literatura para discutir o tema da violência em espaço educacional. A teorização a respeito deste tipo de ataque ao sujeito dissidente é fomentada por Butler (2003) e Miskolci (2012) na Teoria *Queer* e seu Dictério Curupirinha. A metodologia utilizada foi cartografia, segundo Deleuze e Guattari (1995). Portanto, discute-se os episódios de violência e apresenta-se o livro *Olho de Boto* para dinamizar as reflexões nos espaços educacionais.

Palavras-chaves: Educação e Literatura; Violência de Gênero e Sexualidade; *Olho de Boto*.

Abstract

This work focused on educational space and violence against LGBTQIAPN+ people, focusing on two episodes of violence involving gender and sexuality in a school environment that occurred against one of the researchers. Based on the episodes of violence, a presentation and discussion was organized with the work *Olho de Boto* (2015), by the Pará writer Salomão Laredo, which reports on the union between two men in the interior of Pará in the community of Inacha, in the municipality of Cametá, which They also suffered violence due to their sexual orientation. Thus, Literature is used to discuss the topic of violence in an educational space. Theorization regarding this type of attack on the dissident subject is encouraged by Butler (2003) and Miskolci (2012) in *Queer Theory* and its *Curupirinha Dictério*. The methodology used was cartography, according to Deleuze and Guattari (1995). Therefore, episodes of violence are discussed and the book *Olho de Boto* is presented to stimulate reflections in educational spaces.

Keywords: Education and Literature; Violence of Gender and Sexuality; *River Dolphin's Eye*.

Introdução

O espaço escolar é um lugar atravessado por ideologias, destaca-se aqui as questões de gênero e sexualidade, direcionado ao modelo heterossexual. Pessoas dissidentes, inúmeras vezes são experienciadas como abjetas pela comunidade escolar; ambiente, em que ainda, prevalece o heterossexismo (Miskolci, 2012), conceito que presume que todos são heterossexuais.

Nesse contexto, para promover reflexões, trago para o debate o livro de Salomão Laredo, escritor paraense-cametaense, *Olho de Boto* (2015), inspirado no factual casamento homoafetivos ocorrido na comunidade quilombola de Inacha, interior do Município de Cametá-PA. Além disso, para auxiliar esse processo, utilizou-se a Teoria *Queer*, que tenciona o modelo heterossexual, e, discute paradigmas comportamentais fora do heterocentrismo. A pesquisa seguiu a perspectiva da Cartografia Deleuziana (1995), como afirmam os autores Passos, Kastrup & Escóssia (2009, p. 17) acerca desta metodologia:

A Cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa.

Na construção deste trabalho, utilizou-se algumas das vivências de um dos autores, Luiz Ramiro da Cruz Cardoso¹⁹, inserido desde os 05 anos no interior de Cametá, em escolas ribeirinhas ou correlatas aos povos tradicionais amazônidas, situações ocorridas no Ensino Fundamental e Médio no mesmo lugar. Ele, como pessoa LGBTQIANP+ (Lésbica, Gay, Bissexuais, Transexuais, Travesti, Intersexo, Assexual, Não-binária e Pansexual, Polisssexual, Pomossexual e outras sexualidades), inserimos neste debate a partir de dois episódios de violência que fazem conexões com as violências presentes na obra *Olho de Boto* (2015).

Vale mensurar que o relato advém de um homem cisgênero, Pomossexual²⁰, negro (pardo) e corpo masculino dissidente. Ele se batiza nesta pesquisa como “Curupirinha”, termo cunhado pela artista paraense Mc Pokaroupas²¹, que ora faz agenciamento com Teoria *Queer*, ora um deboche epistemológico como amazônida.

O trabalho de Richard Miskolci *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* (2012) utiliza trecho de suas vivências para exemplificar as manifestações heterossexuais no

¹⁹Doravante tratado no texto pelo sobrenome: Cardoso.

²⁰ Pomossexual é utilizado para descrever indivíduos que evitam classificar a sua orientação sexual através de um rótulo específico como hétero, homo ou bissexual, sendo assim rejeitam uma identidade sexual.

²¹ Artista, 27 anos, é natural de Capanema, PA. Começou sua carreira musical independente em 2018 com a música “Atropelo”.

comportamento escolar no final da década de 70, período ditatorial. Visto que a obra ficcional *Olho de Boto* (2015) relata as violências contra corpos dissidentes homossexuais masculinos. As discussões sobre violência em espaço escolar, no interior da Amazônia, demonstram persistência pelos dois breves relatos pessoais trazidos por um dos autores.

O debate adentrou pela questão da “Curupiranhafobia²²/Queerfobia” e discussão com obras LGBTQIANP+ que podem melhorar o espaço escolar a partir do diálogo sobre questões relacionadas a gênero e sexualidade, tendo também como base para este debate algumas obras literárias.

A escolha do livro para esta discussão diz respeito a conexão com a temática em voga, pois a obra literária foi inspirada no fato de dois homens desafiarem a sociedade para se casar, no entanto, são perpetradas violência em uma época de Ditadura Civil-militar (1964-1985).

Tanto a Literatura, quanto o relato de Miskolci (2012) do final da década de 70 e, de Cardoso, nas duas primeiras décadas do século XIX, se conectam entre si. Exibem memórias em que o ambiente escolar pode ser agressivo e perpetrador de violência. Nesse ambiente, se reproduz a ideia de heterocentrismo, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade segundo Miskolci (2012, p. 43-44):

Heterossexismo é a pressuposição de que todos são ou deveriam ser heterossexuais. Um exemplo de heterossexismo está nos materiais didáticos que mostram apenas casais formados por um homem e uma mulher. A heterossexualidade compulsória é a imposição como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto. Ela se expressa, frequentemente, de forma indireta, por exemplo, por meio da disseminação escolar, mas também midiática, apenas nas imagens de casais heterossexuais. Isso relega à invisibilidade os casais formados por dois homens ou duas mulheres. A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio da violência simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero. Em outras palavras, heterossexismo, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade são três coisas diferentes, conceitos importantes que nos auxiliam a compreender a hegemonia cultural hétero em diferentes dimensões.

A teoria *Queer* e o dictério Curupiranha

As discussões teóricas desta pesquisa agenciaram com a Teoria *Queer*, que surgiu nos Estados Unidos no final dos anos 80, e que visou eclodir, pesquisar e discutir sexualidades e gênero que estavam além do espectro da heteronormatividade.

Bem como, a obra em discussão *Olho de Boto* (2015) constrói linhas de fugas para Literatura *Queer* em debate com a sociedade e pode estar atrelada ao escolar. E sobre a discussão a partir da categoria *Queer*, a mesma se apresenta conforme Miskolci (2012, p. 25):

²²Termo a ser explicado adiante.

O movimento homossexual apontava para adaptar os homossexuais às demandas sociais, para incorporá-los socialmente, os queer preferiam enfrentar o desafio de mudar a sociedade de forma que ela lhe seja aceitável. Enquanto o movimento mais antigo defendia a homossexualidade aceitando os valores hegemônicos, os queer criticavam esses valores, mostrando como eles engendram as experiências da abjeção, da vergonha, do estigma.

Contudo, o debate no interior da Amazônia questiona até onde são significativas, teorias que orientam nosso trabalho de educador? E, se podemos repensar a potência do *Queer*, forte em contexto anglófono, para aplica-lo à nossa realidade? A estranheza do termo em inglês assemelha-se ao termo Curupirinha, que estranha a heteronormatividade, mas nos liga as linhas de fuga com a corporeidade amazônida.

Queer significa “estranho” ou “esquisito”, termo que faz sentido apenas no contexto anglófono ou para pessoas brasileiras elitizadas, visando que apenas 5% dos brasileiros têm domínio da língua inglesa. Como afirmam os autores sobre repensar o termo *Queer* por Curupirinha, Sena; Borges (2021, p. 17):

Sem pretensão alguma de desconsiderar os importantes contributos do movimento Queer ocidental/global para as demandas locais, pretendemos reforçar esse lugar político, mas a partir de um repertório que faça sentido para nós e nos ajude nas nossas lutas. O Queer não faz sentido para nós amazônidas desta porção atlântica. Concordando com a observação de Bento (2017, p. 257) sobre a importância dos nomes, reforçamos as palavras de Malene Mayar, por ela citada: “as palavras me constituem, por isso não posso ser queer”. Se o Queer é uma injúria e por isso seu efeito é forte quando usado subversivamente no contexto anglófono, então se torna mais produtivo o uso de outros modos de nomear. É assim que curupirinha enfatiza nossa experiência territorial-local, levando, inclusive, a integrar a letra “C” de curupirinha na identidade do coletivo LGBTCI+ de Bragança do Pará, em substituição ao “Q” de queer.

Então, trata-se não de uma teoria e muito menos a negação da Teoria *Queer*, mas um processo de dissidência amazônica que configura aproveitar tudo que contribua para o processo de conhecimento de gênero e sexualidade fornecido pelo Norte global, enquanto Sul, mas em especial adicionado pelo norte Brasil.

As particularidades equatoriais não cabem numa teoria estrangeira por completo, pois, não apenas de fora, todavia, oriunda de país neocolonizador da América Latina, os Estados Unidos, ainda que tente ao máximo ser inclusiva, não serão, pois há mistérios próprios da Amazônia.

Por exemplo, o termo travesti é uma identidade feminina latino-americana e não pode ser higienizada pelos termos transgêneros e transexuais, muito presente em cenário estadunidense, de onde é a Teoria *Queer* ecoa.

Nesse processo de atrevimento, o termo curupirinha nascido entre as cidades de Capanema e Bragança, dialoga com outras partes da Amazônia, como Cameté – município localizado na região do Baixo Tocantins –, pois, nesse sentido a realidade cametaense está

mais próxima de Curupirinha, do que o termo *Queer*, quando remete ao conceito de estranho. Pois, o termo nasce da junção das palavras Curupira e Piranha, como afirmam novamente os autores Sena & Borges (2021, p. 17):

Neologismo que une a palavra curupira e piranha. Curupira, palavra de origem tupi, se refere a um ser mítico da floresta, protetor das matas e que tem os pés virados para trás. E piranha é uma metáfora para pessoas que tem uma vida sexual livre, desprendida de valores monogâmicos.

Para os autores que construíram este termo, o mesmo tem o sentido de deboche epistemológico à Teoria *Queer*. Questão pontual também assumida na produção desta pesquisa, quando olha para vivência de Cardoso, para *Inajacy*, um dos protagonistas do livro *Olho de Boto*, que veste roupas ditas feminina e, quando se lê a letra da canção intitulada Curupirinha, de Mc Pokaroupas, que se agenciam entre si. Como explicitado no trecho abaixo:

Eles não tão entendo 2x
se sou homem ou mulher,
o que diabo que tu é? 2x
Curupirinha, curupirinha, curupirinha, curupirinha
A viada da Amazônia
(POKAROUPAS, p. 01, 2021).

O olhar Curupirinha é processo dictério incitado por Mc Pokaroupas para discutir as dissidências de gênero e sexualidade em terras equatoriais, onde não se vivencia as estações do ano definidas pelos europeus, mas pelas frequentes chuvas que inundam os corpos dissidentes que lutam pela sobrevivência, pois a heteronormatividade não afeta apenas as Curupirinhas, mas todos em geral, incluindo heterossexuais que destoam da norma de gênero.

Figura 01 - Imagem de divulgação da música



Fonte: <https://i.scdn.co/image/ab67616d00001e02f0188265a200df4ac13576e8>, 2021.

Literatura *Queer*

“A vida imita a arte”, frase de renomado escritor, Oscar Wilde ao inverter o que fora dito por Aristóteles, “a arte imita a vida”. A Literatura dentre as artes consideradas clássicas

– Música, Dança, Pintura, Escultura, Teatro, Cinema –, também apresenta várias segmentações e tendências.

Neste estudo, se abordou a obra literária *Olho de Boto*, do escritor cametaense, Salomão Laredo, obra que reporta a situações vividas por um casal homoafetivo na segunda metade do século XX na sociedade cametaense.

Assim, o panorama de tramas sexuais homoafetivas dissidentes encontram sua categorização na Literatura *Queer*; uma literatura marginal que busca transpor os muros que limitam sua produção, distribuição e circulação. Viés literário que apenas no decorrer do século XX seu consumo passou a não ser proibido na maioria dos países Ocidentais.

A Literatura *Queer*, fazendo o uso deste termo neste trabalho, é algo muito recente, criada no final do século XX, contudo, existem produções desde a antiguidade que poderiam assim ser classificadas. No século IV a. C., a poetisa grega Safo de Lesbos²³ dedicava suas poesias às suas amantes com as quais mantinha relações.

A segunda metade do século XX demarca a passagem de quando pessoas dissidentes começam a sair do campo da invisibilidade e deixam registros escritos, produzindo sua própria arte de existir e resistir à heteronormatividade.

O mundo presenciou um submundo ir além daquilo a que fora colocado, a sociedade tradicional conservadora percebeu que tinha algo que sufocava, embora não tivesse mais como controlar. Porém, algumas obras do início do século sofreram mais censura ou foram descartadas por seu teor sexual e por não estarem alinhadas aos moldes tradicionais da época.

A autora Judith Butler, no campo filosófico, é referência nos estudos de gênero e sexualidade. Seus trabalhos que abordam esta temática visam desconstruir o discurso imposto pela heteronormatividade. A autora estadunidense arremessa sua escrita contra o que vem sendo imposto há séculos. Como bem, enfatiza a autora, no mundo da linguagem, o corpo é objeto muito presente. Em suas próprias Butler (2003, p.40) afirma:

A noção de que o sexo aparece na linguagem hegemônica como *substância*, ou, falando metafisicamente, como ser idêntico a si mesmo, é central para cada uma dessas concepções. Essa aparência se realiza mediante um truque performativo da linguagem e/ou do discurso, que oculta o fato de que “ser” um sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível.

²³Safo de Lesbos, poetisa do VII a.C., suas poesias abarcavam uma veia amorosa homoafetiva. Safo é considerada umas das maiores poetisas da antiguidade grega. Safo tinha uma escola voltada para moças de famílias abastadas. Nessa escola, além de ensinar coisas do lar e do casamento, as garotas aprendiam música e poesia. Safo não se enquadraria no modelo binário de sexualidade (homo/heterossexual), sua sexualidade era fluída, umas das lendas difundidas sobre sua morte foi um amor por rapaz não correspondido, jogando-se ao mar Egeu como afirmam os autores Thomas Bulfinch; David Jardim (2015).

Este estudo, em seu modo operante de linguagem, acordando com o que é defendido por Judith Butler, ratifica como o termo *Queer* põe em xeque a ideia estática de sexo ou gênero. Curupirinha, então, espraia-se como uma categoria em que se condiz também pensar sobre o tipo de escrita que se está produzindo no mundo.

Logo, com este estudo, também, está se mapeando escrituras que remetam não somente ao campo da conveniência heterossexual, mas a tudo o que vem sendo construído e instituído como gênero. Portanto, a escrita se manifestou como campo onde se condiciona e oculta o gênero.

Deve-se aspirar que a forma de representar as minorias passa por mudanças, inicialmente nos anos 70 e 80, se usava o termo GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) e no final da década de 90 surgiu a sigla LGBT. Os discursos assim colocados, explícitos na criação de siglas representativas, não condizem apenas a área social, política e jurídica, mas também no campo literário, tendo de se optar pela dominação Literatura *Queer*. Ressaltando que, nas últimas décadas, houve um interesse na comercialização de obras que tenham esta temática *Queer* na sua composição.

No âmbito da Amazônia paraense, a obra *Olho de Boto*, de 2015, inspirada em um episódio ocorrido no município de Cametá, apresenta personagens dissidentes, em trama em que o autor utiliza várias histórias contadas uma dentro das outras, deixando sua escrita não muito fácil de acompanhar, porém, instiga o leitor a segui-la.

Ininterruptamente, a obra transcende as linhas do livro e demonstra o cotidiano, revelando quase uma cena fiel do vivido. Paradoxalmente, também influencia as pessoas, pois, o indivíduo não está numa sociedade da qual nunca sofre influência e dela cria suas formas de se manifestar.

A Literatura ficcional de Olho de Boto

À vigência de modelo heteronormativo nos espaços escolares, apresento o livro *Olho de Boto*, juntamente, neste estudo em agenciamento, com dois episódios de violência, sobre suporte dos estudos *Queer*, mas tensionado para um olhar questionador que agita as discussões sobre gênero e sexualidade a partir do termo Curupirinha.

O Primeiro passo é visitar o romance, em que as primeiras páginas aludem uma notícia de um jornal:

Diretor: Clovis Maranhão

Gerente: João Maranhão

Belém/Pará - Quinta-Feira 28 de dezembro de 1967

Dois Homens se Casam, em Cametá

Num povoado distante cerca de 11 quilômetros da cidade de Cametá, consorciaram-se, domingo último dia 24 do corrente, dois homens. Um deles, segundo soubemos,

era “encantado” e somente se casando com o homem que gostasse é que quebraria o “encanto”, voltando a ser uma mulher. (LAREDO, 2015, p.4).

Figura 02 – Casal Homoafetivo de Inacha: Inajá e Inajacy



Fonte:<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1900807989991321&set=a.536162396455894.1073741825.100001864141989&type=3&theater>, 1967.

A imagem acima (figura 2), juntamente com a notícia expressa no livro, mostra dois homens casados e a sociedade daquela época, presa no regime da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), presencia o fenômeno que nenhuma sociedade daquele período estaria por assistir. Inspirado em fatos da história de Cametá, o escritor e jornalista Salomão Laredo, escreve uma obra ficcional sobre o casamento entre dois homens.

Na obra, o autor faz vários recortes de muitos personagens relatados como moradores do vilarejo de Inacha e de Cametá, além de personagens observadores de fora, o cosmonauta russo Yur Gagarino, como leitor, analisando aquela situação e outras narrativas coadjuvantes.

Contudo, a trama gira em torno de um casamento inusitado que desperta fruição de todas as maneiras na população local, desde curiosidade quanto raiva e repulsa. Na trama, outros personagens estão a relatar suas convivências, sua forma peculiar de viver amazônida. Conseqüentemente, o autor enriquece seu texto com expressões e regionalismos da Região do Baixo Tocantins²⁴ no vocabulário.

Os protagonistas, como casal interiorano, deitados, desfrutavam da companhia um do outro como qualquer outro casal, perante a heteronormatividade. Um trecho da obra deixa explícita essa relação: “Manhosamente naquele dia chuvoso e nublado, Inajá e Inajacy fumavam um porronca fedorento com umas ervas que se alastravam nos roçados, na remendada rede que servia de ninho de amor” (LAREDO, 2015, p. 49).

²⁴ Microrregião de Cametá, também conhecida como Baixo Tocantins, formada pelos municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba. É uma divisão secundária do estado do Pará, pois a microrregião está inserida em outra divisão primária que é mesorregião do nordeste paraense que também tem outras microrregiões.

Outro trecho que continua a moldar a imagem de um casal que não se diferencia de um homem e uma mulher cisgêneros, quando o autor abusa do cenário peculiar do encantamento das águas “Inajacy e Inajá ficavam horas e horas no igarapé a calma, o silêncio, a água e o cheiro das folhagens. Cantavam-se, acariciavam-se, olhavam-se, beijavam-se e se amavam” (LAREDO, 2015, p.125).

Com desejo de consumir sua união, os dois homens não ficaram conformados com aquela sociedade em que homem e mulher podiam celebrar seu amor pelo casamento e eles não. Não se sentiram acuados em celebrar o seu casamento e os amantes Inajá e Inajacy usaram um pajé (versão literária), como sacerdote para a celebração, e Inajacy valeu-se da paródia de gênero para casar-se com seu amado e utilizou um vestido de noiva.

Os dois amantes se entrelaçam no mais puro amor, no entanto, uma dura *via crucis* seria instaurada em sua união, recheada de recalque e repulsa daquela dita sociedade conservadora cametaense. Dentro do livro, a Onça do Cordão da Bicharada, cochicha ao ouvido da mãe de Inajacy:

- Te acalma, minha mana, aguenta as pontas, este pequeno será causa da queda de muita gente e de muitas mudanças pelas quais o mundo vai precisar passar para que o homem se entenda e se respeite, trate a si e aos outros, principalmente a mulher, com respeito e admiração. Ele é sinal de contradição. Um facão amolado, grande e pesado, vai atravessar teu corpo e tua alma e desse um também. Através dele tudo será revelado. Te segura! (LAREDO, 2015, p. 69).

O consolo de uma mãe ao ver seu filho ser exposto como epicentro das contradições de uma sociedade, como na época de Cristo na mensagem de amor, foi condenado a sofrer retaliações numa *Via Crucis* até o seu momento final, quando o nazareno é sepultado na 14ª estação.

A intertextualidade com o texto bíblico coloca os protagonistas desta vereda, a qual se chama *Via, Cruzes*, contendo as 15 estações em que a noiva, Inajacy, sofre humilhações como um bode expiatório das hipocrisias daquela sociedade. As semelhanças com o texto bíblico são propositais ao fato de, nas primeiras páginas, remeterem às relações de Jesus Cristo e Pôncio Pilatos, o qual se isenta de condenar Jesus à execução. Como o trecho da obra demonstra:

E, como se houvesse novo início de tumulto, Ponciano pediu para trazer água do rio, no balde de cuia e um alguidar de barro, e lavou as mãos diante da turba. E disse: *Não sou responsável pelo sangue deste que se diz homem, digo, mulher. A responsabilidade é de vocês!* A turba respondeu: *Deixe por nossa conta! Não esquentar a cabeça!* Então Ponciano soltou Bacabas que mofava no cercado, cismado de andar com sua mulher, e mandou dar uma pisa no acusado. A turba exigia ao crime castigo (LAREDO, 2015, p.16).

Inajacy performou um gênero que não lhe era atribuído, é um sacrilégio para Cameté. A foto do casal foi demonstrada anteriormente. Inajacy, a noiva, carrega uma coroa que remete à coroa de espinhos de Cristo ou uma princesa, fica a gosto do leitor. De modo que a noiva

era como um Jesus amazônida de questionamento da originalidade dos papéis de gênero e expressão de sua sexualidade.

Após a confirmação do que a noiva estava parodiando – o gênero que a sociedade impõe a todos, subvertendo os valores estabelecidos pelos brancos naquela sociedade (amazônica) – foi posta a sua crucificação.

Primeiramente, a noiva foi levada pelo caminho ao hospital para ser examinada, constatando que não era uma mulher cisgênera, foi escoraçada, arrancado quase todo seu vestido, seminua Inajacy era na linguagem do povo cametaense “avacalhada” pelos conterrâneos lhe jogavam tomate, abacaxi, açaí azedo e bucho de mapará, enquanto caminhava para delegacia. Se não fosse por intermédio de Antonia Cu de Facho, uma prostituta de influência, o rechaço público que ocorreria naquela delegacia cametaense seria pior, como relata o livro:

Do correspondente e enviado especial - A ativista Antonia Cu de Facho e dona do bordel denominado Vila Japiim não sossegou enquanto não envolveu um rábula que conseguiu soltar os noivos. Antonia levou os noivos para a Vila e lá estava preparado um senhor banquete (LAREDO, 2015, p. 197, GRIFO DO AUTOR).

Mas, muitos daquela sociedade queriam acabar com a festa do casamento daqueles dois homens, celebrado em Inacha por um pajé, e, por infortúnio do destino, pararam no meio daquele calvário, no meio da cidade do Baixo Tocantins. Contudo, Antonia Cu de Facho usou sua influência e os noivos puderam celebrar seu amor numa pomposa festa de casamento em seu bordel, como mostra a obra:

Antonia Cu de Facho, incorporando Sibebe Mendes de Amor e Luta, resolveu comemorar o casamento em que quebrava a crista daquela sociedade. Suas meninas da Vila Japiim fizeram bolo de metro em toda a extensão da rua Geremias Rodrigues. A polícia melou a festa e encheu o xadrez de gente, mas teve que imediatamente soltar todos porque Antonia começou a contar os podres de cada membro do Politburo, ou seja, dos pica-grossas, manda-chuvas, autoridades civis, militares, eclesiásticas, políticas, médicas, policiais, etc. (LAREDO, 2015, p. 269).

Na narrativa do livro, a celebração do amor de Inajá e Inajacy vencem preconceitos naquela sociedade cheia de paradigmas conservadores da década de 60. As pessoas nascidas nestas margens do Baixo Tocantins vivenciam um período de incertezas políticas de uma sociedade marcada por ditames e hipocrisia nos seus costumes sexuais, embora seja uma terra onde sagrado e profano, mais profano do que sagrado, andem de mãos dadas.

Experiência de violência em espaço escolar

Os entrelaces entre a teoria *Queer*, Dictério Curupirinha e Literatura Cametaense permitem dialogar para um processo educativo que esteja para além do modelo da

heteronormatividade, os quais nos espaços escolares o corpo é decalcado a todo momento e pequenas violências são aplicadas aos corpos curupiranhizados, corpos dissidentes estigmatizados desde momento que entram no espaço escolar.

Refletindo sobre o seu corpo dissidente o peruano Giancarlo Cornejo inserido e traduzido por Miskolci (2012) “o menino afeminado é um segredo nas vozes e pensamentos gays, e isso, pelos motivos apontados por Sedgwick, talvez, se deva a um terror à indeterminação de gênero” (CORNEJO, *apud* MISKOLCI, 2015, p. 70). Ele vive um processo de perseguição escolar por ser homem efeminado ou afeminado que desterritorializava as concepções de gênero. O próprio Miskolci (2012) traz inquietações acerca daquele mundo que dava “coordenadas” de como ser homem ou mulher.

Ainda recordo como, ao acordar, colocava meu uniforme e seguia para a escola. Era o final da década de 1970, e vivíamos sob a presidência do general Figueiredo, a última do regime militar. No pátio, tínhamos que formar filas: duas para cada sala de aula, uma de meninos e outra de meninas. Começavam aí as “brincadeiras”, nas quais os meninos mais robustos empurravam os mais frágeis para a fila feminina, espaço desqualificado em si mesmo. Só sossegavam diante do sinal para o hasteamento da bandeira cantando o Hino Nacional (MISKOLCI, 2012, p. 09).

Primeiro episódio de violência

Em 2002, Cardoso, aos 05 anos, mudou para a comunidade ribeirinha Guajará de Baixo e, depois residiu na Vila de Porto Grande, ambas no município de Cametá, mundo amazônico com grandes conexões com o modelo heterocêntrico, porém, não diferente da periferia de Belém. Quando retorna a Belém em 2005 e retorna em 2007 para residir na Vila de Porto Grande, sofre um episódio violento não só entre colegas, mas também na comunidade escolar.

No primeiro dia de aula, com 10 anos, segui para fila do lanche e, em poucos minutos, merendeiras, as pessoas do serviço geral de limpeza com risos, deboche e olhares repugnantes e violentos. Os meninos olhavam zombando, humilhando e proferindo palavras de baixo-calão. Inicialmente, suspeitou que não era para ele, mas logo viu que algumas meninas olhavam desprezo “quem ousa entrar na fila das mulheres”. Logo, sob essa violência, ele havia cometido um “erro” de fila que custou perseguição por tal ato.

Com intuito de fugir da violência imbricada naquele momento, correu às pressas para dita fila de homens. Vale ressaltar que as palavras usadas têm conotações diferentes, enquanto poderiam falar masculino ou feminino, naquela situação utilizou o termo homem, ou mulher, pois reforça a Cisgeneridade e heteronormatividade.

Diferentemente de Cornejo, ele escondia sua expressão de gênero. Este episódio violento, entre vários outros, foi significativo, pois seria primeiro dentre outros que outras crianças LGBTQIANP+ também vivenciaram.

Aterrorizado buscou mecanismo para que outros fossem evitados, mas a partir daquele momento, mentalmente criou uma ansiedade do gênero, dentro do espaço escolar se preocupava a todo tempo como deveria se portar, onde não encontra semelhantes para dividir as angústias de uma criança viada, preocupado com binarismo de gênero. Logo, a sociedade presume que há um gênero verdadeiro (Cisgeneridade) e outro falso (curupiranheridade), sobre o assunto Butler (2003, p. 195) afirma:

Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora [...]. Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiro nem falso, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável.

Naquela experiência de menino, Cardoso, as normas da heterossexualidade atreladas ao modelo cisgênero foram postas como absolutas. Onde, não por acaso, ele ouvia a seguinte frase: “Homem ou gay!”. O qual, o primeiro, era tido como ser humano e o segundo como ser inferior, não era homem. Tudo isso ocorrendo em espaço escolar.

Segundo episódio de violência

Outro episódio, mais violento, ocorreu ainda no Ensino Básico, em especial no 2º ano do Ensino Médio, em 2014, na disciplina de Sociologia, ele estava apresentando Seminário sobre Movimento LGBTQIANP+. Um aluno maior de idade em certo momento produziu discurso “Quanto mata mais um (gay), nasce mais!”. Naquele instante, o pânico lhe instaurou, o medo da morte. Não era o Brasil de 1967 do casamento de Inacha e muito menos os fins dos anos 70 de Miskolci.

Esta frase naturalizada naquele espaço faz conexão com o fato do Brasil ser o país que mais mata pessoas LGBT. Como afirma o site Grupo Gay da Bahia (S/D), que faz mapeamento dos números de casos de homofobia no país: foram mortas 273 pessoas pertencentes a população LGBT, em 2022, dado que não pode ser ignorado, quanto aos crimes caracterizados como LGBTfobia.

Queerfobia, Educação e Literatura

A obra *Olho de Boto* traz reflexão acerca das linhas transgressivas com a criminalização da homofobia em alguns países no mundo. Acredita-se que o livro ao ser

inserido em sala de aula pode suscitar inquietações e acrescentar debates positivos para o desenvolvimento intelectual e combate aos preconceitos de gênero e sexualidade.

Um dos debates evidentes levantados na obra de Salomão Laredo, *Olho de Boto*, é, justamente, quanto a homofobia²⁵, quando relata no município de Cametá dos anos 60, a morte de várias homossexuais e a polícia que manifestava pouco interesse em investigar a origem e responsabilidade dos assassinatos brutais.

Do mesmo modo aconteceu o homicídio de um veado no Juaba, com garrafa aplicada no ânus. Coisa do CCCH – Comissão de Caça aos Cus, digo aos homossexuais. Outros corpos foram encontrados em diversos pontos da região, mesmo dia, hora e *modus operandi*. Todos com um corpo estranho no ânus. Ia desde macaxeira, banana comprida verde, preparados de acapu e similares (LAREDO, 2015, p. 116).

O primeiro grupo de luta em defesa dos direitos de pessoas dissidentes, segundo o site brasileiro intitulado Memórias da Ditadura (S/D), foi um grupo holandês em meados dos anos de 1940, cujo objetivo era promover a tolerância. Chamava-se COC - Centro de Cultura e Recreação. Nos anos 50 e 60, países da Europa, Canadá e EUA começaram suas primeiras organizações.

No Brasil, com o golpe cívico-militar de 1964 e, a restrição aos direitos de reunião, tornaram-se ilegais esses movimentos sociais que se opusessem ao governo ditatorial e que fizessem qualquer menção aos direitos humanos, pois eram acusados de comunistas e seres desviantes dos valores morais vigentes, passíveis de sofrer violência, por parte do governo (ROCHA, 2018).

Em São Paulo, por exemplo, sob a coordenação do delegado José Wilson Richetti, a política promovia ataques fortes e repressão tanto aos homossexuais (as pessoas *queer*/Curupiranhas eram todas chamadas de homossexuais) quanto às prostitutas.

A obra de Laredo faz uma tessitura social com a imagem de um espelho de linguagem filosófica sobre os CCCH – Comissão de Caça aos Cus, e o autor se corrige propositalmente para homossexuais. Deixa explícito que essa caça é contra os homossexuais masculinos. Mas esses homens são homens gays passivos.

Devido a uma estrutura social machista em que mulheres são estigmatizadas por sua posição “inferior” no sexo, com simbologia da posição “elevada” do homem, esse pensamento da sociedade machista heterossexual é reproduzido com relação aos homossexuais. Segundo o autor, existia uma liga das senhoras que regulamentava a moral heteronormativa da cidade:

²⁵ Usaremos a homofobia nesta seção como sinônimo também de *Queerfobia* ou *Curupiranhafobia*.

Ligas das Senhoras ajustava umas providências. Vamos dizer que estavam chateadas, que é o nome mais brando e respeito que se pode dar ou chamar pra aquele estado de espírito dessas madames, vamos denominar de revolta que se pode dar, respeitosamente, àquela angústia que viviam e sentiam diante do que chamavam de imundo, para elas, a imunda, a intensa e crescente pederastia, grassando direta. Na vera, essas senhoras da liga estavam mesmo era emputecidas, termo mais apropriado, termo mais apropriado, para não dizer que o certo seria chamar, encaralhadas ou talvez embocetadas de tão revoltadas com tudo que estava acontecendo naquela lonjura. Onde já se viu dar trela pra dois efeminados que já vivem na maior sem-vergonhice e agora resolvem que querem casar. Casar? Isso é termo que se aplica? Casar, casam um homem e uma mulher que se amam, que se preparam, que querem constituir e construir uma família, e agora essa... (LAREDO, 2015, p. 28).

A comissão CCCH era uma não comissão. No contexto literário, a polícia, então, não investigava os crimes homofóbicos e bem menos protegia as pessoas suscetíveis a este tipo de violência. Não é muito diferente dos dias atuais em que a sociedade ainda fecha os olhos para tal prática, a exemplo crítico, o Brasil sendo o país mais violento em questões a pessoas LGBTQIAPN +.

Ignorar e ser cúmplice dessa violência presente em vários lugares, como na escola, a exemplo, dos relatos de Cardoso não deve ser uma atitude aceita socialmente, mediante a brutalidade e inúmeras vidas ceifadas.

Apresentar a obra de *Olho de Boto* (2015), em espaços educacionais, incita tocar em assunto delicado, em uma literatura para além de apreciação estética, que também promova reflexão em ambiente escolar. Criar na fissura nos silêncios da comunidade escolar e não reprimir as pessoas em suas manifestações de ser, viver e querer, como foi feito com o casal de Inacha.

No Brasil, a repressão policial era forte durante a ditadura militar. Não é por acaso que, há quase nenhum relato do casal de Inacha de fácil acesso após eles serem levados a Belém para averiguar o suposto casamento de dois efeminados.

Apenas no final da década de 70 que se cria o primeiro grupo de organização dos homossexuais, “Somos” em 1978. Logo no outro ano ocorre o primeiro encontro para debater ações para a comunidade GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes).

Como educadores, a denunciar que as práticas de *Queerfobia* atravessam nosso espaço, episódio literário e realidade se agenciam entre si e questionam a prática educativa, em especial a literária, neste caso, quais ideologias e teorias nos orientam, como afirma Louro (1997, p. 64).

É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas “críticas”). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui.

Logo aquele casal dissidente após a descoberta, sofre penalidades, sobre muito ódio é julgado como Cristo, tanto que a narrativa começa com Ponciano (Pôncio Pilatos) lavando a mão, num ato de não julgar aquela pessoa se era ou não homem ou mulher “como houvesse novo início de tumulto, Ponciano pediu para trazer água do rio, no balde de cuia e um alguidar de barro, e lavou as mãos diante da turba” (LAREDO, 2015, p. 16).

Inajacy, como um mártir, é julgado por aquela sociedade cametaense que é capaz de tudo para silenciar aquela forma de comportamento dito desviante. A cidade tornou-se o lugar mais inóspito para aquele casal de meninos que queriam celebrar seu amor.

A moral e os bons costumes cristãos eram prerrogativas para aqueles dois que fossem castigados como Cristo. A conduta do casal permitia toda forma de julgamento e forma de xingamento. Não havia protestos, pois, o silenciamento havia sido imposto no Baixo Tocantins, o silenciamento de vozes dissidentes. Contudo, a realidade nos exige que, como educadores, devemos romper este silêncio e usar ferramentas para discutir todo tipo de assunto.

Caminhamos, assim, lentamente para assegurar os direitos das pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, mas, entre as boas contradições, numa posição de privilégios, entre 30 nações que reconhecem o casamento entre corpos dissidentes, porém, sob risco de ser revogado. Todavia, não se deve fechar os olhos à realidade brasileira, sendo o país que mais mata transexuais no mundo. Como mencionado antes, a chances de mulher da sigla “T” ser violentada e morta é 17 vezes maior do que um homem homossexual.

Não existe em nosso país uma lei específica para criminalização da homofobia que venha de fato a combater. Alguns pontos como, por exemplo, ainda são proibidos no Brasil, de doarem sangue, homens que mantiveram relações sexuais com outro homem, nos últimos 12 meses, esta é uma lei que vigora.

Uma forma tímida vem se debatendo e já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Nacional, na metade do ano de 2019, a homofobia equiparada ao racismo. Ainda que seja uma forma insuficiente de se enquadrar uma lei específica a um grupo significativo da população que sofre diversos tipos de violência. Mas, é um caminho para que finalmente exista uma lei que impeça que o Brasil continue liderando o *Ranking* dos países que mais matam LGBTQIAPN+ no mundo.

Tal processo, da criação de lei em defesa da vida e dignidade humana das pessoas LGBTQIAPN+ pode ser pensada e iniciada ainda na escola, a LGBTfobia precisa ser combatida.

A obra de Loredó pode ser debatida em sala de aula, como tema transversal e, não esteja somente atrelada a aula de Literatura. Pois essas linhas literárias podem ajudar a

repensar as formas operantes na sociedade, nos fazendo aprender o respeito mútuo, em sua amplitude, como relacionado as questões de gênero e sexualidade. Além de *Olho de Boto* (2015), existem diversas obras que podem contribuir pelas dissidências escritas à luz da pluralidade de pensamentos.

Conclusão

A obra *Olho de Boto* (2015) e o *Dictério Curupirinha* conduzem a repensar nossas práticas escolares, em relação ao tipo de obra literária que está sendo oferecido a nossos alunos e, disponibilizadas aos professores. Há diversas obras no mercado que estimulam a aprendizagem e discussão de diversas temáticas, conforme a faixa etária dos estudantes, logo, o professor deve escolher o que melhor se adequaria. Linhas literárias transgressivas, são uma das alternativas para a construção reflexiva que abraça pessoas Curupirinhas sem julgá-las.

Quando se realiza uma pesquisa cartográfica na perspectiva de pesquisador-interventor, como nas linhas em que Cardoso narra dois episódios violentos contra sua sexualidade e gênero em espaço escolar, bem como, os relatos dos autores Miskolci e Cornejo, situações que assemelham que às descritas no livro *Olho de Boto*, o que se pretende é debater as formas de violência sofridas pelas pessoas LGBTQIAPN+ e, utilizar a Literatura, uma de autor amazônica, para (re)pensar as práticas educativas de combate a LGBTfobia a partir de uma crítica insurgente, a qual não compactua com modelo perpetuado.

A Literatura pode auxiliar a repensar como podemos construir uma nação ou microrrevolução em Cameté e, em outros lugares, promovendo fissuras em espaços heteronormativos e como combater a Curupirinhafobia existente ainda nesses lugares. A Literatura permite naturalizar sujeitos dissidentes que sempre estiveram presentes em nossa sociedade. Repensamos como queremos nossa sociedade com mortes ou vida para essas pessoas.

Deveremos curupiranhizar nossa sociedade e construir espaços de respeito e formação de cidadãos que aprendam na Literatura a diferença e, consigam conviver em harmonia em sociedade.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- CORNEJO, Giancarlo. **A Guerra declarada contra o menino afeminado**. In: MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: Um aprendizado pelas Diferenças*. Belo horizonte. Autêntica, 2012.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- FERREIRA, Vinícius. SACRAMENTO, Igor. *Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas*. **Reciis**. Vol.13, 234-239, abr./jun., 2019.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- LAREDO, Salomão. **Olho de Boto**. São Paulo. Empíreo. 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Petrópolis. Vozes, 1997.
- LGBT**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/>>. Acesso em 14 de Nov. de 2023.
- _____. **Um Corpo Estranho – ensaios sobre a sexualidade teoria Queer**. Belo Horizonte. Autêntica, 2004.
- MACRAE, Edward. **A Construção da igualdade: Política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador. Edufba, 2018.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: Um aprendizado pelas Diferenças*. Belo horizonte. Autêntica, 2012.
- MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI NO BRASIL**. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>> Acesso em 21 de out. de 2023.
- MOTT, Luiz. *Relações entre Homossexuais no Brasil Colônia*. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 35, 169-190. 1990.
- NEVES, Regiane Farias. **TRAMAS DA SEXUALIDADE EM ANTÔNIA CUDEFACHO: Educação, micropolíticas e resistências**. 2018. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura). UFPA. Cametá.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre, Sulina, 2009.
- POKAROUPAS, MC. Curupinha. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PoGVYeZYNC0>>. Acesso em 02/11/2022.
- ROCHA, Ana Lilia Carvalho. **Do Corpo Torturador ao Corpo Torturado: Representações da Máquina Ditatorial na Literatura Brasileira**.
- SENA, José; BORGES, Everson. **Curupiranha, a viada da Amazônia**. Fotocronografias: Imagem, diversidade sexual e de gênero, decolonialidade: olhares "de fora do eixo. Medium, Porto Alegre - RS, vol. 07, n. 15, p. 12-28, 2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da Colônia a atualidade.** 4ª ed. São Paulo. Objetiva, 2018.

SOBRE OS AUTORES

Luiz Ramiro Cruz Cardoso

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Cultura - PPGEDUC (UFPA) Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Bolsista Capes. Graduado em Letras - Língua Inglesa e graduando em Letras - Língua Portuguesa, ambas pela UFPA. Pesquisa Gênero e Sexualidade, memória e Literatura Amazônica. Participante do grupo de pesquisa ANARKHOS - Filosofia da Diferença, Corpo, Arte e Literatura em Educação do CNPq.

E-mail: luizcardoso1997@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6903-1644>

Gilcilene Dias da Costa

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS). Professora Associado nível 2 da classe D da Universidade Federal do Pará/Campus Universitário do Tocantins/Cametá, vinculada à Faculdade de Linguagem. É Líder do Grupo de Pesquisa ANARKHOS - Micropolíticas, Arte-Performance e Experimentações Literárias na Educação (Diretório do CNPq). Coordena, orienta e desenvolve pesquisas nas seguintes áreas: Filosofia da Diferença e Educação, Filosofia da Linguagem e Educação, Cartografias Literárias e Artísticas na pesquisa em educação e letras, Estudos Feministas, Gênero-Sexualidade-Teoria Queer. Coordena o Projeto de Pesquisa “O livro-rizoma e a máquina literária: devires do corpo político feminino nas artes de escrever-educar” (PROPESP/UFPA).

E-mail: gilcilene@ufpa.br / costagilcilene@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7156-5610>

Recebido: 22/08/2023

Aprovado: 09/11/2023

O descarte de pessoas “descartáveis”: a educação enquanto política pública de proteção da comunidade LGBTQIAP+²⁶

The disposal of “disposable” people: education as a public policy to protect the LGBTQIAP+ community

Márcio de Oliveira

Débora Napoleão de Sena

Fernanda Machado Melo

Rosana Trindade de Matos

Universidade Federal do Amazonas -PPGE/UFAM

Manaus/AM-Brasil

Reginaldo Peixoto

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Campo Grande/MS-Brasil

Resumo

Tem sido comum informações a respeito de violências sofridas por pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, de modo que os números têm sido bastante alarmantes. A partir disso, o presente artigo tem como objetivo discutir a educação enquanto política pública de combate e prevenção as violências contra as pessoas LGBTQIAPN+. Para atingirmos o objetivo, utilizamos pesquisa bibliográfica com análise qualitativa dos dados. Concluimos que a violência contra pessoas LGBTQIAP+ precisa ser amplamente combatida e que a educação é uma área privilegiada para essa tarefa. Além disso, é fundamental que o tema esteja nas políticas públicas educacionais, nos currículos escolares, nos debates e nas práticas do dia a dia escolar, como forma de criar consciência coletiva de que as pessoas são diferentes e que essas diferenças precisam ser reconhecidas e respeitadas.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Educação; Violência.

Abstract

Information about violence suffered by LGBTQIAP+ people in Brazil has been quite common, so the numbers have been quite alarming. Based on this, this article aims to discuss education as a public policy to combat and prevent violence against LGBTQIAP+ people. To achieve the objective, we used bibliographic research with qualitative data analysis. We conclude that violence against LGBTQIAP+ people needs to be comprehensively combated and that education is a privileged area for this task. Furthermore, it is essential that the topic is included in public educational policies, school curricula, debates and everyday school practices, as a way of creating collective awareness that people are different and that these differences need to be recognized and respected.

Keywords: LGBTQIAP+; Education; Violence.

²⁶ A presente pesquisa contou com o apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), do PROFEDUC – Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação, Unidade de Campo Grande e da PROPI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Introdução

A discussão de grupos vulneráveis, sobretudo usando a educação como pano de fundo, vem sendo feita em inúmeros textos ao longo dos últimos anos. Gomes (2010; 2021) tem uma vasta pesquisa sobre o racismo na sociedade e as relações educacionais; Prá; Cegatti (2016) construíram uma pesquisa sobre relações de gênero e educação básica, destacando a feminização do magistério e a educação dada às mulheres; Cohn (2005) tem estudos que se debruçam sobre os avanços da educação escolar indígena, no sentido do reconhecimento dessa área e das conquistas legais sobre o tema, o que é fundamental para a garantia dos direitos; Junto a isso, AUTOR 01 (2022) discute sobre práticas pedagógicas que buscam combater violência contra pessoas LGBTQIAPN+²⁷ no Brasil. E será sobre esse último tema que vamos articular o presente artigo.

Sabemos que o Brasil é o país que mais mata e agride pessoas LGBTQIAPN+ no mundo (DOSSIÊ, 2021). Esse é um *ranking* que não podemos e não devemos nos orgulhar jamais; pelo contrário, é fundamental a criação de – cada vez mais – estratégias de proteção dessa comunidade, além de práticas de prevenção e combate a essa forma de violação dos Direitos Humanos em todas as áreas: educação, saúde, segurança pública etc. Para exemplificarmos tais números, trazemos os dados publicados no Atlas de Violência de 2023 (que utiliza informações dos anos anteriores) que destacam que o número de violência contra pessoas trans no Brasil em 2021 foi de 2.243 (duas mil, duzentas e quarenta e três), enquanto em 2021 foi de 2.456 (duas mil, quatrocentas e cinquenta e seis) (IPEA, 2023).

Para auxiliar na compreensão desse universo, o Grupo Acontece Arte e Política LGBTI+, juntamente com a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) produzem dossiês com os dados de “Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil”. O Dossiê publicado em 2022, utilizando dados de anos anteriores, expõe que entre 2000 e 2021, 5.362 (cinco mil, trezentas e sessenta e duas) pessoas “[...] morreram em função do preconceito e da intolerância de parte da população e devido ao descaso das autoridades responsáveis pela efetivação de políticas públicas capazes de conter os casos de violência. Em 2021, registramos um total de 316 mortes de pessoas LGBTI+” (DOSSIÊ, 2022, p. 16). São dados bastante alarmantes para um país que “se diz” da diversidade.

Destacamos que essas mortes são PESSOAS, não são apenas estatísticas. Junto a isso, devemos pensar que esse grupo não pode ser considerado “descartável”, mas é fundamental

²⁷ Na primeira seção do artigo discutiremos as siglas usadas para nomear o movimento.

que haja políticas públicas eficazes para sua proteção e combate à toda essa violência. A título de visibilização, ao fazermos uma rápida pesquisa na *internet* sobre esses casos, temos acesso a inúmeros deles. A *Veja* (2019) publicou a manchete *Mãe que matou filho por ele ser gay é condenada a 25 anos de prisão em SP* que informou que dias antes do crime, o filho havia denunciado as agressões que sofreu da mãe, que não aceitava o fato de ele ser *gay*; o *Metrópolis* (2018) divulgou que *Mulher é morta a facadas pelo sogro após pedir namorada em casamento* – a notícia aponta que um homem não se conformou com o fato de Anne Mickaelly ter pedido a filha em casamento; o *G1 Amazonas* (2017) publicou que *Travesti é morta a facadas na Zona Norte de Manaus*, informando que segundo a polícia, a vítima foi morta com facadas no rosto e pescoço. Isso para ficarmos em três exemplos.

Entendemos que o processo de formação pode contribuir para que as pessoas se respeitem, de modo que as diferenças sejam reconhecidas e não sejam alvo de extermínio, violência, exclusão. Apple (2017, p. 12) ao tecer uma resposta inicial sobre a questão “a educação pode mudar a sociedade?”, responde que “Depende dos muitos, grandes e contínuos esforços feitos por muitas pessoas”. Isso nos faz acreditar que, na educação, a partir de um trabalho contínuo realizado por muitas pessoas ao longo dos anos, SIM, a educação pode mudar positivamente a sociedade, inclusive no aspecto da não-violência, para que as pessoas consigam conviver harmonicamente, apesar – e sobretudo – das suas diferenças. Tais diferenças precisam ser reconhecidas e respeitadas.

A partir desse cenário, o presente texto tem como objetivo discutir a educação enquanto política pública de combate e prevenção das violências contra as pessoas LGBTQIAPN+. Para atingirmos ao objetivo, utilizamos pesquisa bibliográfica com análise qualitativa dos dados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, por ser “[...] interpretativa, baseada em experiências situacional e humanística” (STAKE, 2011, p. 41). E se classifica como bibliográfica pois “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituindo principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 46). Para tal, nos baseamos em autores/as que dialogam sobre educação, diversidade sexual e questões de gênero, a exemplo de Candau (2008), Louro (1997), Bortolini (2023), dentre outros/as.

O presente artigo está dividido em três principais seções, a saber: I. Comunidade LGBTQIAPN+: discutindo siglas e siglados/as; II. Violência contra LGBTQIAPN+ no Brasil: de norte a sul; III. Educação: um caminho de construção para novas posturas. Ao final do artigo, tecemos as conclusões inconclusas, enfatizando a urgência do tema e chamando a atenção para o fato de que essa discussão precisa estar na ordem do dia, sobretudo nas instituições escolares.

Comunidade LGBTQIAP+: discutindo siglas e siglados/as

As siglas, em contexto político social, são vocábulos construídos politicamente para reunir grupos sociais historicamente marginalizados, estigmatizados e alijados de seus direitos em virtude da orientação sexual, identidade e expressão de gênero. Deste modo, as siglas MHB, MGL, GLT, GLS, GLTT, GLTTT, GLBT, LGBT, LGBTI, LGBTI+, LGBTIA+, LGBTQIA+ e LGBTQIAP+ foram construídas nos contextos do surgimento e desdobramento do Movimento Homossexual Brasileiro (CHAGAS, 2022). Por isso, enfatiza-se o seu caráter político, pois foram instituídas enquanto grupos organizados para reivindicar legitimidade e direitos.

Segundo Facchini (2002), até 1993, o movimento aparece descrito predominantemente como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro); depois de 1993, como MGL (Movimento de *Gays* e Lésbicas); após 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (*Gays*, Lésbicas e Travestis) e, posteriormente, a partir de 1999, figura como um movimento GLBT (*Gays*, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos.

Discordando deste entendimento teórico, Muller (2020) afirma que André Fischer, colunista *gay* da Revista da Folha de São Paulo, na busca de uma tradução para a expressão *gay friendly* criou no Brasil em 1994, o termo GLS como um acrônimo para *Gays*, Lésbicas e Simpatizantes. A tropicalização da sigla teve motivação puramente mercadológica, em detrimento da estratégia de comunicação do lançamento do Festival Mix Brasil no respectivo ano. Entretanto, posteriormente, a própria organização do evento fez uma autocrítica ao perceber que as três letras excluía algumas orientações e identidades. Então, em 2008, o termo GLS foi substituído pela sigla LGBT, já utilizada nos Estados Unidos.

Para Chagas (2022), no Brasil, convencionou-se utilizar a letra “L” no início da sigla para destacar a atuação das mulheres lésbicas, considerando a invisibilidade feminina dentro do movimento que historicamente priorizava as demandas de homens *gays*. Assim, durante a I Conferência Nacional de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, promovida pelo Governo Federal em 08 de junho de 2008, o movimento denominado naquela época de GLBT optou pelo uso da sigla LGBT. Esta mudança sinaliza para uma valorização das questões de gênero dentro do movimento LGBT brasileiro.

A variabilidade da sigla marca os posicionamentos dos sujeitos em busca dos seus direitos, das suas subjetividades e da cidadania plena. São pessoas diversas, historicamente marginalizadas e subalternizadas que encontraram nos movimentos organizados formas de resistência contra as opressões e busca por direitos.

Cumprе salientar que, o movimento LGBTQIAPN+ em consonância com o movimento feminista promoveu uma rearticulação das ordens do discurso acerca das identidades sexuais e de gênero, o que implicou mudanças significativas na sociedade, principalmente, na constituição positiva e emancipatória das identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais identidades sexuais e de gênero. Segundo o Manual de Comunicação LGBTI+ (REIS, 2018) as identidades sexuais e de gênero são definidas como:

a) **Lésbica**: diz respeito as mulheres (cisgênero ou transgênero) que se sentem atraídas afetivamente e sexualmente por outras mulheres cis ou trans.

b) **Gays**: se refere a homens (cisgênero ou transgênero) que se sentem atraídos afetivamente e sexualmente por outros homens cis ou trans.

c) **Bissexuais**: são pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente tanto com pessoas do mesmo gênero, quanto do gênero oposto (sejam essas pessoas cis ou trans).

d) **Transexuais, Transgêneros, Travestis**: este conceito está relacionado à identidade de gênero e não à sexualidade, remetendo à pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo biológico designado no nascimento.

e) **Queer**: É um termo da língua inglesa usado para qualquer pessoa que não se encaixe na heterocisnormatividade, a qual não se identifica com o padrão binário de gênero, tampouco se sente contemplada com outra letra da sigla referente à orientação sexual, pois entendem que estes rótulos podem restringir a amplitude e a vivência da sexualidade.

f) **Intersexo**: É uma pessoa que nasceu com a genética diferente do XX ou XY e tem a genitália ou sistema reprodutivo fora do sistema binário homem/mulher.

g) **Assexual**: É um indivíduo que não sente nenhuma atração sexual por qualquer gênero. Isso não significa que não possam ter relacionamentos ou desenvolver sentimentos amorosos e afetivos por outras pessoas.

h) **Pansexualidade**: É uma orientação sexual em que as pessoas desenvolvem atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas independentemente de sua identidade de gênero.

i) + **Demais orientações sexuais e identidades de gênero**: O símbolo de soma no final da sigla é para que todos/as compreendam que a diversidade de gênero e sexualidade é fluida, podendo mudar a qualquer tempo, retirando o “ponto final” que as siglas anteriores carregavam, mesmo que implicitamente. Os estudos de gênero e sexualidade mudam e vão continuar mudando e evoluindo, assim como qualquer outro campo das ciências.

Deste modo, observa-se que a sigla LGBTQIAPN+ é adotada para identificar e caracterizar pessoas que escapam aos padrões da cisheteronormatividade. Padrões estes que estabelecem normas de se viver a sexualidade e o gênero (CHAGAS, 2022). Nesse sentido, compreendem-se as diversidades LGBTQIAPN+ como resultado de construções sociais e políticas historicamente determinadas.

Ressalta-se que as práticas socio-discursivas do movimento LGBTQIAPN+, somada aos avanços teóricos e às correntes políticas progressistas, operaram mudanças sociais e discursivas significativas nas últimas décadas, dentre as quais citam-se: a) constituição positiva dos sujeitos LGBTQIAPN+, visibilidade e representatividade nos espaços públicos; b) despatologização das identidades LGBTQIAP+; c) proibição da discriminação por orientação sexual no meio jornalístico; d) aprovações de leis estaduais impondo penalidades a pessoas jurídicas que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual; e) reconhecimento da união estável pelo Supremo Tribunal Federal - STF; f) garantia do casamento civil normatizado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ; g) direito de adoção por casais homoafetivos; h) garantia da retificação do registro civil das pessoas transgênero pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ; i) criminalização da homofobia e da transfobia pelo Supremo Tribunal Federal, dentre outras.

Todavia, apesar do cenário com maior visibilidade e conquistas de direitos, a população LGBTQIAP+ ainda se encontra em situações de vulnerabilidades sendo vítima de preconceitos, discriminações, violências físicas, simbólicas e psicológicas.

Violência contra LGBTQIAP+ no Brasil: de norte a sul

A violência contra a comunidade LGBTQIAP+ no Brasil é uma triste realidade que persiste há anos e que tem sido agravada nos últimos tempos. Dados de pesquisas realizadas por instituições como o “Grupo Gay da Bahia”, registram números alarmantes nos últimos anos, evidenciando a vulnerabilidade e a discriminação enfrentadas por essa população no país.

Dando sequência ao que foi posto na Introdução deste artigo, em matéria publicada pelo *site* “Poder360.com.br”, divulgada no dia 14 de maio de 2021, levantamento das entidades “Acontece Arte e Política LGBTI+” e do “Grupo Gay da Bahia” registrou a ocorrência de 329 mortes violentas de pessoas LGBTQIAP+ em 2019 e 237 em 2020, no Brasil. O ano de 2020 apresentou uma redução em relação ao ano anterior, uma queda de 28%, no entanto, são números muito altos (BRASIL360, 2021).

O relatório aponta ainda que o Nordeste ocupou o primeiro lugar em número de mortes em 2020, sendo 113 casos, seguido do Sudeste com 66, as regiões Norte e Sul com 20 mortes cada e, por último, a região Centro-Oeste que somou 18 mortes. Todavia, o documento observa que as capitais mais violentas foram Salvador (20 casos) e São Paulo (10) (BRASIL360, 2021).

De acordo com a Empresa Brasileira de Notícias (Agência Brasil – EBC), em pesquisa realizada pela ONG “Grupo Gay da Bahia que, há 44 anos vem realizando coletas de dados sobre mortes por homicídio ou suicídio da população LGBTQIAP+”, no ano de 2023 houve pequena redução no número de mortes, quando comparado a anos anteriores:

Em todo o ano passado, 257 pessoas LGBTQIA+ tiveram morte violenta no Brasil. Isso significa que, a cada 34 horas, uma pessoa LGBTQIA+ perdeu a vida de forma violenta no país, que se manteve no posto de mais homotransfóbico do mundo em 2023. O dado foi divulgado neste sábado (20) pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga organização não governamental (ONG) LGBT da América Latina (AGÊNCIA BRASIL, 2024, n.p.).

De acordo com a matéria esse número pode chegar à 277, já que ainda há 20 casos em apuração. Todavia, interessa observar que além das subnotificações, há ainda os casos que não são denunciados, ou que os motivos das mortes não são identificados.

A violência contra a população LGBTQIAPN+ se manifesta de diversas formas, desde agressões físicas e verbais até homicídios motivados pela orientação sexual ou identidade de gênero da vítima. Muitas vezes, esses crimes são resultado da intolerância e do preconceito enraizados na sociedade brasileira, que ainda não reconhece plenamente os direitos e a dignidade desses sujeitos (AUTOR 02, 2013).

Além disso, por meio da *internet*, as redes sociais, como a exemplo do *Facebook*, têm sido palco de um aumento de discursos de ódio e de *fake news* que propagam desinformação e incitam o ódio contra a comunidade LGBTQIAPN+. Isso contribui para a disseminação de estereótipos e preconceitos que legitimam a violência e a discriminação contra essas pessoas (SILVA; ALÉSSIO, 2019).

É importante ressaltar que a violência contra a população LGBTQIAPN+ também é uma questão de saúde pública, uma vez que a discriminação e o preconceito podem ter sérias consequências para a saúde mental e física dessas pessoas. De acordo com AUTOR 02 (2013), esse público tem maior propensão a desenvolver problemas de saúde como ansiedade, depressão e tentativas de suicídio, o que reforça a urgência de políticas públicas voltadas para a promoção do respeito e igualdade e à diversidade.

Diante desse cenário preocupante, é fundamental que o Estado brasileiro assuma a responsabilidade de garantir a proteção e a integridade da comunidade LGBTQIAPN+. Isso inclui a implementação de leis e políticas públicas que combatam a discriminação e punam os

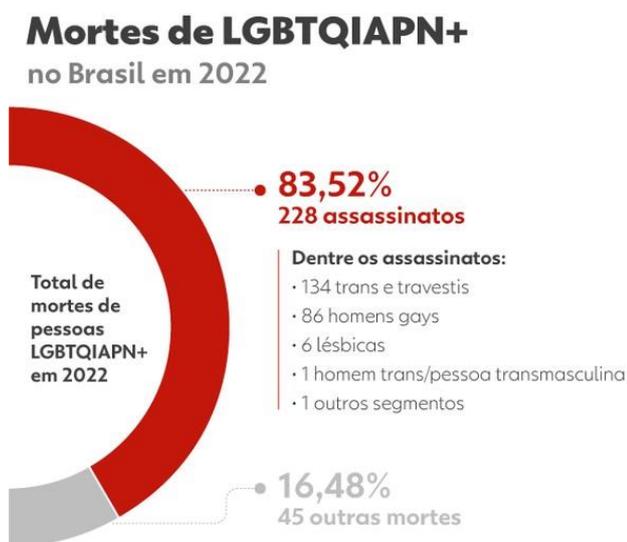
crimes motivados por preconceito contra a orientação sexual e identidade de gênero das pessoas.

Além disso, é essencial promover a educação e a conscientização da sociedade sobre os direitos e a diversidade da comunidade LGBTQIAPN+, de modo a combater os estigmas e preconceitos que sustentam a violência contra essas pessoas. A luta pela igualdade e pelo respeito à diversidade não pode ser adiada, pois a violência contra essa população é uma violação grave dos Direitos Humanos e uma afronta à dignidade de cada indivíduo.

Em suma, a violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil é uma realidade alarmante que exige ações imediatas e efetivas por parte das autoridades e da sociedade como um todo. Somente com o engajamento de todos/as na luta pela igualdade e pelo respeito à diversidade será possível construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

O gráfico 1 retrata a realidade do país no ano de 2022. Demonstra que dentre os/as assassinados/as, quase metade dos crimes foram contra travestis e transexuais, seguidos de homens *gays*. Se comparados *gays* e lésbicas, há a diferença de 14,33 vezes mais contra o primeiro grupo.

Gráfico 1 – assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil em 2022.



Fonte: G1.com (2023).

Trata-se de uma triste realidade que vem deixando marcas profundas no mapa da violência no Brasil. De acordo com o G1.com (2023), duas pessoas LGBTQIAPN+ morreram a cada três dias no Brasil em 2022. Ao nosso ver, faltam leis de proteção e combate a crimes contra esse público.

Até o momento, não há uma Lei específica em favor da punição de crimes comprovados como LGBTQIAPN+fobia. O ordenamento jurídico respaldado na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) considera o crime contra sujeitos LGBTQIAPN+ como outros crimes comuns, desconsiderando a história dos Movimentos Sociais, como os de mulheres que culminou na Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2006), mais conhecida como Lei Maria da Penha e também de movimentos étnicos raciais que conquistaram a inclusão da temática sobre a História da África e da Cultura Afro-brasileira e africana – Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003).

Vale salientar que a Câmara dos/as Deputados/as analisa desde 2017 uma proposta da deputada Luizianne Lins (PT-CE) que considera o LGTBcídio como homicídio qualificado e o classifica como crime hediondo. Porém, dada a temática da matéria, o projeto deve, ao longo desses sete anos, vir encontrando resistências, já que há uma parcela considerada do Congresso que legisla em favor de práticas religiosas, as quais se esbarram nas liberdades de expressão e de identidades sexuais e de gênero.

De acordo com a matéria publicada no *site* da Câmara Legislativa em 18/05/2018, batizado de Lei Dandara, o projeto altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940 e a Lei de Crimes Hediondos nº 8.072/1990. Por isso, o projeto defende que

O LGTBcídio é definido no projeto (PL 7292/17) como homicídio cometido contra homossexuais e transexuais por conta dessas condições. Isso significa que envolve menosprezo ou discriminação por razões de sexualidade e identidade de gênero. O homicídio qualificado é punido com pena maior, de reclusão de 12 a 30 anos, enquanto no caso do homicídio simples a pena é de reclusão de seis a 20 anos. Ao ser classificado como crime hediondo, o LGTBcídio passa a ser insuscetível de anistia, graça e indulto; e de fiança e liberdade provisória. Além disso, a pena passa a ter de ser cumprida integralmente em regime fechado (BRASIL, 2017, n.p.).

No Brasil, a comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta altos índices de violência em todo o território nacional. No entanto, há estados que se destacam negativamente nesse aspecto, apresentando índices alarmantes de agressões, discriminação e crimes de ódio contra pessoas LGBTQIAPN+. Isso nos leva a, além de lutar por justiça social, lutar também para que discussões enviesadas por esse tema façam parte de todos os ambientes sociais, inclusive na escola, que pode ser uma grande parceira para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Educação: um caminho de construção para novas posturas

O preconceito social pode ser entendido como um dos importantes mecanismos da manutenção da hierarquização entre os grupos sociais e da legitimação da inferiorização social na história de uma

Conforme os autores acima, o preconceito social é um mecanismo de hierarquização que traz junto para além do preconceito, a inferiorização, o ódio, a exclusão, a segregação e por fim a violência por algo ou alguém que ‘fuja’ das normas tradicionais e padrões da heteronormatividade. Portanto, ao pensar numa educação para todos/as como direito é o principal caminho a ser (re)construído, visto que, pelo campo legislativo, a escola como instituição escolar é um direito de todo/a cidadão/ã, garantia esta desde 1934. No entanto, mesmo tendo-se desde a Constituição de 1934 a busca pela universalização do ensino público, o acesso, a permanência e o êxito nas escolas públicas não é garantia para todos/as, com o passar dos tempos essa não é a realidade. Isto devido ao preconceito, à hierarquização, à hegemonia de um grupo social sobre o outro (PRADO; MACHADO, 2008) não se atingiu a universalização de fato, pois não tem equidade no direito à educação (JOCA, 2011).

A educação na perspectiva como direito e política pública se vê ameaçada no campo que ronda o universo escolar, pois o preconceito social, a hierarquização entre os grupos sociais (PRADO; MACHADO, 2008) violam e determinam quem tem direitos. Essa segregação, exclusão dos grupos conservadores da moral e dos bons costumes determinam “[...] a cor, o sexo, a classe social e a orientação sexual que conduzem as práticas e relações vividas na escola e define quem deve ou não permanecer nesse espaço” (JOCA, 2011, p. 13).

Exemplo do exposto acima foi o ataque que o então deputado Jair Bolsonaro (Partido Liberal) fez para um conjunto de livros, cartilhas e vídeos pedagógicos de cunho educativo que foram produzidos como parte do projeto “Escola sem Homofobia” realizado por organizações não governamentais com o apoio de financiamento público, organizações essas que já trabalhavam amplamente com a temática dos Direitos Humanos e a Educação Sexual, o que ele nomeava como “kit gay” (BORTOLINI, 2023).

Embora a maioria não tivesse ideia do que de fato se tratava, muitas pessoas ficaram preocupadas como que o (até então pouco conhecido) deputado Jair Bolsonaro denunciava na TV: um “kit gay”, planejado por ativistas e patrocinado pelo Ministério da Educação (MEC), estaria prestes a ser enviado a escolas de todo o país. Segundo o parlamentar, sem o conhecimento ou o consentimento das famílias, livros, vídeos e cartilhas com cenas de sexo e apologia ao “homossexualismo” (sic) estariam prontos para serem distribuídos a estudantes de até sete anos de idade! (BORTOLINI, 2023, p. 9).

Nesse contexto, a universalização da educação escolar que é para todos/as, cai em contradição, quando nega o direito à educação, cria uma cultura de preconceito e de discriminação a uma parcela significativa da sociedade como a comunidade LGBTQIAP+, a

ponto de leva-los/as a evasão do espaço educativo, o que demonstra de forma cruel que a LGBTQIAPN+fobia existe na escola e deve ser combatida (SANTOS; CARDOSO, 2023).

Compreendemos que o direito à educação é para além de estar fisicamente e de ter acesso ao espaço escolar, mas também, todos os sujeitos no seu cotidiano escolar possam usufruir de uma formação com qualidade, bem como, o sentimento de pertencimento, de acolhimento e o reconhecimento de suas singularidades e subjetividades. Também reconhecemos que este é o ideal de uma educação com equidade, uma educação para todos/as, contudo, Louro (1997) descreve que infelizmente a própria escola é conduzida por princípios, valores e atitudes conservadoras, marcadas pela desigualdade de gênero, de classe e de orientação sexual, produz e reproduz a homofobia, a exclusão, segregação legitimando a hegemonia heteronormativa.

Com esses entraves para ter uma política pública que não mais se omita e nem se negue a incluir nos currículos, nas formações tanto inicial, como também na continuada, nos livros didáticos, as temáticas relacionadas à diversidade, sexualidade, educação sexual e dentre outros. Todavia, quando a escola se omite em (in)formar sobre determinado assunto, por causa dos preconceitos, tabus, ela legitima, afirma que o espaço escolar não é lugar para um determinado grupo, neste caso, para a comunidade LGBTQIAP+, pois tenta invisibilizá-los/as.

Apesar disso, a escola ainda é tida como um espaço de difusão e construção de conhecimento e que por meio dela os recursos formadores podem ser voltados para ações e metodologias pautadas na Educação em Direitos Humanos. Sendo assim, os processos relacionados a esta temática devem ter como base o favorecimento da formação de sujeitos de direitos, que possam desenvolver dimensões ética, cultural, político-social, assim como articular estes saberes as práticas concretas no âmbito pessoal e coletivo (CANDAUI, 2008).

Assim sendo, Bortolini (2023) aponta que é basilar que estas temáticas tenham espaço para o debate no contexto escolar com o viés da desconstrução de preceitos machistas, para que as práticas discriminatórias e de cunho violento, que até então estão naturalizadas nas atitudes e mentes, possam ser modificadas para que os sistemas de ensino sejam um espaço real de promoção da educação que valoriza a equidade, a autonomia e a diversidade.

É fundamental que os espaços de formação escolar fomentem o processo de empoderamento dos/as agentes sociais que dentro do processo histórico foram oprimidos/as e que não tiveram vez nem voz que fosse capaz de influenciar nas decisões e nos processos coletivos (CANDAUI, 2008). Portanto, é essencial que os debates educacionais de temas que pautem pelo respeito às diferenças, diversidade e justiça social não fujam das estratégias de

um currículo formal e sejam postas de forma interdisciplinar, para que assim seja viável uma construção de uma sociedade em que a equidade e o respeito sejam regra e não exceção.

Em relação à violência contra pessoas LGBTQIAPN+, os números alarmantes têm sido divulgados e isso nos coloca na obrigação de levar esse problema para ser discutido no interior das instituições escolares. Dewey (2011) enfatiza a importância das experiências para que possamos discutir os problemas do presente. Portanto, ao sabermos das violências em relação às pessoas LGBTQIAPN+, não podemos ignorar essa realidade, ao contrário, devemos incluir o assunto nos currículos escolares; potencializar as políticas públicas sobre a proteção em relação à diversidade sexual e identidade de gênero; angariar apoio da sociedade para práticas voltadas para a equidade no interior das escolas etc.

Freire (1987, p. 78) nos traz uma excelente crítica e reflexão ao escrever que “[...] não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. Portanto, é fundamental que os/as trabalhadores/as em Educação recebam formação adequada, além de instrumentos e apoio para as discussões nas escolas em relação à diversidade sexual e identidade de gênero. Sabemos que a Educação sozinha não vai mudar toda uma realidade, mas certamente é uma área promissora e privilegiada que poderá – aos poucos – fazer as pessoas refletirem, pensar criticamente e passar a adotar práticas éticas, de justiça social e que coadunam com a equidade entre as pessoas.

Conclusões inconclusivas

O objetivo do presente artigo foi o de discutir a educação enquanto política pública de combate e prevenção das violências contra as pessoas LGBTQIAPN+. Esse debate é necessário e urgente, sobretudo por conta das mais variadas formas de violências que essa comunidade sofre, além dos altos números de vítimas letais.

As mais variadas siglas existentes para delimitar o que chamamos hoje de LGBTQIAPN+, foram se modificando ao longo dos anos, a partir de uma compreensão mais inclusiva em relação à diversidade sexual e às expressões de gênero. Conforme o entendimento sobre as pessoas vai se ampliando, maior (e mais inclusiva) se torna a sigla, com o intuito de acolher as pessoas “dissidentes”, ou seja, que fogem do padrão cisheteronormativo.

Apple (2017) nos dá esperança de que o processo educativo pode mudar positivamente a sociedade. Com isso, entendemos que precisamos de alguns aspectos na Educação: I. Apoio da comunidade escolar para trabalhos sobre diversidade sexual e identidade de gênero; II. Apoio político para tais trabalhos; III. Políticas públicas educacionais que almejem a diminuição das violências na comunidade LGBTQIAPN+; IV. Formação inicial e continuada

para trabalhadores/as da Educação; V. Material didático e paradidático com propostas do reconhecimento das diferenças.

Por fim, julgamos necessárias pesquisas como essa com o intuito de chamar a atenção para a violência em relação às pessoas LGBTQIAP+ e somos esperançosos/as de que com o compromisso social – aos poucos – vamos alcançar uma cultura de paz (AUTOR 03, 2018). Certamente o campo educacional se torna basilar para a mudança que nossa sociedade precisa. Pessoas não são descartáveis, por isso é fundamental que o poder público aja com rigor no combate a toda forma de violação dos direitos humanos contra essa população.

Referências

APPLE, Michael. **A educação pode mudar a sociedade?** Tradução de Lilia Loman. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

AUTOR 01. 2022.

AUTOR 02. 2013.

AUTOR 03. 2018.

BORTOLINI, Alexandre. **É pra falar de Gênero Sim:** Fundamentos legais e científicos da abordagem de questões de gênero na educação. [s.n.] Brasília, 2023.

BRASIL. CÂMARA LEGISLATIVA. **Projeto endurece pena para homicídio contra população LGBT que envolva discriminação.** Matéria veiculada em 18/05/2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/538399-PROJETO-ENDURECE-PENA-PARA-HOMICIDIO-CONTRA-POPULACAO-LGBT-QUE-ENVOLVA-DISCRIMINACAO>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Disponível em: <https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/assets/downloads/lei-11340-2006-lei-maria-da-penha.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL360. **Relatório registra 237 mortes violentas de pessoas LGBTs no Brasil em 2020.** Matéria noticiada em 16/05/2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/relatorio-registra-237-mortes-violentas-de-pessoas-lgbts-no-brasil-em-2020/>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. In. SACAVINO, Susana e CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas.** Petrópolis (RJ): DP et Alli Editora, 2008, p. 73-92.

CHAGAS, Leonardo Borges Rodrigues. **Terminologia LGBTQIAP+ em linguagens de indexação: uma análise discursiva crítica dos registros de autoridade de assunto da UFMG.** 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2022.

COHN, Clarice. Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 485-515, jul./dez. 2005.

DEWEY, John. **Experiência e Educação.** Tradução de Renata Gaspar. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

DOSSIÊ. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021.** Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

FACCHINI, Regina. **“Sopa de Letrinhas”? – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo.** 2002. 245 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

G1 AMAZONAS. **Travesti é morta a facadas na Zona Norte de Manaus.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/travesti-e-morta-a-facadas-na-zona-norte-de-manaus.ghtml>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

G1.COM. **Duas pessoas LGBTQIAPN+ morreram a cada três dias no Brasil em 2022.** matéria veiculada em 11/05/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/05/11/duas-pessoas-lgbtiquapn-morreram-a-cada-tres-dias-no-brasil-em-2022.ghtml>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, vol. 33, n. 59, 2021. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/6733/673373992012/673373992012.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar para além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

IPEA. **Atlas da Violência 2023**. Brasília: IPEA/FBSP, 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2024.

JOCA, Alexandre Martins. Direitos humanos e diversidade pelo direito à educação e à diversidade na escola. 2011. In: MEDONÇA, Rosa Helena. **Educação e diversidade sexual**. Salto para o futuro. 2011. ISSN 1982-0283. p.12 – 21.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

METRÓPOLIS. **Mulher é morta a facadas pelo sogro após pedir namorada em casamento**. 2018. Disponível em: <<https://www.portalt5.com.br/noticias/policia/2018/01/477416-mulher-e-morta-a-facadas-pelo-sogro-apos-pedir-namorada-em-casamento>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MILLER, Victor. Por que substituímos a sigla “GLS” por “LGBTQIA+”? **GAY BLOG BR**. 29 de mai. 2020. Disponível em: <https://gay.blog.br/gay/por-que-substituimos-a-sigla-gls-por-lgbtqia/> | **GAY BLOG BR @gayblogbr**. Acesso: 18 fev. 2024.

PRÁ, Jussara Reis; CEGATTI, Amanda Carolina. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016.

PRADO, Marco Aurélio Máximo e MACHADO, Frederico Viana. **Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo, Cortez, 2008.

REIS, Toni (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

SANTOS, Adriana Lohanna; CARDOSO, Mônica Porto. Diversidade sexual e fobias na escola: Análise sobre a aplicação da diversidade sexual na escola e da discriminação e preconceito contra os LGBT's na educação. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (Org.). **Ensino e Educação: contextos e vivências**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 69-81.v. 1. ISBN: 978-65-999183-0-8 DOI:10.58203/Licuri.83087

SILVA, Lawerton Braga da; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. Redes de ódio: A homofobia no Facebook. **Rev. Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 19 n. 1 p. 07-27, janeiro a abril de 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a02.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

STAKE, Robert Edward. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. São Paulo: Penso, 2011.

VEJA. **Mãe que matou filho por ele ser gay é condenada a 25 anos de prisão em SP**. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/mae-que-matou-filho-por-ele-ser-gay-e-condenada-a-25-anos-de-prisao-em-sp#google_vignette>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SOBRE OS AUTORES

Márcio de Oliveira

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Educação e Licenciado em Pedagogia pela UEM. Professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (FACED/UFAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX/UEM).

E-mail: marcio.1808@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4706-2930>

Reginaldo Peixoto

Formado em Licenciatura em Pedagogia, Letras e Arte-educação, Mestre em Educação, Doutor em Educação, Arte e História da Cultura. Professor no Programa de Mestrado Profissional e Acadêmico em Educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Membro do NUDISEX/UEM.

E-mail: regi.peixoto77@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7452-7962>

Débora Napoleão de Sena

Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduada em Ciências Naturais (UFAM, 2001); em Enfermagem (UFAM, 2005) e em Direito (ESBAM, 2016). Especialista em Direito Civil e Processual Civil (CIESA, 2019); em Direito Público (UEA, 2017); em Unidade de Terapia Intensiva - Neonatal (UFAM, 2005). Pesquisadora do tema Violência contra as mulheres.

E-mail: deboranapoleao80@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9632-8227>

Fernanda Machado Melo

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2021), Especialização em Didática do Ensino Superior pela Universidade Nilton Lins (2017), licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA (2016). Professora da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas - SEDUC/AM, com experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Violência contra as Mulheres, Políticas Públicas.

E-mail: fehmelo9@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9707-6631>

Rosana Trindade de Matos

Mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFAM. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Táhiri (2008). Professora efetiva na Secretaria Municipal de Educação de Manaus - Semed/AM. Colaboradora no Projeto de Extensão Programa Observatório dos Direitos da Criança e do adolescente/PRODECA- UFAM.

E-mail: rosanamatos83@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1732-8013>

Recebido: 26/08/2023

Aprovado: 19/10/2023

Gênero e Sexualidade: Tabu, Controle dos Corpos e Sociedade

Gender and Sexuality: Taboo, Control of Bodies and Society

Adrian Jhonnson

Faculdade Estácio de Ji-Paraná
Ji-Paraná/Ro- Brasil

Jonathan Eduardo Fontes Barbosa

Faculdade Estácio de Ji-Paraná
Ji-Paraná/Ro- Brasil

Vitória Marinho Almeida

Faculdade Estácio de Ji-Paraná
Ji-Paraná/Ro- Brasil

Kettelen Gabriely Marques da Silva

Faculdade Estácio de Ji-Paraná
Ji-Paraná/Ro- Brasil

Julio Sérgio Camargo

Faculdade Estácio de Ji-Paraná
Ji-Paraná/Ro- Brasil

Resumo: O presente trabalho é resultado de uma revisão sistemática de literatura dos campos de conhecimento: Psicologia, Psicanálise, Sociologia, História e Biologia, com enfoque na temática de gênero e sexualidade, abordada desde sua contextualização histórica até debates da atualidade. Foi desenvolvido um percurso para situar como termos utilizados hoje foram constituídos, como estruturas sociais contemporâneas foram estabelecidas e também como se manifesta a sexualidade nos espaços de discussões sócio-políticos, levando em consideração a própria subjetividade de cada indivíduo.

Palavras-chave: Sexualidade, Gênero, Social.

Abstract: The present work is the result of a systematic review of literature in the fields of knowledge: Psychology, Psychoanalysis, Sociology, History and Biology, focusing on the theme of gender and sexuality, covered from its historical contextualization to current debates. A path was developed to establish how terms used today were constituted, how contemporary social structures were established and also how sexuality manifests itself in socio-political discussion spaces, taking into account each individual's own subjectivity.

Keywords: Sexuality, Gender, Social.

Introdução

A sexualidade é uma dimensão intrínseca à vida humana, para além do gênero de um indivíduo, diz respeito a fatores sociais, biológicos, psíquicos e afetivos. É algo muito abrangente e complexo, daí o alcance a dimensões subjetivas, sujeitas ao conhecimento e preconceito enraizados (PORCHAT, 2020).

Abordar temáticas relacionadas a sexualidade é uma forma eficaz de trazer à tona assuntos ainda considerados tabus, mas se observados e discutidos, podem gerar um efeito benéfico para todos, portanto, a proposta de ampliar os conhecimentos sobre gênero e sexualidade é valioso para todos os indivíduos de uma sociedade, que inúmeras vezes não trata o assunto com a devida responsabilidade, desprezando fatos e apegando-se a “achismos”, dessa forma sustentando toda uma estrutura preconceituosa (FREIRE; CARDINALI, 2012).

A sexualidade na cultura se conecta a áreas jurídica, médica e teológica – e no Brasil o destaque está atrelado com o contexto religioso –, dessa maneira quando os posicionamentos não se coadunam taxa-se como pecado, imoral, perverso etc. As pessoas que não se enquadram nas diretrizes heteronormativas sexuais de produção são alvos de preconceitos e vivenciam uma série de sofrimentos, considerando a extrema pressão social e a ausência de autoestima e bem-estar pessoal.

De acordo com Ceccarelli; Andrade (2018), a sexualidade por ter tantas facetas deve ser algo singular, no sentido mais puro da palavra, sendo um valor de cada ser, um fim em si mesmo e para os indivíduos que têm vínculos com ele. Reforçando a ideia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) juntamente com a *World Association for Sexology* (WAS), declaram que sexualidade é um componente da personalidade de cada pessoa, sendo um aspecto do ser humano indissociável da vida, assim como uma necessidade básica. Dessa forma, é possível identificar sua influência nas interações sociais, tomada de decisões, emoções, sentimentos, pensamentos, logo a saúde física-mental-social (*World Association for Sexology*, 1999).

As implicações da sexualidade e das discussões de gênero avançam tanto que se tornam questões de saúde pública e de sustentação de uma educação segura e libertadora. As cobranças e normas sociais sexuais se dão a partir da imagem do sujeito, no entanto, resumir uma pessoa a sua aparência é cruel, até aqui, não incluindo a comunidade LGBTQIAPN+, porque mesmo as mulheres envolvidas e incluídas na norma binária de gênero sofrem com a violência física, moral e psicológica (sem grandes especificações), agora, com as outras identidades e mesmo orientações sexuais os dados são ainda piores (PIZA-DUARTE, *et al*, 2020).

É importante pensar sobre o tema, porque, geralmente ao iniciar um debate sobre gênero e/ou sexualidade a tendência é haver um direcionamento para o ato sexual propriamente dito ou mesmo ideais dogmáticos, causando danos e gerando sofrimento na vida de muitas pessoas, pois não se leva em consideração que tal aspecto é uma questão de saúde pública (SOARES; MENEGHEL, 2020).

Posto isso, para um direcionamento preciso para a elaboração do presente trabalho, foram elencadas as seguintes questões problemas: 1 - Como lidar com a complexidade e diversidade das experiências individuais em relação à sexualidade e ao gênero, evitando generalizações excessivas ou simplificações inadequadas? 2- Além de uma breve descrição de problemáticas, é possível oferecer uma abordagem com maior amplitude, estratégias para promover uma compreensão mais aberta e aceitação da diversidade de expressões de gênero e sexualidade na sociedade? 3 - De que maneira a *Queer Theory* e as considerações sobre gênero como uma construção cultural e social desafiam as noções tradicionais de masculino e feminino, proporcionando uma visão inclusiva e diversificada da identidade de gênero?

Para tanto, considerando os tabus que cercam o assunto, objetiva-se apresentar uma revisão brevemente genealógica de como os temas têm sido abordados socialmente e academicamente, assim como sintetizar alguns conceitos mais abordados pelos principais teóricos da área, seus desdobramentos e intersecções.

Metodologia

Dessa forma, com instigações sociais e provocações teóricas, o presente artigo é resultado de uma pesquisa e intensos debates acerca do tema. Assim, se trata de um trabalho de revisão bibliográfica, o qual se caracteriza como uma abordagem metodológica que visa sintetizar, analisar e discutir as principais contribuições presentes na literatura especializada referente ao presente tema, por conseguinte, a natureza intrínseca desse artigo reside na revisão crítica e na contextualização de trabalhos previamente publicados em periódicos científicos, livros e outras fontes acadêmicas relevantes.

O artigo é um estudo sobre gênero e sexualidade sob uma perspectiva sócio histórica, a partir de trabalhos teóricos, empíricos e experimentais. Sendo que as informações e conteúdos levantados são resultados de uma revisão de literatura na área da Psicologia, Psicanálise, Sociologia, História e Biologia. Utilizando as palavras ‘gênero’ e ‘sexualidade’ foram obtidos, no período de 2012 até 2021, 148 materiais, entre artigos, resumos bibliográficos e livros, encontrados nas plataformas Scielo e Oxford. Os livros e documentos de teóricos, assim como, documentos institucionais e/ou legislativos selecionados não estão dentro do período de publicação acima citado.

Dentre os 148 materiais encontrados, considerando como critério para a exclusão aqueles que não possuíam em comum as palavras chaves: sexualidade, cultura, identidade, gênero, atualidade, saúde e saúde mental, além de conteúdo complementar ligado a teóricos como Sigmund Freud, Michel Foucault, Judith Butler e Jacques Lacan, 30 materiais foram selecionados para leitura e pesquisa de forma direta, com a intenção de trazer à tona um assunto tão pertinente, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da temática gênero e sexualidade, com abordagem interdisciplinar somar às pesquisas já realizadas no campo acadêmico.

O artigo está dividido em dois pontos principais, os quais também são representados por seus eixos, sendo: (3) Resultados e discussões, seguindo de um subtítulo: (3.1) Contextualização histórica: Tabu e avanço dos conceitos – eixo de caráter genealógico e histórico; (4) A sexualidade e suas apresentações na atualidade, seguido de seus subtítulos: (4.1) Corpo: um ideal normativo e (4.2) Discussões de Gênero – eixo caracterizado pela apresentação de conceitos e temas específicos da contemporaneidade histórica. O artigo segue subdividido dessa maneira, pois atenta a abrangência das abordagens, diversificações de conceitos para diferentes campos e situação, quantidade de conteúdo disponível, esses pontos resumem e tratam os assuntos de forma que se contextualiza e se dimensiona a abrangência de cada inserção feita.

Contextualização Histórica: Tabu e avanços dos conceitos

O homo sapiens, a atual denominação evolutiva da espécie humana, trata-se do homem que sabe que sabe, ou seja, o sujeito tem consciência de seu próprio estado de consciência, baseado nesse suposto saber encontram-se os desejos singulares que moldam escolhas particulares de cada sujeito (SÁ, 2021). Tratando-se de tal subjetividade, de acordo com Freud (2016), é notável que o animal humano realizou uma separação da sexualidade perante seu aparelho biológico, dessa forma, a sexualidade agora tem um teor de prazer, indo além da esfera reprodutiva.

Desde a emergência do movimento psiquiátrico, o qual introduziu ideias moralistas e higienistas dentro das concepções sociais, médicas, educacionais e clínicas – foi estabelecida a discriminação, a partir de determinações que regulavam o homem/mulher em sua norma de comportamento e desenvolvimento sexual, dispendo, assim, o seria inadequado e ‘errado’, dessa forma, foi estipulado, de acordo com Maria Homem (2019), tal período como uma passagem da narrativa pré-moderna para moderna, onde a inserção da liberdade de expressão se tornou mais presente.

É pressuposto que a sexualidade é adjunta de diversas possibilidades, desde o biológico, questões subjetivas da psique humana, até mesmo suas propriedades intrínsecas, dessa maneira, a forma que o indivíduo e o meio se comunicam são fatores que vão ser notáveis na construção da sexualidade do sujeito. Porém, deve se levar em consideração, que a compressão do real, é subjetiva, portanto, a sexualidade é uma questão intrapessoal e interpessoal, por transitar nesses dois universos, mediante a própria interpretação se dá a sexualidade (CECCARELLI; ANDRADE, 2018).

Historicamente a sexualidade sempre esteve envolta em debates e discussões contraditórias e dominantes para a civilização em questão, desse modo, um ideal de comportamento, de uma forma ou de outra, se faz presente nos regimes régios teológicos, judiciários e médicos. A partir desses fatos, as sexualidades consideradas fora dos padrões ou mesmo desviantes (neste caso em específico a homossexualidade) eram “consideradas um pecado no campo da teologia; um crime no âmbito jurídico; uma doença e um desvio psicológico para a medicina” (FREIRE; CARDINALI, 2012).

Passando brevemente pelo campo teológico, observa-se como no Brasil, foi nomeada a homossexualidade (considerada pecado) pela primeira vez: Sodomia enquanto prática e sodomita enquanto praticante. O termo Sodomia/Sodomita surge de um contexto judaico-cristão, onde uma cidade chamada Sodoma era um “centro de depravação” e de práticas imorais, os sodomitas praticavam o que era chamado de “pecado nefando”, ou seja, aquele que não poderia sequer ser mencionado. O espanto e escandalização foi gerado porque a “prática sexual” desse grupo não serviria para a reprodução, ou seja, não gerava filhos.

Freire; Cardinali (2012) apresentam de maneira concisa como a homossexualidade (termo que surge somente no século XX) chegou no campo do direito e se tornou crime, traçando uma posição moral em que o caráter de uma pessoa era julgado perante a sociedade; sendo ele “correto” era digno de permanecer comumente na sociedade e exercer uma função (incluindo a reprodução); no entanto, se o caráter fosse julgado “incorreto” ou “desviante”, a pessoa era julgada como criminosa, podendo mesmo ser punida ou morta; mas, o espantoso é que essa posição de caráter era sempre julgada sobre crimes hediondos: homicídio, roubo, travestismo, sodomia (FREIRE; CARDINALI, 2012).

No percurso histórico dessa injunção crime-loucura das “sexualidades desviantes” Guimarães, *et al* (2018) e Ruas (2021), abordam a perspectiva de Lise Vogel a respeito da Teoria da Reprodução Social, a qual implica numa junção de controle social e poder sobre a vida, ou seja, os aparelhos e instituições que desempenham poder vão sempre intervir e tentar controlar os domínios da vida: sexo, trabalho, lazer, saúde e educação.

Foucault (2020) sugere sobre os dispositivos da sexualidade os sentidos que os mesmos podem apresentar junto a linha tênue de crime-loucura, que foi gradualmente passando dos âmbitos do direito e da teologia para a área médica, sendo patologizado como loucura, desvio, transtorno da personalidade, entre outros, seguindo o pensamento tradicional moralista-higienista do fim do século XIX.

Mediante essa contextualização, é importante observar que a sociedade manifesta desaprovação a algumas relações que julga desviantes, nesse contexto, manifesta-se, também, o que se convencionou chamar de preconceito é mutável, algo que a sociedade faz em benefício próprio. Em relações homossexuais para a grande massa social, há uma aversão a relação entre homens, no entanto, entre relações homossexuais de mulheres há certa objetificação, nesses casos pode ser observada uma suposta flexibilidade no preconceito por serem dois objetos de prazer para o gestor dessas regras, o macho. Trata-se de uma posição estrutural e uma forma de pensar, a qual geralmente é atribuída aos homens, no entanto, está para todas as pessoas (SANTOS; SCAPIN, 2015).

Outro detalhe muito interessante, é que a sexualidade por muito subjugada, encarada como algo nojento, criminalizada, castrada; quando se toma como referência o consumo de materiais pornográficos, em países como o Brasil, este é um dos maiores consumidores deste tipo de produto (LOBO, 2021). Assim, obviamente sendo a sexualidade elemento integrado ao ser humano, qual o motivo que se nega e reprime a sexualidade com tanta veemência?

A sexualidade e suas apresentações social na atualidade

A ideia de sexualidade não está necessariamente acoplada ao sexo propriamente dito (pênis, vagina e intercurso sexual), como recorrentemente é confundida, ela é uma característica geral experimentada por todo o ser humano, não diz respeito somente a genitálias.

Há diversas formas de se definir o que é sexualidade, dependendo da concepção individual de cada ser humano, sendo este um objeto de estudo e manifestação presente em todas as culturas. Freud (2016), concentra seus estudos não no que seria considerada a “sexualidade normal”, mas investiga sua base, questiona a ocasião de terem a sexualidade ausente se fazendo presente apenas na puberdade, coloca em pauta o fato da sexualidade se compor por impulsos parciais que vão além da reprodução, não tendo o prazer ligado diretamente aos órgãos genitais.

Na visão da psicanálise a sexualidade é uma estrutura singular. A forma de experimentação consciente e inconscientemente é o resultado de um longo processo identitário tendo como entrecho a dinâmica edípica referente a uma interpretação única que

conduz a vários resultados. Freud (2016) apresenta uma definição, ou como mencionado, uma descrição de como se dá/faz a sexualidade na vida humana.

O que descrevemos como o “caráter” de uma pessoa é construído em grande parte com o material de excitações sexuais, e se compõe de pulsões fixadas desde a infância, de construções alcançadas por meio da sublimação, e de outras construções, empregadas para eficazmente conter os impulsos perversos que foram reconhecidos como inutilizáveis (FREUD, 2016).

Segundo Foucault (2020), os aparelhos de controle e as instituições que exercem poder o fazem sobre a vida da população sobre um pressuposto baseado em produção e reprodução (capital/monetário e biológico). Logo, na sociedade ocidental, atualmente as pessoas com sexualidades supostamente “desviantes” são postas de lado desse centro de controle e produção, já que as mesmas não são úteis para tais fins.

No entanto, quando as pessoas estão fora desse centro de produção e ainda pertencem a outro grupo considerado improdutivo, elas são ignoradas e esquecidas, essas pessoas são os idosos (SOARES; MENEGHEL, 2021).

Alguns estudos realizados no Reino Unido apresentam como é a situação das pessoas mais velhas quando o assunto é sexualidade. Marciano; Nimrod (2020), iniciam um estudo apresentando a problemática de adultos gays de idade avançada e a utilização da tecnologia, a qual se demonstra muito desfavorável a eles, muitas vezes por falta de auxílio e preconceito por sua sexualidade. Sem contar com a negligência aos adultos mais velhos, Brunson *et al* (2019) dialogam sobre a rejeição sentida e sofrida por essas pessoas, apresentando o quanto é prejudicial para sua saúde, tanto física, como mental e social. Levando em consideração que os mesmos ficam isolados e subjugados por um sistema social que não os considera como humanos, mas como mão de obra a serem descartadas. Uma situação que fica sempre à margem das discussões sociais e fora das pautas de políticas públicas.

Corpo: um ideal normativo

Corpo, para biologia é um organismo vivo, englobando suas funções fisiológicas. Para a física, um corpo é a coleção de massas tomadas uma a uma. Para os seres sociais que somos, o corpo é um meio de interação com outros corpos à sua volta; logo se tornou um objetivo deixar esse “apresentável”, tanto no aspecto estético, como higiênico.

Já há alguns anos a medicina, com a complacência do discurso social, vem propondo a ideia de uma outra maneira de apropriação do corpo. Este é apresentado como “dessexualizado”; um corpo ao qual deve-se compensar sua incompletude, ou seu “defeito”, com próteses ou técnicas de última geração apresentadas como soluções ideais capazes de suprimir o mal-estar individual (LINDENMEYER, 2015, p. 433).

Observa-se que é uma busca de esconder as falhas e traumas do indivíduo com uma busca de “mostrar-se bem”. Dessa forma, nesse modelo do que deve ser seguido socialmente, onde se tem recursos estéticos, filtros de *Instagram* e plásticas, fica muito mais fácil esconder marcas constitutivas, sendo que falar e reconhecer possíveis problemas é uma maneira de dar tratamento a tais questões, como explicitado por Freud (2016, p. 448): “por fim seus distúrbios foram removidos pela fala”.

Torna-se, assim, um ciclo em nossa sociedade, o fato de esconder das pessoas esconderem o “sujo”, o “ruim”, o “mau”; expondo e reconhecendo sempre o “limpo”, “belo”, o “bom”, como o ideal para busca e construção do “corpo perfeito”. No entanto, em contraponto ao que é legitimado como modelo a ser seguido, Lindenmeyer (2015), assegura mesmo que seja conflituoso o processo de autodescoberta, é umas das melhores maneiras de ultrapassar mitos e buscas de aceitação social a partir de determinado enquadramento.

Corpo perfeito, perfeito para qual óptica? Estética ou saúde? O corpo perfeito que buscam na atualidade é com toda certeza uma busca por estética, mas ter um corpo que é visto como perfeito hoje, muitas vezes não é um sinônimo de saúde. Um corpo perfeito é aquele que tem energia e disposição para executar todas as funções para manter a sobrevivência do indivíduo; com relação a estética, o corpo não deveria ser padronizado, pois, isso é uma influência do capitalismo que visa o lucro.

De acordo com o dicionário define-se “beleza” como “característica, particularidade, caráter ou atributo do que é belo; expressão própria de belo; boniteza, encanto ou lindeza” (DICIO, 2020). Portanto a beleza é subjetiva, particular, esses eventos de influência de padronização são uma forma cruel de controle social.

Conforme estudos recentes nota-se que a cor/raça da pessoa também implica em posições de direitos frente a sexualidade. Essa problemática fica evidente quando se vislumbra as distinções entre os movimentos feministas: branco e negro nos Estados Unidos da América, depois dos anos de 1960, porque enquanto o movimento feminista branco era caracterizado por lutar pela liberdade de escolher ou não abortar, trabalhar e outros termos de direito e igualdade sociais, por outro lado, o movimento da mulheres negras reivindicava o direito de poder ter filhos ou mesmo possuir os mesmos direitos que as mulheres brancas, pois a comunidade negra era marginalizada e estava constantemente a mercê do racismo e preconceitos (TRÓI, 2021).

De acordo com Aires (2021), essa realidade se acentua ainda mais no Brasil e em toda América Latina, sendo nítido quando uma educação mínima não é acessível a todas as pessoas havendo uma divisão devido os poderes aquisitivos das famílias. Já, sobre a população negra e indígena, a qual, é marginalizada e subjugada socialmente, mesmo sendo maioria (maioria

minorizada) e marcando uma aceitação maior de uma sexualidade considerada dispare entre uma suposta elite branca. Tudo isso evidencia o quanto as políticas e valores sociais são regidos pela estética corporal (PIZA-DUARTE, *et al*, 2020).

Discussões de Gênero

Na língua portuguesa se estabelecem dois gêneros o masculino (indicado pelo artigo definido “o”) e o feminino (indicado pelo artigo definido “a”) e nos últimos anos surge a proposta da criação de um gênero (gramatical) neutro para a língua portuguesa, seguindo uma ação pioneira da Suécia, a qual adicionou um pronome neutro por instituição de autoridade. Dentre outras línguas espalhadas pelo mundo tem-se o Alemão que utiliza três pronomes diferentes para indicar o gênero: *Das* (neutro), *Der* (masculino) e *Die* (feminino).

No entanto, quando se inicia o jogo para estudos e debates sobre Gênero, há uma clara implicação para além da gramática de uma língua, pois o gênero foge dos pronomes e artigos das normas linguísticas e atinge contextos sociais, raciais, culturais, históricos, biológicos e psicológicos, de todos os modos alveja a sociedade e seus membros (MUSZKAT, 2020).

Após analisar algumas perspectivas das Teorias *Queer*, foi possível notar que a identidade e a percepção da identidade de gênero de uma pessoa, passou a possuir uma abertura e maior liberdade, fugindo das classificações. De acordo com Oliveira (2021), a identidade de gênero é social em sua constituição, é singular para cada indivíduo, sendo inviável e inadequado definir gênero apenas pela norma estética macho-fêmea.

Sendo assim, considerando uma perspectiva da parentalidade e sexualidade, o gênero é considerado como um papel social, que Quinet (2020) define, sob a escola lacaniana, como semblante, ou seja, um parecer, algo que não se mistura com o ser. Posto isso, cabe ressaltar que toda ação de tentar classificar, dividir, rotular ou categorizar o gênero de alguém é uma ação arbitrária. Segundo Quinet (2020), quando se trata dos gêneros dos seres humanos, o que se deve ter claro é que eles não são da ordem natural, todavia são produtos da cultura. Ainda com o fundamento lacaniano, Quinet (2019, p. 424) afirma que “o gênero é da ordem do semblante - do parecer, do atuar, performar” e que a parentalidade nada tem que ver com o gênero, ou seja, independe do pai e da mãe.

Destarte, “O Homem” e “A Mulher” são significantes que cada sujeito se identifica e conforme cada cultura/sociedade tais significantes ganham/recebem significados, os quais são apropriados pelos seus membros, que se identificam (modos de vestir, forma de agir ou falar, como pensar, o ‘ser’ homem ou mulher). Então, a identidade de gênero abarca aspectos psicológicos comportamentais de cada sujeito, relacionados à masculinidade ou feminilidade e suas noções e construções sociais e, não é absolutamente inato, como indica o compêndio

de psiquiatria (SADOCK; KAPLAN, 2007). E o gênero não dita a posição subjetiva do sujeito ou mesmo sua escolha de objeto.

Em seu livro *Problemas de Gênero*, Judith Butler (2003), faz uma crítica dizendo que o gênero não pode ser dado apenas como uma “inscrição cultural” e designado apenas pelo sexo biológico - XY e XX (essa janela da biologia abre para entrada de novas discussões, pois há homens e mulheres com os cromossomos sexuais que fogem da binariedade XX e XY, sem levar em conta muitos outros aspectos). É claro que cada sociedade irá organizar os papéis para os sexos seguido por seu gênero ‘equivalente’, logo, a performidade para a suposta mulher e o suposto homem, mas o sujeito do inconsciente se opõe à cultura, muitas vezes (BUTLER, 2003).

Portanto, é preciso dizer que os gêneros binários (masculino e feminino) não são os únicos que podem ser legitimados e, uma vez que são ferramentas normativas de controle, mas que há a possibilidade de existir outros gêneros (agênero, andrógeno, não-binário, de fronteira, enfim). Por essa razão, promover a singularidade nas/das expressões sexuais, corporais e afetivas de cada ser é necessário para se construir uma cultura “menos asfíxiante e mais libertária” (QUINET, 2020).

Considerações Finais

Levando em consideração os aspectos levantados e a representatividade da sexualidade na construção social, coloca-se em pauta o que é o corpo, afeto, desejo, sexual, gozo e tudo aquilo que se alinha ao tabu sexual. A mesma sexualidade discutida, abrange um discurso cultural e moral que tenta vistoriar a individualidade e particularidade sexual.

Dessa forma, é relevante destacar a importância individual da perspectiva de cada ser sobre esse contexto. Assim, dando lugar a fala de cada um com o intuito de mensurar uma parcela da representatividade. Dessa forma, é possível verificar que o debate, a discussão, a importância do tema para a contemporaneidade é essencial, como marca de construção deste tempo.

Assim, chegou-se a reflexões e provocações que questionam a normatização da sexualidade, pois a mesma, é tratada ainda a partir de argumentos moralistas, violentos e excludentes com a finalidade de controle a partir de uma ordem capitalista/patriarcal. É necessário então garantir uma cultura libertária e acolhedora, saudável, que possibilite uma educação sem repressões que ponha fim às inúmeras ignorâncias.

Posto isso, a visibilidade científica do tema Gênero e Sexualidade, as problemáticas que o cercam e suas implicações, tanto na vida pessoal de uma pessoa, quanto no plano social,

político, acadêmico e educacional contribui de modo exemplar para ampliação do debate a esse respeito e desconstrução de preconceitos arraigados historicamente.

Assim sendo, as informações aqui trazidas abrem possibilidades de reflexão, provocam arguições, fornecem oportunidade para novas discussões relevantes para toda a sociedade.

Referências

AIRES, Diogo Cavazotti. Educación sexual: un derecho humano. leyes vigentes en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. **Revista de La Facultad de Derecho**, [S.L.], v. 50, n. 1, p. 1-23, 1 jun. 2021. Revista de la Facultad de Derecho. <http://dx.doi.org/10.22187/rfd2021n50a16>.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/beleza/>>. Acesso em: 01/09/2021.

BRUNSON, Kirenia; MOREHOUSE, Sarah Nanami; STRIPLING, Ashely M. REJECTION SENSITIVITY AS A MEDIATOR OF PERCEIVED SOCIAL ACCEPTANCE OF LGBTQ OLDER ADULTS. **Innovation In Aging**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 302-302, nov. 2019. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/geroni/igz038.1107>.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 288 p.

CECCARELLI, Paulo Roberto; ANDRADE, Eduardo Lucas. O sexual, a sexualidade e suas apresentações na atualidade. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 229-250, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2018v21n2p229.2>.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Paz e Terra, 2020. 175 p. Coleção Biblioteca de Filosofia. Título original - Histoire de la Sexualité I: La Volonté de savoir - 1976. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

FREIRE, Lucas; CARDINALI, Daniel. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S.L.], n. 12, p. 37-63, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1984-64872012000600003>

FREUD, Sigmund (1893-1895). **Obras completas: volume 2: estudos sobre a histeria**. [S.I.]: Companhia das Letras, 2016. 448 p.

_____ (1901-1905). **Obras completas: volume 6:** três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros textos. [S.I.]: Companhia das Letras, 2016. 408 p.

GUIMARÃES, Willian; PAULON, Simone Mainieri; NARDI, Henrique Caetano. Expressões da sexualidade e de gênero na injunção crime-loucura: engendramentos moralizantes no tratamento do paciente judiciário. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 34, n. 8, p. 1-11, 20 ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00180317>.

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de menina?** uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. 3. ed. [S.I.]: Papirus 7 Mares, 2019. 128 p.

KAPLAN, Benjamin J. e SADOCK, Virginia A. (Org.). **Compêndio de Psiquiatria:** ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 11. ed. Porto Alegre - RS - Brasil: Artmed, 2016. 1490 p. Psiquiatria, Serviços de saúde mental, Clínica e/ou medicina interna.

LINDENMEYER, Cristina. O corpo entre sintoma e cultura. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 431-444, set. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2015v18n3p431.2>.

LOBO, Natasha Alpízar. Compreender a pornografia como um processo relacional através da transformação de quem investiga. **Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía**, Montevideo, v. 16, n. 1, p. 99-113, jun. 2021. Semestral.

MARCIANO, Avi; NIMROD, Galit. Identity Collision: older gay men using technology. **Journal of Computer-Mediated Communication**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 22-37, 10 dez. 2020. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/jcmc/zmaa016>.

MUSZKAT, Susana. Violência de gênero. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (Org.). **Gênero**. Belo Horizonte, MG - Brasil: Autêntica, 2020. 134 p. (Parentalidade e Psicanálise).

OLIVEIRA, Kris Herik de. Intensos encontros: michel foucault, judith butler, paul b. preciado e a teoria queer. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 1-16, jan. 2021. Trimestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n167637>.

PIZA-DUARTE, Evandro; SANTOS-PEREIRA, Gabriel; COSTA, Gustavo; OLIVEIRA, J. C.; ARARUNA, Maria Léo. Corpolítica: coletiva e projeto de extensão lgbt. extensão popular e guerrilha estético-política de vivências lgbt. **Revista Cs**, [S.I.], v. 32, n. 1, p. 163-189, out. 2020. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/recs/n32/2011-0324-recs-32-163.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2021.

PORCHAT, Patrícia. **Transmitindo Questões de gênero**. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). **Gênero**. Belo Horizonte, MG - Brasil: Autêntica, 2020. 134 p. (Parentalidade e Psicanálise).

QUINET, Antonio. **Entre o Inconsciente e a Cultura: O sujeito**. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). *Gênero*. Belo Horizonte, MG - Brasil: Autêntica, 2020. 134 p. (Parentalidade e Psicanálise).

QUINET, Antonio. **O Inconsciente Teatral**. Rio de Janeiro: Atos e Divãs edições, 2019. 424 p.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 379-415, jan. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2020/46086>.

SÁ, Carlos Alberto Morais de. O universo, a vida, a sociedade e a sexualidade humana. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 157-163, 3 fev. 2021. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. <http://dx.doi.org/10.35919/rbsh.v7i2.955>.

SANTOS, Meury Darling dos; SCAPIN, André Luís. ASSOCIAÇÃO ENTRE PERVERSÃO E PEDOFILIA SEGUNDO A PSICANÁLISE FREUD: lacaniana. **Revista Uningá Review**, Pr, v. 23, n. 3, p. 70-74, 10 jul. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Documents/Gênero/Divers%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SOARES, Konrad Gutterres; MENEGHEL, Stela Nazareth. O silêncio da sexualidade em idosos dependentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 129-136, jan. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020261.30772020>.

TRÓI, Marcelo de. Rastros de 1968 nos ativismos das dissidências sexuais e de gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 1-17, jan. 2021. Quadrimestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n162773>.

WAS. Declaração dos Direitos Sexuais. In: XIII CONGRESSO MUNDIAL DE SEXOLOGIA, 13., 1999, China. **Declaração dos Direitos Sexuais**. Hong Kong - China: Was, 1999. p. 1-2.

SOBRE OS AUTORES

Adrian Jhonsson

Acadêmico do Curso de bacharelado em psicologia na Faculdade Estácio de Ji-Paraná, Coordenador o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Gênero e Sexualidade de Ji-Paraná, Orientando do programa de pesquisa e intercâmbio da Universidade Humboldt de Berlin, Sobre Teoria Queer. Psicanalista em formação contínua como participante do Laço Analítico Escola de Psicanálise núcleo Cacoal - Rondônia (Brasil). Além de escritor, tendo participado de algumas antologias e curadorias, também atua como Contador de Histórias, Músico Instrumentista e Ator.

E-mail: jhonssonadrian999@outlook.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7426-7440>

Jonathan Eduardo Fontes Barbosa

Acadêmico do Curso de bacharelado em psicologia na Faculdade Estácio de Ji-Paraná, membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Gênero e Sexualidade de Ji-Paraná.

E-mail: jonathanhiider@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8479-0956>

Vitória Marinho Almeida

Acadêmica do Curso de bacharelado em psicologia na Faculdade Estácio de Ji-Paraná, membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Gênero e Sexualidade de Ji-Paraná.

E-mail: vitoria.marinhoalmeida6@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2126-7671>

Ketellen Gabriely Marques da Silva

Acadêmica do Curso de bacharelado em psicologia na Faculdade Estácio de Ji-Paraná, membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Gênero e Sexualidade de Ji-Paraná.

E-mail: ketellenmarques17@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9379-0325>

Júlio Sérgio Camargo

Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (PPGED-UFGPA), mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (PPGPSI-UNIR). Graduado em pedagogia e Gestão Pública. Orientador escolar na Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná-RO. Docente universitário no Centro Universitário Estácio de Ji-Paraná-RO. Especialista em Orientação e supervisão escolar, faculdade UNINA e especialista em Psicologia educacional e Gestão em Educação a Distância, ambas pela Uniasselvi.

E-mail: j.s.camargo@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8957-980X>

Recebido: 13/08/2023

Aprovado: 27/10/2023

**Rainha Elizabeth I, ou um certo defeito de gênero:
política, religião, mulheridade e envelhecimento**

**Queen Elizabeth I, or a certain gender defect:
politics, religion, womanhood and aging**

Alexander Martins Vianna

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
Rio de Janeiro - Brasil

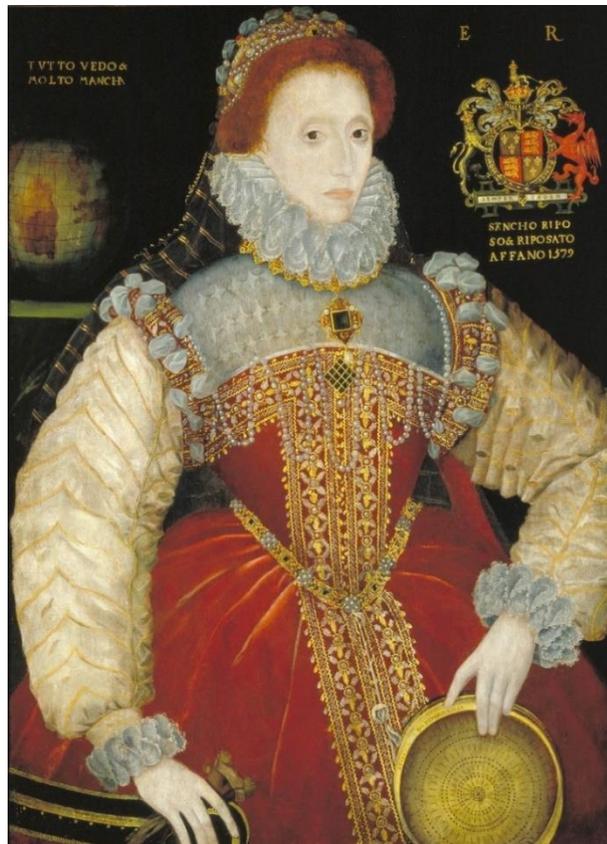
Resumo: Pretendemos demonstrar o quanto a codificação social do feminino cria pressões específicas sobre o corpo da Rainha Elizabeth I e como isso é estrategicamente mobilizado por Shakespeare para sacralizar a sua política externa de não envolvimento em guerras na Europa continental. O artigo aborda a sacralização da figura da rainha Elizabeth I, propõe algumas chaves de contextualização teológica e política para *Plimpton Sieve Portrait of Queen Elizabeth I* (1579), demonstra a conexão do retrato com a *grande matéria* de Elizabeth (o dilema do casamento régio e da política externa de afastamento das guerras continentais) e como tais assuntos importantes de seu governo foram tematizados em peças do *corpus shakespeareano* na década de 1590 até o final de seu reinado.

Palavras-chave: Gênero; Política; Religião.

Abstract: We intend to demonstrate how the social codification of the feminine in Elizabethan England creates specific pressures on the queen's body and how this is strategically mobilized in Shakespeare's theatre to sanctify her foreign policy of non-involvement in wars in continental Europe. The article approaches the sacralization of Queen Elizabeth I, proposes some theological and political contexts to *Plimpton Sieve Portrait of Queen Elizabeth I* (1579), demonstrates the connection of this portrait with the *great matter* of Elizabeth's government (the royal marriage dilemma and the foreign policy: whether or not moving away from continental wars) and how such important issues were thematized in Shakespeare's plays in the 1590s until the end of her reign.

Key-words: Gender; Politics; Religion.

Introdução: peneirar é preciso, casar é impreciso...



Plimpton Sieve Portrait of Queen Elizabeth I (1579).
Nascida em 1533. Rainha da Inglaterra entre 1558 e 1603.
Pintor: George Gower (c. 1540-1596)
Dimensão: 104.4 cm × 76.2 cm. Óleo sobre Madeira.
Folger Shakespeare Library, Washington, D.C.

Plimpton Sieve Portrait of Queen Elizabeth I (1579) é um *retrato de estado* em pose $\frac{3}{4}$ com a Rainha Elizabeth I (1533-1603, reinado: 1558-1603) segurando a peneira, com o globo (poder soberano territorial) e o brasão régio Tudor ao fundo. Este brasão é uma variante cujo antecedente é o brasão Tudor de Eduardo VI (1537-1553, reinado: 1547-1553), irmão mais novo da rainha, falecido, que é seu antecedente na tentativa de tornar a Inglaterra calvinista. A peneira é uma das alegorias morais e políticas mobilizadas para celebrar a “Rainha Virgem” como sacrificial juíza soberana legítima de seu reino, como corpo soberano impenetrável pelo qual passa a luz divina que a justifica no cargo e celebra seu virtuoso discernimento (cf. VIGNAUX, 2001; GRIFFIN, 1999; WALSHAM, 2003).

Então com 46 anos nesse retrato, Elizabeth I tinha elegibilidade para casar por ainda estar em idade fértil. Durante o seu reinado, a questão do *não-casamento* e, portanto, da falta de herdeiros legítimos, era a grande matéria do seu reinado, não era algo ancorado em idiossincrasias pessoais, ou feminismo *avant la lettre*, mas em razões de Estado. O seu corpode fêmea solteira trazia dilemas ao exercício do cargo de *rei* e, portanto, de congruência com demandas do corpo político. O seu envelhecimento – ultrapassar os cinquenta anos, por exemplo – foi demandando novos artifícios políticos, dos quais o teatro de William Shakespeare (1564-1616) participou na década de 1590.

Antes disso, nas décadas de 1560 e 1570, a solução política dessa matéria com potenciais príncipes consortes da Europa continental a colocariam na rota das guerras de hegemonia das coroas da França, Espanha e do Sacro-Império, ou seja, a rede de tensões de hegemonias das dinastias católicas Habsburgo, Médicis e Valois frente aos Estados Papais, além do fato de que, por ser ela a rainha, não receberia de consortes nenhum dote, pelo contrário, teria de dispor de dote para um futuro marido, o que não é um assunto particular, mas ancorado no fisco, já que casamentos régios são matérias de Estado (cf. VIANNA, 2015; RODRIGUES, 2023).

Qual seria o tamanho do dote, em 1579, para representar poder, dignidade de linhagem, posição estamental e importância política de uma rainha já governante desde 1558? Nunca saberemos, porque ela não se casou, mas o dote de princesas nubentes era um assunto político nada negligenciável nas relações de poder entre súditos e poderes soberanos nas monarquias hereditárias do Antigo Regime. O corpo de fêmea da rainha criava, portanto, dilemas e desafios específicos para seu corpo político, não enfrentados por seu pai e avô, este fundador da dinastia Tudor.

Por outro lado, uma potencial solução política doméstica para a grande matéria de Elizabeth, além de mobilizar o espinhoso assunto do dote da rainha já governante para seu marido, poderia criar guerras de facções religiosas na própria nobreza da Inglaterra: o casamento teria de ocorrer, preferencialmente, com casas ducais do reino, elevando à dinastia régia uma casa ducal em detrimento de outras. Escolher marido, nesse sentido, criaria desafetos poderosos dentro do reino, num momento de recente demarcação institucional da Igreja Episcopal Calvinista na Inglaterra (1563) e da virada calvinista (presbiteriana) da nobreza da Escócia (1560).

Portanto, o corpo de fêmea da rainha criava desafios específicos para suas políticas interna e externa: Co-soberania régia? Rei consorte?²⁸ Ela se rebaixar à rainha consorte de um

²⁸ A sua irmã mais velha, a católica Maria I (1516-1558, reinado: 1553-1558), já havia criado um precedente político em 1554, mas com príncipe estrangeiro, o futuro Felipe II da Espanha (1527-1598; reinado: 1556-1598),

estrangeiro ou nativo, se nem sua carola irmã católica fez isso? Impensável. Tantos dilemas apenas por ser mulher e rainha com tantos dotes, entendidos pelos homens letrados de sua época como *acima de seu gênero*, tal como a travestida e advocática *Portia* de Shakespeare, ou as virtuosas e engenhosas *varonas* de Lope (RODRIGUES, 2023).

Reforma religiosa elisabetana e sua presença no teatro de Shakespeare

O lançamento definitivo dos **39 Artigos da Religião do Reino da Inglaterra** (1571) deixava bem claro, depois do **Ato de Supremacia de 1559**²⁹, que a rainha não estava disposta a ceder ao retorno do catolicismo romano, assim como, não aceitaria a solução calvinista polissinodal do modelo de Genebra que se instalou no reino vizinho, Escócia, em 1560, e que marcou a longa minoridade do futuro rei James VI da Escócia (1566-1625), que sucederá Elizabeth I como rei James I da Inglaterra em 1604.

Frente à situação na Escócia desde 1560 e depois do Ato de Supremacia de 1559, era fundamental para a rainha Elizabeth I deixar claro que o modelo da Escócia não seria de seu agrado. Assim, já em 1563, lançou a primeira versão dos 39 Artigos da Religião, e levou quase uma década para conseguir ter apoio dos “puritanos” moderados do reino para se chegar à versão definitiva de 1571.

Na Inglaterra, uma parte da nobreza pendia para o modelo escocês de calvinismo, a *igreja presbiteriana*, que reconhecia o poder régio (mas partindo do modelo de Genebra, que era república e não monarquia), e colocava a sacralidade da soberania régia abaixo da sacralidade da lei, tema que o rei James abordaria na edição de 1599 de “**Basilikon Doron**” como um problema à sua *soberania da graça*, desdobrando uma crítica teológico-política bem engenhosa a favor da *sacralidade do rei acima da lei*: Se a lei for soberana, não há quem a modere em seus efeitos casuísticos; disso decorrendo um *rigor juris* (rigorismo legal) cuja tensão *precisianista* poderia gerar efeitos tirânicos para as leis nas vidas dos súditos se o rei não pudesse, como soberano da graça, temperar casuisticamente os efeitos práticos das leis e costumes do corpo político (VIANNA, 2015, p. 45-69; VIANNA, 2011).

Em “**Basilikon Doron**”, o rei James manifesta simpatia pela Igreja Episcopal Inglesa, e faz críticas teológicas a “papistas” e “puritanos” como ameaças duais à sacralidade e soberania régia. Nessa obra, o rei James emprega o termo “puritano” para se referir aos

o qual, em todo caso, reivindicou para si o reino de Elizabeth I, o que quase lhe custou a invasão da Inglaterra em 1588 pela Armada Invencível.

²⁹ Elizabeth I retoma alguns termos do Ato de Supremacia de 1535 de Henrique VIII (1491-1547, reinado: 1509-1547), que havia sido anulado durante o reinado católico de Maria I (1516-1558, reinado: 1553-1558). Tal como Henrique VIII, a rainha Elizabeth I foi excomungada pelo papado por conta do Ato de Supremacia.

presbiterianos de forma desqualificante, mas o termo “puritano” (também com sentido acusador desqualificante) surge na Inglaterra em 1563, para se referir aos súditos ingleses descontentes com a primeira versão dos 39 Artigos da Religião. Os assim acusados de “puritanos” queriam uma solução de calvinismo totalmente expurgado do que chamavam de persistências “papistas”, como a continuação de um corpo clerical subordinado ao rei/rainha como único legalmente permitido a pregar e interpretar a bíblia, ou seja, a Igreja Calvinista Episcopal inglesa era contra o *sacerdócio universal*. (Cf. HAIGH, 1993; LAKE, 2004)

No entanto, a Igreja Calvinista Episcopal inglesa mantinha pontos doutrinários importantes da teologia política de João Calvino (1509-1564), alguns dos quais os presbiterianos (calvinistas escoceses), os “puritanos” e os calvinistas genebrinos foram deixando de lado depois da morte de Calvino, particularmente no século XVII:

- (1) todo soberano é *sagrado em si*, tem mandato divino para cuidar do bem comum, ou seja, não recebeu súditos para governá-los segundos gostos e caprichos pessoais;
- (2) os súditos, enquanto pessoas particulares, não devem impor resistência ao soberano, mesmo que este se torne ímpio³⁰;
- (3) todo padre/pastor pode casar, porque celibato não tem base nos Evangelhos e não sacraliza o padre/pastor, o qual não pode se considerar portador de carisma que o deixasse moralmente acima de qualquer outro homem casado;
- (4) o mérito humano não conta para a salvação e, portanto, não há instância humana portadora de carismas soteriológicos especiais depois do advento de Jesus como o Cristo; disso decorre que...
- (5) excomunhões papais são inefetivas e qualquer antiga liturgia católica entendida como intercessora da salvação não tem eficácia; e, portanto,...

³⁰ João Calvino (1509-1564) entendia que todas as instâncias intermediárias do bem comum eram *sagradas em si* e, portanto, são as pessoas em cargos públicos (ou seja, *não são pessoas particulares*) que deveriam aconselhar o soberano para voltar à razão e, no limite, em nome de deus (causa primeira das leis morais naturais), fazer resistência ativa aos seus desmandos. O rei James, por outro lado, entendia que apenas o rei seria *sagrado em si*, sendo as demais instâncias os derivados *apenas civis* de sua autoridade divina, que teria a obrigação moral-divina de se preparar para o cargo, entendendo que não *governa para si*, ou seja, o *rei sagrado* deveria ser *rei regredoperante* deus: não recebeu o mandato divino para ser tirano, mas não deveria sofrer limitação humana (pessoa particular ou pessoa pública), além daquela de sua consciência perante deus, no exercício do mandato divino. Durante o reinado de Elizabeth, a relação entre *rei* e *lei* dava precedência ambígua ao rei/rainha como senhor/a da graça (*centro soberano extraordinário de clemência e temperador soberano casuístico dos efeitos das leis e costumes*), em paralelo à condição de *servo/a da lei para assuntos ordinários*. Portanto, a teologia política calvinista elisabetana manteve ambígua, na prática, a relação de precedência entre *rei* e *lei* porque Elizabeth não poderia ser completamente soberana civil e eclesiástica por ser mulher e, por isso, delegava para o corpo episcopal o papel de decidir sobre questões doutrinárias, sendo ela, formalmente, última instância de apelação em assuntos eclesiásticos. Em 1604, tal situação muda com a ascensão ao trono inglês do rei James, o qual era tão simpático ao modelo da Igreja Episcopal inglesa que tentou impô-la à Escócia em 1610. Na Inglaterra, desde 1604, o rei James deixava claro que era soberano civil e eclesiástico da Inglaterra e queria o mesmo para a Escócia. Rei-teólogo, James selecionou de Calvino potenciais de *auctoritas* distintos das interpretações dos puritanos ingleses e os presbiterianos escoceses, deixando claro que o rei tinha precedência absoluta sobre leis civis e eclesiásticas, e que qualquer tentativa de sacralizar as leis acima do rei seria um atentado à soberania divina da graça régia. Basicamente, ele deixou claro o que, no governo de Elizabeth, ficou nas entrelinhas, por conta do peso político de ser mulher.

(6) as ordens religiosas regulares, a confissão e a missa devem ser substituídas por corpos religiosos seculares não celibatários, pelo autoexame da consciência (particular ou assistido por padres ou fiéis paroquianos), pelo trabalho catequético de instrução pastoral bíblica em língua vernácula, pelo trabalho pastoral de orientação espiritual e esclarecimentos doutrinal sobre o sentido litúrgico da santa ceia e do batismo, únicos sacramentos que teriam base nos Evangelhos;

7) casamento não é sacramento, mas um ato civil e, portanto, pode ser desfeito por iniciativa dos maridos, ou caso as mulheres conseguissem provar que seus maridos são incapazes de consumir o casamento (obviamente, mais fácil para aquelas que provam virgindade depois do casamento);

8) os catecismos, homilias, santas ceias, bíblias e livros de oração devem ser feitos na língua vernácula dos crentes;

(9) o mistério da salvação é insondável pela razão humana e, portanto, não pode ser medido ou deduzido por atos humanos, mesmo aqueles aparentemente virtuosos ou cercados de bem-aventurança – ou seja, a exterioridade civil de vida cristã exemplar é útil para a vida social, mas, em si, não move a vontade de deus, causa primeira da graça e, portanto, da bondade para além daquela motivada pela utilidade na vida civil cristã;

(10) todos, em estados cristãos, devem manter uma exterioridade civil de vida cristã de acordo com os costumes locais reconhecidos por seu soberano;

(11) as leis, costumes e privilégios, temperados em seus efeitos pelo soberano sagrado, são dádivas da inteligência divina à razão humana, ou seja, não são frutos da graça, e devem estar ancoradas moralmente nas leis naturais divinas, as quais impelem racionalmente os *homens decaídos* a viverem sob a segurança da ordem civil; logo...

(12) o soberano não pode agir em sentido contrário às finalidades morais das leis naturais divinas na forma como cria, ratifica, reforma ou tempera os efeitos das leis e costumes de seus domínios;

(13) somente os padres da igreja episcopal podem pregar publicamente, interpretar a bíblia e instruir na fé³¹;

(14) a bíblia é a principal intérprete de si (doutrina da *infallibilidade da bíblia*) e deve ser traduzida para as línguas vernáculas com rigor histórico-filológico (*res diplomatica*);

(15) a *infallibilidade da bíblia* tem precedência sobre qualquer doutrina ancorada em *tradição* (por exemplo, Igreja Católica Apostólica Romana) ou *iluminação interior* (seitas “puritanas”, messiânicas ou milenaristas dos séculos XVI e XVII que defendiam que a revelação da graça divina é progressiva e acessível à razão humana por meio da oração e ascetismo, ou seja, a disciplina e o autocontrole rigoroso do corpo e do espírito abririam caminhos de *revelação processual* da verdade, vontade e virtude divinas no cotidiano do fiel);

³¹ É importante considerar que as lideranças intelectuais das religiões calvinistas e luteranas não pregavam a “livre interpretação da bíblia” nos séculos XVI e XVII. Isso é uma invenção historiográfica de iluministas do século XVIII. As doutrinas do *sacerdócio universal* e da *infallibilidade da bíblia* estavam mutualmente implicadas em formas pastorais de controles da interpretação. Quando havia dúvida doutrinal, eram convocados concílios locais formados por doutores teólogos, únicos responsáveis por debater temas sutis, sendo desencorajado, portanto, que fossem debatidos pelo vulgo, ou seja, pessoas do estamento povo sem letramento teológico nas línguas antigas da Bíblia. Contudo, aquilo que fosse considerado *partes claras*, indisputáveis, poderia ser pregado por quaisquer pessoas (mulheres não) que tivessem permissão dos conselhos locais de doutores pastores.

(16) a religião do Estado cristão deve civilmente estar ancorada nas partes claras da bíblia, sendo os *temas sutis* de dúvida de interpretação apenas assuntos dos doutos experimentados na matéria e ratificados pelo soberano civil-elesiástico da Inglaterra, o qual não reconhece como universal o poder doutrinal e eclesiástico do Papa, geralmente desqualificado como o “*Bispo de Roma*”, sendo Roma também metaforizada como *mulher* em chave bem desfavorável: “*Putá Babilônica*” que propaga idolatria, cupidez e superstição.

Na Inglaterra elisabetana e jacobita, “puritano” é uma categoria de acusação, um xingamento. Geralmente, o acusado de “puritano” é cenicamente estereotipado em Londres como hipócrita “rigorista da lei” desde a década de 1570. O repertório acionado para isso é o lendário bíblico, por exemplo: No alto da montanha, em Galileia, Jesus, ao voltar do deserto, começou a fazer sua casuística messiânica sobre as Leis, as revelações Proféticas e a Tradição (**Mateus 5:17-48. Mateus 6:1-6; 6:16-18. Mateus 7:28-29**)³². Os seus alvos tipológicos eram dois: os *fariseus* (*rigoristas da tradição*), os quais seriam a base metafórica bíblica de “papista” enquanto categoria de acusação no contexto teológico-político elisabetano; os *saduceus* (*rigoristas das Leis*, os quais controlavam com suas famílias as chefias dos templos), que seriam a base metafórica bíblica de “puritano” enquanto categoria de acusação no contexto teológico-político elisabetano.

Na prática, houve a tendência, na década de 1590, de o teatro de Shakespeare sobrepor os dois sentidos bíblicos para caracterizar o “puritano” cênico, geralmente identificado pelo termo “*precise*”, ou sentidos de ação e enredo derivados deste, ou seja, personagens que geravam tensão *precisianista* (moral, legal ou política) no desenvolvimento dos enredos (cf. POOLE, 1995; DIEHL, 1997; DOLAN, 1999; SHUGER, 2001; WHITE, 2008).

Quando são objetos de acusação moral no teatro elisabetano, tal como os fariseus e saduceus neotestamentários, os “puritanos” cênicos são os estereótipos de teimosia, materialismo, injustiça, hipocrisia, literalidade, rigorismo legal, rigorismo doutrinal, rigorismo moral, preciosismo litúrgico, excessiva exteriorização de conduta moral pública de fé, preciosismo no controle dos costumes³³ e cupidez em nome da fé. Tais noções também eram aplicadas ao estereótipo cênico de judeu no contexto elisabetano, mas, depois de 1571, cada vez mais tal repertório de atributos sobre fariseus e saduceus neotestamentários foi direcionado cenicamente para o “puritano” enquanto *precise* (*hipócrita rigorista da lei* ou

³² Todas as referências bíblicas estão baseadas na edição crítica e comentada da **Bíblia de Jerusalém**.

³³ Por exemplo, perseguição ao teatro, a outras formas de *solace* régia e a festas públicas em geral; desqualificação moral da rainha Elizabeth e de suas damas de companhia da nobreza pelo uso de cosméticos e maquiagem, metaforizando-as como “putas babilônicas” ou “ídolos babilônicos” em seus panfletos e tratados impressos fora da Inglaterra para circularem ilegalmente no reino, etc. (cf. DIEHL, 1997)

hipócrita rigorista moral), tendência semântica que já vemos consolidada em Londres na década de 1590, momento da emergência londrina do teatro de Shakespeare.

Em “**Medida por Medida**”(c.1604), por exemplo, o termo *precise* é direcionado a Ângelo, o soberano substituto que faz uso rigorista e desproporcional de leis antigas contra os costumes vigentes na sociedade ficcional, sendo derrotado justamente por não conseguir cumprir *para si* o que exigia *para os outros* (SHUGER, 2001); enquanto em “**O Mercador de Veneza**”(c. 1594), o judeu Shylock exige *rigor puritano* no cumprimento do contrato de empréstimo que fez com Antônio, sendo derrotado, ao perder a chance de demonstrar misericórdia (perdão à dívida), justamente porque o rigorismo que ele exigia sobre o contrato não poderia ser aplicado sem que ele mesmo se colocasse em risco jurídico, caso não conseguisse *precisamente* cumprir a *literalidade* que ele mesmo exigia que o Doge de Veneza deveria assegurar ao seu contrato.

Em “**O Mercador de Veneza**”, a engenhosa Portia de Shakespeare era sua homenagem à rainha Elizabeth I, corpo muito vigiado e questionado pelos “puritanos” de Londres, que inclusive escreviam tratados contra o uso de cosméticos (maquiagens) pela rainha, pondo-a em panfletos como exemplo negativo para as demais damas do reino, xingando-a, por exemplo, de *Whore of Babylon*, alegoria mítica tirada do “**Livro das Revelações**” de João, mas politicamente associável, na década de 1570, à “igreja papista” como prostituta ou “*ídolo babilônico*” que ameaça, corrompe e lucra com a indução à heresia, idolatria e superstição (cf. DOLAN, 1999; DIEHL, 1997), ou seja, algumas lideranças “puritanas” se valiam do *corpo físico de fêmea envelhecendo* da rainha como artifício para acusá-la de “papista” e “puta vendida”, por não ter feito a reforma calvinista nos termos pretendidos pelos “puritanos”. E tal jogo metafórico-teológico de desqualificação pública apenas era possível de mobilizar por se tratar de um *corpo fêmea* no papel de soberana civil-eclesiástica da Inglaterra.

Entendo, nesse contexto, que o uso de maquiagens pela rainha mais responde a razões políticas do que a vaidades pessoais: por conta da situação de não ter se casado e gerado descendência para a dinastia Tudor, a maquiagem prolongava a impressão pública de que a rainha ainda seria suficientemente jovem para gerar herdeiros para o reino, o que favorecia uma diplomacia ambígua em relação a príncipes estrangeiros. É importante ressaltar uma marca de gênero na relação politicamente tensa da rainha Elizabeth I com seu próprio envelhecimento, considerando a recorrente antipropaganda dos “puritanos” de seu reino que, até 1588, prostituíam simbolicamente a sua imagem oficial em tratados e panfletos.

Pensemos: *Whore of Babylon* só funcionava como categoria de acusação contra a rainha porque ela era a *mulher* que não “completou” a reforma calvinista na Inglaterra, deixando a igreja ainda com traços “papistas”, segundo a crítica dos puritanos. Era uma forma, portanto, de dessacralizá-la como rainha e dizer que era inadequada ao cargo de *rei* por encarnar de forma *incompleta* ou *defeituosa* os papéis soberanos convencionados como *masculinos* na Inglaterra: chefe da igreja, soberano civil e senhor da guerra.

Compensativamente, Shakespeare sacraliza a fama de *bem letrada arguta e juíza eficaz das matérias de Estado* (i.e., a condição de *engenhosa e discreta*) que a rainha tinha na sua corte ao criar um contraponto metafórico cênico aos seus detratores internos (“puritanos”) e externos (os católicos espanhóis, favoráveis aos supostos direitos de Felipe II ao trono inglês). Em “**O Mercador de Veneza**” (c. 1594), peça concebida pouco depois da grande derrota da *Armada Invencível* de Felipe II em 1588, a protagonista Portia reina virtuosa e engenhosa acima dos cênicos estereótipos de “papista” (Antônio) e “puritano” (Shylock) da comédia. A única coisa que põe dúvida sobre seu futuro, tal como no caso da rainha Elizabeth I, é justamente o risco de casamento com príncipes pretensamente poderosos do exterior, ou pretendentes internos necessariamente inferiores ao seu estatuto quase mítico de senhora de *Belmonte*. Como Diana, Portia está numa mítica terra distante e alta, da qual é a única senhora.

No final, Portia não parece feliz depois que revela que seu marido *inferior* – dito no próprio nome *Bassanio* (baixo em contrapondo ao *alto* de *Belmonte*), o qual venceu príncipes com sua ajuda na prova dos baús – é incapaz de manter uma promessa: na cena do tribunal do Doge de Veneza, sob disfarce de advogado (tal como as *varonas* engenhosas de Lope de Vega Carpio), Portia testemunha que Bassanio coloca o seu alegado e circunstancial amor por Antônio (mercador celibatário, com inconsistente fama de caridoso, um estereótipo de “papista” cênico) acima do amor conjugal a Portia, o qual não é consumado até o epílogo. Portanto, Portia começa e termina a comédia como a virgem *Gloriana* de *Belmonte*. Ao mesmo tempo em que a comédia faz uma censura branda à rainha sessentona que não se casou, conta uma fábula que gera para ela todos os atenuantes e elogios por ter mantido íntegro e inexpugnável o seu reino, imagem de sua oficial virgindade.

Como engenhosa e discreta *varona* de *Belmonte*, Portia promove uma farsa advocatícia redentora em duas escalas ou dupla chave: salva Veneza de ter as suas leis civis funcionando contra as finalidades morais das leis naturais divinas ao salvar o hipócrita Antônio da morte vingativa promovida por meio da formalidade contratual de um empréstimo abusivo com Shylock, o qual é um convencional e reconhecível *precise* de teatro elisabetano que não mostra misericórdia a Antônio até ser impelido pela desvantagem de ser *precise* em leis. Assim, num único golpe, Shakespeare promove a rainha fora da cena e lembra que seu

reinado foi marcado pela necessidade de ela precaver-se de ameaças internas “puritanas” e ameaças externas “papistas” ao seu poder soberano.

No entanto, para o *jogo de paradoxo* contra “puritanos” e “papistas” na comédia promover a rainha fora da cena e operar teologicamente a *iconoclastia do mérito* – uma das bases doutrinárias da Igreja Episcopal elisabetana –, Skylock não poderia ser caracterizado como o *mal absoluto*, porque isso figuraria Antônio apenas como a vítima inocente virtuosa (DELUMEAU, 2009, p.414-461). Ora, o “judeu” cênico de Shakespeare não é aquele de Christopher Marlowe (1564-1593): Shylock foi motivado pelo ódio do cristão (“papista”) Antônio que o humilhou e difamou publicamente diversas vezes, sem demonstrar qualquer indício de caridade ou misericórdia, mas o mesmo Antônio não se privou de usar os recursos do “usurário judeu” para ajudar um vulgar e inconstante galã caça-dotes de comédia. Portanto, os antípodas cênicos mutuamente se desgastam em seus méritos (cf. CURRAN, 2009; PLATT, 2009).

A farsa advocatícia varonil de Portia é um respiro cômico que traz o dispositivo da mascarada para uma comédia sombria, mas também é um jogo metagênero que vemos se repetir exaustivamente nas *varonas* de comédia de Lope de Vega (cf. RODRIGUES, 2023). No caso de Portia, como alegoria da rainha Elizabeth I, demonstra-se que seu corpo externo é de *mulher*, mas as suas entranhas e discernimento são de *rei*, mais capaz de se manter constante em promessas do que seus pretendentes. O seu corpo não se rende: É Portia que define quando o casamento vai se consumir e, portanto, é por mera convenção social de gênero que Portia chama seu marido (inferior) de senhor.

No caso de Elizabeth I, todo marido lhe seria necessariamente inferior, porque ser superior significaria destruir a sua soberania civil-elesiástica na Inglaterra, tal como pretendia o Papado ao excomungá-la. Aos olhos do Papado, ela deixava de ser soberana sagrada, e os verdadeiros cristãos ingleses não teriam obrigação de obedecê-la. Logo, ela poderia ser assassinada como *mulher particular* porque o papado oficialmente a dessacralizava como rainha. O mesmo Papado designou, algumas vezes, jesuítas disfarçados de mercadores para entrarem sub-repticiamente na Inglaterra e tramarem o seu assassinato, sendo Robert Southwell (1561-1595) um caso público recente quando Shakespeare delineou sua peça (KLAUSE, 2003). Lembremos: em “**O Mercador de Veneza**” (c. 1594), Antônio, mercador, é o único personagem que vive à margem das convenções de casamento no final da comédia – começa e termina celibatário na peça.

Resumidamente, tal comédia promove um perfeito *jogo dramático de paradoxos* cuja função crítica é testar as consistências e constância dos méritos alardeados pelos protagonistas (cf. PLATT, 2009; CURRAN, 2009), assim como, das regras e convenções morais, legais,

religiosas e sociais que atingem especialmente mulheres da alta nobreza do Antigo Regime: são elencados os perigos, mentiras, imposições paternas e constrangimentos sociais e jurídicos impostos a elas por conta do costume (e política) do dote. Enquanto *espelho de costume* para inglês ver, o *jogo de paradoxos* de “**O Mercador de Veneza**” ainda agrega, como vimos, uma camada teológico-política importante para a Igreja Episcopal da qual Elizabeth é *caput*: a *iconoclastia do mérito* (SHUGER, 2001; STREETE, 2009).

Shakespeare configura comicamente *Shylock* como personagem que vai ser derrotado por sua própria hipocrisia e inconsistência ao fazer *uso rigorista das leis* e pretender provocar *efeitos tirânicos* para elas (i.e., contrárias às suas finalidades morais enquanto reflexos das leis naturais divinas), assunto advertido e explorado na edição de 1599 de “**Basilikon Doron**” do rei James VI da Escócia, simpático à Igreja Episcopal da Inglaterra e já cotado como potencial sucessor da rainha Elizabeth I. A grande falha moral na política que torna as leis tirânicas é transformá-las em algo que mata, em vez de proteger vidas. Então, uma cênica *varona* advocatícia é concebida por Shakespeare para provar o contrário: a necessidade político-jurídica de haver a sacralidade da graça régia acima das leis e costumes do reino, por ser agente de bom senso moderador de suas finalidades morais segundo o espelho das leis naturais divinas.

Shylock tentou fazer uso tirânico das leis, buscando efeito sangrento contra um desafeto que hipocritamente atrapalhava os seus negócios. *Shylock* tinha, portanto, uma motivação: Sentia-se menos plenamente contemplado pelas leis de Veneza, já que estas nunca impediram que Antônio o difamasse e cuspsse em sua cara. Antigo Regime é mundo da honra do nome e da reputação de família. Na aristocracia, atacar um velho *pater familias* é um crime de honra, geralmente resolvido com derramamento de sangue ou indenização. *Shylock* é rico, mas não é nobre, nem cristão, aos olhos da sociedade ficcional. O que Antônio fazia com *Shylock* seria muito grave, aos olhos das leis e costumes do Antigo Regime, se ele não fosse judeu.

Então, foi na brecha da lei que entrelaça a base da riqueza de *Shylock* àquela do Estado que ele buscou amarrar sua vingança de sangue. Tal percurso de enredo revela a sua fragilidade perante o Estado que não o protegeu das ofensas recorrentes de Antônio. Este é o polo motivador do *precisianismo* legal de *Shylock*, um desafio jurídico ao poder soberano do Doge de Veneza, oficialmente obrigado a garantir nos seus domínios os efeitos dos contratos firmados voluntariamente entre as partes. E assim vemos a peça “**O Mercador de Veneza**” estabelecer o vínculo implicativo entre “ameaça puritana” e “ameaça papista”, tal como aparece nos argumentos do rei James VI na edição de 1599 de “**Basilikon Doron**”. Há, portanto, uma evidente circulação do mesmo tema nas duas obras.

Em “**O Mercador de Veneza**”, temos representada a inconsistência da soberania centrada apenas em leis que tentam acuar rainhas *discretas*. Feitas as contas de enredo, de matérias e de caracterização de personagens, o que temos é uma comédia que arde na defesa da soberania da graça civil-elesiástica da rainha Elizabeth I. Como Cristo nos Evangelhos de João e Marcos, a personagem Portia acha brechas nas leis, costumes e tradições num sentido distinto de Shylock, conseguindo combater – com *engenho* e não com *espadas* – histriões legais e donos de tradições que exigem que a lei seja cumprida apenas para terem um álibi institucional para matar. Eis a Diana de Belmonte a peneirar...

Podemos estender isso para hoje quando vemos leis de Estados regressistas e práticas sociais e institucionais conservadoras definirem restritivamente o que sejam territorialidades e corpos plenamente abarcados pelo direito à vida, memória, território e dignidade. E percebemos que a *formalidade legal deliberadamente despolitizada*, quando desprovida de *flexibilidade jurisprudencial casuística* centrada na *finalidade moral de proteger vidas*, pode injustamente ser tirânica contra minorias quando cinicamente se consolidam condutas cotidianas e políticas que estrategicamente alegam autonomia fria e maquinica das leis para usarem a sua institucionalidade para cercearem voz, ferirem reputação, delegarem o dolo para instâncias impessoais imponderáveis (“deus”, “estrutura”, “sistema”, “só sei que é assim”, “não há o que fazer, professor, porque o patrão é Bolsonaro”, “apenas sigo as leis”, “apenas cumpro ordens”, etc) e banalizarem o risco desnecessário de morte. No que motiva a vingança e na própria tentativa de vingança, Shylock, judeu cênico e *precise* ao mesmo tempo, revela o que é viver o paradoxo de um Estado cristão farisaico. A desigualdade que gera a vítima de hoje pode criar o algoz de amanhã.

A rainha sacra de peneira intacta

Em 1594, frente ao dilema político de a rainha Elizabeth I não ser mais consorciável para casamentos férteis (teria 61 anos), a peça “**O Mercador de Veneza**” *especula* (i.e., *oferece espelho*) sobre um evidente problema de sucessão ao trono, mas sem ignorar que a verdadeira senhora soberana, aquela de fora da peça, a rainha Elizabeth I, soube *peneirar* ameaças “papistas” e “puritanas”, e não cair em *jurais banais* de pretendentes de dentro e fora de seus domínios, interessados apenas em dominar as riquezas de seu reino e comprometer suas finanças com guerras estéreis.

Idosa e sem filhos na década de 1590, Elizabeth I é a “rainha arco-íris”, um símbolo de concórdia, um corpo que personifica o êxito de *não casar com a guerra* e manter seu reino impenetrável a ameaças externas, particularmente depois da destruição, em setembro de 1588,

de dois terços da Armada Invencível de Felipe II³⁴ por uma tempestade, o que impediu, próximo à costa inglesa, que a armada invadisse e atacasse Londres por meio do rio Tâmis.

Tal evento ajudou a consolidar politicamente a legitimidade do mandato divino de Elizabeth, calou boa parte da oposição “puritana” (que não poderia mais questionar a legitimidade divina da rainha no exercício do cargo régio) e também consolidou o mito político da *rainha virgem invencível e inexpugnável* como metáfora política de *reino impenetrável*. Depois de 1588, ficava politicamente cada vez mais inconcebível tratar como *Whore of Babylon* a *Gloriana* oficialmente virgem e vencedora da Armada Invencível da então maior potência “papista” da Europa Ocidental. É o momento de Dianas literárias alimentarem o imaginário político sobre a rainha. Portia foi um exemplo entre muitas de sua época (cf. VIGNAUX, 2001).

O teatro de Shakespeare oferece atenuantes laudatórios para a *grande matéria* da rainha. Em “**O Mercador de Veneza**”, o personagem Bassanio é emblema cênico de exemplo de má escolha para casamento. Fora da cena, por conseguinte, a *discreta* rainha Elizabeth I é positivada pelo bom uso da peneira frente a pretendentes ruins para seu reino. Portia decai da esfera de Diana para aquela, ainda incompleta, de Vênus cúpida: burla a peneira de pretendentes criada pelo seu falecido pai (o teste dos baús) para fazer uma típica escolha ruim de galã de comédia (cf. RODRIGUES, 2023, p.150-179). Ter transitado tão abruptamente da esfera de Diana para aquela de Afrodite não poderia ser sem consequências: Bassanio, péssima escolha desde o começo, trouxe um problema político-jurídico para ela resolver como *homem*, em vez da bem-aventurança matrimonial. E Portia percorre toda a fábula virgem até o conflito ser resolvido no *quase final* da comédia.

Em comédias, cenas de casamento geralmente são restauradoras de algum equilíbrio perdido, da ordem das coisas provisoriamente suspensa ou ameaçada, mas, em “**O Mercador de Veneza**”, fica um subentendido de mágoa e risco, apontando para o lado sombrio do

³⁴ Felipe II foi rei de Espanha, Sicília e Sardenha desde 1556, de Nápoles desde 1554 e de Portugal e Algarves desde 1580. Foi ex-cunhado da rainha Elizabeth I, ex-consorte régio de sua falecida irmã católica Maria I. Utilizou o casamento com esta e o fato de Elizabeth ter sido excomungada pelo Papa para reivindicar o trono da Inglaterra, mas é evidente que seu contrato de casamento definia seu descendente com Maria I, e não ele próprio, como futuro rei de plenos direitos da Inglaterra. Maria I morreu de câncer de útero em 17 de novembro de 1558. Não legou descendentes vivos para a casa de Habsburgo da Espanha. Logo, Felipe II não teria direitos legítimos ao trono da Inglaterra quanto tentou invadi-la em 1588. Da mesma forma que Felipe II foi rei consorte da Inglaterra, Maria I foi rainha consorte da Espanha, mas, com o casamento em 1554, Maria I não foi para Espanha, mas sim Felipe II que foi para Inglaterra, uma situação bem atípica nas relações de gênero envolvendo casamento entre primogênitos vivos de famílias régias. Na política externa inglesa, há um recorte de gênero: manter Maria I no reino da Inglaterra era uma forma de garantir o contrato de casamento que firmava Felipe como rei-consorte, evitando que a Inglaterra perdesse sua soberania para Espanha; por outro lado, sendo rainha-consorte da Espanha, Maria I não ameaçava juridicamente a soberania espanhola, mesmo quando seu marido migrou para a corte inglesa.

evidente “*bad match*” que foi o casamento de Portia e Bassanio. Sábia, nesse sentido, foi a rainha Elizabeth I, por poupar politicamente seu reino de escolhas ruins. No epílogo, tendo revelado para si e para Bassanio o quanto é um galã inconstante, Portia já não parece mais estar tão afrodisíaca ou empolgada em relação ao seu casamento.

Comandar o marido para consumir o casamento no fim da comédia, com Antônio habitando seus domínios como único ímpar da fábula, cria dúvidas amargas sobre a sua felicidade conjugal: o seu ímpeto afrodisíaco que furou a peneira paterna se tornou, ao final da comédia, a fria convenção social de consumir o casamento – furar a outra peneira, derramar sangue, o que a peça inteira evitou fazer desde o começo para permanecer na órbita genética da comédia e na órbita política da *Gloriana*. Frente a isso, a rainha fora da cena fica então celebrada e justificada por ter sabiamente mantido as duas peneiras oficialmente intactas.

Em *Plimpton Sieve Portrait of Queen Elizabeth I (1579)*, a peneira remete à capacidade de bom julgamento, discernimento, nas matérias políticas e matrimoniais que pesavam sobre o corpo da rainha, indicando que ela não casava porque tinha ciência de que deveria ser bem seletiva em relação às matérias políticas da Coroa, mas também remete o conceito de “*Rainha Virgem*” ao mito de *Tuccia*, a Vestal Virgem da Roma Antiga que provou a sua virgindade (idoneidade no cargo de Vestal) perante seus detratores do patriciado romano ao aceitar (e vencer) o desafio de um ordálio: Carregar água na peneira, um milagre que mostrava a sua bem aventurança divina no cargo e também remetia à ideia de *hortus conclusus*, jardim virgem, corpo impenetrável, virgindade sacrificial, castidade, moral elevada e virtude feminina contraposta à leviandade. A alegoria da peneira de *Tuccia* no retrato é o contraponto simbólico à alegoria *Whore of Babylon* dos panfletos “puritanos” da década de 1570 (cf. VIGNAUX, 2001; DIEHL, 1997).

Na pintura, há quatro inscrições, uma latina e três em italiano de Francesco Petrarca (c.1304-1374), da série *I Trionfi (Os Triunfos)*, marco erudito renascentista da forma poética soneto, cujo modelo passou a ser imitado por outros eruditos em outros idiomas na Europa. A primeira inscrição é “**E.R.**”, que equivale a “*Elizabeth Reginas*”, ou Rainha Elizabeth. A segunda inscrição é “**TVTTO VEDO & MOLTO MANCHA**”, ou seja, “*Tutto vedo e molto manca*” (“*Tudo vejo e muito falta*”).

Tal legenda funciona como comentário ou voz erudita da rainha no programa visual do retrato. É um enigma erudito. Remete aos dilemas dos ideais de onisciência e justiça régia: “*Eu vejo tudo, mas falta muita coisa para conhecer*”, ou “*Vejo tudo: Muitos falham comigo*”. Donde decorre a necessidade de haver uma boa peneira, um bom filtro, feito de conhecimento prático e erudito de coisas antigas e atuais, para um permanente afiamento e refinamento da razão e do julgamento. Não adiantaria acumular experiência se não soubesse ser *discreta*: ter

discernimento, contraposto à leviandade, para selecionar e fazer escolhas eficazes para seus súditos.

“*Tutto vedo e molto manca*” é um sofisticado oxímoro petrarquiano com “*tutto/manca*”: Se você vê “tudo”, nada faltaria, mas ver é sempre de um lugar, de uma perspectiva, de um interesse e valor, o *cui bono* ciceroniano (“*A quem beneficia isso?*”). A rainha retratada está numa posição elevada, preeminente, soberana, mas, para “ver tudo”, depende de poderes intermediários, o que significa que, por serem afetados por interesses particulares, oferecem a ela apenas visão parcial de seu reino/globo: uma parte é clara, mas há o que se escurece (veja o globo em sombra no canto superior esquerdo de quem vê o quadro). Nesse sentido, “*molto manca*” daquilo que se consegue ver.

O tema “*Tutto vedo e molto manca*” remete, portanto, ao dilemático ideal do *soberano onisciente* como atuante da justiça casuística, falho porque somente conhece seus súditos e territórios por olhos parciais de seus intermediários poderes preeminentes locais, o que significa que tal soberano precisa ser muito prudente na forma como peneira e mede demandas, conselhos, decisões e gente, ou na forma como usa a graça régia para oferecer *clêmências, bom senso casuístico e premiações*.

A peça “**Medida por Medida**” (c.1604) é eloquente em encenar o dilema da onisciência decisória do poder soberano, que vem em paralelo ao tema cômico do “*rei oculto*” ou “*soberano disfarçado*”: Vicentio finge que abdicou do ducado, entrega-o para Ângelo, e passa a observar todas as categorias de súditos de seu ducado enquanto padre católico disfarçado. Tal dispositivo confere a plausibilidade de ele poder circular por diferentes espaços, desde mosteiros femininos até sombrias prisões. Nesse sentido, tal como o artificioso príncipe Hal de “**Henrique IV**”(c. 1597) – futuro rei Henrique V (1386-1422, reinado: 1413-1422) –, o oculto duque Vicentio tenta acessar os vários idiomas sociais de seus domínios.

O dilema da onisciência do soberano aparece também quando o rei Henrique V, na peça “**Henrique V**” (c.1598) de Shakespeare, disfarça-se de soldado para saber o que seus súditos pensavam dele e da guerra continental em que os ingleses foram metidos, sem terem certeza se, de fato, tal guerra respondia ao interesse dos súditos que diretamente sofriam com o seu peso material, humano e fiscal. Era um tema sensível para o governo de Elizabeth I a guerra continental, porque ela era cobrada por parte da nobreza de seu reinado para ter maior engajamento em guerras de conquistas externas. E o gênero biológico da rainha era, por vezes, politicamente mobilizado para falar da sua inadequação às funções de *rei* que precisa agir como varonil e ousado chefe militar.

Então, é particularmente oportuno que, no final do reinado de Elizabeth, já bem idosa, mas com um reino próspero e relativamente pacificado, que as guerras do passado fossem um

tema recorrentemente *espelhado* e *desqualificado* nas peças sobre crônicas de reis ingleses. O marcante personagem bufão Falstaff, em “**Henrique IV**”, personifica essa voz popular (e, talvez, da rainha, que era notória fã do personagem) contra guerras continentais e domésticas: o *non sense* e anacronismo da busca de uma varonil glória militar da alta nobreza às custas da fome e morte da maioria dos súditos.

O príncipe Hal dizia que se misturava com a ralé de Falstaff para conhecer todos os idiomas (sociais) de seus futuros súditos (i.e., usava a *dissimulação honesta* para tentar alcançar o ideal de *soberano onisciente*), mas sabemos que, quando se tornou rei, envolveu-se na guerra continental que, além de trazer prejuízo material para seu reino, fragilizou a sucessão do trono inglês e abriu sendas danosas para a Guerra das Duas Rosas (1455-1485). Sintomaticamente, esse rito de passagem do príncipe para a condição de rei e senhor da guerra é representado pelo apagamento cênico de Falstaff, um ovidiano bufão velho que pisca para Elizabeth porque não vê sentido em guerras e impérios augustanos, preferindo comida, cama e deleites mais vulgares do que epopeicos.

O histórico rei Henrique V morreu em batalha no continente (Vincennes, França) em 1422, deixando um filho recém-nascido como sucessor, sob a precária regência de uma rainha consorte estrangeira: Catarina de Valois (1401-1437). O futuro rei Henrique VI (1421-1471) sofrerá quatro deposições (1422, 1453, 1461 e 1471), sendo a última seguida de assassinato. Portanto, as empresas continentais de Henrique V legaram um ambiente de corte em disputa muito frágil para seu descendente ao trono.

Na década de 1590, os dramas históricos de Shakespeare sobre reis ingleses colocavam em cena tais matérias e dilemas sobre guerra e glória da alta nobreza inglesa num contexto de ideias bastante favorável à peneira política da rainha Elizabeth I (cf. GRIFFIN, 1999; HATTAWAY, 1994). Em seu favor, tais peças sobre reis ingleses do passado *negativizavam* personagens da alta nobreza medieval (como o paradigmático personagem Hotspur) que se moviam apenas pela honra/loucura pessoal de uma antiquada noção de glória guerreira, sem pensarem politicamente no bem maior do conjunto dos súditos. Para esses, restaram cenas de mortes sangrentas, extinção da descendência ou a cômica *indeferência* de Falstaff (cf. HATTAWAY, 1994; POOLE, 1995).

O gênero eficaz da rainha sacrificial

A terceira inscrição em *Plimpton Sieve Portrait of Queen Elizabeth I* (1579) é “**STANCHO RIPOSO & RIPOSATO AFFANO**”, ou “**Stanco, riposo; e riposato, affanno**”. Trata-se de outro sofisticado oxímoro petrarquiano aplicado ao retrato da rainha

Elizabeth I como uma legenda: “*Exhausta, repouso. Repousada, me canso*”; ou “*Quando exhausta, descanso. Mesmo descansando, me exausto*”, ou “*Se cansada, me poupo. Mesmo descansando, me exausto*”. Foi tirado do *Trionfo D'Amore* de Petrarca (IV, 1145). Posto no retrato da rainha, alegoriza a noção de “*soberano(a) sacrificial*”, o que é uma forma de sacralização da figura do soberano régio enquanto dignidade institucional acima de questões particulares da pessoa que a encarna.

Nesse sentido político-moral e teológico, a rainha sacrificial não teria nunca descanso pelo dever de seu corpo estar sempre disponível às necessidades do cargo. Daí, até as formas de conceber lazer (*solace*) régio devem ser úteis ao seu aperfeiçoamento físico, intelectual e moral para o cargo. Tal como uma vespa, a *rainha sacrificial* jamais tira de si as armas (o ferrão), mesmo quando dorme (cf. VIGNAUX, 2001). As artimanhas do cupido nunca vencem seu discernimento e virtude, nunca a desarmam. Como Diana, a rainha *varona* não rebaixa a si e ao cargo de *rei* por cupidez. É melhor que Hércules e reis do passado.

O estado vestal e vespal de atenção sacrificial da rainha em relação ao seu reino é reforçado por um provérbio sutil que está escrito em italiano na peneira do retrato: “**ATERA IL... MAL DIMORAINSELA**”, ou seja, “**A terra il ben mal dimora in sella**”. Proponho algumas traduções de sentidos do provérbio enquanto legenda que comenta e didatiza outro enigma moral do quadro: “*Na terra, o bem mal se detém na sela*”, “*Na terra, mal há morada para o bem*”, “*Na terra, o bem mal se conserva firme*”, “*Na terra, o bem mal repousa*”, “*Na terra, o bem mal está seguro*”, “*Na terra, o bem mal é certo*”, “*Na terra, o bem mal é estável*”. Vejam aqui destacado:



Aproximação HD por meio de: <https://www.folger.edu/blogs/shakespeare-and-beyond/up-close-plimpton-sieve-portrait-queen-elizabeth-i/> (acessado em 27-12-2023)

É outro excelente jogo de oxímoro que, por justaposição, torna ambígua a relação entre “bem” e “mal” no provérbio, o que nos possibilita perceber o quanto a *iconoclastia do mérito*

é um ponto teológico-político importante para definir, no programa visual do retrato, a relação entre súditos e poderes soberanos na Inglaterra elisabetana, ao mesmo tempo em que fala da necessidade de a rainha ser uma Diana engenhosamente *discreta*: geradora de vida e protetora virgem, atenta às inconstâncias nas condutas de súditos preeminentes e aliados externos que podem ameaçar a segurança de seu reino. Diana de corte atenta contra tentações de galãs e políticas vãs. A sua alegoria nos remete aos êxitos e saberes construídos por meio da distância – a contraparte feminina de Apolo –, sendo o antítipo alegórico da esfera de Vênus, para a qual, oficialmente, a rainha não transicionou.

O teatro de Shakespeare colabora com tais postulações quando põe em teste personagens que nos levam à conclusão de que nenhuma pessoa deve se envaidecer de sua virtude, porque esta pode não ser estável, mesmo para alguém que se arroga eleito ou moralmente perfeito pela autoimposição diária de exercícios morais rigoristas ascéticos de autoexame da consciência. Nada disso garante perfeição e salvação, porque a ambiguidade é uma mácula adâmica que somente deus misteriosamente cancela em poucos eleitos, bem-aventurados para um reino *de outro mundo*, insondável à razão humana desde a Queda adâmica. Os frutos da graça divina não são mensuráveis pela razão, já o dissemos. Então, nenhum súdito deve se colocar acima da rainha alegando perfeição moral. A terrena dúvida da *eleição* é o que justifica a necessidade de os poderes soberanos cristãos conterem todos os súditos numa exterioridade civil de vida cristã.

Como a bondade na graça não é mensurável pela razão humana, a graça divina da salvação não é matéria da política, mas sim a graça política da soberana régia que tempera os efeitos das leis e costumes do seu reino terreno. A rainha não salva almas, mas garante as bases cristãs da coabitação civil nos termos da teologia política da Igreja Episcopal da qual é *caput* e fundadora. Para ela, é politicamente útil que o teatro de Shakespeare conte fábulas em que o *rigorismo moral religioso*, o *precisianismo legal* e os *antigos senhores da guerra* sejam vistos como fraturadores do corpo político. Ao expor no teatro as suas inconsistências, Shakespeare ratifica o poder da rainha governante como válido acima de qualquer seita “puritana” que se julgue perfeita demais a ponto de julgá-la como *Whore of Babylon*, em vez da divina Diana da política, esposa virgem de seu reino. Portia – artemística redentora, engenhosa discreta, mas imperfeita (decai na esfera de Vênus) – sintetiza os mesmos dilemas políticos de Elizabeth I: a necessidade de manter íntegra a sua casuística peneira até que acabe a grande comédia do seu reinado “arco-íris”.

A legenda “**A terra il ben mal dimora in sella**” também evoca a tópica do “teatro do mundo”, que é a própria corte régia para a qual foi concebido o retrato, mas é também uma

advertência que comenta o semblante hierático e grave da rainha: lugar de múltiplos enganos e perigos para reputações; lugar de mudanças súbitas de sorte e de papéis, por conta das disputas por posições. Tudo isso exige da rainha discernimento (a *peneira de discreta*) e a cortesã *dissimulação honesta*. Como deve atuar segundo os objetivos de garantir o *bem comum* (a exterioridade civil-elesiástica de vida cristã), mesmo com algum dano à moral particular, não é possível ao poder soberano um absoluto exercício de bondade quando o reino dos moralmente perfeitos *não é deste mundo*.

Se um poder soberano terreno não tem como alcançar perfeição moral até no exercício divinamente sagrado do cargo régio, é arrogância e hipocrisia qualquer seita tomar para si tal pretensão e desobedecer ao soberano, ou se apartar do corpo político como comunidade de eleitos, ou fazer o estado dobrar-se aos seus efeitos exclusivistas de seita. Afinal, até a virtude pode ser politicamente danosa, como o uso desmedido da clemência, que compõe a soberania política da graça régia. Shakespeare nos lembra disso em “**Romeu e Julieta**” (c.1595), a sua peça que mais mescla italiano (no caso, do manual de esgrima de Vicentio Saviolo) com a fonética inglesa (Cf. HOLMER, 1992), ou seja, a mesma operação linguística que também observamos nas legendas de *Plimpton Sieve Portrait of Queen Elizabeth I* (1579).

Nove anos depois desse retrato, a rainha encarna politicamente a exata boa medida do poder de seu cargo: a divina e terrena Diana é confirmada como *Gloriana* pela providência divina em 1588, quando derrotou a armada da maior potência imperial “papista” europeia *sem nem levantar armas*: a Armada Invencível foi destruída por uma tempestade – um evento celeste que arde, a voz de trovão do modelo de deus no “**Livro das Revelações**” de João. Quem controla, agora, a retórica do Anticristo-mulher? Quem poderia insistir em panfletar a tópica *Whore of Babylon*, depois de 1588, sem parecer ridículo?

Coube aos líderes “puritanos” se moderarem (cf. LAKE; QUESTIER, 1996; LAKE, 2004), porque a rainha os venceu em seu próprio jogo político de disputar providências (cf. WALSHAM, 2003). Por esse viés teológico-político, o *defeito de gênero* da rainha para assumir plenamente o papel de chefe militar não parece ter importunado o tal deus trovoadas dos “puritanos” que deu umas bordoadas de vento nos “papistas” para se queimarem no oceano, frustrando a pretendida entrada triunfal filipina no Tâmis. Então o que resta depois de 1588? Os “puritanos” se moderarem para obediência à rainha, enquanto rimos de suas aparências no teatro elisabetano da década de 1590.

Conclusão: *del mal lo menos*

A *iconoclastia do mérito* que perpassa várias peças de Shakespeare como crítica teológico-política antipuritana e antipapista, assim como, a problematização no seu teatro da

figura do nobre *cabeça quente* afeito a guerras por glória pessoal, foram temas úteis à política da rainha Elizabeth I (cf. APPELBAUM, 1997; HATTAWAY, 1994; HOLMER, 1992; MOULTON, 1996).

A proverbial ideia de que *não há bem que cancele completamente o mal na terra*, subjacente à legenda “**A terra il ben mal dimora in sella**” na peneira de *Plimpton Sieve Portrait of Queen Elizabeth I* (1579), é uma forma de fazer o retrato dizer, por meio da *iconoclastia do mérito*, que chefes políticos, militares e religiosos *precises* não servem a um bom governo civil-elesiástico, e que os alegados *defeitos de gênero* da rainha poderiam salvar o Estado justamente porque ela poderia olhar e revisar com distanciamento artemístico os costumes bélicos antigos de nobres conduzidos pelo afã de glórias guerreiras vãs no estrangeiro.

Tal *topos* é investido de repetidas críticas em Shakespeare a favor da rainha. E desconfio que replica a tradição anti-augustana sobre glórias imperiais de Ovídio, o qual coloca na boca das protagonistas epistolares de “**Heroides**” a censura a maridos, reis, heróis ou chefes militares que se afastavam de sua terra natal e expunham a perigos os seus parentes, domínios e lares (OVID, 2004). Em todas as protagonistas de “**Heroides**”, pesa a passagem do tempo que não atinge moral e politicamente do mesmo jeito os corpos de seus míticos e heroicos maridos.

O mesmo ocorre com a rainha Elizabeth I, se a compararmos com qualquer rei inglês antigo. A passagem do tempo no corpo de Elizabeth foi muito vigiada por conta da exigência política de gerar descendência legítima para a Coroa e a necessidade oficial de figurar castidade e virgindade por ser rainha não casada, enquanto para os reis históricos e míticos restava a concessão costumeira do *régio meretrício*, banalizado sem peso de censura moral até em comédias concebidas por clérigos do Santo Ofício (cf. RODRIGUES, 2023, p.183).

Enquanto matéria de Estado mais do que assunto privado, o corpo da rainha não tinha a mesma liberdade de poder exhibir em corte amantes baixos ou altos. Para sair de Belmonte e manter o decoro de gênero, Portia, por exemplo, vai casada, virgem e disfarçada de varão advocatício para o tribunal de Veneza, sendo acompanhada de sua serva, vestida de pajem. Antes de chegar a Veneza, estuda o caso de Antônio com sábios antigos. Como podemos notar no exemplo cênico e *especular* de Portia, a mobilidade geográfica sozinha é seletiva, masculina, mas também o enredo sugere que o discernimento para a justiça na rainha *fora da cena* não parece ter *defeito de gênero*.

A propaganda política elisabetana precisou apelar para alegorias de Diana para justificar a virgem *Gloriana*, casada com seu reino, a *atuar acima das expectativas de seu*

gênero. Contudo, foram os alegados *defeitos de gênero* atribuídos à rainha para exercer o cargo de *rei* que a fizeram usar bem a perspectiva da *distância artemística* (como senhora de Belmonte) para avaliar cenários maiores e evitar a entrada custosa da Inglaterra em vãs guerras continentais, com seus previsíveis impactos na política interna – experiência oportunamente exemplificada na peça “**Henrique V**”, a ilustrar o quanto, *na terra, o bem mal se detém na sela*.

Nas consequências da jornada ferosa de Henrique V na França, foi lançado ao futuro o duro augúrio da Guerra das Duas Rosas. Frente a isso, Shakespeare nos lembra por meio de sua teatral órbita, em favor da *iconoclastia do mérito* e de Elizabeth I – descendente do avô paterno que pôs fim à guerra branca e vermelha –, que os *defeitos de gênero* da rainha “arco-íris” da santa concórdia talvez pudessem salvar Estados, ou fazer ‘*del mal lo menos*’, um *bem comum* pragmático.

Referências

APPELBAUM, Robert. *Standing to the Wall: The Pressure of Masculinity in Romeo and Juliet*. *Shakespeare Quarterly*, v. 48, n.3, p.251-272, 1997.

BÍBLIA DE JERUSALÉM, 8ª edição. São Paulo: Paulus, 2012.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário Mítico-Etimológico**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BREMER, Francis J. (ed.). **Puritanism: Transatlantic perspectives on a Seventeenth-Century Anglo-American Faith**. Boston: Massachusetts Historical Society, 1993.

COFFEY, John et alii. **The Cambridge Companion to Puritanism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

COLLINSON, Patrick. **The Religion of Protestants: The Church in English Society, 1559-1625 – The Oxford Lectures, 1979**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

CURRAN JR., John E. Jacob and Esau and the Iconoclasm of Merit. *SEL*, v. 49, n.2, p.285-309, 2009.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente, 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIEHL, Huston. **Staging Reform, Reforming the Stage: Protestantism and Popular Theater in Early Modern England**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997.

DOLAN, Frances E. **Whores of Babylon: Catholicism, Gender, and Seventeenth-Century Print Culture**. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

GRIFFIN, Benjamin. The Birth of the History Play: Saint, Sacrifice, and Reformation. *SEL*, v. 39, n. 2, p. 217-237, 1999.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da Mitologia Grega e Romana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HAIGH, Christopher. **English Reformations: Religion, Politics, and Society under the Tudors**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

HATTAWAY, Michael. Blood is their argument: men of war and soldiers in Shakespeare and others. In: FLETCHER, Anthony; ROBERTS, Peter. (Orgs.). **Religion, Culture and Society in Early Modern Britain**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 84-101.

HOLMER, Joan Ozark. *Draw, if you be men*: Saviolo's significance for *Romeo and Juliet*. **Shakespeare Quarterly**, v. 45, n.2, p.163-166, 1992.

KASTAN, David Scott. Proud Majesty made a subject: Shakespeare and the spectacle of rule. **Shakespeare Quarterly**, v.37, n.4, p.459-475, 1986.

KLAUSE, John. Catholic and Protestant, Jesuit and Jew: Historical Religion in *The Merchant of Venice*. **Religion and the Arts**, v. 7, n.1-2, p.65-102, 2003.

LAKE, Peter. **Moderate Puritans and Elizabethan Church**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LAKE, Peter; QUESTIER, Michael. Agency, Appropriation and Rhetoric under the Gallows: Puritans, Romanist and the State in Early Modern England. **Past & Present**, n.153, p.64-107, 1996.

MILTON, Anthony. **Catholic and Reformed: The Roman and Protestant Churches in English Protestant Thought, 1600-1640**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MOULTON, Ian Frederick. 'A Monster Great Deformed': The Unruly Masculinity of Richard III. **Shakespeare Quarterly**, v. 47, n.3, p.251-268, 1996.

OVID. **Heroides**. London: Penguin, 2004.

PLATT, Peter. **Shakespeare and the Culture of Paradox**. Cornwall: Ashgate, 2009.

POOLE, Kristen. Saints Alive! Falstaff, Martin Marprelate, and the Staging of Puritanism. **Shakespeare Quarterly**, v. 46, n.1, p.47-75, 1995.

RODRIGUES, Karenina do Nascimento. **Política e gênero nas comédias de Lope de Vega na Novena Parte de 1617**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Doutorado em Letras), 2023.

SHUGER, Debora K. **Political Theologies in Shakespeare's England: The Sacred and the State in Measure for Measure**. New York: Palgrave, 2001.

STREETE, Adrian. **Protestantism and Drama in Early Modern England**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VIANNA, Alexander Martins. **Antigo Regime no Brasil: Soberania, Justiça, Defesa, Graça e Fisco (1643-1713)**. Curitiba: Prismas, 2015.

VIANNA, Alexander Martins. As figurações de Rei e a caracterização de 'puritano' e 'papista' em Basilikon Doron. **Topoi**, v. 12, n.22, p.4-23, 2011.

VIGNAUX, Michele. Gloriana: Elizabeth I d'Angleterre ou la gloire incarnée. **HES**, v. 20, n. 2, p. 151-161, 2001.

WALSHAM, Alexandra. 'Le théâtre des jugements de Dieu': Le providentialisme et la Réforme protestante dans l'Angleterre des XVI^e et XVII^e siècles. **HES**, v. 22, n. 3, p.325-348, 2003.

WELLS, Stanley (ed.). **The Oxford Shakespeare: The Complete Works**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

WHITE, Paul W. **Drama and Religion in English Provincial Society, 1485-1660**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WHITE, Paul W. Playing Companies and the Drama of the 1580s: A New Direction for Elizabethan Theatre History? **Shakespeare Studies**, n. 28, p.265-284, 2000.

SOBRE O AUTOR

Mestre e doutor em história social pela UFRJ. Poeta, multiartista e neomacumbeiro. Professor da Licenciatura de Educação do Campo na UFRRJ, Instituto de Educação, campus de Seropédica.

E-mail: alexvianna1974@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6575-0230>

Recebido: 07/09/2023

Aprovado: 28/10/2023

Corpos insólitos: Processos de criação e Teorias do fantástico entre memórias e ficção

Unique bodies: Creation processes and theories of the fantastic between memories and fiction

Dayse Cristina Amaral Santos
Silvia Sueli Santos da Silva
Wellingson Valente dos Reis
Instituto Federal do Pará-IFPA
Belém-Pa

Resumo

O presente artigo apresenta a pesquisa e o resultado de uma proposta colaborativa entre os componentes curriculares “Teorias do fantástico: ficção, cultura e mídia” e “Artes cênicas e Processos de criação na Educação Básica”, tendo como protagonistas a primeira turma do curso de pós-graduação em Linguagens e Artes na Formação docente (IFPA/2022). O objetivo da proposta foi a criação coletiva de textos e atos cênicos, a partir das interfaces entre as teorias estudadas nas duas disciplinas. As memórias e o fantástico foram indutores para o processo criativo e a criação textual, nos quais utilizou-se como temática norteadora os estudos do corpo, tanto na cena teatral, quanto nos textos literários de ficção fantástica, corpo cênico, corpo coletivo, fragmentado, desconstruído e performático. Os procedimentos metodológicos das disciplinas visaram aproximar teoria e prática de modo experimental, através do uso de recursos como oficinas de jogos dramáticos e teatrais, sessões de contação de histórias, com narrativas orais de relatos fantásticos, trazidas pelos discentes, baseados em memórias de infância, que depois serviram de argumento para o texto cênico, relato de vivências individual de cada participante, transformado em produto coletivo. Como resultado do trabalho interdisciplinar foram produzidos dois vídeos e uma montagem cênica, intitulada *Nós morremos aqui*, dramaturgia colaborativa apresentada como culminância das duas disciplinas.

Palavras-chave: Corpo; Processos de criação; Texto colaborativo; Fantástico.

Abstract

This paper presents the research and results of a collaborative proposition between the curricular components “Theories of the Fantastic: fiction, culture and media” and “Scenic arts and Processes of creation on Basic Education”, It has as its protagonists the first class of the post-graduation course in Languages and Arts in Teacher formation (IFPA/2022). The objective of the proposal was the collective creation of texts and stage acts, based on the interfaces between the theories studied in both disciplines. The memories and the fantastic were inductors of the creative process and the textual creation, in which the study of the body was used as a guiding theme, both in the theatrical scene, and the literary texts of fantastic fiction, scenic body, collective, fragmented, deconstructed and performative body. The methodological procedures of the disciplines aimed to connect theory and practice in an experimental way, through the usage of resources such as dramatic and theatrical game workshops, storytelling sessions, with oral narratives of fantastic stories brought by the students, based on childhood memories, that served as subject-matter scenic text, report of individual experiences of each participant, turned into a collective product. As the result of the interdisciplinary work, two videos and a scenic montage titled *We died here*, were produced, collaborative dramaturgy presented as culmination of the two disciplines.

Keywords: Body; Creation Processes; Collaborative text; Fantastic.

INTRODUÇÃO

O pensar e o fazer interdisciplinar na pós-graduação

As artes da cena e a Literatura fantástica se encontram em muitas situações no espaço da prática docente cotidiana. Esse diálogo iminente e suas interfaces foram a temática transversal geradora da proposta de caminho metodológico paralelo e independente de dois componentes curriculares do curso de especialização em Linguagens e Artes na Formação Docente: Teorias do fantástico: ficção, cultura e mídia e Artes cênicas e Processos de criação na Educação básica. A identificação das metodologias dos professores designados para a regência do curso com a proposta de vivências práticas das teorias do campo das linguagens, proporcionou que se pensasse conjuntamente a estratégia de realização das aulas, ocorridas nos meses de fevereiro a abril de 2023.

O curso de especialização em Linguagens e Artes na Formação Docente é ofertado anualmente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), no Campus Belém, e está direcionado para a formação de professores da Educação Básica, recebendo estudantes oriundos de diversas áreas, dentre as quais licenciados em Artes, Letras e Pedagogia. Grande parte do corpo discente é formado por profissionais que já atuam na Educação Básica, e desejam dar continuidade à sua formação profissional e acadêmica.

O objeto do presente artigo é a descrição *pari passu* da proposta colaborativa desenvolvida no primeiro semestre de 2023, entre o estudo das linguagens na ficção do fantástico e os processos criativos em Artes cênicas, tendo como protagonistas a primeira turma do curso de pós-graduação em Linguagens e Artes na Formação Docente (IFPA/2022).

A disciplina Artes Cênicas e Processos de Criação na Educação Básica tem por objetivo a reflexão teórica e a experimentação prática das linguagens cênicas, integrando o estudo do Teatro-Educação à promoção de práticas pedagógicas inovadoras de ensino; enquanto que em Teorias do fantástico: ficção, cultura e mídia, identifica-se o quanto as teorias e características do fantástico ultrapassam o campo literário e estão presentes em outras formas de linguagens, tais como o cinema, a fotografia, as artes visuais e, ainda, nas narrativas orais. Nesse processo de percepção estética, foi possível à turma de pós-graduandos, aproximar teoria e prática de modo experimental, sendo o resultado dessa vivência coletiva, descrito parcialmente a seguir.

Processos de criação em Artes cênicas

Quando se fala das artes da cena na Educação Básica, em especial o teatro e a dança, subjaz, equivocadamente, o termo “espetáculo”. Entretanto, as práticas reducionistas de pensar as expressões artísticas como eventos separados da aprendizagem, estão, ainda que lentamente, sendo repensadas nos currículos escolares, a partir da inclusão da obrigatoriedade do componente curricular Artes no ensino básico. O longo caminho do Teatro e da Dança na Educação Básica não será objeto deste artigo, mas, os pressupostos teórico do ensino das Artes foram discutidos e identificados no decorrer do curso de Especialização em Linguagens e Artes.

Na disciplina Artes cênicas e Processos de criação na Educação Básica, considerou-se, principalmente, a vivência pessoal dos alunos da turma, em relação às práticas cênicas, dando ênfase aos pressupostos teóricos, contextos e práticas do Teatro como área de conhecimento e sua inserção no processo educacional, ainda, à articulação entre as dimensões estética, lúdica e educativa do ensino das Artes cênicas.

Segundo afirma-se no documento final da BNCC (BRASIL, 2018, p.196): “O teatro instaura a experiência artística multissensorial do encontro com o outro em *performance*. Nessa experiência, o corpo é lócus de criação ficcional de tempos, espaços, e sujeitos distintos de si próprios, por meio do verbal, não verbal e da ação física”. Ao analisar esse sentido atribuído ao conhecimento teórico e prático da expressão teatral, não se pode separá-lo de sua função no desenvolvimento humano, em especial na Educação Básica. Entretanto:

Devemos reconhecer que a produção teatral distingue-se das outras produções da arte e dos outros sistemas semânticos pela grande quantidade de signos que veicula. Isto é bastante compreensível: uma representação teatral é uma estrutura composta por elementos que pertencem à Artes diferentes: poesia, artes plásticas, música, coreografia etc. Cada elemento traz consigo vários signos para o palco. (BOGATYREV, 1988, p.84)

Considerando-se a heterogeneidade das formações da turma da especialização em Linguagens e Artes, fez-se necessário eger indutores do processo criativo, capazes de instigar a compreensão e a vivência dos signos teatrais por meio de um produto coletivo. Compreende-se que: “Num processo de criação, o objeto criado não pertence a seu criador. O objetivo é realizar o ato de criação: dar um fruto que se desprende da árvore!” (LEQOC, 2010, p.45) Portanto, os indutores do processo criativo foram propostos como exercícios individuais, compartilhados em todas as etapas durante as aulas que se seguiram à introdução da metodologia das disciplinas Processos de criação em Artes cênicas e Teorias do fantástico.

As memórias como indutoras do processo criativo

As memórias, como fontes de pesquisa de histórias ouvidas ou vivenciadas em um passado remoto ou próximo do narrador, constituem-se a base das narrativas orais. Elas perpassam trajetos sensíveis do imaginário, e permitem revisitar lugares, pessoas, cenas e objetos guardados muitas vezes em zonas nunca acessadas no cotidiano. As memórias narradas apelam às linguagens do corpo, que revela de forma lúdica as palavras, emoções e percepções que não poderiam ser verbalizadas sem a sinergia entre a voz e o corpo em performance, durante a narração. Nela está presente o processo criativo; seja pela personificação criada intencionalmente por aquele que narra, seja pela representação imagética criada pelo ouvinte, ao integrar-se também de forma lúdica, ao processo de narrativa oral.

As memórias são forças motrizes nas narrativas fantásticas da contação de histórias trazidas do repertório de cada sujeito participante, como fonte instigadora do imaginário, de modo a provocar um efeito de reascender, por meio do compartilhar das narrativas, as histórias da memória de outros agentes. Pode-se dizer que, como afirma Halbwachs (2006, p. 58), a memória é uma construção de grupos sociais, e, como tal, ela nos “permite entender a representação do passado como compartilhamento de recordações pelos membros de um grupo”.

Ouvir e contar histórias faz parte das práticas sociais desde uma época muito remota, quando a comunidade se reunia em torno de uma fogueira para o narrador contar casos e episódios que poderiam ter origem em acontecimentos reais, ou fictícios. Conforme afirma Coelho “o impulso de *contar estórias* deve ter nascido no homem no momento em que ele sentiu a necessidade de comunicar aos outros certa experiência sua, que poderia ter significação para todos” (COELHO, 2010, p. 7). Reconhecidamente, as narrativas orais foram a base de muitos contos e lendas consagrados pela Literatura universal, posto que: “O poder de resistência dessa coisa, aparentemente tão frágil e precária, que é a palavra, (literária ou não) prova de maneira irrefutável que a comunicação entre os homens é essencial a sua própria natureza” (*Ibidem*, 2010, p.7).

A roda de contação de histórias foi proposta como exercício de memória individual, e, ao mesmo tempo, troca coletiva nas aulas de Artes cênicas e Processos de criação. Considerou-se no desenvolvimento da atividade as relações interpessoais do grupo, e, utilizou-se como proposta a narrativa de uma história que fizesse parte do imaginário do narrador, sendo um mergulho em narrativas orais e vivências de infância, trazidas pelos discentes, a partir da proposta do baú da memória. Inicialmente uma roda de conversa, seguida da performance individual de todos, cada um contando uma história fantástica, recolhida em seu baú de memórias, instigados pelo estudo das teorias do fantástico.

O Fantástico como indutor de narrativas

Falar de Fantástico é falar de algo sempre presente em nossas vidas e na nossa sociedade, todos possuem, certos relatos que vivenciaram ou foi vivenciado por alguém próximo. Esses relatos, normalmente são carregados de mistérios, de significação a ultrapassar os limites do real. Para David Roas (2014), nesse momento surge o fantástico, pois para ele se estabelecer é necessário que algo desestabilize os códigos, desestabilize os limites do real, quase sempre, com elementos além das estruturas do real e, por assim se caracterizarem, geram várias reações, entre elas o medo.

Apesar de estar nas nossas vivências e nos nossos relatos, de forma geral, é difícil definir o que é o fantástico, sua complexidade se estabelece na ampla possibilidade de sentidos que o termo acaba gerando. No entanto, podemos pelo menos ter dois grandes sentidos em relação ao termo, um em sentido amplo, ou *lato*, e outro em uma acepção mais estreita, ou *strictu sensu*.

Em um sentido *lato*, pode-se dizer que a literatura fantástica se confunde com as mais antigas formas de narrativas, como as epopeias, a Bíblia, as lendas, os contos de fadas, as mitologias, sendo assim, toda forma de narrativa em que os fatos não pertencem ao mundo do real ou que contrariam a realidade que nos cerca. Nesse caso, o fantástico “sempre existiu enquanto gênero e serviu para designar um leque de manifestações literárias, muitas vezes com pouco parentesco entre elas” (BATALHA, 2011, p. 13).

No caso do fantástico *strictu sensu*, sua origem ocorre no período de desenvolvimento dos ideais iluministas e de rejeição do pensamento teológico medieval e metafísico. Nesse caso, o fantástico seria resultado da impossibilidade de se ter acesso a determinadas realidades ou explicações, mesmo que, por meio da mais fina racionalidade ou de um pensamento crítico elaborado.

O estilo Fantástico se contrapôs aos ideais racionalistas dos pensadores iluministas, pois requer a utilização da imaginação para adentrar no universo dos personagens míticos, relatos sobre deuses, horror, fantasia e heróis, pois suas temáticas consistem na relação entre o real e o imaginário, o natural e o sobrenatural, o estranho e o maravilhoso, e é capaz de levar a duas realidades: uma de um mundo consciente (racional), outra de um mundo inconsciente (imaginário). (RAMOS; REIS; CASTRO, 2018, p. 281).

Para Todorov (2004), por sua vez, o fantástico reside na hesitação do leitor ante um acontecimento estranho, cuja interpretação pode recair sobre duas explicações: uma racional, outra sobrenatural. Em outras palavras, o fantástico é “a hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, em face de um acontecimento aparentemente sobrenatural” (TODOROV, 2004, p. 31).

No entanto as narrativas amazônicas possuem um olhar diferente desse pensado por Todorov, nas narrativas da região, real e imaginário se somam, criando uma realidade única, assim como acontece na América Latina, esse olhar diferenciado para a realidade foi denominado por Chiampi (2015) de Realismo Maravilhoso.

Pois, para ela os autores latino-americanos buscam em suas narrativas retratar de forma criativa a história pungente do nosso continente, mostrando a tirania e as opressões dos governos tiranos, as explorações internacionais das riquezas da região e mesmo com temas tão afeitos à realidade, suas narrativas têm um ar de maravilhosas, visto que de acordo com Laplantine em *O que é imaginário* “Não são apenas as narrativas fabulosas que são extraordinárias e extravagantes [...] mas a própria realidade que se apresenta como uma realidade alucinada” (2003, p. 65).

Por isso, esses “relatos embrenhados das fagulhas do extraordinário conduzem naturalmente aos caminhos das narrativas fantásticas. O fantástico é um dos métodos da imaginação cuja fenomenologia se relaciona em conformidade com a mitografia, com o religioso, a psicologia e a patologia” (SANTOS, 2018, p.49).

No campo das vivências, encontram-se manifestações do imaginário e de suas expressões codificadas na tradição oral. Embora não se possa reduzir o fantástico à mitologia, à religião ou às crenças coletivas, ele as para se relacionar com os componentes externos necessários à construção do relato fantástico, e deste domínio, fazem parte as narrativas orais, que propiciam uma verdadeira imersão ao mundo do sobrenatural.

Foi desta forma, permeado de um estatuto de verdade, que as narrativas dos alunos da pós-graduação foram feitas, onde cada um contou narrativas que eles vivenciaram. Todas elas possuíam alguma relação com o fantástico, seja por um fato que contraria a realidade, seja com a hesitação de algum acontecimento, que talvez possa ter uma explicação, ou até mesmo narrativas que trabalhem com o imaginário, mitologia e crenças.

A verdade é que quando instigados, todos os alunos mostraram ter aptidão de contar as suas narrativas, uns mais envolvidos pelo que narravam, outros mais tímidos, quase que com medo de contar, porém todos com narrativas fantásticas que depois de contadas, precisavam ser ficionalizadas, em um processo de reelaboração e recriação do real maravilhoso para os palcos.

O corpo cênico e a dramaturgia coletiva

O corpo, como nosso habitat primordial, foi o meio locomotor da inserção metodológica proposta para a interdisciplinaridade entre os componentes de Artes Cênicas e Processos de Criação e Teorias do Fantástico. Isso porque, esse tema, é recorrente e, diria

mesmo, indispensável para o estudo de ambas as áreas. Entretanto, esse corpo, no sentido aqui aplicado pode ser compreendido sempre no plural: corpos, em seus múltiplos sentidos, uma vez que: “Inúmeras são as maneiras de se referir ao corpo e de habitá-lo; inúmeras são as maneiras de representá-lo e de lhe dar forma; é a dispersão desses indícios possíveis que impressiona inicialmente” (VIGARELLO, 2003, p.22).

Ao longo das aulas, realizadas durante os meses de fevereiro à abril de 2023, os exercícios cênicos de Processos criativos em Artes cênicas levaram os participantes a se reconectar com seus corpos cênicos, mas também a perceber-se como parte de um corpo coletivo, uma experiência de autodescoberta sinestésica na qual, participando de jogos dramáticos e teatrais, todos os corpos físicos, racionais e emocionais dos indivíduos, foram motivados a encontrar ou reencontrar seu corpo cênico.

Um corpo cênico pode ser entendido como um corpo aberto ao olhar do outro, organizado para a alteridade. Nesse contexto, os exercícios cênicos desenvolveram-se como recurso para exploração dos sentidos, por meio de jogos dramáticos, neles, o processo criativo se dá de forma coletiva, por meio das manifestações e materializações individuais das formas de expressar-se e comunicar-se com seu corpo físico. Tem como referência suas práticas cotidianas de movimento e gestual, com ou sem o uso da voz, reconhecimento de que “a memória corporal registra para cada sujeito as posturas, os gestos, os pequenos e grandes movimentos, os exercícios físicos e as danças repetidas e apreendidas como recurso expressivo para o qual se recorre no cotidiano” (SILVA, 2021, p. 235).

Melo (2010) referindo-se ao seu próprio processo criativo de contador de histórias compreende as memórias corporais como parte integrante da performance do narrador, para ele:

A memória está compreendida em todas as extensões da corporeidade. Nós não temos um só corpo, nós somos um corpo, e é este corpo que sente, pensa, age e atua no mundo concreto que vivemos, carregando em si, numa memória corporal, a inscrição das memórias vividas e tudo o que elas significam, nos movemos e percebemos o mundo num ato orgânico e total, num só golpe, numa " síntese corporal". Isso significa dizer que na minha infância todas as sensações, principalmente aquelas atreladas aos afetos se faziam dados memoráveis, fossem as penumbras desformes ou os aromas nostálgicos (p.67).

Assim, as primeiras atividades coletivas propostas foram jogos dramáticos, destes se destacou na percepção dos participantes a experiência lúdica de se conectar com suas memórias de infância, de seus corpos. Conforme esclarece Japiassu (2001, p.25), “no *jogo dramático* entre sujeitos, portanto, todos são “fazedores” da situação imaginária, todos são “atores”. No *jogo teatral*, o grupo de sujeitos que joga pode se dividir em equipes que se alternam nas funções de “jogadores” e de “observadores” [...]”. Tanto no jogo dramático, quanto no jogo teatral, o corpo que brinca é um corpo que comunica um estado alterado de

consciência. Entretanto, está preparado para adentrar uma nova etapa de vivência de sua corporeidade, agora como corpo cênico, performático e integrado ao processo criativo coletivo.

Como proposta de resultado de Processos criativos em Artes cênicas e Teorias do fantástico, a turma de pós-graduandos deveria produzir uma apresentação ao vivo ou em formato audiovisual em que o corpo como tema central, destrinchasse os processos criativos entrelaçados às teorias do fantástico, de modo a tornar evidente o conhecimento adquirido ao longo do semestre.

Três produtos foram desenvolvidos pelos alunos da turma. Neste artigo, apresentamos apenas o resultado da encenação de uma parte da turma, que passamos a descrever a seguir.

Processos de criação da montagem cênica *Nós Morremos Aqui*: conexões entre a memória, o fantástico e a cena

A encenadora Dayse Amaral, co-autora deste artigo e participante da pesquisa, explica que a montagem cênica intitulada *Nós morremos aqui, trata-se de uma série de histórias de vidas, relatadas durante a disciplina Artes Cênicas e Processos de criação na Educação Básica, que se intercalam como material para a criação deste trabalho artístico*. Dayse conta que ao pensar na construção do roteiro da encenação, inspirou-se na estética de Pina Bausch (1940-2009), coreógrafa que em suas práticas recorria às lembranças dos seus intérpretes-criadores para a construção dos seus trabalhos de dança-teatro. Assim, afirma Dayse: *Vejo este trabalho mais que estético, mais que corpóreo, mas predominante das energias das memórias ativadas* (Relato de experiências, Dayse Amaral, 2023).

A montagem foi apresentada como culminância das duas disciplinas do bimestre do Curso de Especialização em Linguagens e Artes na Formação Docente, no dia 4 de maio de 2023, na sala de Artes cênicas do Instituto Federal do Pará/Campus Belém. No elenco da montagem estavam 9 (nove) discentes/atores, profissionais de áreas distintas e cursistas da especialização. O texto da montagem foi colaborativo e está dividido em nove partes, que surgem individualmente, mas depois se conectam e fluem em conjunto, de forma que haja a simbiose dos relatos fantásticos de cada ator/pós graduando.

Contar, ouvir e imaginar, três palavras que traduzem o nascimento de *Nós morremos aqui*. Esse contar, ouvir e imaginar começaram a ser instigados no primeiro semestre de 2023, durante duas disciplinas pertencentes a matriz curricular da Especialização em Linguagens e Artes na Formação Docente do IFPA. Pessoas com profissões distintas e com histórias em tempos e lugares distintos, tendo em comum apenas um propósito, o de construir uma montagem cênica em que todas as histórias estejam presentes no trabalho. Já sabia-se o ponto

inicial do processo criativo, no mais era somente desmembrar as histórias e potencializar o olhar e fazer artístico de cada integrante da cena.

A cena teatral contemporânea tem a presença do encenador, este pode desenvolver o trabalho de duas formas; uma chegando com a proposta totalmente pronta e a outra, é o trabalho que vai sendo construído durante os encontros com os atores. Sendo assim, pode-se afirmar que a construção da montagem deu-se de forma processual e colaborativa, na qual o encenador absorvia as ideias coletivas e ia encaixando os quadros das cenas, como uma espécie de croqui.

A cada encontro as cenas foram surgindo através dos diálogos e das experimentações corporais que todos os participantes estavam sempre dispostos a construir e também desconstruir, sempre que se fizesse necessário. É válido destacar, que os componentes da montagem cênica eram pessoas das mais variadas áreas como, Letras, Pedagogia, história, Artes visuais, Enfermagem, Psicologia, Turismo e Teatro. Mesmo com profissões variadas, alguns já tinham tido vivências com o universo das Artes cênicas, mas outros estavam pela primeira vez, se permitindo a este novo conhecimento.

Os encontros para a montagem começaram na segunda semana de abril de 2023, com aproximadamente 2h30min de ensaio durante a noite. Nos primeiros momentos, o grupo rememorou as histórias que cada participante trouxe para a roda de contação de histórias nas aulas de processos criativos em Artes cênicas, e de que forma cada história poderia ser contada com movimentos corporais e integrada a uma narrativa única. Antes de ir para a prática, a equipe explorava suas conexões com o espaço da sala de ensaio, realizando alongamento e aquecimento corpóreo/vocal, além de alguns jogos teatrais como “peixinho do mar” e “Zip, Zap, Bóing” que são jogos para atores e não atores, propostos por Augusto Boal (BOAL,1998).



Figura 1 - Concentração para entrar em cena. Fonte: acervo dos autores (2023)

O trabalho em grupo teve uma conexão intensa, positiva e a fluidez na montagem tornou-se leve, dispersando a tensão inicial que se formou nos grupos de trabalho após a proposta de montagem coletiva como culminância das disciplinas. Em aproximadamente três encontros, conseguiu-se finalizar todas as cenas, incluindo a sonoplastia, sendo optado pelo uso concomitante de instrumentos musicais, como curimbós e barulhos artesanais, com músicas mecânicas. Como elementos cênicos, optou-se pelo uso de uma máscara larvária na cor marrom, uma cadeira de balanço e uma boneca, que também usava a miniatura de uma máscara larvária. Quanto ao figurino, optou-se pela escolha de roupas pretas, para que o destaque não estivesse no figurino, mas sim, nos corpos e suas expressões corporais, que por vezes na cena estavam no plano alto ou no plano baixo. A iluminação manteve-se azul, para todas as cenas, como forma de manter certa tranquilidade éterea, por mais inquietantes que fossem as cenas do texto.

Quanto à escolha da música, o processo continuou como a construção dos quadros das cenas, através de arguições e de escolhas individuais, de acordo com a afinidade de cada atuante, para o momento da sua cena. Em alguns momentos, as músicas eram mecânicas e em outros, eram sons dos curimbós presentes na cena e em outros, a sonoplastia era feita pelos demais atores em cena com sons dos assovios.

Na entrada de cada personagem, os sons corroboravam para criar a atmosfera de mistério. Na segunda cena a sonoplastia era composta por música mecânica, entremeada com sons de tambores de cuia. A terceira cena, era com efeito sonoro que lembrava de águas. A quarta cena sons de floresta. A quinta cena sons do curimbó, batidas de mãos no chão e música mecânica instrumental percussiva. A sexta cena som mecânico. A sétima cena, canção de ninar cantada pelo elenco. A oitava cena, trazia uma música mecânica de estilo contemporâneo. A nona cena, era composta por assovios do elenco. E a última cena, trazia o som mecânico de uma caixinha de música.

A partir da esquematização do roteiro básico e dos elementos cênicos, a construção do texto cênico continuou a ser desenvolvida de forma coletiva. As ideias fluíam e todos passaram a estar na posição de co-autores da dramaturgia coletiva, pensada para a encenação. Foram necessários alguns dias que antecederam a estreia da montagem cênica *Nós morremos aqui*, período que serviu para a construção e lapidação do trabalho. Pode-se dizer que foi um trabalho coletivo, onde as histórias mais excepcionais da vida de cada um, foi ouvida e compartilhada de forma respeitosa e curiosa. As histórias que eram individuais se mesclaram e passaram a ser uma única história, em que nem sempre as palavras se fizeram presentes, pois optou-se por deixar os corpos falarem.

No dia da apresentação da montagem para o público, estavam presentes professores

do curso, os demais alunos da turma e outros convidados externos e da segunda turma da especialização. A sala foi demarcada com uma fita branca, delimitando o espaço da cena e o espaço para o espectador. Às 19h30min, horário marcado para começar a cena, as pessoas iam entrando timidamente, a grande maioria se posicionava nos cantos laterais da sala, mas havia no meio um espaço livre para que elas pudessem ocupar. Uma marcação em formato de T(Tê) foi feita no chão, delimitando uma passarela entre a entrada da sala e o espaço cênico, onde se encontravam os atores e os objetos cênicos, pois nem todas as cenas aconteciam frontalmente, em alguns momentos haveria necessidade do ator/performer atravessar pelo meio do público.

Em conversa informal sobre sua experiência, P. M., uma das artistas/pesquisadoras que participou da montagem, relata: *Ontem foi um dia incrível, dia que o meu maior amor nasceu, dia da encenação, Nós morremos aqui!* Entende-se que é necessário que o ator mantenha o elo entre a criatividade e a receptividade, visto que a receptividade é um mecanismo que delibera uma constante criatividade, é uma eterna busca da qual a metamorfose torna-se o elemento trivial. Pode-se dizer que não precisa ser profissional das artes, para ser tomado pelo magnetismo do estar em cena, mas é necessário ter intensa entrega.

Para Fabião (2010, p.321), “[...] o corpo cênico potencializa tempo e espaço. O corpo da cena investiga temporalidade e espacialidade, inventa minutagens e métricas, ocupa dimensões simultâneas do real”. Ele pode ser passageiro, instantâneo, mas ao mesmo tempo imediato. É imprescindível que este corpo cênico esteja em constante observação para si, para o outro e para com o meio, este corpo precisa estar em constante estímulo.



Figura 2 - Cena plano baixo. Fonte : acervo dos autores (2023)

A montagem cênica *Nós morremos aqui* envolveu não somente a expressividade

corporal, pois além da energia do corpo físico, envolveu a presença energética do corpo mental e do corpo espiritual, para que fosse possível mover os sentidos das histórias, que de alguma forma estavam entranhadas nas memórias afetivas de cada um dos atores. Ademais, o propósito, também, foi o de dialogar com movimentos por vias de um corpo individual associado ao corpo coletivo, e que o público presente também pudesse ser afetado pelas narrativas corporais. Ao final da apresentação, alguns participantes do público expressaram suas impressões e emoções ante à encenação:

Tive o privilégio de assistir a apresentação da turma de Especialização de Linguagens em Artes na formação docente do IFPA [...] cenas fortes e bem elaboradas, as que mais me chamaram atenção foram, a cena do filho pedindo ajuda, mas quando toda atenção ficou voltada pra ele, de repente tudo mudou [...] cena da Dayse criança que reflete muito a história de vida dela, outra cena foi o final do Silvio, na cadeira, dando o entender que as pessoas ali já eram memórias [...] uma sensação de arrepios, me senti sensibilizada com as histórias fortes trazidas para a cena [...] era uma sensação de querer que as histórias fossem diferentes sem tanto sofrimento (LENE NASCIMENTO, 2023).

Sobre a máscara como signo teatral

A opção do uso de uma máscara como elemento de conexão entre as histórias individuais e o texto cênico, fez referência ao uso desse artefato como o elo entre dois mundos, o ritualístico/espiritual e o mundo natural. Esse caráter simbólico da máscara e seu uso na cena teatral trouxe profundo teor de mistério à montagem, elemento que dá sabor ao texto fantástico, provocado propositalmente tanto para instigar o público, quanto para permitir aos atores uma imersão na transição entre o corpo físico e o corpo espiritual em suas performances individuais.



A máscara utilizada na encenação foi confeccionada com técnica artesanal de papietagem e pintada com tinta de tecido marrom, imitando couro, para dar certo brilho sem o uso de verniz. Outra miniatura de máscara em igual processo foi confeccionada para cobrir o rosto da boneca usada nas últimas cenas. O uso da máscara na cena, não era um simples adereço teatral, ela era o elo que atava a performance de cada personagem ao conjunto da cena, de modo que portar a máscara dava ao portador o poder simbólico e ritual de protagonizar a cena.

Figura 3 – Máscaras artesanais confeccionadas para a cena,
Fonte: acervo dos autores (2023)

Segundo Lecoq, as máscaras lavrárias “[...] são grandes máscaras simples, que ainda não chegaram a definir-se num verdadeiro rosto humano” (LEQOC, 2010, p. 96). Apesar de, por vezes, se apresentar como meia máscara, como no caso da usada em *Nós morremos aqui*, o autor a considera uma máscara expressiva, pois, como toda máscara em cena, dialoga com o ator, e lhe possibilita encontrar o corpo cênico ideal para a criação do personagem: “Entrar numa máscara é sentir o que a faz nascer, encontrar o fundo da máscara, buscar aquilo em que, no íntimo, ela ressoa. Depois disso será possível interpretá-la, vindo de dentro” (*Ibidem*, 2010, p.).



Figura 4 - Objetos cenográficos: cadeira de balanço e boneca com máscara. Fonte: acervo dos autores (2023).

Como outro componente intrigante e enigmático, a figura da boneca com a máscara no rosto, colocada sobre a cadeira de balanço no canto do cenário trazia para a cena uma atmosfera de nostalgia e, ao mesmo tempo, de expectativa. Imagem e texto fantástico se fundiam em cada quadro, nas quais os objetos cênicos, a cadeira de balanço, a boneca e um chapéu preto, estiveram presentes em todos os 25' (vinte cinco minutos) da montagem.

Desde a cena de abertura, quando os personagens entravam com pequenas lanternas, a procurar algo no escuro, focando ora em seus próprios corpos, ora nos rostos da plateia, que apreciava confusa o desenrolar da cena, a montagem já acenava para uma proposta insólita. Dessa forma, a passagem dos atores por entre o público presente visava ainda integrar esse público como parte da cena.

Como todo o trabalho surgiu de forma colaborativa, a criação do cartaz, também foi produção coletiva. Uma das histórias integradas ao texto falava de uma casa em que havia um quadro pendurado na sala, centralizado em uma das paredes, mas que o cachorro retratado na fotografia, todas as noites

saía para brincar. Então, transformando essa narrativa e trazendo para todos os artistas que estavam neste processo de construção coletiva, optou-se por colocar-se todas as histórias e seus narradores, nesta moldura, que se transformou assim na imagem de uma única família, em algum tempo distante, mas em que todos tinham naquela moldura, uma história em comum. Que eram os seus mistérios e suas verdades.



Figura 5 - Cartaz de anúncio Nós morremos Aqui. Fonte: acervo dos autores (2023).

Na noite, da apresentação, quatro de abril de 2023, marcada para começar às 20h, o elenco chegou algumas horas antes, não somente para preparar o lugar da cena, organizar a sonoplastia e testar os equipamentos, preparar o foco da iluminação, como para cobrir os espelhos da sala de ensaio com cortinas pretas e posicionar a cadeira de balanço na diagonal da sala. Chegou-se mais cedo também para fazer a preparação corporal e vocal de cada artista da cena, processo que já vinha se dando ao longo dos encontros, feitos para os ensaios.

Nesta noite, apenas uma proposta surgiu antes do começo da apresentação: que todos deveriam cobrir seus umbigos com esparadrapos para que houvesse proteção e preparação para a grande carga de energia que estaria presente na cena daquela noite, pois “a verdade de uns é a mentira para outros”.

Considerações Finais

A proposta interdisciplinar realizada entre os componentes curriculares Processos de criação e Teorias do fantástico produziu uma cena única, que mais do que um simples exercício avaliativo, tornou-se uma produção estética, alcançando os objetivos propostos pelas duas disciplinas, e, indo além, ao gerar como produtos agregados, a produção textual de artigos propostos pelos participantes da cena, alguns dessas produções, resultado da pesquisa individual, já estão sendo publicadas em anais de eventos e revistas acadêmicas.

O processo de construção do espetáculo *Nós Morremos aqui* trouxe uma nova relação para a turma, diluindo tensões pré-existentes e articulando saberes e trocas de experiências que, no final é um dos propósitos do curso de especialização.

Em relação aos processos criativos, foi observado nos relatos de experiência o impacto que teve a disciplina e a experimentação cênica tanto na formação acadêmica do grupo, quanto na vida pessoal dos participantes. A contação de histórias, os jogos dramáticos e teatrais e as possibilidades do Teatro-Educação, foram incluídos no hall de procedimentos metodológicos possíveis de serem aplicados no trabalho docente por aqueles que já atuam na Educação Básica, mas também por aqueles que, em sua vida profissional, lidam diariamente com emoções, linguagens e relações interpessoais nas quais essas práticas colaboram sempre para o sucesso naquilo que se faz.

A descoberta e a exploração das Teorias do Fantástico foi outro achado para a turma. Perceber a infinidade de diálogos possíveis entre o texto literário e as outras formas de linguagens em que o fantástico figura, foi uma grata aquisição para todos, pois, em sua maioria, os discentes já apreciavam o gênero fantástico, sem refletir exatamente sobre suas dimensões, em especial sobre suas possibilidades expressivas em produções próprias e de como ele se faz presente nas narrativas orais. Espera-se que venham mais pesquisas, artigos e produtos cênicos instigados por essa experiência positiva, insólita e interdisciplinar!

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **BNCC – Documento Final. Linguagens - Arte Ensino Fundamental**. Brasília, 2018. P. 193 -199.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infante/juvenil**. São Paulo: Ática, 1991.

BATALHA, Maria Cristina (Org). **O fantástico brasileiro: contos esquecidos**. Rio de Janeiro:

Caetés, 2011.

BOAL, Augusto. **Jogos para o atores e não-atores**. Editora Civilização Brasileira. 1998.

BOGATYREV, Piotr. Os Signos do Teatro. In: GUINSBURG, J. TEIXEIRA C. Netto. CARDOSO R.C. (Orgs). **Semiologia do teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1988. (Debates; p.71-91)

CHIAMPI, Irlemar. **O Realismo Maravilhoso**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FABIÃO, Eleonora. Corpo cênico, estado cênico. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). In: **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Vol. 10 - n. 3 - p. 321-326 / set-dez 2010.

Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/2256>

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo. Vértice, 2006.

JAPIASSU, Ricardo. **Metodologia do ensino do teatro**. Campinas: Papyrus, 2001.

LAPLANTINE, François. **O que é imaginário**. Tradução: Liana Trindade. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LECOQ, Jacques. **O Corpo Poético: uma pedagogia da criação teatral**. Trad. Marcelo Gomes. São Paulo: Ed SENAC; Edições SESC SP, 2010.

MELLO, Cainã de Paula. Imaginários e poéticas de matinta perera. In: Silva, S.S.S; Reis, W.V (Org.). **Às margens do rio imaginário e fantástico nos assentamos... e contamos**. Belém: Editora IFPA, 2018. Cap. 04, p. 63-83.

RAMOS, D. C.; REIS, W. V. dos; CASTRO, J. G. de O. Literatura Fantástica: O horror e O Romantismo de Alvares de Azevedo. **Revista de Letras - Juçara**, v. 2, n. 1, p. 278–297, 2018. DOI: 10.18817/rlj.v2i1.1585. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/jucara/article/view/1585>. Acesso em: 20 dez. 2023

ROAS, David. **A ameaça do fantástico: aproximações teóricas**. Tradução Julián Fuks. São Paulo: Unesp, 2014.

SANTOS, Vanderlice. Sombras e sussurros: o fantástico nas narrativas orais do Baixo Tocantins. In: Silva, S.S.S; Reis, W.V (Org.). **Às margens do rio imaginário e fantástico nos assentamos... e contamos**. Belém: Editora IFPA, 2018. Cap. 03, p.49-63.

SCIALOM, Melina. Pensamento dramaturgico do atuante no processo de criação. Urdimento—**Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v.3, n.42, dez. 2021.DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1414573103422021e0209>

SILVA, Silvia Sueli Santos da. **O Boi e a máscara: imaginário e tradição nas ruas, de São Caetano de Odivelas - Pará**. Belém: FCP, 2018.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. Tradução: Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2014.

VIGARELLO, Georges. A História e os modelos do corpo. In: **Pró-Posições**, v. 14, n. 2, p. 21-29, mai/ago. 2003.

SOBRE OS AUTORES

Silvia Sueli Santos da Silva

Doutora em Artes Cênicas, PPGAC, Universidade Federal da Bahia (2011), Docente Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Integrante do Grupo de Interdisciplinar de Pesquisa em Arte, Cultura e Educação GIPACE (IFPA/CNPq). Pós-doutorado em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro-PT (2019). Pesquisadora das mascaradas de rua, narrativas orais, cultura e imaginário amazônico.

E-mail: silvia.silva@ifpa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4626-686X>

Welligson Valente dos Reis

Doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura pela UNAMA (Universidade da Amazônia). Docente do Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Belém; Integrante do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arte, Cultura e Educação - GIPACE (IFPA/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Mulheres Amazônicas e Latino americanas na Literatura e nas Artes - MALALAS (UFPA/CNPq).

E-mail: welligson.valente@ifpa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0119-3356>

Dayse Cristina Amaral Santos

Discente da Especialização em Linguagens e Artes na formação docente, pelo Instituto Federal do Pará-IFPA. Licenciada em Teatro pela Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. Membro do Grupo Interdisciplinar de pesquisa em Artes, Cultura e Educação (GIPACE).

E-mail: dayseamaral.teatro@gmail.com

Orcid: <http://lattes.cnpq.br/1165434168904772>

Recebido: 10/08/2023

Aprovado: 21/10/2023

Memórias, Artesanias e outras Narrativas: uma metodologia de trabalho no campo do Patrimônio Cultural

Mémoires, artisanats et autres récits : une méthodologie de travail dans le domaine du patrimoine culturel

Daniani Schons da Silva

Universidade da Região de Joinville-SC
Joinville-SC

Raquel Alvarenga Sena Venera

Universidade da Região de Joinville – Univille
Joinville-SC

Vinícius Armiliato

Pontifícia Universidade Católica do Paraná -PPGF-PUCPR
Universidade do Contestado, Campus Rio Negrinho-SC

Resumo

Este artigo é um texto recorrente de uma pesquisa que explora as memórias e identidades em diálogos com a Arteterapia. No entanto, questiona suas abordagens essencialistas, embora acolha suas técnicas. O estudo questiona a concepção de identidade fixa, destacando sua complexidade e transformação constante. Ele enfatiza a importância de investigar memórias e identidades por meio de expressão artística e narrativas. Conclui-se que as histórias de vida são merecedoras de reflexões no campo do Patrimônio Cultural, não como saberes fixos, mas como narrativas dignas de preservação e reconfigurações.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Arteterapia; memória.

Résumé

Cet article est un texte récurrent d'une recherche qui explore les mémoires et les identités dans les dialogues avec l'art-thérapie. Cependant, il remet en question leurs approches essentialistes, même s'il apprécie leurs techniques. L'étude interroge la conception de l'identité figée, en mettant en évidence sa complexité et sa transformation constante. Il met l'accent sur l'importance d'enquêter sur les mémoires et les identités par le biais de l'expression artistique et de la récit. On en conclut que les histoires de vie méritent d'être réfléchies dans le domaine du patrimoine culturel, non pas en tant que connaissances figées, mais en tant que récits dignes d'être préservés et reconfigurés.

Mots-clés: Patrimoine culturel; l'art-thérapie ; mémoire.

Introdução

Este artigo objetiva avaliar a utilização da Arteterapia como metodologia no campo do patrimônio cultural a partir do contexto das memórias de mulheres/mães de estudantes com deficiência da APAE do município de Garuva, norte do estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. A maternidade, tanto como experiência profundamente pessoal, quanto carregada de expectativas de um ideal, dadas pela cultura, oportuniza a apreciação de um abrangente legado de histórias, emoções e saberes transmitidos de geração em geração os quais se apresentam atravessados pelas perspectivas individuais e coletivas.

As pessoas estão em constante transformação no que se refere a suas experiências existenciais e, uma das funções atribuídas à Arteterapia, é auxiliar o indivíduo a se conectar com tais transformações. Isso posto, a Arteterapia oportuniza ao indivíduo uma postura de observação em relação às experiências vivenciadas, tal como a compreensão do seu papel no contexto em que está inserido. Na Arteterapia, uma variedade de materiais é utilizada, não se limitando apenas à expressão criativa, mas também o diálogo e a relação com as imagens que emergem durante a criação artística, sejam, por exemplo, através da pintura ou em outras atividades manuais.

Na pesquisa a qual esse artigo está vinculado, a Arteterapia se desloca do seu propósito de terapia ou cura, para seu uso experimental enquanto metodologia interdisciplinar, dialogando com os campos da memória, da identidade e do patrimônio cultural. Tem como propósito acessar expressões através das produções plásticas e narrativas e de externar sentimentos e emoções da memória com reflexividade. Ou seja, aqui não se tratará de uma “terapia”, tampouco de uma “coleta de memórias” que podem dizer algo sobre um bem cultural, mas sim de uma metodologia que em movimento possa trazer reflexões sobre identidades, representações, vida em sociedade, aventando a possibilidade de aproximar o campo das narrativas de histórias de vida no seio do patrimônio cultural imaterial refletido.

Este artigo emerge de uma pesquisa de mestrado intitulada “Cada Ponto Conta: Memória e Identidade de Mulheres/Mães na APAE de Garuva/SC, em suas artesanias e narrativas”. Inserido na linha de pesquisa de Patrimônio, Memória e Linguagens, o estudo se concentra nas vivências das mulheres/mães de estudantes com deficiências atendidos na APAE de Garuva, no Sul do Brasil. Procura-se realizar uma exploração teórica sobre a aplicação da Arteterapia como metodologia no campo do Patrimônio Cultural, com uma atenção particular voltada para as memórias dessas mulheres/mães. No entanto, identificou-se na Arteterapia uma abordagem bastante essencialista sobre os entes, as quais se discorda neste artigo, embora ainda se aposta nos efeitos das mediações para a construção de acervos de narrativas.

O desafio, portanto, está em um entre aproximações e distanciamentos com a Arteterapia, que esperamos apresentar neste artigo. Serão abordados três pontos centrais: primeiramente, apresentamos um diálogo entre a Arteterapia e os estudos da (auto)biografia e examinaremos as complexas construções de identidade em uma perspectiva não essencializada. Em seguida, exploraremos as intrincadas relações entre memória e identidade. Por fim, lançaremos um olhar sobre a expressão artística e, novamente, o diálogo com as narrativas sobre si e seu papel no contexto do patrimônio cultural, sugerindo novas perspectivas de trabalho neste campo.

A análise desses elementos procura, ao final do artigo, ampliar a interseção entre Arteterapia, memória, identidade, com vistas, sobretudo, a inserir as narrativas autobiográficas no campo do Patrimônio. Desse modo, nossa intenção é não apenas contribuir para o enriquecimento do corpo teórico, mas também fornecer uma base para a prática da Arteterapia, destacando-a como uma abordagem inovadora na preservação e valorização das memórias das mulheres/mães da APAE de Garuva, SC.

Identities e Essencialismo: desconstruindo narrativas

A Arteterapia considera a subjetividade como uma construção em constante evolução, aberta a múltiplas possibilidades de experiência e expressão. Determinadas intervenções nesse campo proporcionam um espaço para o desenvolvimento da percepção e da imaginação, permitindo ao indivíduo a possibilidade de conexão com suas próprias memórias. Por meio da prática artística, o sujeito pode explorar e expressar suas emoções, pensamentos e experiências de forma criativa e simbólica.

Ao se engajar em atividades artísticas, como desenho, pintura, escultura ou colagem, o indivíduo é convidado a adentrar em um processo de auto expressão e auto exploração. Acredita-se que a arte tomada como um canal de comunicação não verbal permite que aspectos inconscientes venham à tona e sejam reconhecidos. Por suposto, a expressão artística possibilita uma ampliação da consciência sobre si mesmo e sobre as mudanças que ocorrem ao longo do tempo.

A percepção é aguçada à medida que o indivíduo se envolve com as diferentes formas de arte e se torna mais sensível às suas próprias experiências internas e externas. Através da observação e da reflexão sobre suas produções artísticas, o sujeito pode perceber padrões, significados e percepções substanciais as quais surgem durante o processo artístico. São momentos de clareza e compreensões que podem ocorrer quando o sujeito observa e reflete sobre suas produções artísticas, notadamente naquilo que apontam sobre seus processos de transformação e crescimento pessoal.

Para Delory (2014), no campo (auto)biográfico, “a construção das narrativas procede a partir de uma leitura de indícios significativos para o conhecimento dos fenômenos e dos mecanismos sociais” (DELORY, 2014, p, 282). As pessoas vivem eventos e experiências e, na apresentação de si mesmas, apresentam sua própria interpretação desses acontecimentos. Em diálogo com a Arteterapia seria equivalente dizer que os sujeitos explicarão os elementos e as áreas temáticas que moldaram a construção de sua biografia.

E qual importância da narrativa pessoal como uma forma de entender e explicar a jornada de vida de uma pessoa? As narrativas são uma forma de apresentar a percepção e a interpretação de um indivíduo sobre suas próprias experiências e acontecimentos. Portanto, as narrativas e as produções plásticas se caracterizam como uma das modalidades de compressão da construção biográfica de uma pessoa e fornecem uma visão particular sobre sua jornada de vida, afinal ambas são formas de expressão que comunicam coletivamente uma experiência.

Segundo Delory (2014, p. 257) “os homens vivem os acontecimentos e as experiências. Na apresentação de si mesmo, o indivíduo e o sua própria hermenêutica as etapas e a áreas temáticas de sua própria construção biográfica”. As narrativas e as produções são importantes para a compreensão do lugar de si mesmo no mundo, pois desafiam e reconstroem a compreensão do espaço histórico e social a partir do qual a “história de vida” se elabora.

A autora acima citada indica que as narrativas cumprem e tornam visível uma dupla operação complementar de desestruturação/reestruturação do espaço histórico e social a partir do qual se elabora a “a história de vida” da situação de interação onde a narrativa é produzida enquanto atividade discursiva pragmática (DELORY, 2014, p, 249). A desestruturação se refere ao modo como as narrativas questionam e desafiam as narrativas dominantes e as estruturas sociais invadidas, como a reinterpretação de eventos históricos, a desconstrução de estereótipos e a extensão de perspectivas marginalizadas.

Ao abordar o conceito de estruturas sociais invadidas, Delory (2014) se refere aos sistemas de valores, normas, crenças e relações de poder que moldam a sociedade e influenciam a forma como as narrativas são construídas e transmitidas. Essas estruturas sociais muitas vezes tendem a ser dominantes e perpetuam determinadas visões de mundo, estabelecendo um padrão de interpretação e significado.

No entanto, a desestruturação das narrativas busca desafiar e subverter essas estruturas sociais, permitindo a emergência de novas perspectivas de vozes que foram historicamente marginalizadas ou silenciadas. Isso pode envolver a reinterpretação de eventos históricos sob uma ótica diferente, questionando narrativas estabelecidas e abrindo espaço para diferentes interpretações.

Além disso, a desconstrução de estereótipos também é um elemento importante nesse processo. Por meio da análise crítica, as narrativas podem desafiar representações simplistas e preconceituosas, desconstruindo estereótipos que perpetuam desigualdades e marginalizações. A extensão de perspectivas marginalizadas refere-se ao esforço de ampliar a diversidade de vozes e experiências presentes nas narrativas. Isso envolve dar visibilidade a grupos sociais historicamente negligenciados, permitindo que suas histórias sejam contadas e suas perspectivas sejam consideradas. Essa ampliação de perspectivas contribui para uma compreensão mais abrangente e inclusiva das experiências humanas.

Arteterapia nos permite refazer a compreensão do mundo que nos cerca, reconstruindo a nossa percepção do nosso lugar no mundo. No campo biográfico, Delory (2014) acredita que as narrativas são produzidas em uma situação de interação, ou seja, são moldadas pelas dinâmicas sociais e interpessoais envolvidas na sua produção e escuta. Este artigo aposta no diálogo entre as reflexões acerca da produção de narrativas (auto) biográficas e a Arteterapia, no entanto, discorda das abordagens essencialistas sobre a identidade que essa última sustenta. Dizer sobre si mesmo e ao mesmo tempo se ocupar das narrativas pode revelar sobretudo que o gesto de se fazer a si mesmo é dinâmico e está em movimento, diferente de algo que se move para descobrir um “si mesmo” original ou protegido dos traumas da vida.

Em síntese, as narrativas criadas através da produção plástica são uma poderosa fonte de pesquisa para que o sujeito possa entender a si mesmo e o mundo que o cerca, pois desafiam e reformulam compreensões do espaço histórico e social e permitem percepções distintas, novas. O trabalho sobre as transformações torna-se prioridade sobre as subjetividades e histórias de vida em particular. Em suma, a “ruptura” se refere a uma mudança não planejada ou uma interrupção nas trajetórias de vida.

A imaginação que as técnicas de Arteterapia disparam são importantes pois através dela, transmitem-se valores que ajudam a superar medos e enfrentar situações vivenciadas no seu cotidiano. A expressão das subjetividades, cuja manifestação pode ocorrer tanto no âmbito individual quanto no coletivo, fazendo com que esse sujeito tome conhecimento dos objetos externos a partir de referenciais próprios.

As linguagens relacionam-se ao fato de que é por meio delas que os indivíduos se expressam, se posicionam socialmente, estabelecem trocas, fazendo da subjetividade um processo dinâmico e relacionado ao imbricamento entre o individual e o social. O estudo das identidades humanas leva em primazia as expressões das linguagens, exatamente porque é por elas que os sujeitos se mostram e se relacionam em trocas identitárias e de alteridade. Para Stuart Hall conceito de identidade tem sido submetido, ao mesmo tempo, a uma reserva crítica sobre o tema, ressalta ainda:

Está-se efetuando uma completa desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade disciplinares, todas as quase, de uma forma ou outra, criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada. Na filosofia tem-se feito, por exemplo, a crítica do sujeito autossustentável que está no centro da metafísica ocidental pós-cartesiana (HALL, 2008, p, 103).

A citação mencionada refere-se à desconstrução das perspectivas identitárias que tem sido amplamente explorada em várias áreas disciplinares. Essa desconstrução envolve questionar e criticar a noção de uma identidade interna, originária e unificada, que tradicionalmente tem sido concebida como um núcleo estável e imutável do ser. Trata-se de perceber as construções culturais na cultura e na linguagem. Essa desconstrução das perspectivas identitárias enfatiza a natureza fluida, e contingente da identidade. Ela reconhece que a identidade é construída através de uma multiplicidade de influências sociais, culturais e históricas, e está em constante transformação e negociação.

Trata-se de uma crítica das identidades fixas e essencialistas que é impulsionada por uma compreensão mais complexa da subjetividade humana, a qual reconhece a interconexão entre indivíduos, a influência do contexto social e cultural e a capacidade de construção de significado por parte dos sujeitos.

Essa perspectiva desconstrucionista desafia as narrativas dominantes e normativas que restringem a diversidade de experiências e a multiplicidade de identidades. Ela promove a abertura para a complexidade, a fluidez e a hibridez das identidades, e reconhece a importância de considerar as relações de poder, as diferenças e as desigualdades sociais na formação e na expressão da identidade.

Portanto, a desconstrução das perspectivas identitárias busca desafiar as noções fixas e essencialistas de identidade, abrindo espaço para uma compreensão mais fluida, relacional e contextualizada do eu e do outro. Essa abordagem crítica é fundamental para a promoção da diversidade, da inclusão e do respeito pelas múltiplas formas de ser e de se identificar na sociedade contemporânea. “A perspectiva desconstrutiva coloca certos conceitos-chave sob rasura”. O sinal de “rasura” indica que eles não servem mais – não são mais “bons para pensar” – em sua forma original, não-reconstruída” (HALL, 2008, p. 104.). A citação de Stuart Hall aborda a ideia de colocar certos conceitos-chave “sob rasura”, indicando que esses conceitos já não são mais válidos ou adequados em sua forma original e não reconstruída. A expressão “sob rasura” refere-se a uma prática de questionar, problematizar e desestabilizar conceitos que foram considerados como absolutos e fixos.

Hall (2008) argumenta que a perspectiva desconstrutiva desafia a noção de que certos conceitos são universais e imutáveis, reconhecendo que eles são construções sociais e

históricas sujeitas a transformação e reinterpretação. Ao colocar esses conceitos “sob rasura”, sugere-se que eles precisam ser reconsiderados e reconstruídos à luz de novos entendimentos e perspectivas.

A “rasura” dos conceitos-chave permite uma abertura para o questionamento e a crítica, abrindo espaço para a reconstrução de significados e para a emergência de perspectivas mais inclusivas e dinâmicas. Isso implica em reconhecer que o conhecimento e as identidades são construídos socialmente, e que eles estão sujeitos a múltiplas interpretações e transformações ao longo do tempo.

Portanto, a situação descrita na citação de Hall (2008) reflete a necessidade de revisitar e reavaliar conceitos-chave, reconhecendo que eles não são fixos ou definitivos, mas sim sujeitos a reavaliação e recontextualização. A perspectiva desconstrutiva busca desafiar as estruturas de poder e as suposições dominantes, permitindo uma abertura para a construção de novos significados e interpretações que sejam mais sensíveis às complexidades e diversidades das experiências humanas.

“É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido a nossa experiência e aquilo que somos” (WOODWARD, 2012, p.18). Nesse sentido, importante considerar as relações entre patrimônio e identidade, de modo a verificar a pertinência e os desafios dessas relações, nos processos de ativação patrimonial, é importante para uma série de componentes da vida cotidiana, como patrimônio cultural, associadas com a identidade. “A identidade, envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável” (WOODWARD, 2012, p. 13). Esta reflexão sobre a identidade essencialistas enfatiza um passado comum, congelado. A autora caracteriza assim duas versões do essencialismo identitário:

A primeira fundamenta a identidade na “verdade” da tradição e nas raízes da história, fazendo um apelo à “realidade” de um passado possivelmente reprimido e obscurecido, no qual a identidade proclamada no presente é revelada como um produto da história. A segunda está relacionada a uma categoria “natural”, fixa, na qual a “verdade” está enraizada na biologia. Cada uma dessas versões envolve uma crença na existência e na busca de uma identidade verdadeira. O essencialismo pode, assim, ser biológico e natural, ou histórico e cultural (WOODWARD, 2012, p. 37).

Por esta razão o essencialismo identitário, e a ideia de uma “verdadeira” identidade, estão visceralmente vinculados, diante das múltiplas identidades dos indivíduos. A noção de essencialismo, que é a crença na existência de uma identidade fixa e imutável que define uma pessoa ou grupo. O essencialismo pode ser entendido em duas formas: biológico e natural, ou histórico e cultural.

A primeira forma se baseia na ideia de que as diferenças entre os indivíduos estão enraizadas na biologia, na genética ou em traços naturais, como gênero ou raça. A segunda forma se baseia na ideia de que uma identidade é formada por influências culturais e históricas, como tradições, costumes e valores.

Ao acreditar na existência de uma identidade verdadeira, fixa e imutável, o essencialismo ignora a diversidade e a complexidade das experiências e das subjetividades humanas. Isso pode levar a estereótipos, preconceitos e discriminações, já que as pessoas são julgadas e rotuladas com base em características que supostamente definem sua identidade. Valores identitários, das mães podem enfrentar efeitos sociais negativos, como exclusão, exploração, privação, intolerância, preconceito e discriminação.

O essencialismo identitário pressupõe que certos grupos possuem características inerentes e imutáveis, o que leva à criação de hierarquias e estigmatização de determinados grupos. Essa visão reducionista ignora a diversidade e a individualidade das pessoas, perpetuando estereótipos e promovendo a discriminação com base na genética.

A ideia essencializadora de cultura e identidade, que tende a restringir e categorizar as pessoas em grupos fixos e homogêneos, ignorando a complexidade e a diversidade das experiências humanas, e tem sido criticada por muitos pesquisadores e pensadores ao longo das últimas décadas. Essa concepção tende a reduzir as pessoas a grupos fixos e homogêneos, com base em características culturais e/ou étnicas, ignorando a complexidade e diversidade das experiências humanas.

Assim a construção da identidade é tanto simbólica quanto social, é marcada pelas diferenças, o conceito de identidade é importante para observar como a identidade se insere no “círculo da cultura” bem como a forma como a identidade e a diferença se relacionam com o discurso sobre a representação. “As identidades baseadas na “raça”, no gênero, na sexualidade e na incapacidade física, por exemplo, atravessam o pertencimento de classe” (WOODWARD 2012, p. 37)

Reflexo da Memória: A Jornada de Construção de Identidade

Como falar de identidade sem pensar na memória? “À memória parte de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é apropriação do que não nos pertence mais” (BOSI, 2003, p. 20). A memória não é história, legitimação no presente das opções de uma sociedade, e dos seus diferentes grupos culturais ou sociais. Bosi (2003) destaca a importância da memória na construção da identidade, pois ela é uma forma de apropriação do passado e uma maneira de entender e interpretar o presente.

A memória é um processo subjetivo, que envolve a seleção, organização e interpretação das informações que recebemos, baseadas em nossas experiências pessoais e coletivas. Ela é influenciada por nossas emoções, expectativas, valores e ideologias, e pode ser moldada pelas relações de poder presentes na sociedade.

A memória não é a mesma coisa que História, que é uma construção objetiva e sistemática do passado, com base em fontes documentais e metodologias científicas. Enquanto a História se preocupa em estabelecer fatos e verdades, a memória é mais flexível e subjetiva, podendo ser moldada por fatores externos e internos. A memória é uma forma de legitimação do presente, pois ajuda a definir o que é relevante ou não em nossa história, e que deve ser lembrado ou esquecido.

Dessa forma, pensar em identidade sem considerar a memória é impossível, pois é por meio dela que construímos nossas narrativas pessoais e coletivas, e compreendemos quem somos e de onde viemos. A memória pode ser uma forma de resistência e de afirmação de identidades minoritárias, que muitas vezes são marginalizadas ou apagadas da história oficial.

A memória é um instrumento estruturador de identidades, sendo um mecanismo ideológico de compensação as perdas ou fragilidades, de um determinado grupo ou sociedade, divididas em memória individual e memória coletiva.

Para Bosi (2003, p.22) “há, portanto, uma memória coletiva, produzida no interior de uma classe, mas com o poder de difusão, onde se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores”. Portanto ela é coletiva, mais afetada e é engendrada pelos sujeitos individualmente. Entendemos que ressignificar, as memórias dessas mães, estamos fazendo conscientes de que tentamos capturar o fato, sabendo-o e reconstruindo-o por uma memória seletiva, intencional ou não.

É uma crítica corrente que busca desconstruir as hierarquias, desigualdades e opressões produzidas histórico, social e culturalmente. Ela parte da compreensão de que a história deixou marcas profundas na construção das identidades, das relações sociais, das instituições e das formas de conhecimento, impondo padrões de poder, dominação e exploração que se reproduzem até hoje.

Essa abordagem coloca em xeque a ideia de que a cultura e a identidade são essencializadas, ou seja, que são inatas, fixas e imutáveis, e que se resumem a uma série de traços culturais ou biológicos. Ao contrário, ela defende que as culturas e as identidades são construções sociais e históricas, que se transformam ao longo do tempo e em diferentes contextos.

Assim, propomos uma crítica radical às formas de conhecimento hegemônicas, que muitas vezes são enraizadas e busca promover outras formas de conhecimento, produzidas

por grupos subalternizados e marginalizados. Além disso, enxergar as identidades dos grupos valorizando suas memórias é um compromisso com a promoção da justiça social e a equidade, combatendo as formas de opressão que ainda existem na sociedade, como o racismo, o sexismo, a homofobia, a transfobia e outras formas de identificação.

Candau (2011, p. 60) faz uma reflexão sobre as relações de si, para si, o trabalho de si, sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõem um trabalho da memória que realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, das recordações; memória da ação absorvida num presente sempre evanescente; e a memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças. Sob este ponto de vista, a relação dessas memórias das mães sobre si, fica no esquecimento, absorvidas pela relação com a vida desse filho, e aos poucos vai se esvaindo e se perdendo com a rotina de mãe cuidadora, fica imersa da memória de espera, na esperança de resoluções das suas aflições, e conflitos.

Candau (2011), em sua reflexão, destaca a importância do trabalho da memória nas relações que estabelecemos com nós mesmos. Esse trabalho da memória se dá em três divisões: a memória do passado, das gravações; a memória da ação isolada num presente sempre evanescente; e a memória de espera, que se refere aos projetos, vivenciamos, promessas e esperanças que temos para o futuro.

A memória é fundamental para a construção da nossa identidade, pois é por meio dela que nós reconhecemos como seres históricos e sociais, que temos uma história e um passado que nos constituímos. Além disso, a memória também nos permite estabelecer relações com o presente e o futuro, ao absorvermos nossas ações no presente e projetarmos nossas esperanças e desejos para o futuro.

A relação entre identidade e memória ganha destaque nas reflexões sobre as narrativas contemporâneas. No presente contexto, exploramos como as narrativas moldam e influenciam a construção da identidade individual e coletiva.

As narrativas desempenham um papel fundamental na expressão e preservação da identidade. Elas nos permitem contar histórias pessoais e compartilhar experiências que moldam quem somos. Por meio das narrativas, estabelecemos conexões com o passado, dando significado às nossas vivências e compreendendo nossa trajetória.

No entanto, é importante reconhecer que as narrativas não são fixas ou imutáveis. Elas evoluem e se transformam ao longo do tempo, à medida que novas experiências são vivenciadas e novos significados são atribuídos. As narrativas estão em constante processo de construção, refletindo nossa compreensão em constante mudança do mundo e de nós mesmos.

Ao explorar as narrativas, também nos confrontamos com a complexidade da memória. A memória é seletiva e subjetiva, influenciada por nossas emoções, perspectivas e

contextos sociais. Ela molda nossas lembranças e, por sua vez, contribui para a formação de nossa identidade. Quando lembramos de um evento ou experiência, não estamos simplesmente recuperando uma reprodução fiel dos acontecimentos. Em vez disso, nossa memória é influenciada por uma série de fatores, como nossas emoções, perspectivas, crenças e contexto social.

Portanto, no presente contexto, as narrativas continuam a desempenhar um papel fundamental na reflexão sobre identidade e memória. Elas nos convidam a explorar as múltiplas camadas e nuances que compõem quem somos, assim como a reconhecer a importância da diversidade de experiências e perspectivas na construção de uma compreensão mais completa do mundo e de nós mesmos.

O Fazer Artístico: Novos Olhares

Através da Arte, é possível criar formas de representação e de construção de memória, que não sejam apenas comemoradas em monumentos ou em objetos físicos. Através da metodologia e técnicas usadas em Arteterapia, as pessoas podem ser convidadas a expressar suas próprias memórias e histórias, criando um tipo de valorização de patrimônio imaterial, que valoriza a diversidade e a subjetividade.

Além disso, as expressões artísticas e a arte podem ser usadas para revitalizar espaços públicos e patrimônios urbanos, trazendo novas formas de intervenção que valorizam a participação e o diálogo com a comunidade. Ao invés de ver o patrimônio cultural como algo intocável e de reprodução de memórias e identidades, a arte e a Arteterapia nos ajudar a repensar o seu valor e sua relação com as pessoas, interativo em algo vivo e dinâmico. A autora Rolnik (2018) faz uma reflexão:

[...] é preciso se agir igualmente para reapropriar-se da força de criação e cooperação- ou seja, atuar micro politicamente -, reconhecê-lo racialmente não garante ações eficazes nessa direção. É a reapropriação do impulso de criação só se efetua ao iniciar sobre ações e desejo, de modo a imprimir-lhes sua direção e seu modo de relação com o outro; no entanto, tais ações tendem a chocar-se com a barreira da política de produção de subjetividade e do desejo inerentes ao regime vigente (ROLNIK, 2018, p.35).

Rolnik (2018) aborda a necessidade de agir para se reapropriar da força de criação e cooperação, existir micro politicamente, ou seja, em nível individual e coletivo, mas também imprimir direção e modo de relação com o outro, essas ações. Porém, as barreiras da política de produção de subjetividade e do desejo inerente ao regime vigente podem dificultar essa ação.

No contexto dos campos do Patrimônio Cultural e da Arte, podemos pensar em como essa barreira pode afetar a forma como nos apropriamos dessas manifestações culturais. A

política de produção de subjetividade e de desejo pode influenciar a maneira como enfrentamos e valorizamos o patrimônio e a arte, muitas vezes reproduzindo obediências e exclusões.

Suely Rolnik ressalta ainda a importância de (2018 p. 37) “para driblar o inconsciente em nós mesmo e em nosso entorno, exige um trabalho de investigação que só pode ser feito no campo da própria experiência subjetiva”. Com essa afirmação, ela destaca a importância de uma reflexão sobre a própria experiência subjetiva para identificar as barreiras que podem impedir a criação e a cooperação entre as pessoas. Sugere que é necessário um trabalho de investigação para compreender o que está presente no inconsciente individual e coletivo, e como esses aspectos podem afetar a capacidade de atuar micro politicamente, ou seja, de agir no nível das relações interpessoais e produzir mudanças.

Essa reflexão sobre a própria subjetividade pode ser aplicada também ao contexto do patrimônio e da arte. Ao investigar as próprias memórias, crenças e valores em relação ao patrimônio, por exemplo, é possível identificar as barreiras que impedem a apropriação criativa e colaborativa desse patrimônio. Da mesma forma, ao explorar as próprias experiências artísticas e estéticas, é possível compreender como a subjetividade influencia a percepção e a produção de arte.

Ao observar, perceber e sentir algo, estamos vivenciando uma experiência, mas é preciso ir além disso e realizar um trabalho reflexivo para que essa experiência se torne significativa e possa contribuir para o nosso crescimento pessoal e desenvolvimento humano.

Em outra perspectiva, agora no campo da pesquisa (auto) biográfica a autora Josso (2002, p. 35) fala que “vivemos em infinitas transações e vivências: estas vivências atingem o estado de experiências a partir do momento em que fazemos um certo trabalho sobre o que foi observado, percebido e sentido”. Essa fala destaca a importância da reflexão e do trabalho sobre nossas vivências e experiências.

Na abordagem da Arteterapia, por exemplo, esse trabalho reflexivo pode ser realizado por meio da expressão artística, que permite ao indivíduo entrar em contato com suas emoções, sentimentos e pensamentos de uma maneira não verbal e acompanhada. Ao criar uma expressão artística, o indivíduo pode explorar suas vivências e experiências de uma forma segura e criativa, permitindo a compreensão e integração dessas experiências em sua vida.

Dessa forma, a citação de Josso (2002) nos convida a refletir sobre a importância de trabalharmos nossas experiências e vivências, conversando-as em aprendizados e crescimento pessoal, o fazer artístico atrelado a metodologia da Arteterapia pode ser uma ferramenta valiosa nesse processo. A autora faz ainda uma reflexão sobre as experiências:

As narrativas de formação permitem distinguir experiências coletivamente partilhadas pelas nossas pertenças socioculturais e experiências individuais, experiências únicas e experiências em série. A experiência implica a pessoa na sua globalidade de ser psicossomático e sociocultural: isso é ela comporta sempre as dimensões sensíveis, afetivas e conscienciais (JOSSO, 2002, p.35).

A citação de Josso (2002) destaca a importância da reflexão e do trabalho sobre nossas vivências e experiências. Ao observar, perceber e sentir algo, estamos vivenciando uma experiência, mas é preciso ir além disso e realizar um trabalho reflexivo para que essa experiência se torne significativa e possa contribuir para o nosso crescimento pessoal e desenvolvimento humano.

Essa compreensão é fundamental para a Arteterapia e seu uso no campo do patrimônio, pois essas formas culturais são, em última instância, produzidas e apreciadas por sujeitos que se relacionam com elas a partir de suas experiências subjetivas.

Josso (2002) diz como compreendemos como é que nós formamos ao longo da nossa vida através de um conjunto de experiências, mais ainda tomar consciência que este reconhecimento de nós próprios como sujeito (JOSSO, 2002, p.43). A autora afirma ainda que nossa formação como sujeitos ocorre ao longo de toda a nossa vida, a partir de uma série de experiências que vamos acumulando. É importante que tenhamos consciência desse processo, pois é através dele que nos tornamos sujeitos ativos e responsáveis pela nossa própria história.

A Arteterapia pode ser uma ferramenta muito útil para esse processo de tomada de consciência e reconhecimento de nós mesmos como sujeitos. Através da arte, podemos expressar nossas emoções, sentimentos e vivências de uma forma não verbal, o que muitas vezes pode ser mais fácil e profundo do que a expressão verbal. Além disso, a Arteterapia pode nos ajudar a refletir sobre nossas experiências e construir um sentido para a nossa vida e identidade.

Dessa forma, a relação entre a teoria de Josso (2002) e a Arteterapia se dá na medida em que ambos buscam compreender e respeitar a nossa formação como sujeitos, e como essa formação é influenciada pelas nossas experiências ao longo da vida. A Arteterapia pode ser vista como uma forma de intervenção que ajuda a desenvolver a consciência de si mesmo e construir uma identidade mais autônoma e integrada.

A autora ressalta ainda que, “conhecimento de si, procura, envolver os nossos diferentes modos de estar no mundo, de nos projetarmos nele e de fazermos na proporção do desenvolvimento da nossa capacidade para multiplicar e, alargar, aprofundar as nossas sensibilidades para nós próprios e para o mundo” (JOSSO, 2002, p.43).

Josso (2002) enfatiza a importância do conhecimento de si mesmo, que envolve uma compreensão dos diferentes modos como nos relacionamos com o mundo e como projetamos

nossas ações nele. Esse conhecimento não é estático ou fixo, mas sim algo que se desenvolve ao longo da vida, na medida em que expandimos e aprofundamos nossa capacidade de perceber e compreender as coisas.

A relação com a Arteterapia pode ser encontrada nessa ideia de sensibilidade e expansão de experiências. Através da prática e do fazer artístico, podemos explorar nossas emoções, impressões e pensamentos de maneira criativa e não verbal. Isso pode nos ajudar a expandir nossa compreensão de nós mesmos e do mundo, permitindo-nos explorar novas perspectivas e desenvolver uma maior sensibilidade para com a nossa própria experiência e a experiência dos outros. A abordagem interdisciplinar da Arteterapia enriqueceu o estudo do patrimônio imaterial, contribuindo para uma compreensão mais profunda da identidade humana e seu desenvolvimento ao longo da vida.

Conclusão

A formação da identidade é um processo intrincado e multifacetado, influenciado por um complexo conjunto de elementos, incluindo memórias individuais e coletivas, experiências pessoais e interações sociais. Nossa identidade é uma construção em constante transformação, moldada ao longo do tempo pelas vivências que atravessamos. A essência, como conceito fixo e imutável, não se alinha com a natureza dinâmica da identidade humana.

Por meio da arte, do fazer artístico e da expressão narrativa é possível criações e reconstruções de memórias e consciências de identidades, além de reflexões acerca de experiências que se conectam com o rico tecido da identidade cultural mais ampla. Através desse processo, é possível compreender melhor a complexidade e a diversidade que moldam cada indivíduo, bem como as interconexões com as identidades coletivas.

Nesse contexto, a aplicação da Arteterapia no campo do patrimônio cultural desempenha um papel crucial ao buscar compreender e valorizar tanto as experiências individuais quanto as coletivas. A abordagem interdisciplinar da Arteterapia enriquece a investigação do patrimônio (em)comum da humanidade, um campo ainda em investigação, como a linguagem e suas formas de expressão, enriquecendo os argumentos sobre esse tipo de patrimônio.

Ao reconhecer a riqueza das narrativas individuais e coletivas, podemos estabelecer um diálogo mais significativo e inclusivo com o patrimônio cultural. A valorização dessas histórias pessoais e coletivas nos convida a repensar a noção de patrimônio, transformando-o de algo estático e intocável a uma entidade viva e dinâmica, enraizada na diversidade de experiências e identidades humanas.

Em suma, a Arteterapia aplicada no contexto do Patrimônio Cultural desempenha um papel transformador e enriquecedor, promovendo um olhar mais abrangente sobre a identidade humana e sua relação com a herança cultural que se atualiza no tempo presente. Essa abordagem interdisciplinar nos convida a valorizar e preservar as memórias individuais e coletivas como uma parte vital da construção da identidade, contribuindo para uma sociedade mais consciente, inclusiva e conectada com suas raízes culturais.

Referências

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: Ensaio de psicologia social. São Paulo: Atelier Edura. 2003.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **As histórias de vida**: Da invenção de si ao projeto de formação. Tradução: Albino Pozzer. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: EDUNEB. 2014

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In.* SILVA, Tomaz. T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008, p.103-133.

JOSSO, Marie Christine. **Experiências de vida e formação**. Lisboa: Educa, 2002.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**, notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1, 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferenças: uma introdução teórica e conceitual. SILVA, Tomasz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD Kathryn (Orgs.). **Identidade e Diferenças: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2012, p.7-72.

SOBRE OS AUTORES

Daniani Schons da Silva

Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade, pela Universidade da Região de Joinville (2023), título de minha pesquisa Cada Ponto Conta: Memória e Identidade de Mulheres/Mães na APAE de Garuva/SC, em suas artesanias e narrativas. Graduada em Artes Visuais pela Universidade da Região de Joinville (2013). Especialização em Arteterapia, pela Censupeg de Joinville, Atualmente é professora - Secretária de Educação do Estado de Santa Catarina, na disciplina de Projeto de Pesquisa e Projeto de Vida, e na rede municipal de Garuva como professora de Oficinas de Arte e Meio Ambiente. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes.

E-mail: eduepaseer@uepa.br

Raquel Alvarenga Sena Venera

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, em 2009. É bacharel e licenciada em História pelo universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, em 2000 e possui mestrado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2003. É coordenadora do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville, Univille, (gestões 2021-2022 e 2023-2024) .Líder do Grupo de Pesquisa Subjetividades e (auto) biografias. Atualmente ministra as disciplinas Memória e Identidade, Estudos avançados em Memória, Linguagem e Identidade, Seminários de Produção Científica (II,III e IV), Seminários de Tese III e Desafios da Educação Patrimonial no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade. Leciona igualmente no curso de graduação em História as disciplinas de Metodologia do Ensino de História e Introdução aos Estudos da História e Saberes Históricos e Cultura Escolar.
E-mail: raquel.venera@univille.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7928-0030>

Vinícius Armiliato

Pós-doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGF-PUCPR). Doutorado e Mestrado em Filosofia pela mesma instituição, linha de pesquisa Filosofia da Psicanálise. Realizou estágio doutoral na Université de Paris 7 - Diderot (mar/17-fev/18). Especialista em Sociologia Política (UFPR), graduado em Psicologia (PUC-PR) e Bacharel em Artes Cênicas, pela Faculdade de Artes do Paraná (FAP). Atuação como docente do curso de Psicologia da Universidade do Contestado, Campus Rio Negrinho-SC, atuação como Professor Assistente na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB) e como Coordenador Psicopedagógico de Educação Infantil, na Associação Pró-Educação Vivendo e Aprendendo (Brasília-DF).

E-mail: vinicius.arm@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2288-3820>

Recebido: 05/08/2023

Aprovado: 14/10/2023



Revista Sentidos da Cultura
Universidade do Estado do Pará/ Centro de Ciências Sociais e Educação
Trav. Djalma Dutra, s/n, Bloco IV Telégrafo- Belém-PA.
CEP: 66.113-010 Fone: (91) 4009-9561.
Email: sentidosdaculturarevista@gmail.com
<https://periodicos.uepa.br/index.php/sentidos>

Editora da Universidade do Estado do Pará
. Dom Pedro I, 519- Umarizal- CEP: 66.050-100- Belém-PA-Brasil Fone/Fax: (91) 3222-5624-
E-mail: eduepa@gmail.com
www.uepa.br/eduepa